

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP**

PEPITA SALOTI POLIDO

**CONTRIBUIÇÕES À CRÍTICA DA PRODUÇÃO DA CULTURA CORPORAL NO
CAPITALISMO: POR UM ENSINO HISTÓRICO-CRÍTICO BRASILEIRO
EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ARARAQUARA (SP)
2025**

PEPITA SALOTI POLIDO

**CONTRIBUIÇÕES À CRÍTICA DA PRODUÇÃO DA CULTURA CORPORAL NO
CAPITALISMO: POR UM ENSINO HISTÓRICO-CRÍTICO BRASILEIRO
EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Teorias pedagógicas, trabalho educativo e sociedade

Orientador: Prof. Dr. Lucas André Teixeira

ARARAQUARA (SP)
2025

P766c Polido, Pepita Saloti
Contribuições à crítica da produção da cultura corporal no capitalismo : por um ensino histórico-crítico brasileiro em Educação Física / Pepita Saloti Polido. -- Araraquara, 2025
318 p. : il., tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientador: Lucas André Teixeira

1. Educação escolar. 2. Educação Física escolar.
3. Luta de classes. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Dados fornecidos pelo autor(a).

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A presente tese visa a contribuir com a elaboração permanente de uma Educação Física histórico-crítica que leve em conta as particularidades que a totalidade capitalista assume na formação social brasileira dependente, tendo em vista a problemática da incorporação das objetivações corporais populares à produção de um saber escolar próprio à escola estatal brasileira, coerente com a necessária superação do capitalismo pelo socialismo.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This thesis aims to contribute to the ongoing development of a historical-critical approach to Physical Education that takes into account the specific characteristics that the capitalist totality assumes in the dependent Brazilian social formation, considering the issue of incorporating popular body objectifications into the production of school knowledge specific to the Brazilian state school, in a way that is consistent with the necessary overcoming of capitalism by socialism.

PEPITA SALOTI POLIDO

**CONTRIBUIÇÕES À CRÍTICA DA PRODUÇÃO DA CULTURA CORPORAL NO
CAPITALISMO: POR UM ENSINO HISTÓRICO-CRÍTICO BRASILEIRO
EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Teorias pedagógicas, trabalho educativo e sociedade

Orientador: Prof. Dr. Lucas André Teixeira

Data da defesa: 26/03/2025

Membros Componentes da Banca Examinadora

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Lucas André Teixeira

Universidade Estadual Paulista – UNESP

Membro Titular: Profa. Dra. Carolina Picchetti Nascimento

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Membro Titular: Prof. Dr. Hélio da Silva Messeder Neto

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Membro Titular: Prof. Dr. Caio Antunes

Universidade Federal de Goiás – UFG

Membro Titular: Prof. Dr. Adriano Rogério Celante

Escola Superior de Educação Física de Jundiaí - ESEF

Local: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP – Campus de Araraquara

Dedico esse trabalho aos meus alunos e a todos aqueles professores que teimam, mesmo diante de suas condições precárias de trabalho, no exercício e aprendizado permanentes do afeto de classe, do estudo na perspectiva de quem ensina e da luta política.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas colaboraram para que eu pudesse cursar e concluir o doutorado, cometo a injustiça de fazer menção às que contribuíram de modo mais imediato.

Agradeço ao Lucas André Teixeira, pelo seu esforço em tornar o processo de orientação o mais horizontalizado possível e pela amizade construída por meio de trocas humanizadoras que estão para além da tese, mas que se refletem nela.

Aos colegas e professores com os quais partilhei os encontros de orientação coletiva promovidos pelos professores Lucas André Teixeira e Juliana Pasqualini, que repercutiram na pesquisa e em meu trabalho na escola. À professora Juliana devo ainda o incentivo para enfrentar a questão do lugar da cultura popular na Pedagogia Histórico-crítica.

Ao professor Francisco Cláudio Alves Marques que durante a disciplina *Cultura Popular e Tradição Oral: vertentes*, mediante exposição do meu projeto de pesquisa, me atribuiu a tarefa de ler a obra *As culturas populares no capitalismo*, de Nestor García Canclini.

Aos membros dos exames de qualificação e defesa, professora Carolina Picchetti Nascimento e professor Hélio da Silva Messeder Neto, bem como aos demais que se juntaram a nós no momento da defesa, professores Adriano Rogério Celante e Caio Antunes.

Também ao professor Fabiano Fleury de Souza Campos pela tradução do resumo para língua inglesa e ao amigo e escritor Marcus Groza pelas trocas durante o processo de doutorado e pela revisão final do texto.

Aos mestres, mestras e colegas da cultura popular pelos ensinamentos permanentes.

À minha irmã, Bruna Saloti Polido, à minha filha, Victoria Saloti Zeni e à minha amiga, Juliana Borges, mulheres que admiro e que participam de formas singulares dos meus corres de trabalho e de estudo, mas também das minhas vadiagens, com elas tenho partilhado perrengues doídos e felicidades simples.

*Pau de sete quina, madeira de lei
Estrela de cinco pontas me sarapantei
Pau de sete quina, madeira de lei
Estrela de cinco pontas me sarapantei
Rabo de arraia, capoeira, berimbau
Samba de terreiro, pirão, colher de pau
Rabo de arraia, capoeira, berimbau
Samba de terreiro, pirão, colher de pau
Retrato do Brasil, quem foi que não viu?
Retrato do Brasil, quem foi que não viu?
Sete saias da baiana
Sete negos pé no chão
Sete dias na semana
Cinco pontos no cartão
Sete pontas no anzol
Cada ponta um irmão*

Pirão e Colher de Pau é um samba de Rubens Francisco Alves e Chico Santana,
gravado em 1981 pelo grupo *Originais do Samba*

RESUMO

A tese elaborada defende que a Educação Física escolar deve se orientar pelas relações sociais de produção das objetivações corporais e, para tanto, articula duas proposições. A primeira defende a cultura corporal como um tipo de prática social, inserido no âmbito da prática social mais geral, cuja peculiaridade está no fato de a atividade social de produção das objetivações corporais ter por principal suporte material o próprio corpo humano. A segunda proposição defende que um ensino escolar histórico-crítico brasileiro em Educação Física não pode se limitar a tratar das objetivações da cultura corporal mais desenvolvidas sob a determinação da totalidade capitalista, buscando contemplar também aquelas que se constituem a partir de relações sociais de produção que resistem à superexploração do trabalho e à dominação cultural, o que no contexto da formação social brasileira traduz-se em objetivações culturais de caráter popular, forjadas, sobretudo, no bojo da racialização da luta de classes. Toma-se por objeto de pesquisa mais geral a produção da cultura corporal na totalidade capitalista e busca-se tratar a cultura corporal como uma categoria radicada na ciência da história, tendo por objetivos problematizar, no âmbito da especificidade da Educação Física escolar brasileira, tanto o critério de maior desenvolvimento para seleção de conteúdos, adotado pela Pedagogia Histórico-crítica, como a possível função social revolucionária da cultura corporal popular no capitalismo dependente brasileiro. Apreende-se o esporte de alto rendimento, forma mais desenvolvida em que se expressa a cultura corporal no modo de produção capitalista, como a unidade mínima de análise desta pesquisa. Avalia-se que o critério de maior desenvolvimento não é o único a ser levado em conta no processo de seleção das objetivações corporais a serem contempladas pelo ensino escolar estatal brasileiro em Educação Física; seja porque este critério tende a se debruçar unilateralmente sobre o produto e seu consumo, seja devido a características próprias à formação social brasileira capitalista dependente, em especial a racialização da luta de classes e a superexploração da força de trabalho. Considera-se que a incorporação das objetivações culturais que sintetizam relações de produção de caráter popular a um saber escolar brasileiro radicado na luta de classes pode vir a se configurar em mais um instrumento da classe explorada na luta por hegemonia.

Palavras-chave: luta de classes; cultura corporal; educação física escolar; pedagogia Histórico-crítica.

ABSTRACT

The developed thesis argues that school Physical Education must be guided by the social relations that produce body objectifications and, to this end, articulates two propositions. The first supports body culture as a type of social practice, situated within the broader scope of general social practice, and characterized by the peculiarity that the social activity of producing body objectifications has as its main material support the human body itself. The second proposition asserts that a Brazilian historical-critical approach to school Physical Education cannot be limited to addressing the body culture objectifications most developed under the determination of capitalist totality. It must also encompass those formed through social relations of production that resist the super-exploitation of labor and cultural domination — which, in the context of Brazilian social formation, are expressed in popular cultural objectifications forged, above all, amidst the racialization of class struggle. The broader research object is the production of body culture within capitalist totality, with the aim of treating body culture as a category rooted in the science of history. The research seeks to problematize, within the specificity of Brazilian school Physical Education, both the criterion of higher development for content selection adopted by Historical-Critical Pedagogy and the potential revolutionary social function of popular body culture in Brazilian dependent capitalism. High-performance sport, the most developed form through which body culture is expressed in the capitalist mode of production, is taken as the minimal unit of analysis in this research. It is assessed that the criterion of higher development is not the only one to be considered in the process of selecting body objectifications to be addressed by school Physical Education in the Brazilian public system; either because this criterion tends to focus unilaterally on the product and its consumption, or due to specific traits of Brazilian dependent capitalist social formation — especially the racialization of class struggle and the super-exploitation of labor power. It is considered that the incorporation of cultural objectifications that synthesize popular social relations of production into a school knowledge rooted in the class struggle may serve as an additional tool for the exploited class in its struggle for hegemony.

Keywords: class struggle; body culture; school Physical Education; Historical-Critical pedagogy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Alexa Moreno: a naturalização da especialização esportiva precoce.	104
Figura 2: Alexa Moreno: a naturalização da especialização esportiva precoce, o apelo à ideologia do esforço e mérito individuais e a suposta conciliação de classes os países capitalistas dependentes e os conglomerados multinacionais.....	105
Figura 3: Alexa Moreno: o apelo à ideologia do esforço e mérito individuais, da suposta mobilidade social engendrada pelo capitalismo e a transformação do étnico em típico. ...	106
Figuras 4: Alexa Moreno: a vitória como recompensa pelo esforço e mérito supostamente individuais.	107
Figura 5: Alexa Moreno: o reconhecimento social e a inspiração capitalistas de que o pódio é para qualquer um e que chegar lá só depende de você.....	108
Figura 6: Dança dos Tarairiu (Tapuias), de Albert Eckhout, óleo sobre tela, 172,00 cm x 295,00 cm	185
Figura 7: Índia Tarairiu (Tapuia), 1641, Albert Eckhout, óleo sobre tela, 272,00 cm x 165,00 cm.....	185
Figura 8: Indiens Bororós à L'Entrée de La Maison de M. Mrs Riedel Et Taunay, 1827, Adrien Taunay, aquarela, c.i.d., 27,00 cm x 22,00 cm.....	189
Figura 9: Chant Nocturne des Indiens Bororós, 1827, Adrien Taunay aquarela, c.i.d., 28,50 cm x 22,50 cm.....	189
Figura 10: Lavadeiras do Rio de Janeiro, 1835, Johann Moritz Rugendas, litografia	190
Figura 11: Casa de Negros, 1835, Johann Moritz Rugendas, litografia	190
Figura 12: Mercado de Escravos, 1835, Johann Moritz Rugendas, litografia	191
Figura 13: Jogar Capoeira, 1835, Johann Moritz Rugendas, litografia	191
Figura 14: Caboclo, 1820, Jean-Baptiste Debret, aquarela sobre papel, c.i.e., 22,00 cm x 27,20 cm, Museus Castro Maya - IPHAN/MinC (Rio de Janeiro, RJ)	192
Figura 15: Engenho Manual que Faz Caldo de Cana, 1822, Jean-Baptiste Debret, aquarela sobre papel, c.i.e, 17,60 cm x 24,50 cm, Museus Castro Maya - IPHAN/MinC (Rio de Janeiro, RJ)	193
Figura 16: O Velho Orfeu Africano. Oricongo, 182, Jean-Baptiste Debret, aquarela sobre papel, c.i.e., 15,60 cm x 21,50 cm, Museus Castro Maya - IPHAN/MinC (Rio de Janeiro, RJ)	193
Figura 17: Uma Senhora Brasileira em seu Lar, 1823, Jean-Baptiste Debret, litografia	194
Figura 18: Manto da apresentação [título atribuído], Arthur Bispo do Rosário, técnica: costura, bordado, escrita, dimensões: 118,5X141,2X7 cm.....	216
Figura 19: Espaço projetado por Burlamaqui para a disputa da gymnastica brasileira por ele projetada, a partir da unilateralização e higienização, da capoeiragem carioca do início do século XX.....	248
Figuras 20: Capas dos álbuns Curso de capoeira regional, de mestre Bimba (1969), e Capoeira de Besouro, de Paulo César Pinheiro (2010).....	262

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico/Tabela 1: Percentual de pessoas que praticaram algum esporte ou atividade física, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade, por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil - 2015	146
Gráfico/Tabela 2: Percentual de pessoas que não praticaram esporte, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade, por sexo, cor ou raça e grupos de idade – Brasil -2015	148
Gráfico/Tabela 3: Percentual de pessoas que praticaram algum esporte ou atividade física, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões – 2015.....	149
Gráfico/Tabela 4: Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que praticaram algum esporte ou atividade física, no período de referência de 365 dias, por classe de rendimento mensal domiciliar per capita – Brasil – 2015.....	150
Gráfico/Tabela 5: Percentual de pessoas que não praticaram esporte ou atividade física, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo, a cor ou raça, os grupos de idade e nível de instrução – 2015.....	151
Gráfico/Tabela 6: Percentual de pessoas que praticaram algum esporte, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade, por sexo, cor ou raça e grupos de idade -Brasil – 2015.	152
Gráfico/Tabela 7: Modalidade de esporte e de atividade física, distribuição de pessoas - Brasil – 2015.....	153
Gráfico/Tabela 8: Distribuição de pessoas de 15 anos ou mais de idade que praticaram esporte e de pessoas que praticaram atividade física, por modalidade, segundo sexo e grupo de idade - Brasil – 2015.	154
Gráfico/Tabela 9: Motivo para não praticar esporte, distribuição de pessoas por sexo - Brasil- 2015.....	155
Gráfico/Tabela 10: Motivo para praticar esporte e atividade física, distribuição de pessoas por sexo – Brasil-2015.	156
Gráfico/Tabela 11: Média semanal de horas de atividade física em 29 países – 2021.....	158
Gráfico/Tabela 12: Percentual de pessoas que tinham um professor ou instrutor de acordo com a modalidade esportiva ou modalidade física praticada - Brasil – 2015.....	163
Gráfico/Tabela 13: Frequência e modalidade de esporte e atividade física, distribuição por pessoas – Brasil – 2015.....	164
Gráfico/Tabela 14: Praticantes e não praticantes de atividade física de acordo com gênero, idade, escolaridade, renda familiar e ocupação – Brasil – 2024.....	167
Gráfico/Tabela 15: Praticantes e não praticantes de atividade física de acordo com classificação econômica, cor e região – Brasil – 2024.	167
Gráfico/Tabela 16: panorama de cuidados de pessoas e afazeres domésticos por sexo – Brasil – 2022.....	169
Gráfico/Tabela 17: tipos de atividades físicas realizadas – Brasil – 2024.....	172
Gráfico/Tabela 18: proporção de mulheres ocupadas no trabalho doméstico – América Latina – 2018.....	175
Gráfico/Tabela 19: Estimativa da distribuição da população escrava no Brasil Imperial em 1872.....	209
Gráfico/Tabela 20: Estimativa da população brasileira de acordo com “raça” e sexo – Brasil Imperial – 1872	210

Gráfico/Tabela 21: Estimativa da população do Brasil Imperial de acordo com a “raça” e condição social formal de liberdade ou escravidão	211
Gráfico/Tabela 22: Estimativa da população negra (preta e parda) de acordo com censo nacional imperial de 1872	211
Gráfico/Tabela 23: Estimativa da característica da população africana expatriada e escravizada no Brasil, conforme sexo, maioridade civil e capacidade de trabalho	212
Gráfico/Tabela 24: Perfil dos profissionais de segurança pública do Brasil, de acordo com critério de raça	217
Gráfico/Tabela 25: Estimativa de distribuição das profissões exercidas por homens escravizados no Brasil Império em 1872.....	221
Gráfico/Tabela 26: Estimativa de distribuição das profissões exercidas por mulheres escravizadas no Brasil Império em 1872.....	222
Gráfico/Tabela 27: Estimativa de distribuição das profissões exercidas por homens livres no Brasil Império em 1872	223
Gráfico/Tabela 28: Estimativa de distribuição das profissões exercidas por mulheres livres no Brasil Império em 1872	224

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 ASPECTOS HISTÓRICOS ORIGINÁRIOS DA PRODUÇÃO DA CULTURA CORPORAL	46
2.1 A fisiologia do corpo histórico	46
2.2 O conteúdo social das objetivações da cultura corporal e seu principal suporte de valor	57
3 O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO COMO UNIDADE FUNDAMENTAL À ANÁLISE DA PRODUÇÃO DA CULTURA CORPORAL NO CAPITALISMO	70
3.1 Apontamentos iniciais sobre a produtividade da atividade social esportiva	70
3.2 Os Jogos Olímpicos: <i>lócus</i> privilegiado da ideologia capitalista	77
3.2.1 <i>As Olimpíadas de Tóquio de 2021 e a pandemia de COVID-19: a função social material do sistema esportivo</i>	78
3.2.2 <i>A fetichização do atleta medalhista e o sequestro das pautas sociais identitárias no contexto dos Jogos Olímpicos de Tóquio: a função social ideológica do sistema esportivo</i>	93
3.2.2.1 <i>Entre o “We Can Do It” e o “World Skate”</i>	93
3.2.2.2 <i>Entre o “Self Made Man” e o “Start Your Impossible”</i>	100
3.2.2.3 <i>Entre o “Fair Play” e a exploração da força de trabalho</i>	112
3.2.2.4 <i>Entre o “It Could Be You” e a socialização da cultura corporal reservada às massas</i>	135
4 AS OBJETIVAÇÕES CORPORAIS POPULARES COMO INSTRUMENTO DE LUTA POR UMA PRODUÇÃO SOCIALISTA DA CULTURA CORPORAL	183
4.1 As culturas populares e o estilhaçamento das classificações hegemônicas	183
4.2 Articulação e resistência da cultura popular aos interesses dominantes no capitalismo dependente brasileiro: apontamentos a partir da capoeira	199
4.2.1 <i>Cultura popular, repressão e resistência</i>	201
4.2.2 <i>Cultura popular, articulação aos interesses dominantes e resistência</i>	235
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: Aproximações entre a Pedagogia Histórico-crítica, as objetivações culturais populares e a Educação Física brasileira	272
EPÍLOGO	287
REFERÊNCIAS	296

1 INTRODUÇÃO

Toda coisa útil deve ser considerada sob um duplo ponto de vista: o da qualidade e o da quantidade. Cada uma dessas coisas é um conjunto de muitas propriedades e pode, por isso, ser útil sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, as múltiplas formas de uso das coisas é um ato histórico.
Marx, em O Capital

A afirmação marxiana (2013) de que descobrir os diversos aspectos úteis das coisas, portanto, “as múltiplas formas de uso das coisas”, configura um ato histórico exige a compreensão de que os aspectos úteis e as formas de uso das coisas são determinados socialmente; de que, como explicita o autor (2011), as necessidades de consumo, as formas de consumo e os próprios consumidores são resultados de um dado processo de produção.

Esta pesquisa tem como premissa o fato de que o processo histórico-crítico de incorporação das objetivações da cultura corporal ao saber escolar não pode perder de vista a prática social como critério, fundamento e finalidade do trabalho pedagógico e considera a cultura corporal como um tipo de prática social particular, inserida no âmbito da prática social mais ampla.

O trabalho é a prática social por excelência, a atividade social que ao transformar a natureza, humanizando-a, produz o próprio ser humano enquanto sujeito histórico. Toda prática social se refere sempre à totalidade de um processo coletivo que objetiva, materializa uma atividade social; refere-se a uma unidade entre sujeito e objeto que dá origem a coisas, objetivações, que existirão independentemente da subjetividade e consciência individuais (Triviños, 2006).

De todas as práticas sociais descendentes mais ou menos diretas do trabalho, mas nunca plenamente autônomas em relação a ele, arrisca-se dizer que as objetivações culturais corporais – que permeiam tanto as aulas de Educação Física como as de artes – são aquelas nas quais sujeito e objeto se mostram mais imbricados, porque esse tipo de objetivação cultural, que tem por principal suporte material o próprio corpo humano, teima em escancarar de modo prático e sensível que a imediatividade da sobrevivência é insuficiente ao processo de humanização.

A **tese** aqui defendida considera que *um ensino histórico-crítico em Educação Física deve orientar-se pelas relações sociais de produção das objetivações corporais*, tomando-as não apenas como produtos a serem

socializados, mas levando em conta o processo mais abrangente de produção e reprodução de uma dada objetivação corporal. Para tanto, coloca como condição a articulação de duas proposições.

A primeira proposição *defende a cultura corporal como um tipo de prática social*, inserido no âmbito da prática social mais geral, que possui por especificidade o fato de a atividade social de produção das objetivações da cultura corporal terem por principal suporte material o próprio corpo humano em atividade social e expressiva.

A segunda proposição, desdobramento da primeira, defende que um ensino brasileiro em Educação Física radicado na luta de classes não pode se limitar a socializar as objetivações da cultura corporal mais desenvolvidas sob a determinação da totalidade capitalista, reivindicando *a produção de um tipo de saber escolar que, orientado pela Pedagogia Histórico-crítica e pela ciência da história, também incorpore aquelas objetivações da cultura corporal popular brasileira que, produzidas sob a determinação dos conflitos antagônicos próprios à racialização da luta de classes, possuem por conteúdo nuclear e em estado latente atividade humano-genérica de resistência contra a superexploração do trabalho e a dominação cultural*.¹

O **objeto mais geral** desta investigação diz respeito à *produção da cultura corporal na totalidade capitalista*. Buscou-se tratar desse objeto de modo a tomar parte em duas tarefas de ordem coletiva: a primeira diz respeito à apreensão da cultura corporal como uma categoria radicada na ciência da história e a segunda à elaboração permanente de uma Educação Física histórico-crítica que leve em conta as formas particulares que a totalidade capitalista assume na periferia do capital, tendo em vista a problemática da incorporação das objetivações corporais populares à produção do saber escolar a ser socializado pela escola estatal brasileira.

A adjetivação histórico-crítica anunciada na tese tem a explícita intenção de radicar a educação escolar na luta de classes, colocando-a a favor dos interesses – não apenas imediatos, mas também históricos – dos explorados pelo modo de

¹ Enquanto a primeira proposição é de inspiração marxista, respaldada especialmente na Introdução dos *Grundrisses* (2011) e no primeiro capítulo de *O Capital* (2013), a segunda é influenciada pela obra de Duarte, *Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo* (2016), que dialoga, dentre outros autores, com Marx, de forma mais pontual com o capítulo 5 de *O Capital* (2013).

produção capitalista. Trata-se de não perder de vista que são numerosas e complexas as relações de interdependência entre 1. o trabalho educativo escolar, 2. a determinação deste trabalho pela totalidade capitalista, mas também pelas particularidades das formações sociais concretas que integram esta totalidade e 3. o projeto social mais amplo de ruptura e superação do capitalismo pelo socialismo, projeto que abarca a possibilidade de uma produção socialista da cultura corporal.

Quanto à produção cultural no bojo da luta de classes, *a adjetivação popular não pode se referir unilateralmente a qualquer tipo de produto acabado e seu consumo, mas antes a um processo produtivo determinado e suas relações sociais de produção*; no sentido mesmo proposto por Marx (2011), ao considerar a determinação da produção sobre os demais momentos que ela compreende, distribuição, troca e consumo.

Quando Rancière (2009) define por estética a forma de fazer e de dar visibilidade a esse fazer por meio da partilha do sensível, ele alerta para uma dupla partilha: partilha-se de um fazer comum e, no interior desse comum, há a partilha das tarefas destinadas a cada um; mas o autor alerta que há ainda de se considerar aqueles que, em razão da atividade social que exercem, estão excluídos de determinados comuns:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que releva, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes perspectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. O cidadão, diz Aristóteles, é quem *toma parte* no fato de governar e ser governado. Mas uma outra forma de partilha precede esse tomar parte: aquela que determina os que tomam parte. O animal falante, diz Aristóteles, é um animal político. Mas o escravo, se compreende a linguagem, não a “possui”. Os artesãos, diz Platão, não podem participar das coisas comuns porque eles *não têm tempo* para se dedicar a outra coisa que não seja o seu trabalho. Eles não podem estar em outro lugar *porque o trabalho não espera*. A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce (p. 15-16, grifos do original).

Nesta pesquisa, toma-se a liberdade de interpretar a elaboração de Rancière (2009), sobre a estética como modos de fazer e de dar visibilidade a esse fazer por meio da partilha do sensível, a partir da maneira com que Marx (2011), em seus esboços da crítica da economia política de 1857-1858, apreende o processo de

produção, criticando a produção em geral e abstrata, própria à economia burguesa, e demonstrando que distribuição é antes de tudo a distribuição dos meios de produção e das funções que os sujeitos exercem em um processo de produção determinado, que o consumo é antes de tudo consumo da força de trabalho e que um processo de produção produz não apenas produtos determinados, mas também as necessidades, os consumidores e formas de consumo e que a produção, apesar de também determinada pelos momentos de troca, distribuição e consumo, o é apenas de modo unilateral: “uma produção, por sua vez, certamente é também determinada, *em sua forma unilateral*, pelos outros momentos”. (Marx, 2011, p. 53, destaque do autor).

Relacionando esta análise marxiana – da determinação da produção sobre os demais momentos do processo produtivo, o modo de vida e a constituição dos sujeitos (2011) – àquelas sobre o valor das objetivações humanas (2013), considera-se que o processo de produção, que possui centralidade na atividade social humana desde a concepção do produto à sua materialização, determina, de modo multilateral: 1. a função social, valor de uso, de dado produto; 2. o tempo médio social de trabalho dispendido no processo de produção de um produto e, assim, o valor não apenas de uso, mas também aquele balizador das relações de troca; 3. no modo de produção capitalista a produção do mais-valor (também nomeado de mais-valia), que se relaciona à exploração da mercadoria força de trabalho, de maneira que a classe trabalhadora seja totalmente expropriada do excedente de riqueza por ela produzido; 4. e também a valoração referente às normas morais e padrões estéticos das diferentes objetivações humanas, porque apesar deste processo de valoração, na sociedade capitalista, tender a assumir uma aparência apenas subjetiva, ele está radicado na luta de classes e se relaciona, dentre outros aspectos, com a raça e o gênero dos sujeitos. Trata-se de tipos valores que, se por um lado, não se equivalem, por outro, só podem ser apreendidos em suas relações.

Diante do exposto, é significativo apontar que a opção pelo uso do termo *objetivação corporal*, ou *objetivação da cultura corporal*, propõe o desvelamento da indissociabilidade entre 1. a atividade de produção geradora de valor (a objetivação na condição de processo) e 2. o produto na sua condição de suporte sensível, material, do valor determinado por essa atividade (a objetivação na condição de

resultado); e que, neste sentido, a cultura corporal não é compreendida como uma prática social e categoria que se restringem ao trabalho pedagógico escolar.

Sendo as objetivações da cultura corporal práticas sociais no âmbito da prática social mais geral – afirmação coerente com o fato de que, em seu processo de produção e reprodução, a principal objetivação sensível da sua atividade de produção é o próprio corpo humano em atividade social expressiva – *seu caráter popular (ou não) só pode ser apreendido de suas relações sociais de produção*.

De acordo com Canclini (1983, p. 33) a análise de um produto cultural “não pode concentrar-se nos objetos ou bens culturais, deve ocupar-se do processo de produção e circulação social dos objetos e dos significados que os diferentes receptores lhe atribuem”.

Nesta pesquisa, defende-se que uma objetivação corporal popular diz respeito a formas populares de partilha do sensível: à ocupação de lugares menos estranhados (alienados) no processo de produção de dada objetivação corporal; a um tipo de produção que permita ao sujeito uma relação mais orgânica com a sua atividade social, com os demais sujeitos, com seus corpos e com a objetivação/produto resultante do processo. Trata-se de uma distribuição/partilha no processo de produção e reprodução que possibilita que se tome parte na concepção do produto e no gerenciamento do processo e não apenas em tarefas de execução constrangidas e formas de consumo mais alienantes do que humanizadoras.

No capitalismo dependente², a cultura popular é marcada pela racialização e superexploração da força de trabalho; nesse sentido, a cultura popular pode ser

2 Considerando a trajetória formativa da autora deste trabalho como professora e pesquisadora da Educação Física escolar, salienta-se que as elaborações aqui propostas se fundamentam na crítica da economia política, na ciência da história e na Pedagogia Histórico-crítica. É importante esclarecer que as elaborações que fazem referência à Teoria Marxista da Dependência resultam de um esforço inicial, ainda bastante insipiente, de aproximação a esta teoria, no entanto, um esforço exigido pela natureza do objeto investigado e da tese defendida. Ao que parece à autora e ao orientador deste trabalho, trata-se de uma teoria que pode contribuir com a problematização da incorporação das objetivações culturais populares à produção histórico-crítica do saber escolar brasileiro, uma vez que a produção e reprodução das objetivações culturais são atravessadas pelas determinações da dependência, do subdesenvolvimento e do colonialismo impostos às nações latino-americanas, dentre elas a brasileira. Para aprofundamento sobre a Teoria Marxista da Dependência, sugere-se: *Dialética da Dependência* (Marini, 2017); *O Capitalismo Dependente Latino-americano* (Bambirra, 2015); e *Teoria da Dependência: balanço e perspectiva* (Santos, T., 2015). Em relação à incorporação da Teoria Marxista da Dependência pela Pedagogia Histórico-crítica, sugere-se: *A Pedagogia Histórico-crítica e a Teoria*

interpretada como aquela que resiste à sua articulação aos interesses dominantes, mesmo diante das contradições próprias ao processo de sua incorporação tanto pelo Estado, na construção de uma identidade nacional, como pela burguesia dependente associada à imperialista, na construção da indústria cultural local. (Borja, 2023)

Nesta pesquisa, entende-se que a racialização da luta de classes coincide com o processo de racialização da força de trabalho próprio ao capitalismo dependente. E que, portanto, a racialização da luta de classes promove formas particulares de se resistir à superexploração da força de trabalho, de se produzir os modos de vida e as objetivações culturais.

Ao tratar sobre a relação entre a colonização nas Américas pelas classes dominantes europeias e o processo de racialização da força de trabalho, Borja (2023, p. 40) explicita que:

Esse sistema de dominação entre povos de diferentes matrizes étnico-raciais vai ser o alicerce sobre o qual se formará o capitalismo dependente. Podemos argumentar que, no momento de sua transição ao capitalismo, as formações econômico-sociais latino-americanas assumiram um marcado corte étnico-racial na gênese de suas classes fundamentais, isto é, há um processo determinante de racialização da força de trabalho no capitalismo dependente (Souza, 2023). Onde as classes subalternas são majoritariamente constituídas pelas matrizes dos povos ameríndios e africanos, e as classes dominantes são constituídas pelas matrizes dos povos europeus colonizadores. Destacamos que essas matrizes étnico-raciais são também matrizes culturais, o que vai dar à classe trabalhadora dos países latino-americanos não só um corpo próprio, uma forma material concreta para a mercadoria força de trabalho, mas também uma cultura particular. Portanto, o modo de vida das classes subalternas no capitalismo dependente será herdeiro das tradições culturais ameríndias e africanas, que vieram a constituir o núcleo fundamental da cultura popular latino-americana.

Nesse sentido, a cultura popular pode ser entendida como uma expressão da luta de classes e como “uma forma de resistência à exploração capitalista, forma pela qual as classes subalternas organizam sua luta”. (Borja, 2023, p. 33).

De acordo com o autor, pensar a cultura popular, desde o ponto de vista da crítica da economia política, requer a observação dos momentos de trabalho e de não trabalho das classes subalternas:

No caso da classe trabalhadora, sua cultura pode ser dividida em dois momentos fundamentais: 1- a cultura laboral dentro do espaço de trabalho e de exploração pelo capital; 2- seu modo de vida particular fora do espaço de trabalho, suas condições de vida e reprodução social no tempo livre. Esses dois momentos têm características socioeconômicas distintas, na medida em que a jornada de trabalho delimita o tempo de consumo da mercadoria força de trabalho pelo capital, com a respectiva exploração e produção de mais-valor; enquanto o tempo livre demarca o momento de produção e reprodução da mercadoria força de trabalho em si, ou seja, a reprodução social da classe trabalhadora em determinadas condições materiais de vida (Borja, 2023, p. 34).

E ao tratar da constituição da cultura popular, o autor explicita a importância de considerar a relação entre o modo de vida da classe trabalhadora e a cultura específica por ela produzida, a fim de compreender a cultura popular como um campo em disputa:

Nesse sentido, a cultura popular se define nos termos do modo de vida e da produção cultural das classes subalternas. Abarcando, portanto, a produção, circulação e consumo dos bens materiais necessários à reprodução social, o que configura seu modo de vida particular; assim como a produção, circulação e consumo de sua produção cultural específica. Conforme argumentado, a partir dessa definição é possível abordar a cultura popular desde a crítica da economia política e entendê-la como um campo em disputa, um dos palcos principais da luta de classes (Borja, 2023, p. 37).

O modo de vida da classe trabalhadora é marcado pela exploração da sua força de trabalho. Marini (2017, p. 334) explicita que a superexploração do trabalho na periferia do capital é uma determinação do desenvolvimento capitalista que se dá a partir do centro e que impõe sua hegemonia por meio de formas particulares de exploração dos trabalhadores da América Latina:

Pois bem, os três mecanismos identificados — a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. [...] importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho

é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho.

Neste trabalho, a cultura popular brasileira é caracterizada, de modo mais amplo, como um tipo de cultura que empreende relações sociais de produção que resistem a um modo de vida, próprio ao capitalismo dependente, determinado pela racialização da luta de classes e pela superexploração da força de trabalho.

Na correlação de forças engendrada no contexto da luta de classes, a cultura popular, a brasileira de modo mais particular e a latino-americana de modo mais abrangente, pode se configurar como alternativa das classes subalternas na luta pela hegemonia, tanto externamente, em relação à totalidade capitalista, quanto internamente, no que se refere à posição que a burguesia nacional e dependente assume contra o povo (Capela, 2021)³.

No entanto, ratifica-se que é preciso considerar que como expressão da luta de classes, do modo de vida e da cultura específicas das classes subalternas, em seu confronto com a hegemonia burguesa, a cultura popular tende a ser disputada pelos aparelhos estatais e privados, que busca incorporá-la aos seus interesses dominantes, conforme denunciado por Borja (2023, p. 38):

Interpretar dialeticamente a cultura popular exige pensá-la em movimento, com historicidade, processualidade e contradição. A luta em torno da cultura popular promove sua constante transformação e acentua também seu caráter contraditório. Embora constituída como uma cultura de resistência das classes subalternas à exploração, a cultura popular sofre uma pressão contínua das classes dominantes e de seus meios materiais de construção da hegemonia, sejam eles meios estatais ou aparelhos privados. Essa pressão tende a reformular a cultura popular em função dos interesses das classes dominantes. Ou seja, podemos captar um trânsito frequente entre cultura dominante e cultura popular no processo hegemônico. Daí a cultura popular carregar em si tanto elementos de contestação quanto elementos de reprodução da estrutura de dominação de classes nas sociedades capitalistas.

3 O trabalho de Capela (2021), *Pelos Caminhos de uma vida nova: fragmentos para uma Educação Física libertadora e bio-cêntrica*, apresenta-se como uma contribuição original, ao se valer da Teoria Marxista da Dependência para propor uma Educação Física brasileira. Embora sua investigação apresente análises teóricas importantes, destaca-se que ela está radicada numa linha teórico-epistemológica que se difere – embora não seja antagônica – à ciência da história e à concepção pedagógica histórico-crítica com a qual se alinha o trabalho aqui apresentado. Capela se pauta na perspectiva libertadora freiriana e em perspectivas fenomenológicas da Educação Física, diante das quais o trabalho aqui apresentado tem divergências consideráveis.

Ainda assim, mesmo sob os constantes ataques burgueses, a cultura popular “não é a esfera onde o socialismo ou uma cultura socialista – já formada – pode ser simplesmente expressa. Mas é um dos locais onde o socialismo pode ser construído. É por isso que a cultura popular importa” (Hall *apud* Fiorezi, 2009, p. 23).

Quanto aos seus objetivos gerais, esta pesquisa faz o esforço de tratar a cultura corporal como uma categoria radicada na ciência da história e busca contribuir com elaboração permanente de uma Educação Física histórico-crítica brasileira que leve em conta as formas particulares que a totalidade capitalista assume na periferia do capital, a forma capitalista dependente, tendo em vista a problemática da incorporação das objetivações corporais populares à produção do saber escolar socializado pela escola estatal brasileira.

No que se refere aos seus objetivos específicos, esta pesquisa se propõe, por um lado, a problematizar, no âmbito da Educação Física, o critério de maior desenvolvimento adotado pela Pedagogia Histórico-crítica como orientador para seleção de conteúdos, e, por outro, a problematizar e disputar a cultura corporal popular no âmbito do trabalho educativo escolar estatal brasileiro como um instrumento da classe explorada na luta pela hegemonia.

Para problematização do critério de maior desenvolvimento para seleção de conteúdos em Educação Física, optou-se pela retomada da crítica ao esporte de alto rendimento, forma mais desenvolvida em que se expressa a cultura corporal na totalidade capitalista e que produz material e ideologicamente a necessidade de esportivização das mais diversas práticas corporais, de modo a articulá-las aos interesses dominantes. Esportivização que, no capitalismo dependente brasileiro, como será demonstrado no capítulo III, é atravessada por intenções eugênicas e higienistas.

Próni (2002, p. 34) indica que a década de 1970 representou um momento de amadurecimento dos debates, especialmente na Europa, sobre os conteúdos e finalidades da Educação Física, sobre as dimensões sociopolíticas do esporte e sobre a crise dos valores esportivos: “a escravidão do atleta, a obsessão pela vitória a qualquer preço, a utilização política dos eventos, a prioridade para formação de campeões, a comercialização predatória, a influência crescente da publicidade.” No que diz respeito à pesquisa aqui apresentada, pondera-se que a crítica ao esporte de alto rendimento recua à mesma medida que: são aprofundados os vínculos entre

a atividade social esportiva e a produção de mais-valor (aprofunda-se a cadeia produtiva em torno do esporte, de modo a integrá-lo cada vez mais ao processo de acumulação de capital); se secundariza ideologicamente a centralidade da luta de classes (inclusive em diferentes campos políticos e educacionais que se reconhecem como progressistas e críticos); firma-se a perspectiva do fim da história (na qual o capitalismo se apresenta como o modo de produção último que requer apenas correção de seus desvios); e propaga-se a ideia de pós-modernidade e avançam as políticas neoliberais.

Vale pontuar que o esporte de alto rendimento, forma mais desenvolvida em que se expressa a cultura corporal na totalidade capitalista, também se enquadra na caracterização de universalizado, clássico, sistematizado, mais bem elaborado e, caso não fosse a “popularização” unilateralizada de determinadas modalidades por meio da espetacularização – que reserva às pessoas da classe trabalhadora a condição de espectadoras sem a garantia de que elas possam usufruir da prática de modo mais multilateral –, também erudito.

Nesse sentido, a problematização sobre o critério de maior desenvolvimento adotado pela Pedagogia Histórico-crítica para seleção de conteúdos, que é pautado, ainda que não exclusivamente, no método de apreensão da realidade discutido por Marx em sua crítica da economia política (2011), acontece por meio de análises que se debruçam sobre elementos empíricos relacionados, sobretudo, aos Jogos Olímpicos de Tóquio, realizados em 2021, evento que conjugou dois fatores relevantes: como toda Olimpíada, tratou-se de uma edição da principal demonstração do alto grau de desenvolvimento, universalização e sistematização do sistema esportivo, mas teve por peculiaridade transcorrer em meio à crise pandêmica de COVID-19.

Já a problematização e disputa da cultura corporal popular no âmbito do trabalho educativo escolar estatal brasileiro, consideram a possibilidade de as objetivações corporais populares atenderem aos interesses dominados ao se configurarem em instrumento da classe explorada na luta pela hegemonia. No entanto, a incorporação da cultura corporal popular ao saber escolar brasileiro tem sido prioritariamente reivindicada por perspectivas relativistas que se orientam por questões identitárias, de fundamental importância, mas que ficam esvaziadas de seu conteúdo revolucionário se deixam de estar radicadas na luta de classes.

Daí a importância de que a incorporação da cultura corporal popular ao saber escolar se dê por meio da *Pedagogia Histórico-crítica*, levando em consideração as orientações mais basilares da ciência da história, que propõe observância 1. à necessidade de os seres humanos garantirem as suas sobrevivências; 2. às formas de cooperação estabelecidas entre os seres humanos não só para garantirem sua existência, mas também para produzirem seus modos de vida; e 3. à produção de necessidades mais humanizadoras, que superem a imediatez das necessidades de primeira ordem e que possam enriquecer as individualidades e os sentidos humanos. (Marx e Engels, 2007).

Para Coutinho (2011, p.19, destaques do original), a concepção gramsciana de hegemonia diz respeito à “*direção política-ideológica fundada no consenso*, enquanto diversa (mas complementar) da *dominação fundada na coerção*”. Ao conceituar luta hegemônica, a partir da concepção gramsciana, Dermeval Saviani, (2007, p.3) explicita que:

Luta hegemônica significa precisamente: processo de desarticulação-rearticulação, isto é, trata-se de desarticular dos interesses dominantes aqueles elementos que estão articulados em torno deles, mas não são inerentes à ideologia dominante e rearticulá-los em torno dos interesses populares, dando-lhes a consistência, a coesão e a coerência de uma concepção de mundo elaborada, vale dizer, de uma filosofia.

Há de se considerar que, ao processo de desarticulação (dos interesses dominantes) e rearticulação (em torno dos interesses populares) dos elementos que a essa pesquisa interessam – as objetivações da cultura corporal –, não é sem importância a identificação do processo de sua articulação aos interesses dominantes. Bracht (1992) aponta que a esportivização da cultura corporal, processo por meio do qual as mais diversas práticas corporais assumem códigos e valores próprios ao esporte de alto rendimento, é uma das formas centrais de articulação da cultura corporal aos interesses concomitantemente materiais e ideológicos dominantes.

Nesse sentido, se às camadas populares parece interessar, por um lado, lutar pela socialização do esporte como um direito, já adquirido formalmente, mas não de fato – luta que em um primeiro plano logra consenso entre as mais diferentes perspectivas políticas e educacionais –, por outro lado, esse bem menos evidente, interessa a elas lutar contra o processo de esportivização (e/ou espetacularização)

sofrido pelas mais diferentes objetivações da cultura corporal popular. Processo pelo qual são subtraídas duas das características mais humanizadoras da produção da cultura corporal: a autonomia relativa historicamente conquistada frente ao trabalho produtivo (considerado aqui como o trabalho de primeira ordem, mantenedor da sobrevivência humana) e um tipo de partilha do sensível mais coletivista, horizontalizada e menos estranhada de sua produção e reprodução.

No que diz respeito aos ***questionamentos que nesta pesquisa a prática coloca à teoria***, pontua-se que o processo de aproximação e delimitação do objeto e dos objetivos, ora explanados, foi resultado de um aprofundamento, bem como de negação e superação, de problemáticas abordadas em dissertação de mestrado⁴ defendida em 2018 e que tomou por seu objeto o ensino da capoeira na Educação Escolar em uma perspectiva histórico-crítica.

É a partir do mestrado que a tensão mediadora entre o ensino da cultura corporal e os pressupostos da Pedagogia Histórico-crítica passa a se configurar em elemento central de análises sobre especificidades que a socialização do conhecimento assume nas aulas de Educação Física na escola estatal brasileira. Trata-se de análises gestadas a partir de problematizações que surgiram no âmbito de um trabalho educativo escolar – norteado pela Pedagogia Histórico-crítica e com contribuições da perspectiva Crítico-superadora da Educação Física, teorias fundamentadas no materialismo histórico-dialético – que vem sendo desenvolvido, desde 2011, na rede pública municipal de ensino de Jundiaí (SP), com alunos das séries iniciais (primeiro ao quinto ano) do ensino fundamental.

É oportuno explicitar que esse trabalho docente vem se constituindo como demanda de um posicionamento de classe de uma professora que, desde meados do ano 2000, faz parte da prática social da capoeira regional⁵, que no sudeste do Brasil é aquela prioritariamente socializada com a classe trabalhadora e a que

4 A dissertação *Capoeira na escola: política, ética e estética na roda* (Polido, 2018) foi defendida em outubro de 2018 no Instituto de Artes da UNESP, no programa de Arte e Educação – linha de pesquisa Processos artísticos, experiências educacionais e mediação cultural – e pode ser acessada em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154836>

5 Esta consideração se pauta na diferenciação entre capoeira regional e de Angola, e toma a capoeira adjetivada por contemporânea como um desdobramento da capoeira regional, uma vez que os grupos de capoeira de Angola tendem a estar unidos pela ideologia da pureza e do retorno a uma suposta capoeira mãe, de matriz africana. Sobre a relação histórica entre a capoeira regional e a capoeira de Angola, sugere-se a leitura da obra *O Jogo de Capoeira: corpo e cultura popular no Brasil*, de Luiz Renato Vieira (1995).

melhor sintetiza as contradições de classes expressas no processo de esportivização e/ou espetacularização sofrido pela cultura corporal popular brasileira.

A princípio, nos estudos desenvolvidos no mestrado, essa tensão mediadora questionava a prática à luz da teoria pedagógica Histórico-crítica, resultando em questões do tipo: a capoeira é um conhecimento clássico? Trata-se de uma objetivação suficientemente sistematizada e universalizada da cultura corporal? O critério de maior desenvolvimento histórico pode ser atribuído à capoeira? E, por vezes, foi cometido o equívoco de tentar fazer com que a prática se adequasse à teoria no esforço de dar uma coerência interna à pesquisa.

Os esforços de problematização e superação desse movimento inicial possibilitaram que, no processo investigativo do doutorado, *a teoria pedagógica fosse repensada à luz da prática*, conduzindo à formulação de questionamentos de outra ordem: o que implica o critério de maior desenvolvimento para seleção dos conteúdos escolares em uma Educação Física brasileira orientada pela luta de classes? Trata-se de um critério igualmente válido para todas as disciplinas escolares? O que significa dizer ser imprescindível que os dominados dominem os mesmos elementos culturais que os dominantes para que ocorram transformações sociais consistentes? O que significa afirmar que a cultura popular não requer socialização escolar por já ser de pertencimento da classe trabalhadora? Diante das contradições do modo de produção capitalista, como a cultura popular pode atender aos interesses dos explorados?

Esses questionamentos da prática à teoria resultam de um processo permanente de estudos, incorporações e questionamentos a certas teses e princípios defendidos pela Pedagogia Histórico-crítica, teoria central ao desenvolvimento da investigação desenvolvida, e indicam a necessidade de se considerar no bojo da totalidade capitalista tanto as particularidades próprias à formação social brasileira, quanto as especificidades pertinentes à transmissão do conhecimento nas aulas de Educação Física escolar.

Para se pensar **as objetivações da cultura corporal como objeto da Educação Física escolar**, parte-se da consideração de Saviani, D. (2007; 2013) de que o ato de produzir no indivíduo singular a humanidade, criada historicamente pelo gênero humano – ato que abarca a constituição no indivíduo de uma

concepção de mundo histórico-crítica⁶ –, por meio da educação formal, depende da promoção de um processo de ensino que seja pautado na produção de um saber escolar que tenha por matéria-prima os conhecimentos científicos, artísticos e ou filosóficos historicamente mais desenvolvidos. Mas é importante salientar que isso se deve ao fato de tais conhecimentos mais desenvolvidos serem compreendidos como aqueles potencialmente mais humanizadores, enriquecedores da individualidade humana.

Toda disciplina escolar tem por referência uma ciência ou uma área de conhecimento que, por sua vez, abarca *objetos de pesquisa* que lhe são peculiares, com formas de produção específicas. Com efeito, uma dada objetivação do gênero humano, ao integrar o trabalho didático escolar, carece ser elaborada em *objetos de ensino*. A elaboração dos objetos de ensino integra um processo de produção mais amplo, *a produção do saber escolar*.

No prefácio à terceira edição de sua obra *Saber Escolar, Currículo e Didática*, Nereide Saviani (2006, p. XVI-XVII) sintetiza algumas formulações gerais ao tratar sobre a “natureza e especificidade do saber escolar”:

- a noção de saber escolar é um conjunto de conhecimentos, idéias, hábitos, valores, convicções, técnicas, recursos, artefatos, procedimentos, símbolos etc. selecionados da cultura global da sociedade e organizados para fins de ensino, em processos/relações peculiares, que compõe o modo de ser/fazer/sentir da escola;
- que nele consiste não mera transposição dos saberes/fazeres de referência para a sala de aula, mas numa reinvenção da cultura, cuja característica principal é a seleção de elementos passíveis de serem aprendidos (e ensinados) formalmente, ainda quando já constituídos em tradição;
- que a sua produção e veiculação se dão por trajetórias sinuosas e tumultuadas, num processo de lutas de várias dimensões, resultando em decisões negociadas;
- que a sua organização se expressa nos currículos e nas matérias escolares e respectivos programas;
- que as noções de currículo e de disciplinas escolares se ligam às idéias de controle do processo pedagógico, estabelecimento de prioridades segundo as finalidades da educação (de acordo com o público a que se destina e com os

6 Defende-se que esta produção também pode e deve se dar em outras instâncias formativas, como a educação popular, os movimentos sociais, políticos e sindicais, os movimentos artísticos e culturais, as associações de bairros, as associações desportivas etc., dentre outras formas de organização social que atravessam e compõem a formação humana. Há um entendimento equivocado de que a perspectiva histórico-crítica, ou seja, uma perspectiva de classe e revolucionária, se aplicaria apenas ao contexto escolar, e que, mesmo no contexto escolar, não atenderia às especificidades, por exemplo, da educação infantil. O trabalho coletivo e permanente da produção e promoção da Pedagogia Histórico-crítica tem sido o de, considerando as especificidades dos mais diversos contextos formativos, enriquecer a individualidade humana e contribuir, de modo mediado - porque a partir da socialização do conhecimento e da produção de uma concepção de mundo revolucionária - para a superação do capitalismo.

interesses em disputa) e ordenação, seqüenciação e dosagem dos conteúdos de ensino;
 - que as disciplinas escolares, embora fazendo parte da história dos currículos, apresentam trajetória própria, com relativa autonomia;
 - que a elaboração dos currículos e programas, a valorização de seus elementos, a hierarquização das disciplinas, obedecem a modelos estandardizados de educação de massas, com normas, critérios, padrões estabelecidos por organismos internacionais. [sic]

Considera-se nesta pesquisa que a tarefa de socialização do gênero humano no contexto do trabalho educativo escolar se efetiva justamente por um tipo de mediação entre o gênero humano e os indivíduos humanos promovida pelo saber escolar. E, ao que parece, a possível autonomia relativa que o processo de produção do saber escolar pode conquistar depende da apreensão, tanto quanto for possível, da intrínseca relação entre o processo de produção do saber escolar e as determinações infligidas a esse processo pela totalidade capitalista, considerando as diferentes formas particulares, concretas, por meio das quais essa totalidade se manifesta.

Para Saviani, N. (2006), o desafio de tomar parte na produção do saber escolar compreende, dentre outras coisas: 1. a seleção de conhecimentos produzidos pelas diferentes ciências - ou daqueles investigados com rigor teórico por determinadas áreas de conhecimento; 2. a conversão dos conhecimentos selecionados em objetos de ensino; e 3. a promoção de formas adequadas de transmissão destes objetos de ensino aos alunos concretos da escola estatal⁷. A autora esclarece que em uma perspectiva pedagógica orientada pela luta de classes os *objetos de ensino* são aqueles conhecimentos ao mesmo tempo técnicos e políticos - tenha-se maior ou menor consciência deste fato - que *necessitam ser valorizados e adequadamente trabalhados com a finalidade de serem apropriados pelas massas populares, instrumentalizando-as para uma efetiva participação social*.

Saviani, N. (2006) também chama atenção para o fato de que a seleção de conhecimentos e a sua elaboração em objetos de ensino também se traduzem na

7 Nesta pesquisa, considera-se que tomar parte na produção do saber escolar é um desafio coletivo a ser levado a cabo também na prática cotidiana dos professores, mas que a extrapola tanto em direção às pesquisas em educação, como em direção às mobilizações dos trabalhadores da educação, estudantes e demais pessoas pertencentes à comunidade escolar, que venham a se organizar pelas condições materiais e imateriais que permitirão aos professores atuarem como uma classe de intelectuais orgânicos das massas populares.

captura da estrutura da disciplina escolar lecionada, o que implica a *apreensão dos aspectos mais gerais do processo de produção do objeto peculiar à ciência (ou área de conhecimento) de referência de dada disciplina escolar*.

Para a teoria Crítico-superadora, o objeto de pesquisa da Educação Física enquanto área de conhecimento – e que carece ser incorporado ao saber escolar e elaborado em objetos de ensino a serem transmitidos nas aulas de Educação Física escolar - são as manifestações⁸ da cultura corporal, que pode ser caracterizada como:

[...] o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas (Soares *et al.*, 1992, p. 8).

Uma questão importante a esta pesquisa é o fato de que, ao tomarmos as objetivações da cultura corporal como objeto de pesquisa da Educação Física, *travamos contato com objetivações culturais que não se configuram como produções/objetivações científicas*. A cultura corporal corresponde a um tipo prática social, constituída no âmbito da prática social mais geral de produção das objetivações humano-genéricas prioritariamente imateriais, que abarca objetivações culturais que possuem por principal suporte de valor, ainda que não seja o único, o próprio corpo humano em atividade expressiva e em relação social⁹.

A identificação, ainda que em termos gerais, do processo de produção daquele objeto de pesquisa que se configura em matéria-prima a ser elaborada em

8 Aqui é mantido o termo “manifestações da cultura corporal” para ser fiel aos seus autores. No entanto, devido ao esforço de compreensão da cultura corporal como um tipo de prática social que não se limita ao contexto do trabalho pedagógico, opta-se, diante da necessidade de apreensão do processo de produção dos conhecimentos que servem de referência às disciplinas escolares pelos termos “prática corporal” e “objetivação corporal”. Essa opção possui coerência com as discussões realizadas no primeiro capítulo desta pesquisa (em especial no seu segundo item) e que se pautam em Marx (2013) para abordar a relação entre a “atividade de valor” – que coincide com a atividade social de produção – e a “objetivação sensível da atividade de valor” – que coincide com o suporte material da atividade social de produção –, no que se refere às objetivações corporais.

9 Vale salientar que essa é uma característica comum a todas as objetivações reconhecidas socialmente como pertencentes à Educação Física, mas que também diz respeito a determinadas objetivações artísticas, como, por excelência, as artes cênicas (teatro e dança). É nesse sentido que algumas objetivações culturais integram tanto a Educação Física e como as Artes: a dança, o circo e toda uma diversidade de objetivações da cultura popular brasileira. A explicação histórica dessa vinculação orgânica entres as objetivações da cultura corporal e as objetivações artísticas é abordada no primeiro capítulo desta pesquisa.

objetos de ensino é um elemento relevante ao coletivo de professores engajados na produção do saber escolar orientado pela luta de classes. Se os objetos de ensino de uma disciplina escolar derivam de produções científicas, o professor, em sua tarefa de estudar na perspectiva de quem ensina, relaciona com objetivações culturais que já superaram o senso comum a partir de bases epistemológicas específicas, ainda que sob os limites da lógica formal e da especialização. Seus desafios técnico-políticos em tomar parte no processo de produção do saber escolar são em parte determinados e mais bem delimitados pela própria ciência de referência da sua disciplina escolar.

A tentativa de apreensão do processo de produção da cultura corporal, ainda que em termos gerais, exige o esforço de identificação do movimento histórico e contraditório na realidade das diferentes objetivações da cultura corporal que serão elaboradas em objetos de ensino.

Nesse sentido, ainda está na ordem do dia a problemática, levantada por Soares *et al.* (1992), da necessária superação das perspectivas hegemônicas em Educação Física escolar. Seja a superação daquelas perspectivas de caráter biologicista, que tomam por seu objeto de pesquisa a aptidão física e que na contemporaneidade são assumidas mais contundentemente fora do ambiente escolar, no entanto, sem deixar de afetá-lo fortemente; seja daquelas perspectivas que, ao negarem a aptidão física, assumem caráter relativista e idealista, pois, mesmo considerando que o objeto da área se identifica com manifestações culturais, tendem a considerar que a cultura é uma produção da somatória de atividades e sentidos individuais e não uma produção histórica do gênero humano, fazendo da Educação Física escolar um espaço que não ultrapassa os limites do senso comum.

Essa tendência de tomar a cultura como algo da dimensão meramente subjetiva e individual, e não social e histórica, tem se naturalizado na prática pedagógica cotidiana, de modo a incorporar de forma equivocada a ideia do indivíduo como produtor de cultura. Por isso, boa parte dos professores não se sente nada desconfortável em escutar ou dizer que o aluno é produtor de cultura, que a criança da educação infantil é produtora de cultura, que o professor é produtor de cultura etc. Como se a cultura fosse mesmo uma espécie de teia na qual se entrelaçam as atividades e os sentidos individuais, ou seja, na relação dialética entre a produção histórica do gênero humano e a apropriação de elementos dessa

produção pelos sujeitos, as perspectivas relativistas ora igualam os dois polos, ora subjagam o polo determinante, deixando de firmar os pés na realidade.

O coletivo de professores engajado na luta de classes que se propõe a socializar as objetivações humano-genéricas que compõem o acervo histórico da cultura corporal, em seu desafio técnico-político de tomar parte na tarefa de produção do saber escolar, deve considerar, por um lado: *1. que a forma de humanização dos alunos por meio desse tipo de objetivação não se identifica ou se equivale, ainda que deva se relacionar, à forma de humanização promovida através das objetivações científicas e, por outro, 2. que terão por matéria-prima do processo de elaboração dos objetos de ensino, objetivações culturais que coincidem com práticas sociais que, de modo geral, tendem a se apresentar como concreto empírico, ou seja, ainda carentes de um tipo radical de historicização orientado pela ciência da história que possa conferir caráter revolucionário ao trabalho educativo escolar.*

No entanto, mesmo diante das especificidades das formas de produção dos diferentes tipos de objetivações humano-genéricas que a escola se propõe a socializar e da especialização do trabalho docente pautado na anacrônica organização manufatureira do trabalho educativo escolar, denunciada por Alves (2006), considera-se que existem objetivos próprios à educação escolar na perspectiva da luta de classes que podem conferir unidade ao trabalho docente.

Trata-se de levar os alunos a superarem o senso comum para além dos limites impostos pela lógica formal, e, ao mesmo tempo, a articularem as objetivações culturais aos interesses dominados. Nesse sentido, defende-se que *cada uma das disciplinas escolares, a partir da transmissão de seus objetos de ensino específicos, contribua tanto quanto possível diante das condições materiais dadas para o processo de apreensão pelos alunos da realidade em sua totalidade, e apreender a realidade é compreender como a vida é produzida.*

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de

exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (Marx e Engels, 2007, p. 87, destaque em itálico do original).

Parece ser justamente o estabelecimento desta orientação comum às diferentes disciplinas escolares a estratégia contemporânea viabilizadora do desenvolvimento de uma educação escolar mais multilateral, ainda que ela ocorra de forma contraditória diante da divisão social do trabalho e sua consequente especialização, reflexo na escola da organização do modo de produção capitalista.

Mas é preciso alertar que *o sentido de totalidade aqui referido é aquele explicitado por Alves (2006, p. 10, destaque em itálico do original e em negrito nosso):*

*Totalidade [...] nada tem a ver com as imprecisas noções de "todo", de "contexto social", sistematicamente presentes nas falas dos educadores. Totalidade, no caso, **corresponde à forma de sociedade dominante em nosso tempo: a sociedade capitalista. Apreender a totalidade implica, necessariamente, captar as leis que a regem e o movimento que lhe é inerente.** Educação, como parte da *totalidade social*, não conduz à *totalidade*, por mais que as boas intenções dos educadores procurem fazê-lo através de um mergulho nas questões especializadas da área. Aliás, a especialização já é uma limitação ideológica, pois não permite apreender a educação como uma questão social, como uma questão que diz respeito à *totalidade*.*

De acordo com Soares *et al.* (1992), uma socialização dos conteúdos tendo em vista a apreensão da realidade em sua totalidade é uma tarefa que deve permear todo o percurso escolar por meio de um trato dos conhecimentos que rompa com a linearidade a-histórica do ensino, superando-a pelo princípio da espiralidade da incorporação das referências da realidade no pensamento.

Não se pode perder de vista a tarefa de levar os alunos a apreenderem a forma hegemônica de produção da vida social, o que deve contemplar a constatação de que existiram e existem outras formas de relações sociais e de que o modo de produção capitalista necessita ser superado por modos mais igualitários e humanizadores, a exemplo do socialista como transição ao comunista.

Nesse sentido, considera-se que, em uma educação radicada na prática social e orientada pela luta de classes, *a desnaturalização do modo capitalista de produção, que sempre se materializa por meio de formações sociais concretas, é*

um elemento que deve atravessar todo o trabalho educativo escolar. Mas essa tarefa político-pedagógica não se dá de maneira direta, não ocorre por meio de qualquer tipo de prática autoritária ou doutrinadora, dá-se por meio do estabelecimento de um profundo reconhecimento e afeto de classe entre os professores e a comunidade da qual fazem parte (e/ou com a qual trabalham) e, concomitantemente, por meio da socialização de objetivações humano-genéricas, na escola elaboradas em instrumentos teóricos, práticos e valorativos que, ao serem incorporados pelos alunos da classe explorada, produzirão individualidades qualitativamente mais ricas, quantitativamente ainda mais diversificadas umas das outras e atravessadas pela necessidade da produção de um modo de vida socialista, como transição a um modo de vida comunista.

Toda estratégia que não produz a necessidade de uma relação de afeto de classe entre as pessoas da comunidade escolar, sobretudo entre professores e alunos, e que limita o trabalho intelectual do professor de tomar parte na tarefa mais ampla de produção do saber escolar coincide com a desumanização e precarização do trabalho docente.

*Quanto à identificação da **unidade fundamental (mínima) de análise** pertinente à produção da cultura corporal na totalidade capitalista, objeto mais geral desta pesquisa, levou-se em consideração a tese metodológica, explicitada por Marx (2011), de que são as manifestações do objeto de pesquisa em seu nível superior de desenvolvimento que possibilitam a apreensão do desenvolvimento histórico deste objeto. Nesse sentido, o esporte de alto rendimento, forma mais desenvolvida em que se expressa a cultura corporal, mostra-se como chave de compreensão das relações sociais que se estabelecem no processo de constituição de diferentes objetivações da cultura corporal na totalidade capitalista.*

O esporte de alto rendimento, que coincide com a mensuração precisa e quantitativa do rendimento atlético, representa a expressão abstrata mais simples que sintetiza as múltiplas determinações da cultura corporal na totalidade capitalista, possibilitando apreender pela sua análise aspectos fundamentais do movimento contraditório e complexo do desenvolvimento histórico das demais objetivações que compõem o acervo da cultura corporal. Foi preciso um grande desenvolvimento histórico das objetivações corporais para se apreender o rendimento corporal como um traço comum a todas elas.

De acordo com a obra de Jean-Marie Brohm, *Sociologia Política do Esporte*, publicada pela primeira vez em 1976:

El deporte es la materialización abstracta del rendimiento corporal. Esta definición preliminar permite comprender todas las demás determinaciones del hecho deportivo y de su constitución. *El deporte no se convierte en una categoría práctica, simple, pura y abstracta* más que con su desarrollo más rico y más universal en la sociedad industrial capitalista y poscapitalista. A medida que la práctica deportiva, competitiva, se hacia cada vez más sistemática, las categorías deportivas se habían igualmente cada vez más puras. *En otras palabras, la categorización simple no está en el comienzo, sino al final, en tanto que producto histórico. Es el propio proceso histórico el que produce la categoría simple como expresión abstracta;* pura y perfecta de la práctica deportiva compleja. (Brohm, 1982, p. 30-31, destaque nosso). [sic]

Ao contrário das perspectivas para as quais o esporte é um termo polissêmico, esta pesquisa se orienta pela proposição de Brohm (1982, p. 37), na qual o esporte não é exatamente um fenômeno que abarca uma diversidade de práticas corporais, mas antes uma totalidade. Isso não significa negar as múltiplas determinações do esporte e suas diferentes objetivações, mas exige a apreensão do esporte como uma unidade diferenciada: “el deporte no es una institución unitaria, sino una unidad diferenciada, altamente jerarquizada, en la que se entrecruzan diferentes instancias y niveles de competición”.

Trata-se de uma unidade sistematizada, institucionalizada e universalizada sob o modo de produção capitalista, que tem por elemento central a competição e por finalidade a mensuração objetiva, em termos positivistas, do rendimento corporal:

El deporte es un sistema institucionalizado de prácticas competitivas, con predominio del aspecto físico; delimitadas, reguladas, codificadas y reglamentadas convencionalmente, cuyo objetivo confesado es, sobre la base de una comparación de pruebas, de marcas, de demostraciones, de prestaciones físicas, designar al mejor concurrente (el campeón) o de registrar la mejor actuación (récord). El deporte es, pues, un sistema de competiciones físicas generalizadas, universales, abierto por principio a todos, que se extiende en el espacio (todas las naciones, todos los grupos sociales, todos los individuos pueden participar) o en el tiempo (comparación de los récords entre diversas generaciones sucesivas), y cuyo objetivo es el de medir y comparar las actuaciones del cuerpo humano concebido como potencia siempre perfectible. El deporte es, pues, en definitiva, el sistema cultural que registra el progreso corporal humano objetivo, es el positivismo institucionalizado del cuerpo, el museo de las actuaciones, el archivo de los éxitos a través de la historia. Es la institución que la humanidad ha descubierto para tomar nota de su progresión física continua; el conservatorio del récord donde quedan registradas sus hazañas. La historia del deporte está concebida explícitamente como una mitología de la

ininterrumpida ascensión hacia la superación: «citius, altius, fortius». Es ese espíritu nuevo, industrial, que refleja todas las categorías centrales del modo de producción capitalista y las subsume bajo el principio de rendimiento que integra al cuerpo humano en una fantástica carrera hacia el éxito. Esta conciencia deportiva es parte constitutiva del universo industrial contemporáneo (Brohm, 1982, p. 11).

Ao tratar sobre a unidade de análise fundamental à pesquisa de um dado objeto, Elkonin (2019, p. 23-24, destaques do original) tece as seguintes considerações sobre a importância de se substituir o método que “desintegra o todo em elementos a serem analisados” por um tipo de análise “desagregadora das unidades”:

Marx inicia *O capital* com o capítulo “A mercadoria”. A mercadoria era para Marx a unidade em cuja forma desenvolvida aparecem todas as peculiaridades e contradições internas do modo capitalista de produção. Vigotski, ao investigar os problemas da fala e do pensamento, foi o primeiro a aplicar em psicologia o método desagregador do todo. “Entendemos por unidade” - escreveu Vigotski - “o produto da análise que, diferente dos elementos, possui todas as *propriedades fundamentais do todo*, propriedades que são inclusive, partes vivas e indivisíveis dessa unidade.

Nesse sentido, o esporte de alto rendimento, elemento hegemônico do sistema esportivo que representa da forma mais simples e abstrata a mensuração objetiva do rendimento atlético, configura-se em uma chave de análise central à tarefa de elaboração da cultura corporal em uma categoria radicada na ciência da história, por ser historicamente a forma mais desenvolvida em que se expressa a cultura corporal no capitalismo, aquela que melhor integra as forças produtivas desenvolvidas pelo modo de produção capitalista e sintetiza as suas contradições.

O desenvolvimento do esporte de alto rendimento se dá por meio da incorporação e promoção de conhecimentos científicos em seu processo de produção, do estabelecimento formal da divisão entre trabalho intelectual e prático, da distribuição das funções que os sujeitos exercem de forma especializada e alienada em tal processo de produção, da organização de associações (clubes, federações, confederações, comitês etc.) que permitirão a sua regulamentação rígida e universalização, dentre outros aspectos que lhe conferem aprimoramento técnico e sistematização mais desenvolvidos e a capacidade de impactar consideravelmente o tipo de subjetividade e valores que as pessoas em geral, mesmo as não praticantes, estabelecem, na totalidade capitalista, com seus próprios corpos, com os corpos de outros sujeitos e com as diversas práticas

corporais. E este impacto se expressa de formas particulares a depender das formações sociais concretas, como é o caso daquelas de caráter dependente na totalidade capitalista.

Se, por um lado, não é possível apreender o movimento contraditório na realidade das demais objetivações da cultura corporal sem a apreensão do esporte de alto rendimento, faz-se necessário problematizar que, de modo geral, uma determinada objetivação prioritariamente imaterial, sistematizada e universalizada sob o modo de produção capitalista, assumirá a condição de mercadoria ou um papel central em dada cadeia produtiva, refletindo de maneira sintética a lógica e a ideologia própria a este modo de produção.

Também vale o alerta de que, para a ciência da história, o termo “desenvolvimento” não possui a mesma conotação do seu uso no senso comum, não está situado dentro de um espectro dualístico de consideração moralmente positiva ou negativa. O fato de Marx reconhecer, por exemplo, o modo de produção capitalista como o mais desenvolvido e tomar como unidade fundamental de sua análise o produto em sua forma mercadoria, de modo algum, indica que esse modo de produção e o desenvolvimento dos produtos em sua forma mercadoria atendam às necessidades humanas mais basilares da grande maioria das pessoas ou que produzam nelas necessidades mais ricas e humanizadoras. O movimento metodológico de Marx tem por objetivo a apreensão da realidade sem a qual ficam inviabilizadas a superação radical e intencional do modo de produção capitalista.

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada relação histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam as suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem em meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco (Marx, 2011, p. 58).

No entanto, Marx (2011, p. 58-59, acréscimo entre colchetes referente à nota do tradutor) alerta que, apesar das categorias mais desenvolvidas serem vias de apreensão de realidades precedentes, não se trata de apagar as diferenças históricas:

[...] se é verdade que as categorias da economia burguesa têm uma verdade para todas as outras formas de sociedade, isso deve ser tomado *cum grano*

salis [como um grão de sal, com reservas]. Elas podem conter tais categorias de modo desenvolvido, atrofiado, caricato etc., mas sempre com uma diferença essencial.

Apesar dos esforços da ideologia dominante em apresentar seus próprios interesses como se fossem universais e seu modo de produção como definitivamente o mais desenvolvido, outros modos de produção da vida humana existiram e foram superados e outras formas de relações sociais seguem sendo engendradas, mesmo sob a determinação do modo de produção capitalista, como nos demonstra a ciência da história; e, dentre as tendências históricas de transformação, encontra-se a possibilidade de superação do modo de vida capitalista pelo modo de vida socialista.

Considera-se que uma análise do esporte de alto rendimento a partir da ciência da histórica não pode prescindir, no que diz respeito à educação brasileira, da consideração da nossa formação social capitalista dependente, do nosso processo de colonização e do lugar periférico que ocupamos no modo de produção capitalista. As funções sociais que o esporte de alto rendimento e as demais objetivações da cultura corporal cumprem, assim como as que podem vir a cumprir diante das possibilidades históricas dadas – o agravamento da barbárie ou a superação do capitalismo –, estão intrinsecamente relacionadas às diferentes particularidades históricas e às diferentes formações sociais existentes no interior da totalidade capitalista.

Sobre as formas peculiares de realização do universal, Alves (2006, p. 13, destaque do autor) explicita que:

[...] as formas mais desenvolvidas de um dado fenômeno são as chaves para a compreensão das formas menos desenvolvidas [...] na medida em que as relações sociais no universo à imagem e semelhança do capital. Se dessas considerações emerge o caráter universal dos fenômenos que ocorrem sob a égide do modo de produção capitalista, elas não excluem o fato de que as formas singulares de realização do capital, em distintas nações do universo, produzem manifestações peculiares daqueles mesmos fenômenos, que necessitam ser apreendidas pela pesquisa científica. Isso quer dizer que categorias científicas mais gerais não podem ser exclusivas nem excludentes no processo de investigação científica, pois o singular não é uma forma de realização reflexa do universal. Mesmo sendo a única forma sob a qual o universal se realiza, *o singular é sempre uma forma peculiar de realização do universal*. Por conter, inclusive, aspectos que fogem às formas mais desenvolvidas do universal, o singular exige, também, a construção [ou seleção] de categorias científicas apropriadas à sua apreensão plena.

O critério de maior desenvolvimento para seleção de conteúdo adotado pela Pedagogia Histórico-crítica está radicado nas formulações metodológicas marxianas, aqui brevemente apontadas, e é explicitado por Saviani, D. (2013, p. 8-9, destaques em itálico nossos), ao delimitar a tarefa assumida pela Pedagogia Histórico-crítica, mas, juntamente a esse critério, o autor atenta para a importância da apreensão do processo de produção das objetivações culturais a serem socializadas pela escola:

Em suma, é possível afirmar que a tarefa a que se propõe a pedagogia histórico-crítica em relação à educação escolar implica:

- a) *Identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações como as tendências atuais de transformação.*
- b) Conversão do saber objetivo em saber escolar, de modo que se torne assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares.
- c) *Provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação.*

Ao que parece, nós, professores que assumimos a Pedagogia Histórico-crítica, ao interpretarmos essa tarefa, temos nos ocupado em defender as “formas mais desenvolvidas”, algumas vezes por meio de análises unilaterais que tendem a considerar as objetivações culturais apenas em sua dimensão de produtos finais negados ao consumo da classe trabalhadora, e dado menor importância à exigência do *reconhecimento das “condições de produção” e “atuais tendências de transformação”* das objetivações culturais próprias a cada uma das disciplinas escolares.

Esse equívoco é potencializado quando se trata do processo de socialização das objetivações da cultura corporal, uma vez que estas são em si práticas sociais e não são resultados diretos de produções científicas. Em outras palavras, por vezes, no processo de elaboração das objetivações corporais em objetos de ensino, desmerecemos a relevância daquilo que Marx (2011) denomina por *“relações determinadas da produção”*.

O que esta pesquisa busca evidenciar é que - na especificidade da Educação Física escolar na periferia do capital, tendo em vista a relação entre área de conhecimento de referência e sua correspondente disciplina escolar e levando em conta a distinção entre atividade de pesquisa e atividade de ensino - o fato de

determinada objetivação no campo da pesquisa poder configurar-se em unidade fundamental (mínima) de análise, devido ao seu alto grau de desenvolvimento histórico, *não indica, por conclusão e transferência imediatas*, que - no bojo do trabalho educativo escolar afinado com a necessidade de superação do capitalismo, pela construção prática e permanente do socialismo - tal objetivação mais desenvolvida será sempre a que atenderá de forma mais efetiva – através de sua incorporação ao saber escolar – a determinados interesses dominados.

Na formação social capitalista dependente brasileira – considerando as limitações materiais para o trabalho escolar em Educação Física e as perspectivas pedagógicas de caráter idealista que logram hegemonia –, a incorporação das objetivações esportivas ao saber escolar (determinadas hegemonicamente pelo esporte de alto rendimento) tende a reproduzir (prioritariamente de modo simbólico, mas por vezes também de modo material) aspectos do modo de vida imposto ao povo brasileiro pela totalidade capitalista, podendo promover e/ou naturalizar elementos hegemônicos do seu modo de produção, como por exemplo a competição, a hierarquização, a defesa da institucionalidade burguesa, bem como a observância às suas regras fixas, o preconceito ao elemento popular, a exclusão, a meritocracia e a alienação. (Bracht, 1986)

Quanto à delimitação das ***categorias fundamentais à análise*** do objeto desta pesquisa, a produção da cultura corporal na totalidade capitalista, observou-se os pressupostos elaborados por Marx e Engels, em *A ideologia Alemã* (2007), sobre a ciência da história. Os autores alertam sobre a importância de se investigar um dado objeto sempre considerando sua relação com o trabalho de primeira necessidade, as formas de cooperação estabelecidas no processo de sua produção e as necessidades sociais por ele produzidas. Nesse sentido, determinou-se para esta pesquisa duas categorias fundamentais às análises: *a categoria trabalho – em especial o trabalho produtivo, considerado como aquele que atende às necessidades de primeira ordem –, e a categoria produção - em especial as relações sociais de produção.*

O *trabalho*, conforme Marx e Engels (2007), é a maneira essencial de organização de uma sociedade, o que significa dizer concretamente que a base das relações sociais são as relações sociais de produção. A relação entre cultura corporal e o trabalho mantenedor da sobrevivência humana mostra-se fundamental

à identificação de diferentes funções sociais que a cultura corporal pode assumir no modo de produção capitalista.

[...] devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, *a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos* (Marx e Engels, 2007, p. 32-33, destaque em itálico nosso).

Nogueira (1990) aponta que a expressão “trabalho produtivo” é usada por Marx e Engels de forma polissêmica, mas que se podem considerar duas principais acepções: uma mais geral, que diz respeito a todo trabalho que tem por resultado um produto material, e uma específica ao modo de produção capitalista, que se refere à exploração da força de trabalho resultante na produção de mais-valor.

Ao tratar do sentido dado pelos autores à expressão “trabalho produtivo” no que se refere à união entre ensino e trabalho, a autora explicita que:

Ao se fazer um levantamento em todas as passagens onde a idéia de união do ensino com produção é evocada, pôde-se perceber que, embora a expressão “trabalho produtivo” seja a mais freqüente, ela é substituída, em certos textos, por expressões tais como: “trabalho físico”, “trabalho manual”, “trabalho fabril” ou ainda “produção material”, apontando todas elas para o sentido geral da noção de trabalho. (Nogueira, 1990, p. 90-91). [sic]

Nesta pesquisa, faz-se uso da expressão “trabalho produtivo” em seu sentido mais abrangente, referindo-se ao trabalho mais imediatamente relacionado à manutenção da vida humana, e especifica-se o caráter que o trabalho produtivo tende a assumir no modo de produção capitalista pelo termo “trabalho produtor de mais-valor”.

Quanto à *categoria produção*, é relevante pontuar que é o processo de produção que determina as funções sociais das objetivações humanas. De acordo com Marx (2013), apreender as funções sociais de dada objetivação humana, suas múltiplas formas de uso, quais necessidades são por ela atendidas e produzidas – sejam necessidades do estômago ou da imaginação – é tarefa importante para compreender a sua produção e suas tendências históricas de transformação. Esse

tipo de compreensão, de acordo com Saviani, D. (2013), integra os esforços de conferir intenção revolucionária ao trabalho educativo escolar de transmissão da cultura.

O processo de produção, que, como nos explica Marx (2011), integra os momentos de distribuição, troca e consumo, fornece não apenas um produto que atende a uma necessidade de um consumidor, mas também produz modos específicos de consumo e novas necessidades de consumo e produção, sejam estas mais ricas ou mais desumanizadoras:

O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É autoevidente que troca e consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma que distribuição como distribuição dos produtos. No entanto, como distribuição dos agentes de produção, ela própria é um momento de produção. Uma produção determinada, portanto determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como relações determinadas desses diferentes momentos entre si. A produção, por sua vez, certamente é determinada, *em sua forma unilateral*, pelos outros momentos (Marx, 2011, p. 53, destaques do original).

Defende-se, a partir da interpretação do texto marxiano, que em última instância um dado modo de produção, que integra formas específicas de distribuição, troca e consumo, contribui para a determinação da formação de nossos corpos, individualidades, necessidades de consumo e práticas sociais.

No que se refere à **dimensão propositiva desta pesquisa**, defende-se que aos professores de Educação Física comprometidos com a luta de classes não basta tomar uma objetivação da cultura corporal em sua condição, ainda que provisória, de objetivação final, sendo preciso não perder de vista as suas relações sociais de produção e as maneiras como elas se vinculam ao trabalho produtivo. Trata-se de considerar as objetivações da cultura corporal como práticas sociais, levar em conta a relação que cada uma delas estabelece com o trabalho que atende às necessidades de primeira ordem, quais novas necessidades por ela são produzidas, quais formas de cooperação são estabelecidas em seu processo de produção e quais as suas tendências históricas de transformação.

As relações determinadas da produção da cultura corporal no capitalismo dependente articulam as abstrações mais universais do modo de produção capitalista

às formações sociais concretas e apontam para a necessidade de que se problematize como as relações sociais de produção e reprodução da cultura corporal popular brasileira podem contribuir com uma produção do saber escolar que, orientada pela ciência da história, possa instrumentalizar os alunos da classe explorada brasileira em seu processo de apreensão da realidade e de possível participação social, opondo-se aos interesses dominantes. O que vai ao encontro da constatação da necessidade da luta por uma produção socialista da cultura corporal e por uma escola que, além de estatal, seja de fato pública.

Debruçar-se sobre as relações sociais de produção da cultura corporal no capitalismo dependente permite refutar a afirmação de que as objetivações culturais populares já são de pertencimento da classe trabalhadora e que por isso não requerem a sua socialização no ambiente escolar. No modo de produção capitalista isto não encontra correspondência com a realidade, pois a classe trabalhadora tem sido expropriada de todo o resultado de seu trabalho, tanto das objetivações prioritariamente materiais, como das chamadas por Marx de espirituais, especialmente no que se refere aos povos que se situam na periferia do capital.

A cultura corporal popular sofre um constante e complexo processo de esportivização e/ou espetacularização, por meio do qual é cada vez mais determinada e sequestrada pelo modo de produção capitalista, tendo suas relações estreitadas ao trabalho produtivo, com a intenção de que ela integre o processo de produção de mais-valor, podendo inclusive assumir a condição de mercadoria.

Mesmo em relação àquelas práticas sociais que buscam articular a cultura popular aos interesses dominados, pode haver a carência de uma apropriação historicizadora das objetivações culturais populares pela classe explorada, ou seja, de um processo de instrumentalização que permita compreender a cultura popular como síntese de atividades humanas de resistência à superexploração do trabalho e à dominação cultural e que questione como é possível a sua articulação, na atualidade, aos interesses históricos dominados.

É nesse sentido que o critério para seleção de conteúdos pautado na identificação do produto em sua forma mais desenvolvida, ao menos no que diz respeito à socialização da cultura corporal, não é suficiente para o processo de seleção de conteúdos no contexto de uma educação escolar norteadas por intenções revolucionárias no capitalismo dependente. É preciso a consideração das relações sociais de produção, caso se queira obter maiores chances de contribuir com a

produção, nos alunos, de um tipo de individualidade que seja coerente com práticas sociais contestadoras do modo de vida capitalista.

As relações sociais de produção da cultura corporal popular podem vir a ser tomadas na Educação Física escolar brasileira como um importante instrumento de desnaturalização do modo de produção capitalista, o que vai ao encontro de uma crítica radical ao esporte de alto rendimento e aos interesses por ele atendidos e do reconhecimento da necessidade de sua superação. Trata-se de um tipo de instrumentalização que carrega a possibilidade de que os alunos apreendam a totalidade capitalista sem desconsiderar as particularidades da formação social dependente brasileira e que pode contribuir com a organização de práticas sociais norteadas por valores de uso da cultura corporal que se oponham à superexploração da força de trabalho e à dominação cultural.

Se por um lado não se trata de rechaçar a socialização da cultura popular pela escola, por outro não se pode cair no engodo de um possível retorno e reivindicação de uma suposta cultura popular salvífica, verdadeira e revolucionária em si mesma. A questão está no uso da cultura corporal popular como instrumento da classe explorada:

- no processo de desnaturalização das relações capitalistas de produção da cultura corporal, em especial das relações sociais naturalizadas por meio do esporte, forma mais desenvolvida em que se expressa a cultura corporal na totalidade capitalista;
- na apreensão da formação social brasileira, de modo que os alunos reconheçam o sujeito histórico que se é no bojo da racialização da luta de classes e da superexploração da força de trabalho;
- na organização de formas de cooperação, de partilha do sensível, mais coletivistas e horizontalizadas no processo de produção e reprodução da cultura corporal, no qual os sujeitos tenham uma relação menos estranhada com seus corpos (rechaçando as padronizações estéticas burguesas impostas por meio do discurso ideológico da promoção de saúde), com seus pares (de modo a reconhecer as diferenças entre as pessoas sem desconsiderar a humanidade comum) e com as atividades que executam (questionando a execução de tarefas estranhadas, a regulamentação fixa e a competição como elemento hegemônico das práticas corporais). Trata-se mesmo de levar em conta a preocupação basilar de Marx e de Engels que atravessa seus dispersos apontamentos sobre educação, conforme a pesquisa de Nogueira (1990), de que à classe explorada fosse oferecida uma educação escolar que permitisse uma

efetiva participação na concepção e no gerenciamento da produção da vida, das objetivações materiais e imateriais, e não apenas uma participação em tarefas estranhadas de execução;

- na produção de valores éticos e estéticos qualitativamente distintos dos valores hegemônicos burgueses, o que coincide com a produção de novas necessidades coerentes com a articulação dos interesses de classe, raça e gênero dominados na formação social capitalista dependente brasileira.

Trata-se de um processo de instrumentalização para uma prática social histórica possível, que busque articular na contemporaneidade a cultura corporal aos interesses dominados. De forma mediada, trata-se também de instrumentalizar para o processo revolucionário, porque pauta a possibilidade histórica de uma produção socialista, ou seja, de caráter popular, tanto da cultura corporal como da escola estatal brasileiras.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS ORIGINÁRIOS DA PRODUÇÃO DA CULTURA CORPORAL

Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com suas relações sociais. Assim, essas ideias, essas categorias, são tão pouco eternas quanto as relações que elas exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios.
Marx, em *Miséria da Filosofia*

Conhecemos apenas uma única ciência, a ciência da história.
Marx e Engels, em *A ideologia Alemã*

2.1 A fisiologia do corpo histórico¹⁰

A afirmação de que o corpo humano e a cultura corporal são produções históricas exige pensá-los a partir dos diferentes modos com que o ser humano historicamente tem se relacionado com a natureza, modificando-a por meio do trabalho e, assim, modificando a si mesmo.

O trabalho como mediação entre o ser humano e a natureza é um processo histórico essencial que pode ser generalizado, uma abstração válida. Mas essa mediação se complexifica e torna-se mais difícil de ser apreendida na medida em que por meio da propriedade privada dos meios de produção, da divisão social do trabalho e da consequente especialização da atividade do trabalhador, revolucionase o modo de produção da vida material e, por desdobramento, daquilo que os textos marxianos nomeiam por vida espiritual.

Nos *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844*, Marx (2004) explicita que a natureza é o corpo inorgânico do ser humano e que, com o desenvolvimento histórico dos modos de se produzir a vida humana, há todo um processo de humanização da natureza por meio do trabalho, o que faz com que as objetivações materiais e espirituais do gênero humano passem a integrar a produção de um corpo inorgânico cada vez mais ampliado e complexificado. Como consequência,

¹⁰ A interpretação que aqui se faz de algumas proposições de Marx presentes nos *Manuscritos Econômico-filosóficos* (2004) é resultado de um retorno ao texto após o estudo coletivo do livro de György Márkus, *Marxismo e Antropologia: o conceito de "essência humana" na filosofia de Marx* (2015), durante a edição de 2020 da disciplina Trabalho Docente e Escola Pública no Brasil: bases teóricas para uma análise histórico-crítica, ministrada pelo prof. Lucas André Teixeira, no programa onde se desenvolveu a pesquisa ora apresentada.

esse corpo inorgânico enriquecido determina um corpo orgânico com necessidades cada vez mais humanizadas e culturalmente diversificadas.

[...] quanto mais universal o homem [é] do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. Assim como plantas, animais, pedras, ar, luz etc. formam teoricamente uma parte da consciência humana, em parte como objetos da ciência natural, em parte como objetos da arte – sua natureza inorgânica, meios de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente para a fruição e para a digestão –, formam também praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana. Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer (Marx, 2004, p. 84).

Faz-se necessário enfatizar que as *objetivações humanas* são *concomitantemente materiais e imateriais*, isso porque as objetivações prioritariamente materiais sempre são portadoras de significados sociais e as objetivações prioritariamente imateriais sempre carecem de suporte material, ainda que este suporte material seja o próprio “corpo orgânico”.

Não só as objetivações corporais são produtos históricos – prioritariamente imateriais e carecedores do próprio corpo humano como principal suporte de valor, apesar de não ser o exclusivo¹¹ –, mas também o corpo humano é uma produção histórica que não se limita à sua determinação biológica.

Ao ser determinado pela natureza humanizada, ou seja, por seu corpo inorgânico, o corpo orgânico se constitui em um produto histórico, concomitantemente material e espiritual, do gênero humano. O corpo orgânico se identifica com o processo por meio do qual o ser social, ao incorporar elementos da totalidade do seu corpo inorgânico, humaniza-se singularmente, ou seja, produz sua individualidade.

Nos manuscritos econômicos de 1857-1858, nomeados de *Grundrisse*, Marx (2011, p. 40), ao criticar a economia política por tratar as relações burguesas como “irrevogáveis leis naturais da sociedade *in abstracto*”, indica que “quanto mais fundo

11 Uma lança de atletismo, uma bola de futebol, um compilado de regras de um dado esporte, uma vestimenta de uma pessoa bailarina ou ginasta, os óculos de natação, recursos audiovisuais etc. são suportes materiais relacionados a cultura corporal que condensam atividades humano-genéricas.

voltamos na história, mais o indivíduo, e por isso também o indivíduo que produz, aparece como dependente, como membro de um todo maior”, que a época que produz a ideia, a aparência, de um indivíduo isolado “é justamente a época das relações sociais (universais desde esse ponto de vista) mais desenvolvidas até o presente”.

Um estudo sobre a sociedade canaque apresentado por Breton (2012, p. 23) pode ser exemplo significativo para pensarmos aspectos da produção da individualidade humana no sentido da afirmação marxiana. Para os canaques, o corpo animal não se distingue do reino vegetal, sendo a relação com o mundo vegetal não apenas metafórica, mas de identidade substancial. Uma mesma palavra designa tanto um elemento animal como vegetal, por exemplo, *Kara*, que nomeia ao mesmo tempo pele humana e casca de árvore, “o corpo aparece aqui como outra forma vegetal, ou o vegetal como uma extensão do corpo natural. Não há qualquer forma discernível entre esses dois domínios”. Nesse sentido:

Compreende-se imediatamente que a noção ocidental de pessoa é sem consistência na sociedade melanesiana. [...] durante sua vida cada sujeito só existe em relação com os outros. O Homem é apenas um reflexo. Ele não tem sua espessura, sua consistência, a não ser na soma das ligações com seus parceiros. Traço relativamente frequente nas sociedades tradicionais, e que, de resto, remete-nos aos trabalhos da sociologia alemã do começo do século XX, na oposição que ela faz, com Tonnies, por exemplo, entre o vínculo comunitário e o vínculo social. A existência do canaque é aquela de um ambiente de troca no seio de uma comunidade onde nada pode ser caracterizado como indivíduo [...] A *fortiori*, o corpo não existe. Pelo menos não no sentido em que o entendemos hoje em nossas sociedades (Breton, 2012, p. 24-25).

Evidencia-se, assim, que nas sociedades em que o trabalho ocorre por meio de relações menos mediadas com a natureza, seus membros tendem a se distinguir menos uns dos outros e da própria natureza, que é seu corpo inorgânico ainda pouco modificado. Nas sociedades em que o trabalho acontece por meio de relações mais mediadas com a natureza, há tendencialmente uma ampliação e enriquecimento da produção do corpo inorgânico, que passa a contar em sua constituição com uma maior diversidade e complexidade das objetivações do gênero humano. É o processo de incorporação pelos indivíduos da espécie humana de elementos de um corpo inorgânico mais enriquecido e humanizado que abre a

possibilidade da produção de corpos orgânicos com necessidades mais ricas, porque mais mediadas, e mais diversos uns dos outros.

Tem-se assim uma concepção de ser humano que aponta para a superação tanto das perspectivas biologicistas em Educação Física, como das culturalistas/relativistas, porque, sendo histórica, considera a relação entre a determinação material e a produção cultural do corpo humano. Não podemos perder de vista que a fisiologia deste corpo histórico – que conjuga os momentos de produção do corpo inorgânico pela coletividade dos seres humanos no curso da história e a produção de corpos orgânicos singulares pela incorporação de elementos do corpo inorgânico – ocorre por meio de práticas sociais, de atividades humanas, que são atravessadas pela luta de classes, pelos conflitos entre os interesses dominantes e dominados, tanto os mais imediatos, quanto os históricos.

A função nuclear do trabalho, prática social fundamental, é a manutenção da existência tanto da espécie como dos indivíduos humanos. É o desenvolvimento dos modos de produção, ou seja, das formas de organização do trabalho, que possibilita o desdobramento, complexificação e produção de práticas sociais mais mediadas, com maior autonomia relativa frente as atividades mantenedoras da sobrevivência humana. Trata-se mesmo do processo de produção de práticas sociais outras, que extrapolam o trabalho produtivo e resultam em manifestações culturais que, ao serem incorporadas pelos indivíduos, os humanizam de modo mais multilateral, produzindo neles necessidades mais ricas, porque mais distintas do trabalho de primeira ordem.

No entanto, no modo de produção capitalista, a propriedade privada dos meios de produção e a exploração da força de trabalho, tendo em vista a produção de mais-valor, impõem condições alienantes, de estranhamento, às relações cada vez mais mediadas entre o ser humano e a natureza. O ser humano não se reconhece em sua atividade de trabalho, no produto de seu trabalho, nem mesmo em seus pares, ao ponto de o trabalho, no modo de produção capitalista, alienar do indivíduo humano de seu próprio corpo:

[...] o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* [humano]. Faz-lhe da *vida genérica* apenas um meio da vida individual. Primeiro estranha a vida genérica assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada [...]. O trabalho estranhado

faz, por conseguinte: 3) do *ser genérico do homem*, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um *ser estranho* a ele, um meio de sua existência *individual*. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como sua essência espiritual, a sua essência *humana*. 4) uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto de seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o *estranhamento do homem* pelo [próprio] *homem*. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o *outro* homem. O que é produto da relação do homem com seu trabalho, produto de seu trabalho consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem. Em geral, a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana (Marx, 2004, p. 84-86).

Em suas críticas à filosofia alemã de 1845-1846, nomeadas como *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007) apontam ao menos três momentos das relações históricas originárias que determinam uns aos outros e que não podem ser desconsiderados na atividade de compreender a realidade: a garantia da sobrevivência, a condução a necessidades mais mediadas e as formas de cooperação entre as pessoas. Trata-se de elementos basilares da *ciência da história*.

O primeiro pressuposto das relações históricas originárias é que “os homens têm de estar em condições de viver para poder fazer história” e “a primeira coisa a se fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça”. Alimentar-se, vestir-se, abrigar-se é condição fundamental de toda a história (Marx; Engels, 2007, p. 32-33). O trabalho de manter-se vivo segue sendo a prática social sobredeterminante na organização da vida humana. Tanto no desenvolvimento histórico da espécie humana, como na existência do indivíduo humano.

O segundo ponto indicado pelos autores “é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico” (Marx; Engels, 2007, p. 33).

São justamente as necessidades mais mediadas, que não se restringem à sobrevivência, as que mais enriquecem a produção da subjetividade humana:

A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui. O sentido constrangido à carência prática rude também tem apenas um sentido tacanho. Para o homem faminto não existe a forma humana da

comida, mas somente a sua existência abstrata como alimento; poderia ela justamente existir muito bem na forma mais rudimentar, e não há como dizer em que esta atividade de se alimentar se distingue da atividade animal de alimentar-se (Marx, 2004, p. 110).

O terceiro momento que interfere no desenvolvimento histórico originário diz respeito às formas de relação sociais, de cooperação, estabelecidas entre os indivíduos. A família, pois os seres humanos que precisam reproduzir diariamente as suas vidas também criam outros seres humanos, estabelece a relação entre indivíduos de sexos diferentes e entre pais e filhos. E a cooperação ampliada, que integra a força produtiva de uma sociedade. É desta forma que:

[...] as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades [a família se constitui] em relação secundária (salvo na Alemanha) e deve, portanto ser tratada e desenvolvida segundo os dados empíricos existentes e não segundo o “conceito de família” [...] A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia na procriação, aparece desde já como uma dupla relação - de um lado como relação natural, de outro como uma relação social - social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” - que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social, e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas (Marx; Engels, 2007, p. 34).

Tais aspectos basilares: a primazia da manutenção da vida humana, a condução à produção de novas necessidades humanas mais mediadas e as diferentes formas de cooperação entre os seres humanos são fundamentais à análise daquilo que é identificado, pela perspectiva marxista Crítico-superadora do ensino de Educação Física, por “formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal”. (Soares *et al*, 1992, p. 50).

A consideração do corpo humano em sua relação histórica determinada pela natureza humanizada por meio do trabalho delimita, como tarefa coletiva própria ao ensino em Educação Física na perspectiva da luta de classes, a apreensão das relações históricas mais fundamentais da produção da cultura corporal no capitalismo.

As orientações mais basilares de Marx e Engels (2007) sobre a apreensão da realidade na perspectiva da ciência da história indicam que uma investigação sobre a cultura corporal no modo de produção capitalista exige a mobilização das categorias *trabalho*, sobretudo o trabalho produtivo – entendido como aquele necessário à manutenção da existência/sobrevivência humana –, e *produção*, em especial as relações sociais de produção – as formas de cooperação entre os indivíduos produtores –, de modo a desnaturalizar as relações sociais burguesas, que de acordo com Marx (2011) são contrabandeadas como irrevogáveis leis naturais da sociedade.

Há avanços no campo da perspectiva Crítico-superadora quanto à tentativa de conceituação da cultura corporal. Ao contribuir com o debate sobre a “essência da cultura corporal”, Teixeira (2018, p. 49-50) formula nos seguintes termos sua colaboração sobre a “especificidade da cultura corporal”:

Assim, indico que a Cultura Corporal é o conjunto de atividades humanas que surgem, historicamente, a partir das relações sociais de trabalho; se efetivam por ações e operações que buscam satisfazer as necessidades humanas de primeira ordem ou a elas relacionadas, e que ao longo do desenvolvimento do gênero humano assumem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho, pois passam a se orientar por outros significados e sentidos que não estão necessariamente vinculados diretamente ao processo produtivo da vida humana. Buscam, na reprodução social, satisfazer outras necessidades humanas não menos importantes e que concorrem no processo de humanização do ser, em geral são valorizadas em si mesmas. Elas se caracterizam por envolver ações e operações conscientes orientadas por motivos sociais, sejam eles advindos da competição, da exercitação, do agonismo, da sublimação, do lúdico, do estético, da expressão rítmica, e tantos outros que surgem no curso do processo histórico. Com efeito, os motivos das atividades da Cultura Corporal sofrem as determinações das condições materiais de existência (modo de vida), contudo, nesse processo, sempre haverá um motivo que assumirá a função de momento predominante, que guiará a atividade numa dada direção. Na sociedade de classes, sua socialização é restrita, uma vez que a mesma assume a forma de mercadoria, impondo uma formação limitada à maioria da população que não pode pagar para ter acesso, impedindo assim o pleno desenvolvimento das múltiplas potencialidades do ser social. O ensino escolar destas atividades passa obrigatoriamente pela apropriação dos fundamentos (técnico-objetal, axiológico e normativo/judicativo) destas atividades humanas onde é possível estabelecer uma relação consciente com a Cultura Corporal.

Faz-se necessário, no entanto, problematizar a afirmação de Teixeira de que, em seu surgimento histórico, a cultura corporal se refere ao conjunto de atividades “que se efetivam por ações e operações que buscam satisfazer as necessidades humanas de primeira ordem”, ainda que ele explicita que, diante do

desenvolvimento do gênero humano, essas atividades “assumem autonomia relativa” em relação ao processo de trabalho. Parece fazer sentido colocar em relevo que a princípio é justamente a distinção em relação ao trabalho produtivo que faz a cultura corporal coincidir com um tipo de prática social peculiar, compreendendo objetivações prioritariamente imateriais que se relacionam sem se identificar com o seu elemento determinante.

Pondera-se, a partir das análises de Plekanov (1969) e Elkonin (2019), que a cultura corporal, sem estar sob a determinação capitalista, diz respeito a *um conjunto de atividades que se configuraram justamente por se diferenciarem das atividades laborais que as determinam e com as quais se relacionam, a atividades que produzem e atendem a necessidades distintas daquelas próprias ao trabalho garantidor da sobrevivência humana*¹².

A autonomia relativa conquistada pelas objetivações da cultura corporal frente ao trabalho produtivo, bem como a possível subtração dessa autonomia, só pode ser apreendida se considerada a organização da produção material da vida. E se exemplos da constituição e transformação de práticas da cultura corporal, a partir de mudanças na organização da atividade de trabalho de primeira ordem, são mais facilmente apreendidos em formas anteriores de organização da vida – como demonstrado por Plekanov (1969) e Elkonin (2019) ao se debruçarem sobre a constituição das artes e do jogo, respectivamente, analisando a organização social de povos caçadores e coletores –, alguns contextos contemporâneos peculiares no interior da totalidade capitalista também podem ser tomados como exemplo.

Durante o desenvolvimento histórico da cidade de Cananéia, localizada no litoral sul do estado de São Paulo – que algumas pesquisas indicam ser a primeira vila portuguesa fundada no Brasil, no ano de 1531 –, tornou-se comum nas comunidades caiçaras a promoção de práticas festivas de integração comunitária

12 Ao trabalho em Educação Física escolar, essa discussão é especialmente relevante. Polido, Teixeira e Oliveira (2023), ao desenvolverem e analisarem um trabalho educativo escolar de ensino do atletismo, constataram que alunos das séries iniciais do ensino fundamental, ao estudarem essa objetivação da cultura corporal – comumente conceituada de forma equivocada a partir das habilidades motoras de correr, saltar e lançar –, podem identificar equivocadamente atividades humanas pré-históricas com o atletismo. O lançamento que se destina a caçar animais para alimentar um grupo de pessoas, atividade social que com a produção de animais deixou de ser uma prática predominante na garantia do consumo de carne, é fundamentalmente distinto do lançamento de dardo do atletismo. A distinção é determinada pela função social, o lançamento de dardo se destina à mensuração do rendimento atlético. É o modo de produção capitalista que faz do atletismo uma atividade que pode atender a necessidades de sobrevivência por meio da produção do atleta assalariado.

após a realização de mutirões de trabalho, relacionados principalmente às atividades de pesca e roçado. Esses momentos de festa contavam com comida e cachaça, geralmente ofertadas pela família mais diretamente beneficiada pelo mutirão, e com um baile em que a dança sapateada e a música executada por violas, rabecas e adufes indicavam resquícios da cultura ibérica e eram acompanhadas por cantigas de conteúdos relacionados ao cotidiano comunitário, configurando-se assim o fandango de identidade caiçara na região (Souza, Chiquinho e Silva, 2022).

Durante a maior parte do século XX, momento histórico em que o fandango caiçara foi mais bem documentado, o festejo em Cananéia esteve organicamente vinculado a uma organização do trabalho que, mesmo no interior do capitalismo, ainda compreendia elementos da artesanaria. No entanto, a implantação de áreas de preservação ambiental em cidades do vale do Ribeira, a partir da década de 1980, explicitada no decreto n. 90.347 de 23 de outubro de 1984, impactou a atividade produtiva das comunidades caiçaras de Cananéia, inclusive com o deslocamento de muitos moradores para áreas mais urbanizadas.

Com o fim da realização regular dos mutirões de trabalho das comunidades caiçaras de Cananéia, o fandango deixou de cumprir uma determinada função social junto aos trabalhadores caiçaras deslocados de suas atividades produtivas e/ou moradias, levando parte deles a considerar que o fim dos mutirões representou o fim do fandango. No entanto, festejos similares em sua forma seguiram sendo organizados, passando a atender e a produzir outras necessidades, levando o fandango caiçara a ser reconhecido em 2012 como patrimônio cultural imaterial nacional.

Especialmente depois de terem enfrentado desafios como a expulsão de suas terras originais, os habitantes do Lagamar se fortaleceram ao se estruturar em grupos de fandanguheiros. Muitos se formalizaram a partir de núcleos familiares, como os Pereira e os Neves, destacados nas próximas páginas entre os grupos contemporâneos ativos de Cananéia. Outras turmas atuantes criaram conexões a partir dos lugares que vivem, como Itacuruçá ou Mandira. E há os novos coletivos que chegam com gente jovem, instrumentos diferentes e abertura para maior participação feminina. Dessa forma, os *grupos fandanguheiros atuais deixaram de se expressar restritos a raros encontros comunitários e se reinventaram. Ao se reconhecerem como patrimônio e produto cultural, encontraram nos palcos uma maneira de se adaptar às mudanças e de manter vivo o interesse pelo fandango* (Souza, Chiquinho e Silva, 2022, p. 33, destaque em itálico nosso).

Um aspecto basilar para uma apreensão histórica mais efetiva da cultura corporal é a *consideração da contradição imposta pelo modo de produção capitalista, no qual a cultura corporal passa a se efetivar por meio de uma progressiva diminuição da autonomia relativa, historicamente conquistada, frente ao trabalho de primeira ordem.*

No próprio exemplo do fandango caiçara em Cananéia, constata-se que o festejo organizado pela comunidade se relacionava às atividades da pesca e roçado, sem se equivar a elas, atendendo e produzindo necessidades distintas das laborais: necessidade do festejo e da celebração, da partilha de alimentos e afeto, da produção das rabecas e demais instrumentos, dos toques e formas peculiares de como tocá-los, das músicas, das danças, dos tamancos e dos processos de transmissão desses saberes aos jovens da comunidade.

Diante das restrições impostas à pesca e ao roçado por leis ambientais – restrições que precisam ser problematizadas no bojo dos conflitos de interesses de classes, pois, se por um lado a preservação tende a se opor aos interesses capitalistas, por outro é preciso a consideração de que atividades pesqueiras, extrativistas e agricultoras predatórias não eram prioritariamente promovidas pelas famílias tradicionais caiçaras penalizadas – poderíamos, a princípio, ponderar sobre uma ampliação da autonomia relativa do fandango frente ao trabalho de primeira ordem, mas não é exatamente do que se trata.

As atividades hoje realizadas pelos grupos de fandango de Cananéia, com seus músicos, dançarinos e por vezes produtores, configuram-se em uma possibilidade de complementação de renda para seus integrantes. Não se trata somente de “uma maneira de se adaptar às mudanças e de manter vivo o interesse pelo fandango”, como posto na citação acima, mas também de uma forma de manutenção da própria sobrevivência humana. O festejo, que antes se relacionava ao trabalho produtivo, mas distinto dele por atender e produzir necessidades mais mediadas, passa progressivamente a se configurar em uma possibilidade de atividade laboral, remunerada, para membros da comunidade caiçara.

As mudanças impostas ao fandango caiçara vão ao encontro da análise de Canclini (1983, p. 27), de que no capitalismo:

Qualquer desenvolvimento autônomo ou alternativo por parte das culturas subalternas é impedido, tanto o seu consumo e produção, quanto a sua estrutura social e linguagem são reordenados com a finalidade de se tornarem

adaptados ao desenvolvimento capitalista. [...] às vezes se permite que algumas festas tradicionais subsistam, mas o seu caráter de celebração comunal é diluído no interior da organização mercantil do lazer turístico.

Outra questão que merece atenção no processo de esforços para apreender a cultura corporal como uma categoria radicada na ciência da história é o fato de que tendencialmente os professores que travam contato com as objetivações da cultura corporal, na perspectiva de quem estuda para ensinar, atentam-se à socialização de produtos culturais em sua forma cristalizada, a exemplo do trazido por Teixeira (2018, p. 50) que denuncia uma restrita socialização da cultura corporal, “uma vez que a mesma assume a forma de mercadoria, impondo uma formação limitada à maioria da população que não pode pagar para ter acesso, impedindo assim o pleno desenvolvimento das múltiplas potencialidades do ser social”.

Mas o impedimento de uma formação mais multilateral do ser humano por meio da apropriação das objetivações da cultura corporal não se limita à falta de acesso a um determinado produto, às desigualdades referentes à socialização, distribuição e consumo de um tipo peculiar de mercadoria – ainda que esta seja uma questão muito relevante.

O determinante parece estar no processo de produção, uma vez que a distribuição do produto é determinada pela distribuição dos meios de produção e pela distribuição dos sujeitos nas diferentes atividades exercidas tendencialmente de forma estranhada na produção.

A articulação da distribuição está totalmente determinada pela articulação da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que concerne ao seu objeto, já que somente os resultados da produção podem ser distribuídos, mas também no que concerne à forma, já que o modo determinado de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, a forma de participação na distribuição. (Marx, 2011, p. 50).

E mais adiante:

É autoevidente que a troca e o consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma que a distribuição como distribuição dos produtos. No entanto, como distribuição dos agentes de produção, ela própria é um momento da produção. (Marx, 2011, p. 53).

A possibilidade ou não de uma humanização mais rica por meio da cultura corporal diz respeito ao processo de produção e reprodução das objetivações da cultura corporal e às relações sociais próprias a esse processo. Questão que se explicita no fato de que, para a classe explorada, sobretudo na periferia do capital, não interessa o consumo do mais desenvolvido produto da cadeia produtiva da cultura corporal na totalidade capitalista, o esporte de alto rendimento, bem como as constantes reivindicações reformistas que apelam à sua possível humanização. O que interessa à classe explorada é a radical superação do esporte de alto rendimento e a consideração da possibilidade histórica de uma produção socialista; e por que não dizer popular, das objetivações da cultura corporal, incluindo uma produção socialista das práticas esportivas?

Para que esse horizonte possa ser pautado é preciso apreender as objetivações da cultura corporal não somente em sua condição de produto, é preciso que se debruce sobre o seu conteúdo social, sobre a partilha do sensível: as relações de sua produção que coincidem com as formas de cooperação estabelecidas entre os sujeitos na atividade social de sua produção e reprodução.

É nesse sentido que, para os professores de Educação Física comprometidos com a luta de classe, ao estudarem na perspectiva de quem ensina, faz-se necessário pautar as seguintes questões situadas no contexto da totalidade capitalista e orientadas pela ciência da história: qual a relação entre o trabalho de primeira necessidade, aquele que garante a sobrevivência humana, e determinada objetivação corporal? Quais os tipos de necessidades mais mediadas produzidas nos indivíduos por ela? Qual o tipo de cooperação, de relações sociais, que ocorrem na produção e reprodução desta objetivação?

2.2 O conteúdo social das objetivações da cultura corporal e seu principal suporte de valor¹³

Elkonin (2019) e Plekanov (1969), ao explicitarem a determinação do trabalho de primeira necessidade sobre o jogo cênico, formulam análises favoráveis

13 A necessidade dessa problematização foi mobilizada de forma mais pontual diante das discussões promovidas pela mesa: “A força de saber que existe: arte e ciência na educação para a construção de um novo mundo”, realizada em 13 de abril de 2023, no Congresso de Pedagogia Histórico-crítica e Educação Escolar: Primavera nos Dentes. A página do evento pode ser acessada em: <https://phc.faiufscar.com/#/>

à apreensão dos aspectos originários da produção da cultura corporal. Conforme os autores, se no contexto social contemporâneo o jogo antecede o trabalho na vida dos indivíduos, no desenvolvimento do gênero humano é o trabalho, bem com as modificações em sua organização, que fornecerá os elementos para que o jogo em sua condição de representação da atividade social possa existir.

Elkonin (2019) explicita que as situações em que uma criança esquimó usa um trenó em miniatura ou uma criança ameríndia manuseia um arco e flecha construído em dimensões que lhe sejam adequadas não configuram exatamente uma prática social que possa ser considerada jogo, ou seja, uma atividade que destaque e simbolize aspectos da prática social que lhe servem de “matéria-prima”. Nesse caso, o que se tem é a inserção social e a educação das crianças na e por meio da própria atividade produtiva dos adultos.

A independência que a sociedade exigia das crianças encontrava sua expressão natural no trabalho comum com os adultos. A vinculação direta das crianças a toda sociedade, mediante o trabalho comum, excluía qualquer outro vínculo entre a criança e a sociedade. Nesse grau de desenvolvimento da sociedade, e com esse *status* dentro dela, a criança não tinha nenhuma necessidade de reproduzir o trabalho nem de entabular relações especiais com os adultos, não necessitava do jogo protagonizado. (Elkonin, 2019, p. 60).

Plekanov (1969, p. 150) demonstra, a partir de exemplos nos quais a criança não está apta a participar da atividade adulta, o fato de que na história da sociedade humana o trabalho antecede o jogo:

O “sistema educativo” existente nos povos primitivos citados por mim faz com que *na vida do indivíduo o simulacro da guerra* preceda à participação real nesta. Resulta, por conseguinte, que Gross está certo: do ponto de vista do indivíduo, o jogo cênico é, com efeito, mais antigo que a atividade útil. E, por que nesses povos estabeleceu-se tal sistema de educação, em que a paródia da guerra ocupa um lugar tão importante? A razão é evidente: para eles tem grande importância dispor de guerreiros preparados, acostumados desde pequenos aos diversos exercícios bélicos. Por conseguinte, do ponto de vista da sociedade, (*da gens*), a coisa oferece um aspecto bem diferente: primeiro é a guerra real, a necessidade criada por aquela, de dispor de bons guerreiros, e depois vem a necessidade diversiva com o fim de satisfazer dita necessidade. Em outras palavras: do ponto de vista da sociedade, a atividade utilitária resulta ser mais antiga que o jogo cênico.

Mas a representação simbólica e/ou treinamento de aspectos isolados que ocuparão papel fundamental na educação das crianças e jovens, a partir do desenvolvimento de modos de produção que não viabilizam que eles tomem parte de forma efetiva em todas as instâncias da atividade produtiva dos adultos, é

apenas uma das origens do jogo. Por exemplo, o processo de desenvolvimento tecnológico dos instrumentos utilizados em combates e confrontos bélicos fará com que o manejo de espadas perca sua função social inicial marcial e utilitária, possibilitando a produção de novas necessidades sociais e de uma nova prática social, a esgrima como jogo esportivo.

Elkonin (2019) propõe o exercício de pensarmos em exemplos hipotéticos de uma comunidade caçadora. Num primeiro momento, ele sugere que um grupo de caçadores não tenha obtido êxito em sua empreitada, implicando a necessidade de organização de um ensaio prévio, uma reconstituição de modo prático e concreto, visando obter sucesso na próxima expedição. Trata-se de um simulacro da caçada que tem por objetivo seu planejamento. A outra possibilidade sugerida pelo autor é a de que, diante de uma empreitada bem-sucedida, a comunidade se reúna para festejar e que parte desse festejo seja a narração teatralizada da proeza dos caçadores.

Conforme o autor, o essencial é que essas atividades tendem a historicamente ganhar autonomia frente ao trabalho de primeira ordem, configurando-se em práticas sociais com progressiva autonomia relativa em relação às atividades laborais que as determinaram.

Do ponto de vista psicológico, o essencial é que do conjunto da atividade de trabalho (utilitária) se separa uma parte que pode ser denominada orientadora, distinta da executiva diretamente relacionada ao resultado material. Em ambos os casos, ao separar-se do processo geral, essa parte da atividade de trabalho converte-se em objetos de reconstrução e logo se consagra e se transforma num rito mágico. Esses “ensaios mágicos” adquirem autonomia própria (Elkonin, 2019, p. 18).

Plekanov (1969) e Elkonin (2019) demonstram que a arte e o esporte possuem, no jogo representativo elaborado pela comunidade adulta, sua matriz histórica comum e que, quanto ao gênero humano, o trabalho antecede e determina as mais diversas formas de jogos representativos, por consequência, considera-se aqui que o trabalho igualmente antecede e determina as objetivações artísticas e as da cultura corporal.

Mas essa determinação de modo algum resulta em uma identificação. A arte e a cultura corporal se constituem a princípio precisamente pela autonomia relativa que conquistam frente ao trabalho que as determina, trata-se mesmo da produção

histórica de outros tipos de prática social, mais enriquecedoras e humanizadoras, porque não circunscritas à imediatividade da sobrevivência humana.

De acordo com Elkonin (2019, p. 20):

No homem, é jogo a reconstrução de uma atividade que destaque¹⁴ o seu conteúdo social, humano: as suas tarefas e as normas das relações sociais. Vista assim a forma desenvolvida do jogo, fica possível compreender a sua afinidade com a arte, cujo conteúdo abrange, além disso, o sentido e as motivações da vida. A arte é julgamento nosso, a interpretação com meios estéticos peculiares desses aspectos da vida e atividade humana, a apresentação desses aspectos às pessoas para fazê-las viver esses problemas, aceitar ou rechaçar a interpretação que o artista dá do sentido da vida. Deve-se precisamente a essa afinidade do jogo e da arte que as diversas formas de arte desalojam pouco a pouco da vida adulta as formas evoluídas de atividade lúdica. [...] Com base em dados etnográficos, chegamos à conclusão de que, na sociedade moderna dos adultos, não existem formas evoluídas de jogo: elas foram desalojadas e substituídas pelas diferentes formas de arte, por um lado; e pelo esporte, por outro.

O autor explicita que aquilo que na sociedade moderna se configurou por um lado nas artes e, por outro, nos esportes possui por “genética” comum o jogo em sua condição genérico-humana de representação simbólica de aspectos dos diferentes modos de produção da vida.

Essa matriz comum às linguagens artísticas e às diferentes objetivações da cultura corporal parece dar indícios sobre o fato de a Arte e a Educação Física enquanto áreas de conhecimento e, respectivamente, disciplinas escolares, partilharem determinados objetos de pesquisa e, conseqüentemente, de ensino, como, por exemplo, as danças e o circo. Em se tratando da formação histórica do Brasil, isso ocorre com diferentes objetivações da cultura popular afro-brasileira: os sambas, os jongos, os cocos, o Maculelê, as capoeiras, os bois, os maracatus, o batuque de umbigada, a puxada de rede, a ciranda, os congados, as festas do Divino, o tambor de crioula, os fandangos etc.

Defende-se que, no que diz respeito à incorporação desses objetos de pesquisa, práticas sociais, comuns às artes e à cultura corporal bem como à produção do saber escolar para atender aos interesses da classe explorada, não se trata de fragmentá-los e ou interpretá-los a partir de lentes de distintas áreas de conhecimento, ora as da Arte, ora as da Educação Física – e nessas duas áreas ora se valendo das lentes das ciências da natureza, ora se valendo das ciências

14 Nossa interpretação do texto confere especial importância ao verbo destacar por indicar ao mesmo tempo a separação/isolamento de aspectos de uma prática social e a evidenciação de tais aspectos.

humanas, ora de perspectivas que psicologizam a educação, ora de perspectivas relativistas que não ultrapassam o senso comum etc.

Ao que parece, o que está em pauta é a busca por apreender quaisquer que sejam as objetivações da cultura corporal popular em suas múltiplas determinações, em seu movimento histórico e contraditório na realidade, de modo que elas possam ser elaboradas em objetos de ensino que enriqueçam a individualidade dos alunos, que produzam neles necessidades mais humanizadoras, instrumentalizando-os para formas de participação social mais afinadas aos interesses dominados.

Há de se considerar ainda que muitas das objetivações culturais no campo da cultura corporal ainda são produzidas, mesmo sob o modo de produção capitalista, sob organização própria à artesanaria, configurando-se em instrumentos de desnaturalização das relações sociais hegemônicas. O que faz com que elas também não se adéquem plenamente ao que Alves (2006) denomina de organização manufatureira da escola pública estatal contemporânea.

No que se refere às objetivações da cultura popular brasileira, ainda é preciso a consideração de que seus processos originários de produção contemplam dimensões que confrontam a organização branco-ocidental da vida humana, por compreenderem relações sociais radicadas no modo de vida de diferentes culturas africanas e/ou originárias do nosso território.¹⁵

15 Na ocasião da investigação que resultou na dissertação de mestrado já citada, parte das atividades de estudo sobre a capoeira foi desenvolvida considerando o Projeto Político Pedagógico de uma escola pública que contava com um eixo de valorização da história e cultura afro-brasileiras. Foi indicada por essa escola uma turma de quarto ano do ensino fundamental, por tratar-se de uma classe descrita como “desafiadora”. As dezoito aulas desenvolvidas nessa escola ocuparam o tempo destinado semanalmente às aulas de Arte (uma aula semanal) e Educação Física (duas aulas semanais) e contaram com a participação dos professores responsáveis por estas disciplinas. A princípio, houve a preocupação em identificarmos quais dimensões da capoeira deveriam ser trabalhadas nas aulas de Artes, como, por exemplo: talvez o ensino sobre os instrumentos musicais e cantigas? E quais deveriam ser trabalhadas nas aulas de Educação Física: talvez os estudos relacionados ao diálogo corporal próprio ao jogo da capoeira? Essa fragmentação perdeu sentido quando nos debruçamos sobre fatores que se relacionam: 1. a cultura afro-brasileira compreende certos elementos que não são determinados pelo modo de vida branco-ocidental em sua organização compartimentada e classificatória, exigindo um tipo de distribuição social em sua produção que não se adequa plenamente à lógica da divisão social do trabalho e sua especialização; 2. a elaboração da capoeira em objetos de ensino deve conjugar as suas dimensões simbólicas (valorativas e ritualísticas) e técnico-expressivas no bojo da história, ou seja, da racialização da luta de classes no Brasil; e 3. a intenção de promover novas necessidades nos alunos – tanto quanto possível considerando os objetivos do trabalho educativo escolar e também as limitações materiais deste trabalho -, dentre elas a de a turma organizar suas rodas de capoeira da forma mais autônoma possível, nas quais os alunos participassem não apenas jogando, mas também tocando os instrumentos (as células rítmicas básicas), cantando e se apropriando de rituais. Nesse sentido, o movimento histórico do conteúdo, que resulta em suas formas específicas de manifestação, foi mais determinante para a elaboração dos objetos e estratégias de

Para além do jogo como um elemento originário comum à arte e ao esporte, outra elaboração de Elkonin (2019, p. 20) mostra-se relevante para que se apreenda o movimento histórico da produção da cultura corporal, de maneira que possa haver uma participação mais efetiva dos professores no processo de produção do saber escolar em Educação Física: o fato de o jogo destacar aquilo que é seu elemento nuclear, ou seja, seu conteúdo social.

As linguagens artísticas e as objetivações da cultura corporal preservam, em certa medida, essa característica da matriz que lhes é comum, a de destacar o seu conteúdo social, ou seja, separar e colocar em evidência aspectos da produção da vida humana: suas relações sociais em suas tarefas, normas e finalidades.

Uma das limitações das perspectivas em Educação Física que tomam por seu objeto de pesquisa a aptidão física e colocam como norte do trabalho educativo escolar o desenvolvimento de habilidades motoras é desvincular (talvez possa-se considerar a ideia de estranhar, alienar) os movimentos humanos da prática social em que estão historicamente inseridos, dificultando a apreensão do seu conteúdo social. No caso das perspectivas relativistas, também intituladas de culturalistas, a tendência é não dar a devida importância à determinação da significação social sobre os sentidos pessoais, ou seja, à determinação do gênero sobre o indivíduo, o que as levam a secundarizar a importância de apreensão da realidade e no limite a questionar a própria existência da realidade objetiva.

Um tipo de problematização que a autora desta pesquisa tem buscado promover junto aos alunos da rede pública municipal de ensino de Jundiaí e que diz respeito à análise das práticas corporais, a partir de seus valores de uso e suas funções sociais. Pode-se levar em conta as situações em que a objetivação da cultura corporal estudada pelos alunos foi a ginástica, a capoeira ou o circo, porque, no estudo de qualquer uma dessas práticas sociais, o central à problematização foi mantido: estudar as práticas corporais considerando as suas funções sociais, já que movimentos humanos com formas de execução similares podem ter conteúdos sociais muito distintos.

ensino do que a preocupação em definir o que da capoeira deveria ser estudado nas aulas de Arte e o que deveria ser estudado nas de Educação Física. O fato de a Educação Física e a Arte ainda serem disciplinas escolares comumente menos cerceadas, que tendem a gozar de uma maior autonomia relativa frente aos currículos escolares – ainda que isso indique que a valorização das linguagens artísticas e da cultura corporal não ultrapassa o discurso – pode ser uma brecha para que seus professores tenham maior autonomia relativa na produção de suas aulas.

O estudo da ginástica, da capoeira e do circo compreende o aprendizado técnico de um movimento que é nomeado indistintamente pelas crianças por estrelinha. Esse é o ponto de partida para a promoção do tipo de problematização promovido junto aos alunos.

Uma estrela da ginástica artística, um *aú* da capoeira, uma estrelinha realizada como uma brincadeira – a exemplo daquelas retratadas por Cândido Portinari –, uma estrela executada por um acrobata de circo, e até mesmo por um palhaço desse mesmo circo, apesar de similares na forma de execução, são movimentos humanos distintos em seu conteúdo social. Cada uma dessas “estrelas” integra uma prática social específica e o tipo de incorporação que interessa à classe trabalhadora não pode desconsiderar o conteúdo social de cada um desses signos culturais.

Uma série de ginástica artística visa atender ao maior grau de dificuldade possível e ser executada a partir de exemplos modelares, a fim de garantir a maior pontuação conforme regras institucionalizadas. A estrela na ginástica artística, que é uma prática social esportiva, integra o objetivo de mensuração de rendimento corporal. A estrela, ou roda, é uma acrobacia básica, mas por vezes os movimentos realizados por ginastas de alto rendimento são tão complexos que parecem mesmo sobre-humanos.

Uma roda de capoeira tende a considerar rituais próprios que terão certas variações de grupo para grupo, visando atender a necessidades comunitárias específicas. Materializa-se por meio de uma circularidade e diálogo corporal não quantificáveis, que em muitos aspectos se opõe à cosmovisão branco-ocidental e que podem simbolizar, como se ressuscitassem, a resistência negra contra o processo de desumanização infligido pela escravização no Brasil. Os diferentes toques de berimbau que acompanham a roda são códigos que de modo geral indicam se a instância orientadora daquele jogo é a da demonstração, da vadiagem ou a da luta, ainda que, em todo jogo de capoeira, tais instâncias possuam fronteiras permeáveis. O *aú* da capoeira deve estabelecer relação com uma das instâncias orientadoras do jogo e com os movimentos do outro capoeirista que está na roda, sempre inserido em um diálogo corporal, trata-se de um movimento que pode ser realizado como demonstração de controle corporal, meio de esquiva, forma de armar um bote, dentre outras intenções, e possui diversos modos de execução. Mas há também no *aú* um forte elemento simbólico e é por isso que ele tende a ser

um movimento comumente executado nas entradas de roda: a possibilidade de ver o mundo de cabeça para baixo, de inverter a ordem social estabelecida.

Um grupo de crianças brincando com movimentos em posição invertida experiencia o prazer que o movimentar-se e o olhar de apreciação dos pares propiciam. Seus integrantes são movidos por desafios e descobertas relacionados ao movimento e controle de seus próprios corpos, diante daquilo que os corpos de seus pares já realizam e/ou buscam realizar.

As acrobacias circenses de um palhaço sensibilizam porque escancaram as fragilidades humanas, refletindo o que temos de patético e vulnerável. Já acrobatas, contorcionistas, malabaristas etc. impressionam justamente pela destreza incomum que vai na contramão desta vulnerabilidade.

O que se precisa apreender, tanto quanto possível, é que, mesmo diante do que há em comum na realização de qualquer “estrela” – e esse comum está para além da realização biomecânica do gesto, ginastas competidores e acrobatas circenses ao realizarem acrobacias sensibilizam seus espectadores por motivos mais coincidentes do que os motivos que permeiam a realização das acrobacias pelos palhaços, por exemplo. Seja uma roda da ginástica artística, um aú da capoeira, uma estrela realizada por um artista circense ou uma estrelinha em contexto de brincadeira, cada um desses movimentos humanos integra uma prática social que determina seu significado e que atende a necessidades humanas peculiares, produzindo nos indivíduos necessidades de tipos diferentes, justamente porque as relações sociais, que estão no cerne de cada uma dessas objetivações, são qualitativamente distintas, determinando valores de usos diversos, podendo no capitalismo, inclusive, integrar ou não a totalidade da cadeia de produção de mais-valor.

Elkonin (2019, p. 35-36) explicita que, apesar do conteúdo dos jogos serem sempre a relação social entre as pessoas, seus temas variam de acordo com as atividades humanas concretas:

Uma vez que a atividade concreta das pessoas e suas relações são variadíssimas na realidade, também o tema dos jogos são muito cambiáveis. Nas diferentes épocas da história, segundo as condições sócio-históricas, geográficas e concretas da vida, as crianças praticaram jogos de temáticas diferentes. São diferentes os temas dos jogos das crianças de diferentes classes sociais, dos povos livres e dos povos oprimidos, dos povos nórdicos e dos povos meridionais, dos que habitam em regiões arborizadas e desérticas, dos filhos de operários industriais e pescadores, de criadores de

gado ou agricultores. [...] O singular impacto que a esfera de atividade humana e das relações entre as pessoas produz no jogo evidencia que, apesar da variedade de temas, todos eles contêm, por princípio, o mesmo conteúdo, ou seja, a atividade do homem e as relações sociais entre as pessoas.¹⁶

A partir da análise do autor, considera-se que da mesma maneira que o impacto singular da concretude da vida promove a diversidade dos jogos infantis, também promove a diversidade das práticas da cultura corporal. No entanto, esse impacto é menos explícito naquelas objetivações da cultura corporal que se universalizam sob as determinações capitalistas, como é o caso dos esportes.

Canclini (1983, p. 18) caracteriza a produção cultural no capitalismo como “um tipo particular de atividade produtiva, cuja finalidade é compreender, reproduzir e transformar a estrutura social e brigar por hegemonia”. Para o autor, a produção cultural é determinada pelas apropriações desiguais das objetivações humanas (materiais e imateriais) e pelos modos como as distintas classes e grupos sociais elaboram, de maneira específica, suas condições de vida de forma conflituosa. A defesa do autor é a de que toda manifestação cultural só pode ser apreendida considerando seu processo de produção e que a análise deve se mover em dois níveis:

[...] por um lado examinará os produtos culturais como *representações*: verificando como os conflitos sociais aparecem dramatizados numa obra teatral ou numa dança, quais as classes que se encontram representadas, como são empregados os procedimentos formais de cada linguagem para sugerir a perspectiva específica; neste caso estabelece-se uma relação entre a realidade social e sua representação ideal. Por outro lado, relacionar-se-á a estrutura social com a estrutura do campo teatral e com a estrutura do campo de dança, sendo que consideramos como a estrutura de cada campo as relações sociais que os artistas de teatro e os dançarinos mantêm com os demais componentes de seus processos estéticos: os meios de produção (materiais, procedimentos) e as relações sociais de produção (com o público, com aqueles que financiam, com os organismos estatais etc.) [...] **a análise de uma cultura não pode concentrar-se nos objetos ou bens culturais, deve ocupar-se do processo de produção e circulação social dos objetos e dos significados que os diferentes receptores lhe atribuem** (Canclini, 1983, p. 33, destaque em negrito nosso).

Mas uma problematização ainda se apresenta como necessária: o fato de que em *última instância as relações sociais são o conteúdo nuclear de toda*

16 Indica-se o longa-metragem *Território do Brincar* (2015) como forma de enriquecer a proposição de Elkonin sobre o singular impacto que a concretude da vida opera na diversidade dos jogos e brincadeiras realizados por crianças de diferentes regiões e culturas brasileiras.

objetivação humana. A questão é a de que nem toda objetivação destaca o conteúdo social de sua produção, ou seja, nem toda objetivação separa determinadas dimensões das relações sociais e as coloca em evidência. Vejamos:

O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação da sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado e o objeto está trabalhado. *O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma de movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma de ser. Ele fiou e o produto é um fio* (Marx, 2013, p. 258, destaque nosso).

E essa consideração não diz respeito apenas às objetivações prioritariamente materiais. Uma fórmula matemática, um conceito de biologia, uma regra gramatical etc. são produtos que podem se apresentar em sua forma cristalizada e imóvel, sem dar a ver ou instigar o questionamento a respeito do trabalho humano, ao mesmo tempo prático e criativo, de sua produção.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [Lebensmittel], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção (Marx, 2013, p. 157).

Marx (2013, p. 125) indica uma *contradição fundamental entre a “objetividade do valor” e a “objetividade sensível”*. No produto, a objetividade do valor determinada pelo trabalho social pode se apresentar inapreensível aos sentidos, “na medida em que não se sabe por onde pegá-la”:

Exatamente ao contrário da objetividade sensível e crua dos corpos-mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural [*Naturstoff*]. Por isso, pode-se virar e mexer uma mercadoria como se queira, e ela permanece inapreensível como coisa de valor.

E mais adiante:

Na produção do casaco houve, de fato, dispêndio de força humana de trabalho na forma da alfaiataria. Portanto, trabalho humano foi nele acumulado. *Por esse lado, o casaco é “suporte de valor”, embora essa sua*

qualidade não se deixe entrever nem mesmo no casaco mais puído (Marx, 2013, p. 128, destaque nosso).

Considera-se assim que, *nas objetivações da cultura corporal, assim como em algumas objetivações artísticas, há peculiaridades quanto à relação existente entre a objetivação sensível e a objetivação do valor, ou seja, entre a materialidade sensível do produto (suporte de valor) e a atividade de sua produção, uma vez que a objetivação sensível é o próprio corpo histórico-orgânico em atividade e em relação social, explicitando que a sua produção se estende para além de si mesma, em sua determinação antitética, que é o consumo.*

No entanto, sob o modo de produção capitalista, mesmo uma pessoa atleta ou bailarina pode não apreender mais multilateralmente o conteúdo social de sua atividade sem instrumentos simbólicos mediadores, ou seja, sem conhecimentos que permitam superar a apreensão da prática corporal em sua imediatez. Talvez especialmente atletas e artistas profissionais não possam, justamente pela forma como se dá a partilha do sensível, pela participação estranhada que cumprem no interior dos processos de produção cultural que integram.

Em outras palavras, no capitalismo as relações sociais de produção – incluindo a divisão social do trabalho que possibilita uma fragmentação e aparente independência entre trabalho material e imaterial – fazem com que parte significativa das objetivações da cultura corporal, sobretudo as institucionalizadas, *desvelem unilateralmente seu conteúdo social, dissimulando aspectos importantes do vínculo existente entre este modo de produção e a cultura corporal.*

É neste sentido que tanto Elkonin (2019), ao analisar o jogo protagonizado infantil, como Plekanov (1969), ao analisar a determinação do trabalho sobre as artes, recorrem a exemplos antropológicos referentes ao modo de vida de povos caçadores e coletores. No contexto social desses povos, dramatizações, danças, festejos, brincadeiras, jogos atléticos competitivos, rituais, treinamentos, adereços, pinturas, modificações corporais etc. manifestam de forma mais evidente os vínculos que possuem com as atividades de primeira necessidade e o processo por meio do qual, ao destacarem e representarem simbolicamente aspectos destas atividades determinantes, passam concomitantemente a atender e a produzir necessidades de outra natureza, conquistando autonomia relativa e configurando-se em novas práticas sociais.

No modo de produção capitalista, as objetivações da cultura corporal tendem a sofrer um processo de diminuição da autonomia relativa conquistada frente ao trabalho produtivo, podendo configurar-se em práticas laborais e/ou integrar uma cadeia produtiva de mais-valor.

De acordo com as discussões desse primeiro capítulo, considera-se que a cultura corporal, em seus aspectos históricos fundamentais:

1. Diz respeito a um tipo de atividade humano-genérica que se constituiu ao destacar (separar e evidenciar), de modo simbólico, aspectos das relações sociais de produção do trabalho de primeira ordem, produzindo necessidades que se diferenciam das laborais (situação que sofrerá alterações sob a determinação do modo de produção capitalista), configurando-se em um tipo particular de prática social que logrou autonomia relativa frente ao trabalho mantenedor da sobrevivência humana;

2. Abarca produtos culturais que têm por principal objetivação sensível do seu valor, ou seja, suporte material da atividade social de sua produção, o próprio corpo humano histórico-orgânico em movimento expressivo e em relação com seus pares, destacando (separando e colocando em evidência) aspectos de suas relações sociais de produção e indicando que a produção se estende para além de si mesma na sua determinação antitética, que é o consumo. Nesse sentido, abarca produtos culturais que são em si práticas sociais;

3. Como não poderia deixar de ser, manifesta-se de formas peculiares conforme os diferentes modos de produção ao longo da história e formações sociais no interior de um mesmo modo de produção, promovendo nos indivíduos formas singulares de se relacionar com a natureza – que é seu corpo inorgânico –, com seus pares e com seu próprio corpo orgânico;

4. Apesar de compreender um tipo de produção que destaca aspectos do seu conteúdo social, ou seja, das relações sociais de sua produção, uma incorporação mais multilateral e humanizadora das objetivações corporais não se efetiva apenas por meio do contato empírico, sensível, com a prática, sobretudo no modo de produção capitalista, pautado na propriedade privada dos meios de produção, na divisão social do trabalho e na sua consequente especialização;

5. Sofre no modo de produção capitalista um processo de progressiva fragilização da autonomia relativa conquistada frente ao trabalho produtivo e passa a produzir necessidades que atendem à cadeia produtiva esportiva e seus interesses dominantes, sendo que a estratégia central de vinculação da cultura corporal aos interesses dominantes é a de esportivização, institucionalização e/ou espetacularização das suas mais diferentes objetivações;

6. Compreende objetivações culturais que impõem especificidades à produção do saber escolar, uma vez que a humanização promovida pela incorporação das objetivações da cultura corporal não se identifica à humanização promovida pela socialização das produções científicas, ainda que devam se relacionar no contexto do trabalho educativo escolar¹⁷.

As peculiaridades da produção da cultura corporal apontam para a necessidade de se tomar por principal critério orientador do trabalho educativo escolar em Educação Física as relações sociais de produção de cada uma das objetivações que integrarão a produção do saber escolar e que precisarão ser elaboradas em objetos de ensino.

Trata-se mesmo da superação, por meio da negação e incorporação, do critério para seleção de conteúdo para as aulas de Educação Física pautado na identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente – uma vez que tal critério se aplica à produção em sua forma final e cristalizada –, de maneira a socializar as diferentes objetivações da cultura corporal evidenciando a necessidade de se revolucionar ou requalificar as suas relações sociais de produção/reprodução, tomando a ciência da história como instrumento fundamental na elaboração dos objetos de ensino da Educação Física escolar radicada na luta de classes.

17 Talvez seja possível, inclusive, a consideração de que, no campo da Educação Física, o debate histórico obsessivo sobre esta área ser ou não ser uma ciência tenha suprimido o fato de que a cultura corporal e a arte possuem vínculos histórico-orgânicos.

3 O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO COMO UNIDADE FUNDAMENTAL À ANÁLISE DA PRODUÇÃO DA CULTURA CORPORAL NO CAPITALISMO

Falam de fortalecer a alma, de desenvolver o corpo, de facilitar a prática de qualidades esportivas [...] A concepção capitalista do esporte é fundamentalmente diferente daquela que deveria existir num país subdesenvolvido. O político africano deve se preocupar em criar não esportistas, mas sim homens conscientes, que além disso são esportistas. Se o esporte não está integrado à vida nacional, isto é, à construção nacional, se o que se cria são esportistas nacionais e não homens conscientes, então logo veremos o esporte ser apodrecido pelo profissionalismo, pelo comercialismo. O esporte não pode ser um jogo, uma distração fornecida pela burguesia das cidades. A maior tarefa é compreender a todo momento o que acontece conosco. Não devemos cultivar o excepcional, buscar o herói, outra forma de líder.
Fanon, em *Os Condenados da Terra*

3.1 Apontamentos iniciais sobre a produtividade da atividade social esportiva

Marx (1980, p. 382) em *Teorias da Mais-valia* faz uma “digressão” e se debruça sobre a dimensão produtiva de toda profissão, a partir da atividade social do criminoso. Suas considerações instigam que se leve em conta a totalidade da cadeia produtiva movimentada pelos crimes, ou seja, a função social concreta da atividade criminosa que tende a estar em oposição à ideia hegemônica, na qual o crime é tido como um desvio de conduta dos sujeitos e o criminoso como um anti-herói, causadores de prejuízos à sociedade. Nessa breve digressão, o autor também demonstra que os aspectos ideológicos expressos por meio de valorações morais e estéticas são materialmente determinados.

O criminoso não produz apenas crimes, mas também o direito criminal e, com este, o professor que produz prelações de direito criminal e, além disso, o indefectível compêndio em que lança no mercado geral “mercadorias”, as suas conferências. Com isso aumenta a riqueza nacional, para não falarmos no gozo pessoal que [...] os originais do compêndio propiciam ao próprio autor. O criminoso produz ainda toda a polícia e a justiça criminal, beaguins, juízes e carrascos, jurados etc.; e todos aqueles diferentes ramos que constituem outras tantas categorias da divisão social do trabalho, desenvolvem capacidades diversas do espírito humano, criam novas necessidades e novos modos de satisfazê-las. Só a tortura suscitou as mais engenhosas invenções mecânicas e ocupou na produção de seus instrumentos muitos honrados artífices. O criminoso produz uma impressão com gradações morais e trágicas das circunstâncias, e assim presta um “serviço” ao despertar os sentimentos morais e estéticos do público. Não só produz compêndios sobre direito criminal, códigos penais e portanto legisladores penais, mas também arte, literatura, romance e mesmo tragédias [...]. O criminoso quebra a monotonia e a segurança cotidiana da vida burguesa. Por conseguinte, preserva-a da estagnação e promove aquela tensão e turbulência inquietantes, sem as quais se embotaria mesmo o aguilhão da concorrência. Estimula assim as forças produtivas. O crime

retira do mercado de trabalho parte da população supérflua e por isso reduz a concorrência entre os trabalhadores, impede, até certo ponto, a queda do salário abaixo do mínimo, enquanto a luta contra o crime absorve parte dessa população. O criminoso aparece como uma daquelas “compensações” naturais, que restabelecem um equilíbrio adequado e abre ampla perspectiva de ocupações “úteis”. Pode-se comprovar, descendo a pormenores, a influência do criminoso sobre o desenvolvimento da produtividade. [...] O crime, com os meios de ataque à propriedade privada sempre novos, provoca a geração ininterrupta de novos meios de defesa, e assim tem, como as greves, influência tão produtiva na invenção de máquinas. E se deixamos a esfera do mercado privado: sem crime nacional, teria surgido o mercado mundial? E mesmo as nações? E desde os tempos de Adão, a árvore do pecado não é a árvore do conhecimento? [...] (Marx, 1980, p. 382-383).

No que se refere a esta pesquisa, a citada proposição marxiana incita que se considere a atividade social esportiva a partir de sua materialidade, levando em conta tanto a totalidade da cadeia produtiva do esporte de alto rendimento como o seu produto peculiar, o atleta medalhista em sua condição fetichizada, e não aquilo que hegemonicamente tem se pensado ou dito sobre o esporte.

A totalidade da cadeia produtiva do esporte de alto rendimento produz técnico, treinador, árbitro, médico, fisioterapeuta, nutricionista e psicólogo esportivos, explicitando o processo de divisão social e especialização do trabalho. Organiza-se por meio do estabelecimento formal da separação entre trabalho intelectual e prático e da distribuição das funções que os sujeitos exercem de forma estranhada nesse ramo particular da produção capitalista.

O esporte de alto rendimento incorpora forças produtivas ao consumir e impulsionar a produção de conhecimentos científicos. No que se refere aos conhecimentos relacionados ao movimento corporal humano, prioritariamente conhecimentos biológicos, mas também uma série de outros conhecimentos científicos relativos a diferentes ramos industriais. Produz tanto o refinamento de técnicas corporais, como piscinas, ginásios, campos e o desenvolvimento tecnológico de equipamentos cada vez mais sofisticados que vão desde vestimentas a aparatos eletrônicos.

O esporte de alto rendimento produz clubes, federações, ligas, comitês etc, que se encarregam, dentre outras coisas, da organização de eventos, da sistematização das práticas e da institucionalização de regras fixas, às quais esportistas e times devem se adequar para que seus rendimentos atléticos sejam mensurados, sem que eles possam participar de forma efetiva da concepção e gerenciamento daquilo que executam.

Estes são aspectos, dentre outros, que conferem ao esporte seu alto grau de sistematização, desenvolvimento e universalização, próprios ao modo de produção capitalista.

Trata-se de uma atividade social que produz não apenas o parasitismo por meio do qual conglomerados empresariais deixam de pagar seus impostos sob a justificativa de investirem em desenvolvimento social através do esporte como instrumento educativo¹⁸, mas também aqueles outros tipos de corrupção formalmente não legalizados.

A da cadeia produtiva esportiva mobiliza o processo por meio do qual diferentes objetivações da cultura corporal tendem a ser esportivizadas para melhor atenderem aos interesses dominantes, produzindo o atleta assalariado e ampliando as possibilidades de controle sobre os modos de participação e exclusão destinados às massas no consumo de práticas corporais. No modo capitalista de produção, as objetivações da cultura corporal, que em seu desenvolvimento histórico originário lograram autonomia relativa frente ao trabalho que atende às necessidades de primeira ordem, são constantemente sequestradas pelos interesses dominantes por meio de estreitamentos complexos de seus vínculos com o trabalho produtor de mais-valor.

Para o grosso das frações menos favorecidas da classe trabalhadora, sobretudo para as da periferia do capital, é reservado, quando muito, aquele tipo de lazer e atividade física que podem vir a contribuir para a reprodução de sua força de trabalho e/ou inculcação da ideologia dominante. O Estado burguês, as empresas privadas ou o chamado terceiro setor não incentivarão e muito menos garantirão aos explorados brasileiros uma apropriação das objetivações da cultura corporal menos conformadora, que possibilite formas de organização mais horizontalizadas e participativas, contemplando processos de ensino-aprendizagem comprometidos com a explicitação e qualificação das suas relações sociais de produção e contribuindo para o enriquecimento das individualidades em um sentido mais emancipador.

Esportivizar as mais diversas objetivações da cultura corporal é uma das formas de institucionalizá-las, de maneira a favorecer um controle mais imediato

18 No Brasil, merece atenção o Instituto Esporte e Educação (IEE), criado pela medalhista olímpica de voleibol Ana Moser e que se enquadra na denominação de Organização da Sociedade Civil (OSC).

sobre estas práticas sociais e seus, mas também de ampliar e aprofundar o controle mais mediado, e portanto mais complexo, sobre aqueles consumidores não praticantes inseridos à cadeia esportiva produtora de mais-valor; nesse sentido, o esporte de alto rendimento também promove formas menos explícitas e bastante efetivas de controle sobre os interesses dominados.

Ainda que a prática de atividades físicas tenha um caráter heterogêneo, o reflexo do sistema esportivo no senso comum opera fazendo com que quase todas as práticas corporais passem a ser tratadas como práticas esportivas e incorporem, de modo significativo, aspectos valorativos individualistas, competitivos, meritocráticos e excludentes, próprios ao esporte de alto rendimento.

Ciertamente, la práctica deportiva es heterogénea: reagrupa prácticas de alta competición, prácticas más o menos “lúdicas” y prácticas mixtas. No obstante, la relación esencial del sistema deportivo, la competición, es la que da su carácter fundamental y específico al deporte. Marx emplea estrictamente el mismo método cuando muestra que una formación económico-social dada está estructurada por un modo de producción dominante que impone su hegemonía a todos los demás modos de producción subordinados: “En todas las formaciones sociales, es un modo de producción determinado el que asigna a todos los demás su rango y su importancia; las relaciones esenciales juegan un papel determinan”. Sucede lo mismo en el sistema deportivo. La relación competitiva determina fundamentalmente todas las demás relaciones del sistema (Brohm, 1982, p. 36).

Quanto ao produto específico e essencial produzido pela totalidade da cadeia produtiva esportiva, o que se tem é o atleta medalhista em sua condição fetichizada de herói moderno, exemplo modelar a ser seguido e ao mesmo tempo propositalmente inalcançável para a imensa maioria das pessoas, reverenciado justamente devido aos seus feitos se revestirem de uma áurea sobre-humana.¹⁹

El análisis interno de las determinaciones de la institución deportiva, de su especificidad en el campo de las instituciones, nos permite sintetizar al más alto nivel de abstracción teórica el hecho deportivo y subsumirlo bajo el concepto de proceso de producción deportivo, el cual permite comprender a la vez sus estructuras, su funcionamiento contradictorio y su inserción en el conjunto del modo de producción capitalista industrial que le origina y le sostiene. El problema teórico es, pues, el de despejar la especificidad de la institución deportiva. Se sabe que ésta tiene lazos muy estrechos con el sistema de formación, el aparato cultural de los medios masivos de

19 Ainda que haja recentemente, como será discutido no item 2.2 deste capítulo, uma espécie de tentativa reformista de humanização do esporte de alto rendimento por meio do sequestro de pautas identitárias pelos interesses dominantes.

comunicación, el aparato del Estado y el militar y, sobre todo, el bloque de las superestructuras ideológicas. No obstante, el funcionamiento específico de la institución deportiva no consiste en formar diplomados (o, como en Francia, intelectuales en paro), ni soldados, ni en curar — mucho menos difundir— la cultura popular. El deporte, ciertamente, contribuye en alguna medida a realizar funciones anexas, pero de manera subordinada y lejana, según sean los regímenes políticos. *El papel de la institución deportiva es producir, en cantidad y en calidad, campeones, deportistas competidores para el mercado o para la escena de la competición internacional (olímpica)* (Brohm, 1992, p. 24, destaque em itálico do original).

No campo ideológico, de acordo com Brohm (1992, p.14), uma das funções sociais do esporte é a produção de um desdobramento da hierarquia social de classes, um sistema hierárquico paralelo que ofereceria aos seus protagonistas a possibilidade de uma ascensão social negada fora do sistema esportivo. Nesse sistema paralelo, enfatiza-se que, diferente dos bens materiais que podem ser herdados, saqueados, apropriados e ou socializados, o talento esportivo não pode ser transferido, é cultivado por meio de esforço e disciplina individuais.

Esta función social es la que constata muy lúcidamente la doctrina de los deportes de De Gaulle: “el deporte es frecuentemente el aglutinante de un grupo, de una estructura particularmente coherente, que rechaza las barreras y las diferencias sociales y descansa sobre la igualdad de todos [...]”. Satisface el deseo de participación social y favorece la aparición, junto a las jerarquías conocidas y sufridas por la mayoría, de una jerarquía paralela que ignora a la primera y garantiza a algunos las oportunidades de una autorrealización que la sociedad moderna les rehúsa”.

Conforme o autor, essa função ideológica atua de maneira mais efetiva em países com grandes desigualdades sociais e escamoteia o fato de que o sistema esportivo não se contrapõe a tais desigualdades; de que a cadeia produtiva esportiva sintetiza de maneira peculiar as relações sociais objetivas da sociedade capitalista; de que o esporte de alto rendimento é um produto que não existe para além e/ou apesar desse modo de produção e de que a mobilidade econômica-social constatada no plano individual equivale a exceções e não encontra correspondência no plano social mais amplo.

A essa questão ideológica se relaciona outra igualmente importante, a saber, a tendência em considerar o esporte como um fenômeno que acompanha o ser humano desde sempre e em todos os modos de organização social, um fenômeno antediluviano (para usar uma expressão adotada por Marx). Trata-se de uma espécie de naturalização do esporte, pautada no equívoco de identificar em todo e

qualquer jogo competitivo ou lúdico, assim como em toda forma de exercício físico, em qualquer tempo e sociedade, a forma esportiva.

No entanto, como explicitado por Brohm (1982), o esporte como categoria é a materialização da abstração do rendimento corporal, abstração que só é possível como um reflexo do próprio desenvolvimento histórico na consciência: somente quando as práticas corporais estão suficientemente desenvolvidas e diferenciadas é que se torna possível abstrair o rendimento como uma característica comum a todas elas.

Para esclarecer esse fato, o autor recorre à consideração marxiana sobre o trabalho em sua forma abstrata. Será que sempre existiu trabalho como trabalho em geral, indiferenciado, essa espécie de “geleia de trabalho” produtora de riquezas? A problematização de Marx indica que (2011, p. 57-58, destaque em itálico nosso):

A indiferença diante de um determinado tipo de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de tipos efetivos de trabalho, nenhum dos quais predomina sobre os demais. Portanto, as abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico, ali onde um aspecto parece comum a muitos, comum a todos. Nesse caso, deixa de poder ser pensado exclusivamente em uma forma particular. Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que o tipo de trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente. Nesse caso, o trabalho deveio não somente enquanto categoria, mas na efetividade, meio para a criação da riqueza em geral e, como determinação, deixou de estar ligado aos indivíduos em uma particularidade. [...] *Esse exemplo do trabalho mostra com clareza como as próprias categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas - justamente por causa de sua abstração -, na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas.*

Essa forma de apreensão da realidade permite contestar a ideia do esporte como um fenômeno humano que sempre existiu e o esporte antigo como espécie de ancestral direto do esporte olímpico moderno. De acordo com Brohm (1982, p. 31),

En otras palabras, la categorización simple no está en el comienzo, sino al final, en tanto que producto histórico. Es el propio proceso histórico el que

produce la categoría simple como expresión abstracta; pura y perfecta de la práctica deportiva compleja. Ha sido necesario que el desarrollo de las fuerzas productivas capitalistas se hiciera suficientemente importantes para que la idea abstracta de rendimiento apareciese a partir de la masa de trabajos concretos cuyos rendimientos individuales pudiesen entonces ser comparados. Igualmente fue necesario un largo desarrollo de las prácticas físicas competitivas para que se desgajara poco a poco la idea de competición física generalizada, en tanto que comparación de facultades y capacidades deportivas entre diferentes fuerzas de prueba deportivas.

Diante do exposto, considera-se que há uma tendência hegemônica em ocultar ou até mesmo negar a especificidade capitalista do esporte contemporâneo, forma mais desenvolvida em que se manifesta as objetivações da cultura corporal. A totalidade da cadeia produtiva do esporte objetiva, de maneira mais imediata e específica, por meio de uma lógica racionalista-científica, a mensuração objetiva do rendimento corporal, campeonatos, títulos, recordes a serem superados, quadros de medalhas, espetáculos etc. De modo mais mediado, produz toda uma sorte de mercadorias e equipamentos esportivos que integram a produção de mais-valor. E por desdobramento, o esporte de alto rendimento produz também subjetividades perfeitamente alinhadas aos interesses capitalistas, pois desloca, do plano objetivo da luta de classes para o plano ideológico da individualidade, problemas de ordem histórica, social e coletiva. Isso porque o sistema esportivo é em si um produto do sistema capitalista, dotado da capacidade de impactar consideravelmente a relação que as pessoas estabelecem com seus corpos, com os corpos de outros sujeitos e com as práticas corporais, tenha-se uma consciência mais real ou ilusória desse tipo de reflexo. Conforme sintetiza Brohm (1982, p. 51):

La lucha de clases es transformada en lucha de individuos. Estos individuos, formalmente iguales en el inicio, pueden, gracias a la competitividad, redistribuir las cartas. Su desigualdad no está entonces en su inicio, no es una desigualdad de condición, de situación-social, sino una desigualdad a la llegada, una desigualdad de mérito.

A racionalidade esportiva produz valores capitalistas e consumidores e, contraditoriamente, uma mentalidade consumidora extremamente emotiva e pouco crítica. E quase nada importa o fato de, sobretudo na periferia do capital, a grande maioria desses consumidores não ter as condições materiais mínimas para usufruir das objetivações corporais socialmente produzidas, tanto das esportivas como das demais, porque isso não só faz parte do jogo capitalista, mas é uma de suas regras

centrais. Em outras palavras, a ideologia produzida pelo esporte de alto rendimento, sobretudo na periferia do capital, opera sem que as práticas corporais, incluindo as esportivas, precisem ser socializadas de fato com a classe explorada.

3.2 Os Jogos Olímpicos: *lócus* privilegiado da ideologia capitalista

Como anteriormente indicado, uma das formas pelas quais opera a ideologia do esporte, uma dimensão particular e potencializada da própria ideologia burguesa, é identificar o esporte moderno como herdeiro direto do esporte antigo grego e igualar tendencialmente toda a diversidade de práticas corporais a práticas esportivas, independentemente do tempo e espaço históricos. Conforme Brohm (1982), a ideologia esportiva é análoga à ideologia burguesa justamente porque o esporte é um produto da consolidação na Inglaterra da racionalidade científico-industrial, do modo de produção capitalista e do Estado burguês, um produto que vai se fortalecer durante o século XIX e se expandir e universalizar a partir do século XX.

O apagamento das diferenças históricas, por meio da naturalização da sociedade burguesa, é uma estratégia central ao conservadorismo político e econômico.

A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser apreendidos quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave para a economia antiga etc. *Mas de modo algum à moda dos economistas, que apagam todas as diferenças históricas e veem a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade.* (Marx, 2011, p. 58, destaque em itálico nosso)

Brohm (1982) explicita que apesar de os ideólogos do esporte verem no esporte moderno uma continuidade linear e a-histórica – porque carente de rupturas e contradições – do esporte antigo, o esporte contemporâneo se identifica com a abstração do rendimento corporal que deve ser constantemente superado e mensurado quantitativamente com crescente precisão, quadro coerente com a divisão social do trabalho e com o progressivo desenvolvimento tecnológico. A atitude genérico-humana de fixar a atenção no tempo, na produtividade e na mensuração do rendimento é própria a uma forma de viver que não se separa do

processo de industrialização e do desenvolvimento capitalista do modo de produção.

En el deporte antiguo, el adversario a vencer no era un símbolo abstracto, cronometrado o medido – el récord –, sino un contrincante de carne y hueso: el rival directo. Por otra parte, el sentido deportivo de la medida estaba casi ausente en tanto que principio constituyente del deporte, mientras que hoy día está situado a una escala fantástica. Estas diferencias denotan, según nosotros, la distinción entre una sociedad de mercado simple y otra de mercado capitalista complejo, entre el trabajo concreto y el trabajo abstracto, entre el valor de uso y el valor de cambio. La diferencia entre el deporte antiguo y el deporte moderno estriba, por lo tanto, fundamentalmente, en una diferencia radical entre sus cimientos sociales respectivos. El deporte antiguo se apoyaba sobre relaciones de producción social esclavistas o asiáticas, mientras que el deporte moderno se basa en relaciones de producción capitalista (Brohm, 1982, p. 48).

Não é objeto desta pesquisa a comparação entre o esporte antigo e o esporte burguês, mas faz-se necessário ressaltar que o fenômeno esportivo contemporâneo pressupõe a noção jurídico-formal tanto de sujeitos livres como de mobilidade social, a possibilidade de abstração e mensuração objetiva do rendimento atlético, o registro e a superação de recordes, a consolidação do Estado-nação, do associacionismo burguês e da progressiva universalização das suas instituições.

Nesse sentido, os Jogos Olímpicos modernos se constituem não apenas por meio da continuidade dos Jogos Olímpicos antigos, mas prioritariamente por uma ruptura promovida pela consolidação do modo de produção capitalista em sua fase industrial, configurando-se em reflexo da democracia burguesa, na qual sua estrutura de classes e suas formas de exploração e dominação produzem uma projeção ilusória de mobilidade social, de liberdade e de igualdade entre os indivíduos.

3.2.1 As Olimpíadas de Tóquio de 2021 e a pandemia de COVID-19: a função social material do sistema esportivo

Há na história recente um cenário que evidenciou o antagonismo entre os interesses do capital próprios ao sistema esportivo e o interesse pela preservação da vida humana: o contrassenso da realização de uma edição dos Jogos Olímpicos em meio à crise pandêmica de COVID-19.

Conforme Souza Filho, Tritany e Struchiner (2021), a realização de grandes eventos esportivos durante a pandemia contou com apoio governamental da maioria dos países e aprovação de parte da população mundial, não apenas sob justificativas econômicas, mas também sob o apelo do impacto desses eventos sobre uma suposta melhoria da qualidade da saúde mental da população espectadora. Foi subestimado o aumento de infecções e do risco do surgimento de novas variantes do SARS-CoV-2, associado à possível diminuição da efetividade das vacinas desenvolvidas até aquele momento e ainda não efetivamente aplicadas na população mundial.

O artigo também explicita que a realização de eventos esportivos internacionais durante a pandemia favoreceu a promoção de compreensões equivocadas entre a população. A percepção de que havia um controle da pandemia – quando na verdade as medidas para controle da propagação do vírus e seus resultados eram muito distintas entre os países – e de que protocolos sanitários seriam o suficiente para garantir a segurança dos participantes desses eventos bem como da população em geral dos países sedes – quando a vacinação massiva ainda não havia se efetivado – fomentou no senso comum ideias que contrariavam as orientações da comunidade científica.

A Copa América de Futebol de 2021 seria inicialmente disputada na Argentina e na Colômbia, mas há poucas semanas do início do evento continental esses países abdicaram de sediar os jogos. A Argentina devido ao agravamento da pandemia no país. A Colômbia pronunciou-se sobre sua instabilidade política e a ocorrência de vários protestos populares em seu território.²⁰ O Brasil, que já havia sediado o evento em 2019, responsabilizou-se por receber as partidas novamente em 2021. A notícia foi veiculada em 31 de maio pela Confederação Sul-americana de Futebol (BBC News Brasil, 2021).

No entanto, o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde de número 65 (Brasil, 2021) registra que, até 29 de maio de 2021, o país contabilizava a marca de 424.161 mortes pela doença causada pelo coronavírus e 16.471.600 casos. Os

20 Parte das motivações dos protestos se deveu ao anúncio do aumento tributário sob a justificativa de garantir o programa social de renda durante a pandemia, o que incluía o alcance da taxa, inclusive no setor de alimentos e serviços públicos, a integração de trabalhadores da classe média a uma faixa tributária mais elevada e o fim de isenções de imposto de renda para algumas categorias. Também houve repúdio da população em relação ao projeto de lei que visava a reformas no sistema de saúde que iam ao encontro de sua maior desestatização.

noticiários nacionais anunciavam a realização do evento enquanto alertavam para uma possível terceira onda prevista para junho, dando a estimativa de que cerca de 22 milhões de brasileiros, 10,48% da população, haviam recebido a segunda dose da vacinação contra COVID-19, enquanto infectologistas apontavam que 80% da população precisaria estar vacinada para que houvesse o efetivo controle da circulação do vírus.²¹

O Brasil sediou a realização da Copa América de Futebol, de 13 de junho a 10 de julho de 2021, período da pandemia em que, mesmo com a subnotificação, chegou-se a registrar dentro do período de 24 horas mais de 100 mil novos casos e a marca de 1500 mortes por COVID-19, além da entrada de uma variante até então inédita no país, oriunda da Colômbia. Apesar do alerta da experiência brasileira, o governo japonês levou adiante a realização dos Jogos Olímpicos de Tóquio, mesmo sem o avanço da imunização a níveis seguros no país e com 78% de sua população desaprovando a manutenção dos eventos (Souza Filho; Tritany e Struchiner, 2021).

Em 30 de julho de 2021, uma notícia veiculada pela *BBC News Brasil* informou que:

Tóquio, que sedia as Olimpíadas, está em seu quarto estado de emergência desde o início da pandemia, embora isso não signifique um *lockdown* completo [...] alguns especialistas dizem que a decisão de seguir em frente com a realização de um dos maiores eventos esportivos do mundo enviou uma mensagem confusa ao público — uma opinião repetida pelo jornal *Mainichi Shimbun*, que disse que os Jogos geraram uma "complacência" com a prevenção de infecções. (Herédia, 2021).

21 Vale lembrar que no ano de 1918, o Brasil sediaria a terceira edição da Copa América de Futebol e que o evento foi adiado para o ano seguinte devido à pandemia de gripe espanhola que, entre os anos de 1918-1919, matou mais de 40 milhões de pessoa no mundo. O vírus não teve origem na Espanha, mas devido ao país não ter envolvimento direto na Primeira Guerra Mundial, a mídia espanhola não censurou informações e foi primeira a noticiar a doença.

As informações podem ser acessadas nas reportagens:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57312349> (BCC, 2021)

<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2022/09/conheca-as-cinco-pandemias-mais-mortais-da-historia-da-humanidade#:~:text=Epidemia%20mais%20devastadora%20da%20hist%C3%B3ria,60%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20da%20Europa>

(Garay, 2002)

A decisão pela manutenção do mais importante megaevento esportivo²² do mundo, em meio à crise pandêmica, por si só já é um indicativo da magnitude da cadeia produtiva mobilizada pelo esporte de alto rendimento, com vistas a atender aos interesses do capital, contrapondo-se de modo antagônico aos interesses históricos dominados, sendo o principal deles a preservação da vida humana. A cadeia produtiva esportiva está intrinsecamente vinculada a um modo de produção que, apesar de acumular conhecimento científico e riqueza social capazes de preservar a vida, depende da barbárie, da morte e da desumanização para sua reprodução.

Não parece sem importância para o compromisso histórico com a verdade o detalhe da manutenção da marca “Tóquio 2020”²³ mesmo com o adiamento da realização das Olimpíadas e Paralimpíadas²⁴ para o ano de 2021, em um momento crítico da pandemia e sem o avanço da imunização a níveis seguros. Também é passível de reflexão o fato de o campo da Educação Física contra-hegemônico não ter se mobilizado contra a realização de megaeventos esportivos durante a crise pandêmica.

De acordo com notícia de 21 de abril da rádio *O tempo*, quando faltavam três meses para o início das Olimpíadas, menos de 1% da população japonesa estava plenamente imunizada:

Os organizadores dos Jogos Olímpicos, no entanto, estão confiantes de que o evento acontecerá mesmo sem a vacinação completa da população japonesa. Eles acreditam que o problema não trará impacto, uma vez que todos os protocolos contra o novo coronavírus serão seguidos e serão suficientes para a realização dos Jogos. Porém, quando os atletas começarem a desembarcar no país, será extremamente peculiar o contraste entre delegações completamente imunizadas e voluntários e colaboradores japoneses sem a imunização necessária. Ainda não se sabe se os Jogos

22 Utiliza-se o termo megaevento no sentido proposto por Rocha (2020, p. 153): “[...] entendemos megaeventos esportivos como aqueles que mobilizam em grande escala muitos investimentos, gastos, envolvem a participação de muitos agentes em sua organização (poder público e iniciativa privada, nacionais e internacionais) e têm como público milhares de pessoas presencialmente e milhões através dos meios de comunicação.” É autoevidente que a XXXII edição dos jogos Olímpicos ocorrida em Tóquio em 2021 diz respeito a um megaevento esportivo, ainda que ela tenha se dado, excepcionalmente, sem a presença do público, devido à pandemia de COVID-19.

23 Há um esforço do Comitê Olímpico Internacional para que a XXXII edição dos Jogos Olímpicos seja identificada pela denominação Tóquio 2020, como se observa em sua página oficial, na qual estão disponíveis dados atualizados do evento, como número de atletas e equipes que participantes, assim como todos os resultados, mas é mantida a indicação do ano de 2020. O site pode ser acessado em: <https://olympics.com/pt/olympic-games/tokyo-2020> (COI, 2021).

24 Os Jogos Olímpicos de Verão ocorreram entre os dias 23 de julho e 08 de agosto de 2021 e as Paralimpíadas entre os dias 24 de agosto a 05 de setembro de 2021.

Olímpicos serão liberados para a presença do público japonês, uma vez que o público estrangeiro já foi barrado. A decisão sobre o tema pode chegar apenas em junho com a avaliação da evolução dos casos de Covid no país. (Pereira, 2021).

Conforme notícia da *BCC News Brasil* de 8 de julho de 2021, naquele dia, apesar dos ingressos já vendidos, foi confirmado que o evento ocorreria sem público, devido ao estado emergencial de Tóquio, que vinha sofrendo com o aumento de infecção por coronavírus à medida que se aproximava a cerimônia de abertura:

Uma nova onda de infecções começou em abril, mas no geral o país teve um número relativamente baixo de casos e um número de mortes de cerca de 14,9 mil. Na quarta-feira [07 de julho], foram 2.180 novos casos notificados no país. Cerca de 920 deles estavam em Tóquio, acima dos 714 da semana passada e o maior desde os 1.010 em 13 de maio. Muitas pessoas no Japão são contra as Olimpíadas. A vacinação no Japão tem sido lenta e cerca de 15% das pessoas foram totalmente vacinadas. Há uma preocupação crescente com a ameaça da variante Delta. Em Tóquio e Osaka, as duas cidades mais afetadas pelo aumento recente, as autoridades esperam que os maiores de 65 anos sejam totalmente vacinados até o final de julho. A entrada de estrangeiros de 159 países no Japão está atualmente proibida. [...] Há muita oposição aos Jogos, que já foram adiados por um ano por causa da covid-19 e sofreram contratempos, incluindo estouros de orçamento. Uma pesquisa de junho no principal jornal do país, o *Asahi Shimbun*, sugeriu que mais de 80% da população queria que os Jogos fossem cancelados ou adiados. (BBC, 2021).

Quando tratamos da perda de vidas, há algo de perverso na consideração de números relativos, se a comparação com outros países colocava o Japão como um país em situação não tão grave, o aumento de casos e o número absoluto de 14,9 mil mortes humanas indicavam um contraste radical entre a preocupação com a vida das pessoas e a decisão pela manutenção dos eventos esportivos. Há de se considerar também as diferentes formas de valoração da vida humana, já que a princípio havia a garantia pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) da vacinação dos atletas, mas ainda não estava confirmada a vacinação dos demais trabalhadores e voluntários envolvidos na realização do evento esportivo.

Em 11 de maio de 2021, o Comitê Olímpico (COB) e o Ministério da Saúde brasileiros divulgaram que o COI garantiria a vacinação de atletas e demais integrantes das delegações olímpicas participantes dos Jogos Olímpicos de Verão de Tóquio e dos Jogos Olímpicos de Inverno, a serem realizados no ano de 2022 em Pequim. Para tanto, o COI lançou um programa chamado "Vacinas para Atletas"

em colaboração com a fabricante chinesa de vacinas Sinovac. O programa foi destinado a facilitar a vacinação de atletas e outros envolvidos nos jogos que não haviam sido vacinados em seus próprios países antes do evento.

No Brasil, a vacinação da delegação foi organizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com a reposição das doses realizada pelo COI, que ofertou a doação de duas doses de vacina aos demais cidadãos para cada atleta vacinado. Vale ressaltar que a adesão ao programa não era uma condição obrigatória para a participação nos Jogos, mas uma iniciativa anunciada como forma de ampliação da segurança sanitária durante o evento, dada a natureza global da pandemia (Dawes, 2021).

Ainda sobre a vacinação da delegação olímpica brasileira, houve a recusa de parte dos atletas em se vacinar, como divulgado pelo *Observatório do terceiro setor* em 15 de julho de 2021:

Trinta dos 301 atletas brasileiros inscritos para os Jogos Olímpicos de Tóquio não receberam nem mesmo a primeira dose da vacina contra a Covid-19. A competição começa no dia 23 de julho, na capital japonesa, que recebe o evento pela segunda vez. A informação foi confirmada pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB), em entrevista coletiva virtual. Segundo o subchefe da missão, Jorge Bichara, boa parte dos atletas que treina fora do Brasil se vacinou no exterior. Ele confirmou que houve recusa à aplicação do imunizante e que o *COB respeita as decisões individuais, uma vez que o Comitê Olímpico Internacional (COI) determinou que a imunização não é obrigatória*. [...] De acordo com os dados do COB, 271 dos 301 atletas inscritos pelo Brasil receberam a primeira dose (90%), e 227 (75%) a segunda. O comitê destacou ainda que há amplo controle da delegação para evitar o contágio, com testagem diária, isolamento e monitoramento de contatos próximos. A delegação levou ainda seis mil testes de antígeno para os profissionais que têm contato com os atletas. Entre eles, motoristas e serviço de alimentação, *para evitar que o vírus se aproxime dos atletas*. (Garcia, 2021, destaques em itálico nosso).

Merecem atenção duas questões. A primeira é o apelo à liberdade individual ao nível de colocar em risco a saúde coletiva, contrapondo-se à função social das políticas públicas, fato que presenciamos constantemente no Estado burguês e que foi explicitado por medidas negacionistas e genocidas do governo federal brasileiro durante a crise pandêmica, personificadas, sobretudo, na figura do ex-presidente Jair Bolsonaro.²⁵

25 Sobre a questão das condutas potencialmente criminosas de Jair Bolsonaro, acessar: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado> (Vieira, A., 2021)

A outra questão merecedora de reflexão, aqui já pontuada e que exige ser situada no contexto da luta de classes, refere-se às diferentes formas com que determinadas vidas são valoradas e outras não, sob o modo de produção capitalista, sobretudo em países em que há um exército excedente de mão de obra. Nas considerações do COB explicitadas na citação acima, evidencia-se que a preocupação com a saúde e a vida estava voltada principalmente para os atletas, em detrimento dos demais trabalhadores, “a delegação levou ainda seis mil testes de antígeno para os profissionais [...] para evitar que o vírus se aproxime dos atletas”.

Os critérios utilizados para determinar a prioridade da vacinação, quando ainda não havia a disponibilização de doses para toda a população, reflete um tipo de hierarquização do valor da vida, de acordo com os interesses do capital.

No que se refere ao contexto que extrapola a participação nas Olimpíadas de Tóquio, no Brasil, por exemplo, as políticas públicas de saúde durante o momento pandêmico não consideraram a condição daqueles trabalhadores dependentes do transporte público e que não tiveram suas atividades laborais suspensas ou reorganizadas para um formato não presencial. A essa parte da população, também não foi oferecido nenhum tipo de ampliação do serviço de transporte público para minimizar a possibilidade de contágio, pelo contrário, foi presenciada em muitas localidades a redução da circulação de transportes públicos.

No que diz respeito especificamente à imunização dos trabalhadores do transporte público do Estado de São Paulo, a inclusão da categoria como um dos grupos com prioridade de vacinação foi disputada por meio de organização sindical e anúncio de greve, conforme notícia veiculada pela CNN Brasil, em 26 e maio de 2021:

Em meio a uma pandemia que exige o distanciamento social, o transporte coletivo se torna um dos ambientes mais propícios à contaminação. Isso é o que indicam algumas pesquisas realizadas até agora, como um levantamento feito pelo Instituto Pólis que aponta *uma maior incidência da Covid-19 em bairros onde mais se utiliza o transporte público em São Paulo, a maior capital do Brasil*. Com isso, não é difícil concluir também que os trabalhadores desses meios de transporte, como motoristas, cobradores, metroviários e ferroviários, são também uma das categorias essenciais mais expostas ao vírus. Um levantamento feito pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra

de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), indicou que as chances de um motorista de ônibus ser infectado pela Covid-19 são de até 71%. A incidência entre cobradores e metroviários também fica acima de 50%. Foi diante desse cenário e da pressão de movimentos sindicais que o governo de São Paulo incluiu os funcionários do transporte público entre os grupos prioritários de vacinação no mês de maio. (Russo, 2021, destaque em *itálico* nosso).

Evidenciam-se assim, mais uma vez, o antagonismo entre os interesses do capital e os interesses dos explorados e o sistema esportivo como reflexo do sistema capitalista.

Em 2019, afirmava-se que a Olimpíada de Tóquio já era a mais rentável da história, devido à quebra de recorde em vendas de ingressos e aos mais de 60 patrocinadores, e que, de acordo com o Banco do Japão, a expectativa de retorno financeiro para o país era de US\$300 bilhões, até o ano de 2030. Apenas quanto às vendas de ingressos, que tiveram procura 10 vezes maior do que a quantidade disponível de bilhetes – metade deles foi reservada ao público do país, 25% destinado a patrocinadores, federações internacionais, comitês olímpicos nacionais etc, e 25% aos turistas estrangeiros –, calculava-se uma arrecadação de US\$ 800 milhões. Isso na época correspondia a R\$ 3 bilhões, R\$1,8 bilhão a mais do que a quantia arrecadada nas Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. (Cilo, 2019)

No entanto, no decorrer da preparação e durante a realização das Olimpíadas, vários jornais anunciavam prejuízos econômicos para o país-sede. Segundo notícia veiculada pela *BBC News Brasil*, em 03 de agosto de 2021, era difícil mensurar a magnitude dos prejuízos na economia japonesa, para além das perdas exatas, como os US\$800 milhões relativos às vendas de ingressos, era preciso considerar os prejuízos relacionados ao setor de turismo e serviços, à dívida milionária adquirida pelo país e à manutenção de obras de infraestrutura que tendem a se transformar em “elefantes brancos”. Além da perda de prestígio que a realização do evento em meio ao agravamento da pandemia poderia representar nacional e internacionalmente:

“As perdas serão enormes”, diz Robert Baade, professor de economia da *Lake Forest University* nos EUA e ex-presidente da Associação Internacional de Economistas do Esporte. Embora seja difícil quantificar exatamente a magnitude das perdas econômicas para o Japão, pois os cálculos operam com base em valores estimados em relação ao que teriam sido os ganhos gerados pelo evento em outras circunstâncias, o economista diz que é possível fazer uma projeção. De sua perspectiva, as perdas podem chegar a US\$ 15 bilhões. [...] O evento tornou-se um desafio para a nação do sol

nascente, que "esperava que esta oportunidade servisse para demonstrar o seu renascimento após a tripla crise de 2011 e a sua volta à linha da frente mundial" [...] diz Tamara Gil, enviada especial da BBC Mundo a Tóquio. (Barria, 2021).

Mas há um dado fundamental a ser considerado, o de que os prejuízos locais sofridos pelos países que sediam megaeventos esportivos não são a exceção, mas sim a regra e que tais prejuízos tendem a ser mais danosos aos países que compõem a periferia do capital. Conforme os economistas Baade e Metheson (2018, p. 203):

[...] the overwhelming conclusion is that in most cases the Olympics are a money-losing proposition for host cities; they result in positive net benefits only under very specific and unusual circumstances. Furthermore, the cost-benefit proposition is worse for cities in developing countries than for those in the industrialized world.²⁶

A realização de megaeventos esportivos beneficia as grandes construtoras e empresas internacionais relacionadas ao setor turístico, tecnologia e segurança, favorece a transferência de dinheiro público à iniciativa privada, beneficia órgãos administrativos, como por exemplo o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Federação Internacional de Futebol (FIFA), e mobiliza disputa entre as mídias, sobretudo televisivas, pelo direito de sua cobertura. Está vinculada à demonstração de poder político e econômico no cenário internacional e, nos países em que a democracia é identificada com o exercício cívico do voto, passa a integrar interesses eleitoreiros. (Baade e Matheson, 2018).

A partir disso, podemos considerar que os prejuízos localmente sofridos pela população, pelo orçamento estatal nacional e pelo comércio de bens e serviços dos países-sede são contraditoriamente – mesmo sob a estrita legalidade, ou seja, desconsiderando os constantes crimes de corrupção vinculados aos megaeventos esportivos – rentáveis para o capital.

Essa proporcionalidade inversa entre o acúmulo de riqueza social e o empobrecimento e exploração das massas é um traço característico do modo de produção capitalista. De acordo com Netto (2013, p. 21), a desigualdade social, a

26 Traduzido livremente por "[...] a conclusão esmagadora é que, na maior parte dos casos, os Jogos Olímpicos são uma proposta de perda de dinheiro para as cidades anfitriãs; só resultam em benefícios líquidos positivos em circunstâncias muito específicas e incomuns. Além disso, a relação custo-benefício é pior para as cidades dos países em desenvolvimento do que para as do mundo industrializado".

polarização entre ricos e pobres e a apropriação privada dos bens sociais não são traços distintivos do capitalismo. O que esse modo de produção inaugura é uma nova dinâmica de produção da pobreza:

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na proporção direta em que aumentava a capacidade social de produzir. Tanto mais a sociedade se revela capaz de progressivamente acrescer a produção de bens e serviços, tanto mais aumenta o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente. Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força essa escassez. Numa palavra, a pobreza surgida e generalizada no século XIX – o pauperismo – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão.

O aumento do custo de vida das pessoas e o aprofundamento da pobreza, tomados como consequências da pandemia, são antes de tudo uma imposição do modo de produção capitalista. Em 22 de maio de 2022, a Oxfam lançou um relatório indicando a previsão de que a extrema pobreza seria imposta a um milhão de pessoas a cada 33 horas durante o ano de 2022 e que, durante a pandemia de COVID-19, um novo bilionário surgiu a cada 30 horas. De acordo com o relatório:

A COVID-19 atingiu um mundo que já era profundamente desigual. Décadas de políticas econômicas neoliberais transformaram os serviços públicos em propriedade privada e incentivaram o movimento em direção à imensa concentração do poder corporativo e à evasão fiscal em grande escala. Tais políticas tiveram a função deliberada de corroer os direitos dos trabalhadores e reduzir impostos pagos pelas corporações e pelos ricos, além deixarem o meio ambiente vulnerável a níveis de exploração muito além do que nosso planeta pode suportar. À medida que a COVID-19 se espalhava, bancos centrais injetaram trilhões de dólares nas economias em todo o mundo para manter a economia global funcionando, algo essencial, pois evitou um colapso econômico total. Por outro lado, aumentou drasticamente o preço dos ativos e, com isso, o patrimônio líquido dos bilionários e das classes proprietárias de ativos; consequentemente, o enorme aumento na riqueza bilionária é subproduto direto dessa injeção de dinheiro. Além da riqueza bilionária crescente, também durante a pandemia os setores alimentício, energético, farmacêutico e de tecnologia registraram lucros elevados, como destacado neste relatório. Os monopólios corporativos são maioria nesses setores, e os bilionários possuidores de grandes participações em empresas atuantes neles viram sua riqueza aumentar ainda mais. Enquanto isso, o excesso de lucro e o poder corporativos contribuem para o aumento dos preços; nos EUA, por exemplo, estima-se que a expansão dos lucros das empresas seja responsável por 60% do aumento da inflação. (Oxfam, 2022, p. 3).

A cadeia produtiva esportiva, em especial quanto à organização dos megaeventos na periferia do capital, reproduz a mesma lógica do pauperismo, no qual o aumento e acúmulo da riqueza social são proporcionais à produção da pobreza local, justamente porque o sistema esportivo é um ramo particular de produção do sistema capitalista.

Rocha (2020) indica, tomando por objeto empírico o chamado ciclo de realização de megaeventos esportivos no Brasil – que se iniciou com os Jogos Pan-americanos de 2007, teve continuidade com os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Jornada Mundial da Juventude de 2013 (que contempla os Jogos Esportivos e Paradesportivos Rumo à Jornada Mundial da Juventude), a Copa do Mundo FIFA de 2014 e encerrou-se com os Jogos Olímpicos de 2016 –, que os atentados de 11 de setembro de 2001, ocorridos nos Estados Unidos, marcaram a centralidade que as políticas de segurança pública atreladas a tecnologias informatizadas passou a ocupar na organização de eventos esportivos internacionais, envolvendo o interesse de empresas como a *International Business Machines Corporation* (IBM) e ampliando, bem como aprofundando, formas de controle e repressão, dentre elas a militarização da segurança pública.²⁷

A autora pontua que a realização de megaeventos esportivos intensifica a mercantilização das cidades e que, se por um lado, este é um fenômeno aparentemente urbano, por outro, não deixa de impactar as áreas menos urbanizadas e exemplifica a questão ao anunciar que a militarização em determinadas regiões da cidade do Rio de Janeiro tende a resultar no controle pelas milícias de regiões socialmente mais periféricas e menos urbanizadas.

Não se descarta que o processo de corrupção produzido pela totalidade da cadeia produtiva esportiva é um fator que corrobora a manutenção da realização dos megaeventos esportivos. No entanto, faz-se necessário destacar que a promoção dos interesses dominantes pode dispensar qualquer tipo de estratégia que fira a estrita legalidade formal burguesa e que a transferência de recursos estatais para o atendimento de interesses privados tem desdobramentos que

²⁷ A conjuntura política em curso durante a realização desta pesquisa não permite que se deixe de pontuar que a militarização da segurança pública é um processo de escalada mundial e que as pesquisas que se debruçarem sobre este tema não poderão se isentar de analisar a forma particular que a colonização e genocídio do povo palestino pelo Estado de Israel assumiu a partir de 07 de outubro de 2023 e que conta com o apoio da mídia hegemônica, que insiste em anunciar o genocídio do povo palestino como uma ação militar defensiva de Israel.

ultrapassam as relações entre o poder público e as diferentes instituições esportivas, Federações, Confederações, Comitês e Clubes Esportivos.

Alves (2006) esclarece que o Estado, a partir da fase monopolista da sociedade burguesa, passou a exercer políticas de intervenção direta sobre a economia, tornando-se mantenedor de empresas privadas e atendendo a interesses dominantes. A transferência de recursos econômicos estatais a empresas privadas é uma das maneiras pelas quais se configura o parasitismo econômico.

Na atual conjuntura histórica brasileira, no que se refere ao impacto do parasitismo econômico, promovido pela cadeia produtiva do sistema esportivo, na Educação Física escolar, merece atenção o Instituto Esporte e Educação (IEE), criado pela medalhista olímpica de voleibol Ana Moser e que se enquadra na denominação de Organização da Sociedade Civil (OSC).

De acordo com o site oficial do Instituto, a instituição “já atendeu a 7,4 milhões de crianças e jovens e capacitou mais de 61 mil professores e educadores em todo Brasil”.

Quanto ao seu funcionamento:

CONCRETIZAMOS NOSSA MISSÃO POR MEIO DE PARCEIROS QUE PENSAM COMO NÓS: EMPRESAS que acreditam nessa causa e priorizam a educação como pilar da área social em suas estratégias ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança); EMPRESAS que sabem que a educação é, o principal instrumento para a transformação social, e que combinado com o esporte se tornam uma potência ainda mais significativa para crianças, adolescentes, escolas e municípios; EMPRESAS que de fato estão atentas no que tange seu papel para um desenvolvimento mais consciente e sustentável de nossa sociedade. A união do terceiro setor e empresas que buscam um impacto positivo na sociedade tem sido uma estratégia imbatível para transformar sonhos em realidade. SE VOCÊ TEM OU FAZ PARTE DE UMA EMPRESA, VENHA SER NOSSO PARCEIRO! Podendo utilizar benefícios fiscais, via Lei de Incentivo ao Esporte em projetos do IEE aprovados pelo Ministério do Esporte.” [sic]

O site ainda informa que a lei referida,

[...] 11.438/2006 – permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pelo Ministério de Esporte/Governo Federal. As empresas de lucro real podem investir até 2% desse valor e, as pessoas físicas até 7% do imposto devido.

No plano da concepção de educação, evidencia-se a afinidade com o que Saviani, D. (2008) denominou de teorias não-críticas da Educação, pois

desconsidera-se, de maneira intencional ou não, que a Educação (assim como o sistema esportivo) é determinada pelas bases materiais da sociedade, levando a tomá-la em si como instrumento de transformação social, o que coincide com práticas que, apesar de se intitularem transformadoras, mobilizam adequação, conservação e reformismo. No mais, não se trata em realidade de uma iniciativa que atenda aos interesses históricos das massas, mas evidentemente aos interesses privados, como é explicitamente anunciado diante da sua afinidade com os valores empresariais neoliberais e na medida que, por meio legal, verbas públicas passam a ser geridas por interesses privados.

O IEE iniciou sua expansão atuando em escolas estatais por meio de projetos de atendimento aos alunos em contraturno e mais recentemente tem direcionado seus tentáculos à formação de professores. Com recursos econômicos públicos, provenientes de impostos não pagos ao Estado, conseguiam oferecer atendimento a alunos fora do turno letivo, de maneira não obrigatória e com melhores condições materiais do que aquelas oferecidas aos professores de Educação Física e alunos durante as aulas regulares: formações com nomes renomados como o professor João Batista Freire²⁸, em alguns casos com dois professores (a dupla docência) por turma, tempo de estudo e planejamento coletivos, organização de eventos, materiais em qualidade e quantidade superiores aos da escola pública. Isto levava a própria comunidade escolar, incluindo os professores, a desvalorizar o serviço público (estatal), reforçando a ideologia capitalista de que todo serviço oferecido por outras instâncias sociais, diretamente privadas ou mediadas por elas, pode atender aos interesses da classe explorada de forma mais eficiente.

A autora desta pesquisa trabalhou na Prefeitura de Itatiba nos anos de 2009 e 2010, por meio de processo seletivo e contratação em regime de CLT

28 João Batista Freire é autor da obra que se tornou clássica no campo da Educação Física, *Educação de Corpo Inteiro: teoria e prática da Educação*, que teve sua primeira edição em 1989. A obra tem reconhecimento também na área da pedagogia e da psicologia educacional. De acordo com Tavares, Raiol e Coelho (2019, p. 2), João Batista Freire “busca romper com o sistema tradicional de ensino nas aulas de Educação Física através de uma proposta educacional emancipatória que permite a indagação, troca de idéias, ação, criatividade e ludicidade, motivando os educandos quanto aos aspectos que se relacionam ao respeito, justiça, solidariedade, motricidade, confiança e cooperação nas aulas de educação física. Para tanto, a escola deve ser um espaço construído em torno da compreensão do mundo, dos objetos, da criação, do senso comum, do ensino e da aprendizagem.” [sic]

(Consolidação das leis de Trabalho), dando aulas regulares de Educação Física na grade curricular de escolas municipais e lecionando no contraturno em projetos do IEE por meio da parceria entre a Prefeitura e o Instituto, tendo seu salário pago pela Prefeitura. Atualmente, a parceria entre IEE e a Prefeitura de Itatiba segue, mas centrada não mais no atendimento aos alunos no contraturno, que foi drasticamente reduzido, o IEE assumiu a formação dos professores de Educação Física da Prefeitura de Itatiba.

Desde 2011, a autora desta pesquisa trabalha como servidora pública concursada na prefeitura de Jundiaí e, durante o ano letivo de 2023, a formação obrigatória para os professores de Educação Física ficou a cargo de uma empresa contratada, a *Encontro Eventos*, que tem por Diretor Executivo e Coordenador o professor Rafael Moreno Castellani, que é também coordenador do IEE.²⁹

Esta formação obrigatória foi organizada em dez encontros, palestras e/ou atividades práticas, com autores renomados da área de diferentes perspectivas pedagógicas, ecletismo justificado pelo apelo a uma postura democrática, e recebeu o nome de “Rota do Conhecimento para uma Educação Física Inovadora”, uma alusão ao *slogan* “Escola Inovadora”, então usado pela Prefeitura de Jundiaí.

Também foram oferecidas formações não compulsórias oferecidas pelo próprio IEE, neste segundo caso “sem custos” por meio de suas plataformas digitais, estratégia que permite ampliar os dados quantitativos propagandeados pelo Instituto. Essa relação entre mercado e Estado mediada pelo chamado “terceiro setor” é uma das formas atuais de estreitamento de vínculos entre o trabalho docente estatal e o mercado. A função social exercida pelo IEE, em sua relação com a Educação Física escolar, possui aspectos similares, por exemplo, à função exercida pela Fundação Lemann em sua relação com a Educação escolar de modo mais amplo.

O *slogan* “Escola Inovadora” foi criado na segunda gestão de Luiz Fernando Machado à frente do poder executivo da cidade de Jundiaí. Em maio de 2023, o então prefeito migrou do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), que o elegeu, para o Partido Liberal (PL). Vale apontar que Luiz Fernando Machado, na

29 Informações enviadas aos professores de Educação Física da rede de ensino municipal de Jundiaí sobre a formação vendida pela *Encontro Eventos* e comprada pela Prefeitura de Jundiaí podem ser acessadas através do *link*:

<https://docs.google.com/document/d/1onutUUWD9Uz2qvYEBKmA66S9XlwY24X8/edit?usp=sharing&oid=105716097780617320077&rtpof=true&sd=true>

condição de deputado estadual de São Paulo pelo PSDB, foi autor do texto, em 2015 na Assembleia Legislativa do Estado, que corroborou o que ficou conhecido por Movimento Escola Sem Partido, conforme notícia veiculada pelo *EL País*, em 17 de dezembro de 2017.

Não é sem relevância o fato de que o presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), no início de seu mandato em 2023, com a retomada da pasta ministerial do Esporte, extinta no governo anterior de Jair Bolsonaro – eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), migrando em 2021 para o Partido Liberal (PL) –, nomeou Ana Moser, a fundadora do IEE, para o cargo de Ministra da Educação.

A indicação colocou em destaque o fato de o cargo vir a ser exercido pela primeira vez por uma mulher e de a ex-atleta não ter vínculo com nenhum partido político, reforçando a ideia de uma indicação por competência técnica, sem interesses políticos, como se em realidade isso fosse possível.

De acordo com matéria veiculada pelo *Brasil de Fato*, em 29 de dezembro de 2022:

Moser há anos dedica-se a projetos voltados ao esporte. Junto com outras personalidades do segmento, fundou o movimento "Esporte pela Democracia", que trabalha contra o racismo, pela diversidade e pelos direitos civis e humanos. Ela também criou o Instituto Esporte & Educação, que capacita professores e já atendeu mais de 6 milhões de jovens. Levando em conta essa experiência dentro e fora das quadras, Moser foi nomeada para fazer parte do grupo técnico do Esporte do governo de transição. Também participaram do grupo o ex-jogador de futebol Raí e a paratleta Verônica Hipólito (Pires, T., 2022).

O anúncio da breve demissão da ministra do Esporte se deu em 6 de setembro de 2023. Sob a justificativa de ampliar a base de apoio do governo, a pasta passou a ser liderada por André Fufuca, do Partido Progressista (PP), em uma negociação com a ala formada por partidos que se declaram de centro. Em novembro do mesmo ano, a ex-ministra foi indicada pelo ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), para membro titular do Conselho Fiscal do Serviço Social do Comércio (SESC).

Ana Moser vai representar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) junto ao Conselho, que é formado por outros indicados da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e dos ministérios do Trabalho, Planejamento e Desenvolvimento Social. O Conselho Fiscal é responsável por fiscalizar, acompanhar e examinar as prestações de contas da entidade e apresentar pareceres ao Conselho Nacional, caso seja identificada alguma

irregularidade. No Conselho, a ex-ministra vai receber R\$4.770 por cada reunião que participar. Segundo o Sesc, o colegiado pode se encontrar até seis vezes por mês, o que pode gerar uma remuneração mensal de R\$ 28.620 (Portela, 2023).

Mais uma vez, evidencia-se que a totalidade da cadeia produtiva esportiva atende aos interesses dominantes, dentro da estrita legalidade burguesa, e que o sistema esportivo tende a se apresentar como um espaço no qual seria possível estabelecer uma conciliação entre os interesses de classe em realidade antagônicos. A realização das Olimpíadas e de toda sorte de megaeventos esportivos, a socialização dos valores esportivos nos mais diversos contextos sociais e o incentivo ao consumo do esporte tendem a apresentarem-se sob a aparência de um interesse universal.

3.2.2 A fetichização do atleta medalhista e o sequestro das pautas sociais identitárias no contexto dos Jogos Olímpicos de Tóquio: a função social ideológica do sistema esportivo

3.2.2.1 Entre o “We Can Do It” e o “World Skate”

A esportivização do skate³⁰ foi coroada com a sua estreia nas Olimpíadas de Verão de Tóquio. Rayssa Leal, conhecida por Fadinha, que na ocasião tinha

30 De acordo com o site *Skateboarding*, o skate, como o conhecemos, possui influência do surfe e surge no contexto norte-americano sob o termo *sidewalk surfing*, surf de calçada. O texto indica que essa manifestação da cultura corporal tem como marco importante o ano final da década de 1950 e a década de 1960, quando passou a ser produzido em moldes fabris e a incorporar constantes inovações tecnológicas que viriam a permitir novas manobras e maior segurança – nesse período também houve a tentativa de restrição da prática pelo poder público norte-americano devido à ocorrência de acidentes –, houve o lançamento da primeira revista especializada, a organização do primeiro campeonato local e do primeiro campeonato internacional, ambos na Califórnia. Outro período importante para a configuração do skate foi a década de 1980 que se relaciona à crise econômica na América Latina. “O Skate na década de 80 foi caracterizado por uma explosão de rampas de madeira feitas pelos próprios skatistas em ruas, praças e quintais de casa devido à crise existente. Era a cultura do faça você mesmo. [...] Nessa o *Street* começou a ser praticado em terrenos até então virgens para o Skate, com as manobras em corrimão, paredes e escadas. Em 1984, Stacy Peralta e George Powell lançam o primeiro vídeo de uma equipe de Skate chamado de *The Bones Brigade Video Show*, revolucionado o mercado. Em 1985, o Skate torna fundo para o filme *De volta ao futuro*, em 1986, para *Thrashin* e, em 1989, para *Gleaming the cube*. Os anos 80 foram caracterizados pela mistura da influência do Punk que lentamente foi substituída pela cultura urbana, com ênfase no Hip Hop. No final da década, as calçadas largas eram o ápice e o *Street* começou a dominar o Skate com a queda do Vertical. [...] Na década de 90, o Skate tomou seu rumo atual na direção do profissionalismo do esporte. [...] Nos anos 90, o *street* é uma das modalidades mais fortes, apesar do vertical, pois os skaters não têm de depender de pistas para andar.” [sic]. As informações do site permitem considerar a tensão entre interesses dominantes e dominados no contexto social do skate, questão apontada por Brandão (2017). O site pode ser acessado em: <https://skateboarding.com.br/index.php/skateboard/historia-do-skate1.html>.

apenas 13 anos, conquistou a medalha de prata na categoria *Street* e o feito de tornar-se, de acordo com notícia veiculada pela *BBC News Brasil*, em 26 de julho de 2021, “a brasileira mais jovem a receber uma medalha olímpica — e a sétima medalhista mais jovem em toda a história dos Jogos Olímpicos de Verão”.

O Dicionário Crítico de Educação Física (2010, p. 170) define esportivização como “ato ou efeito de converter ou transformar uma prática corporal em esporte ou de uma prática social assumir os códigos próprios desse fenômeno” e considera que:

A esportivização evidencia-se no fenômeno de o esporte inundar todos os espaços do cotidiano, não apenas com seus ícones telespectacularizados, dramas esportivos, suas roupas, linguagens, mas também e particularmente, com sua lógica de disputa e rendimento, que encharca nossa forma de olhar e sentir o mundo. Entender esse processo e seus desdobramentos na formação humana deveria ser ponto importante na agenda de pesquisa da Educação Física (González, 2010, p. 173).

O apelo ideológico causado por uma menina adolescente sul-americana, ganhando uma medalha olímpica em um esporte que se relaciona a uma prática da cultura corporal partilhada prioritariamente por homens, dificulta uma apreensão menos unilateral da realidade que considere não apenas de modo superficial as importantes questões identitárias – nesse caso mais especificamente as relacionadas ao patriarcado –, mas que as compreendam em sua relação fundamental com a luta de classes.

Conforme notícia de o *El País* publicada em 25 de julho de 2021:

Tanto sucesso no skate feminino motiva outras meninas a buscarem a modalidade. Segundo pesquisa do Datafolha encomendada pela Confederação Brasileira de Skate em 2019, 2,2 milhões de mulheres praticavam o esporte naquele ano, um aumento de 75% em comparação com o período anterior. Outras três brasileiras estão no Japão para a modalidade park: Dora Varella, Isadora Pacheco e Yndiara Asp. O obstáculo na pista costuma ser o machismo. Bufoni revelou que, quando adolescente na zona leste de São Paulo, era chamada de “maria joão” por passar muito tempo com os meninos skatistas. Incomodado com o bullying, seu pai chegou a quebrar seu skate, o que não a impediu de construir um novo no dia seguinte. “Ele me viu montando o novo e percebeu que não tinha jeito. A partir desse momento, passou a me apoiar”, diz ela. “Sempre digo que para mim também não foi fácil, mas mesmo assim eu persisti e nunca deixei que ninguém falasse o que eu podia ou não podia fazer por ser mulher”, completa. Da mesma forma, Pâmela deu um recado parecido em entrevista ao UOL: “Meninas, procurem andar com seus parentes e amigos, não dêem nenhuma importância a essas atitudes machistas e façam delas motivações para seguir em frente. O skate é maior que muitas coisas, nele tudo cabe, menos

a ignorância”. Quem ganha com a iniciativa das mulheres é o esporte brasileiro - e a partir deste ano, o esporte olímpico. (Magri, 2021).

Há uma constante inversão na ideologia burguesa, nela os elementos materiais prioritariamente determinantes tendem a ser tomados como elementos determinados, como se as ideias e representações fossem o motor histórico da realidade e não o contrário. Marx e Engels (2007) alertam sobre a importância da apreensão das ideias como representações – ainda que mais reais ou mais ilusórias – determinadas pelas relações sociais materiais:

As representações que esses indivíduos possuem são representações, seja sobre sua relação com a natureza, seja sobre suas relações entre si ou sobre sua própria condição natural [*Beschaffenheit*]. É claro que em todos esses casos essas representações são uma expressão consciente – real ou ilusória – de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização social e política. [...] Se a expressão consciente das relações efetivas desses indivíduos é ilusória, se em suas representações põem a sua realidade de cabeça para baixo, isto é em consequência de seu modo limitado de atividade material e das suas relações sociais limitadas que daí derivam. (Marx e Engels, 2007, p. 93).

É necessário levar em conta que a natureza da participação feminina no *skate* está articulada a determinações materiais que extrapolam o contexto esportivo e que tendem a ser determinadas pela prática social mais ampla do trabalho produtivo, desdobrando-se em outras esferas da vida social.

A título de exemplo da determinação das bases materiais no processo da emancipação social feminina sob os estreitos limites impostos pelo capitalismo, vale a consideração de que algumas representações feministas emblemáticas, até hoje usadas como símbolos da luta pelos direitos das mulheres, foram produzidas no contexto da Segunda Guerra Mundial diante da ausência da mão de obra proletária estadunidense e da consequente necessidade de ocupação pelas mulheres de postos de trabalho tipicamente masculinos.

De acordo com Dorlin (2020), houve intensa propaganda pública estadunidense de esforços de guerra destinada às mulheres, que contou com uma estética específica de virilização da imagem feminina por meio de cartazes e do *slog* “*We Can Do It*”, explorando a imagem, sobretudo, de operárias soldadoras,

rebitadoras e trabalhadoras da indústria armamentista.³¹ A intenção era a de propagar e inculcar temporariamente um novo ideal de mulheres fortes, orgulhosas, participantes e capazes de gerir o país. A promoção desta ideologia também contou com campanhas públicas destinadas a ensinar técnicas corporais de luta, para que as mulheres pudessem se defender daquela parcela dos homens que deixaram de ir à guerra e que estariam propensos a praticar abusos contra elas.

A autora explicita que, apesar da aparência subversiva dessas campanhas, pode-se constatar que a propaganda de virilização feminina com vistas a atender aos interesses bélicos capitalistas não teve por intenção erradicar definitivamente o valor social dominante de uma feminilidade frágil, indefesa e restrita à esfera particular e doméstica:

Assim que a guerra acabou, a grande maioria das mulheres foi obrigada a voltar para as fábricas têxteis ou para casa, além de esquecerem suas habilidades manuais de autodefesa. Os anos 1950 seriam ainda mais negligentes em relação à memória no que diz respeito à promoção do ideal patriarcal e racista de modo de vida, sob o olhar dócil e conciliador da nova “dona de casa”. [...] Assim, por trás da promoção da autodefesa da mulher, é preciso identificar sobretudo os interesses nacionalistas e capitalistas de uma valorização *ad hoc* da feminilidade operária, jovem e musculosa. Essa norma de feminilidade operária, que será promovida por um tempo, logo será substituída pelo ideal burguês da “dona de casa”, branca por definição. (Dorlin, 2020, p.115-116).

Mas a ideologia afinada aos interesses dominantes não opera somente por meio de estratégias deliberadamente intencionais. A comemoração e valorização da vitória de Rayssa Leal nas Olimpíadas formam o tipo de fenômeno que produz uma falsa sensação sobre uma suposta efetiva participação brasileira, jovem e feminina, não só na esfera esportiva, mas também em outros contextos sociais, promovida pelo modo de produção capitalista.

O apelo à questão de gênero fez com que no cenário nacional, mesmo no interior do campo não hegemônico em Educação Física escolar, não se discutisse o fato de que o *skate* brasileiro, ao ser esportivizado, passa por um processo de enquadramento e formatação que reduz e unilateraliza a sua prática social.

Se, por um lado, o *skate*, sobretudo a partir da década de 1980, será organizado como prática social vinculada ao movimento *Punk* e, posteriormente ao

31 Alguns desses cartazes podem ser acessados no material didático produzido por Silva, N. (2015) em: <https://lemad.fflch.usp.br/node/5357>

movimento *Hip-Hop*, tendo por conteúdo social relações pautadas em um tipo de organização mais coletivista, que compreende a ocupação de espaços urbanos, com pichações, trocas horizontalizadas de saberes técnicos e a busca por uma produção estética particular, por outro lado, o avanço de sua esportivização e consequente profissionalismo corroboram a sua redução à dimensão técnica e estabelecem, como seu elemento hegemônico, a competição e, como sua principal finalidade, a mensuração de rendimento atlético, por meio de regras fixas às quais os seus praticantes, transformados em atletas competidores, se submetem.

Proni (2002, p. 58) aponta aquilo que considera como uma das limitações da sociologia política do esporte de Brohm (1982), utilizando o surfe e o *skate* como exemplos de “práticas esportivas de lazer que contestam o estilo de vida imperante” e afirmando que o modelo sociológico do autor “encontra dificuldades para examinar práticas esportivas que não se baseiam nos mesmos princípios [sobretudo a competição, visando mensuração do rendimento atlético] e não seguem necessariamente o mesmo tipo de organização [a determinada pela institucionalização esportiva, que, por sua vez, reflete a organização do próprio modo de produção capitalista] por ele destacado”.

No entanto, parece que a crítica de Proni (2002) não considera suficientemente duas das observações centrais de Brohm (1982). Primeiramente, a de que o esporte não deve ser tratado como um termo polissêmico, a exemplo do que ocorre no senso comum. Em segundo lugar, é preciso pontuar a sua observação de que a competição é a relação fundamental e o elemento hegemônico do sistema esportivo.

Cerca de duas décadas depois da crítica de Proni (2002), evidencia-se a diferenciação entre o *skate* como uma prática social, que preserva autonomia relativa diante do trabalho produtivo, podendo ser gerenciada por seus praticantes, e o *skate* como uma prática social esportivizada e institucionalizada, que passa a ter por finalidade a mensuração do rendimento atlético e a produção de campeões e espetáculos.

Desde 2017, a *World Skate* é a entidade responsável por regular e promover o *skate* como uma modalidade esportiva mundial, incluindo a organização de competições internacionais e o estabelecimento de regras para o esporte. Em 2016, a *International Roller Sports Federation* (FIRS) – fundada em 1924 e responsável por supervisionar várias modalidades de esportes sobre rodas, incluindo o *skate* –

passou por uma reestruturação e foi renomeada como *World Skate*, tornando-se a federação internacional exclusiva para esportes sobre rodas, sendo responsável atualmente por doze modalidades, dentre elas a patinação artística, a patinação em velocidade, o hóquei sobre patins e o *inline freestyle*. Isso preparou o caminho para a inclusão do skate nos Jogos Olímpicos de Tóquio. Essa reestruturação reflete o processo de monopolização do esporte em escala internacional e explicita a intenção de unificar e fortalecer o gerenciamento sobre as práticas corporais sobre rodas.³²

Nesse sentido, o próprio desenvolvimento histórico confronta a crítica de Proni (2002), que busca apontar, não só por meio do surfe e do skate, mas também da capoeira e das artes marciais – que são tomadas pelo autor como “práticas esportivas” – as limitações do modelo sociológico de Brohm. O que mantém a validade da obra de Brohm (1982) é sua contribuição para apreensão, na atualidade, de que a hegemonia exercida pelo esporte de alto rendimento se relaciona intrinsecamente com o avanço progressivo da esportivização e institucionalização das mais diferentes objetivações corporais, que, por sua vez, passam a ter a competição e a mensuração objetiva do rendimento atlético como seus elementos centrais.

Não é uma mera questão de forma, a esportivização altera fundamentalmente o conteúdo da prática social, muda as relações sociais de sua produção e reprodução, impõe uma nova partilha do sensível com tendência a um tipo de participação estranhada dos sujeitos que esfacela seu conteúdo popular. Ao alterar o conteúdo social da prática corporal, a tendência hegemônica é a de que a nova prática, fundamentada no elemento competitivo, progressivamente se configure como referência social.

A institucionalização do skate unilateraliza a prática social por meio da hipervalorização e desenvolvimento acelerado do seu aspecto técnico, promovidos pela centralidade da competitividade, ao mesmo tempo em que oculta e/ou precariza determinados aspectos de resistência ativa expressos nas formas de cooperação mais coletivistas e horizontalizadas que resultam relações sociais populares de produção e reprodução.

32 O site da *World Skate* pode ser acessado em:
<https://www.worldskate.org/>

O processo de institucionalização também promove a ampliação e aprofundamento de um novo mercado relacionado a esta objetivação da cultura corporal, o que inclui não apenas a produção de um novo tipo de praticante, o skatista profissional remunerado submetido a regulamentações impostas pela *World Skate* e que pode vir a assumir a função de herói moderno, mas também a produção de novos consumidores, praticantes e espectadores, e novas necessidades de consumo, que possam atender aos interesses dominantes.

Talvez valha retomar aqui mais uma vez a formulação de Brohm (1982), respaldada em Marx (2013), sobre a determinação do sistema esportivo sobre diferentes práticas mais ou menos competitivas, incluindo as lúdicas: a de que a formação econômico-social é determinada pelo modo de produção dominante, que tende a impor a sua hegemonia às possíveis formas heterogêneas de produção, formas estas que passam a ser em maior ou menor grau a ele subordinadas.

É preciso superar a aparência de que a esportivização do skate é o agente promotor fundamental de sua diversificação e enriquecimento. O processo de esportivização resulta em articulação das práticas corporais aos interesses dominantes por meio do aprofundamento da sua vinculação à produção de mais-valor, que não ocorre sem a exploração humana. E a dinâmica social de resistência, de ajustamento e de transformação das práticas corporais, de modo a articulá-las aos interesses dominados, só pode ser compreendida à luz da luta de classes, em um processo que reivindique e mobilize relações sociais populares de produção e reprodução das práticas corporais. A diversidade e multilateralidade na prática do skate não ocorrem devido ao sistema esportivo, acontecem apesar desse sistema e como forma de resistência a ele.

Ao analisar a história do skate nos anos de 1980, Brandão (2017, p. 24) aponta que:

Assim, se o caminho da esportivização do skate estava sendo pavimentado, certamente tal estrada não era da “mão única”. Pois embora o poder esportivo tenha exercido uma influência muito grande sobre os mais diversos elementos da cultura corporal ligados ao skate, funcionando como uma espécie de facho luminoso que ofuscava a existência de outras formas e experiências, seu poder não chegou a ser totalizante ou, em outras palavras, “sem furos”. De fato, o skate era uma prática que apresentava plasticidades que ofereciam uma grande disponibilidade para àqueles que dele fizessem uso. Retirá-lo da rua, domesticá-lo e transformá-lo num esporte era a via mais rentável, mas isso não implica dizer, entretanto, que era a única. A história do skate durante o período analisado não representou somente o “amadurecimento esportivo” desta atividade, pois, junto a esse fator,

desenvolveram-se outros modos de praticá-lo. Um deles, surgido em meados da década de 1980, foi o *street skate* – modalidade na qual os skatistas passaram a interagir com escadas, bancos, corrimãos e demais aparelhos urbanos. Sem dúvida, foi a assunção do *street skate* o principal fato que desencadeou o afastamento das regras e normas que, até então, estavam buscando guiar o skate nos rumos de uma esportivização controlada.

O tipo de socialização que interessa aos explorados é a do *skate* enquanto uma prática social gerenciada coletivamente por seus praticantes, ou seja, que evidencie seu conteúdo social popular e reivindique a manutenção de sua autonomia relativa frente ao trabalho produtivo. E é no bojo dessa reivindicação de classe que se deve pautar a necessidade de que as relações sociais que produzem o *skate*, enquanto prática mais multilateral, atendam aos interesses dominados, por meio da incorporação de diferentes frentes de luta contra o capital, ou seja, que incorporem as necessidades específicas de superação do capitalismo pelo socialismo, próprias a determinados grupos sociais, a exemplo daqueles que têm por interesse imediato que a sua população não seja dominada, violentada e/ou assassinada pelo patriarcado.

3.2.2.2 Entre o “Self Made Man” e o “Start Your Impossible”

Ainda sobre o caráter monopolista do esporte e como os interesses capitalistas, ao mesmo tempo materiais e ideológicos, podem se revestir de uma aparência democrática e transformadora, tendo a atividade social esportiva como um de seus instrumentos, merece atenção o caráter do patrocínio de grandes empresas aos megaeventos esportivos.

Tendo em vista a XXXII edição dos Jogos Olímpicos e a XVI dos Jogos Paralímpicos, com sede conquistada pela cidade de Tóquio, a Toyota – empresa japonesa multinacional fabricante automotiva, umas das principais patrocinadoras do evento sob a condição de “parceira oficial de mobilidade” dos jogos³³ – lançou a

33 As vantagens desse tipo patrocínio – que no momento das Olimpíadas de Tóquio foram questionadas, devido ao fato de os jogos ocorrerem em 2021 em meio à crise pandêmica de COVID-19, gerando tensões entre a população e o governo japoneses e podendo assim não promover junto ao cenário mundial uma imagem socialmente responsável da empresa – podem ser confirmadas por meio da decisão da Toyota de novo investimento nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris em 2024. De acordo com comunicado feito pela empresa em seu site institucional em 9 de outubro de 2023: “Com a filosofia de “Mobilidade cada vez Melhor para Todos”, a multinacional acredita que a liberdade de movimento é fundamental para uma sociedade diversificada. A Toyota está a caminho de se tornar uma empresa de mobilidade, trabalhando para reduzir obstáculos de movimento para todos, independentemente de suas habilidades físicas. [...] Em colaboração com o COI, o CPI e o Comitê Organizador parisiense para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, a Toyota está empenhada em tornar

campanha publicitária “*Start Your Impossible*” que explora a imagem de atletas de alto rendimento, representantes dos grupos que se convencionou chamar de minorias sociais.

Conforme nota disponibilizada pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, em 23 de outubro de 2017:

A Toyota lançou a campanha “*Start Your Impossible*” – uma iniciativa corporativa global que visa inspirar funcionários, parceiros e clientes da Toyota e conectá-los com as principais convicções da empresa. Em uma época marcada pela velocidade no desenvolvimento tecnológico e ambiental, “*Start Your Impossible*” fixa o compromisso da Toyota de apoiar a criação de uma sociedade mais inclusiva e sustentável, na qual todos possam desafiar seu impossível. A Toyota acredita que a mobilidade vai além dos carros. Para a companhia, isso significa superar desafios e tornar sonhos realidade. A iniciativa “*Start Your Impossible*” reflete esses valores e destaca o objetivo da empresa de proporcionar liberdade de mobilidade para todos. “Queremos compartilhar este pensamento com todos os nossos stakeholders, o que inclui os consumidores, para que juntos possamos enfrentar este desafio”, diz Akio Toyoda, presidente da Toyota. Desde a sua fundação, com início da fabricação de máquinas para tear, a Toyota foi impulsionada pelo compromisso de contribuir com a sociedade. Ao longo de sua trajetória, a Toyota tornou-se líder em inovação, o que permitiu o desenvolvimento do primeiro veículo híbrido produzido em massa, com o Prius, há 20 anos e, mais recentemente, o carro elétrico de célula de combustível de hidrogênio, o Mirai. A Toyota vê nos propulsores alternativos, nos carros automatizados, na mobilidade como serviço e na robótica oportunidades significativas para mover pessoas e transformar toda a companhia. Como parceira mundial dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos, a fabricante pretende incentivar a criação de uma sociedade pacífica, sem discriminação, por meio do esporte, além de incentivar uma sociedade sustentável pela mobilidade. Os valores da Toyota, enraizados na cultura de melhoria contínua e respeito pelas pessoas, são compartilhados pelos Jogos Olímpicos, que reúne o mundo inteiro em amizade e solidariedade para celebrar a maior realização do potencial humano. “Ao longo da nossa história, a Toyota tornou o impossível possível por meio da inovação e da paixão, desafiando continuamente a definição de impossibilidade. Hoje, a indústria automobilística está claramente em meio ao seu período de mudança mais dramático – e, durante este tempo, a Toyota continua empenhada em fazer carros cada vez melhores. O mais importante é que estamos desenvolvendo soluções de mobilidade para ajudar todos a aproveitar suas vidas, e estamos fazendo a nossa parte para criar uma sociedade melhor para os próximos 100 anos e além. Para que isso aconteça, temos que sonhar além dos veículos convencionais e criar novas formas de mobilidade que superem os limites de hoje e resolva os problemas do amanhã. Compartilhamos este sonho e este espírito de melhoria contínua com atletas olímpicos e paralímpicos, que desafiam seus próprios limites todos os dias. Espero que os Jogos Olímpicos e Paralímpicos

Paris 2024 a vitrine mais inovadora de mobilidade inclusiva e sustentável até o momento. Isso começa garantindo que atletas, suas famílias, equipes, voluntários e espectadores possam se mover de forma sustentável e segura”. O comunicado pode ser acessado em:

<https://www.toyotacomunica.com.br/toyota-fornecera-mobilidade-sustentavel-para-todos-nos-jogos-olimpicos-e-paralimpicos-de-paris-2024/> (Toyota, 2023).

criem uma oportunidade para todos os afiliados à Toyota desafiarem o seu impossível e desafiarem suas limitações”, declara Toyota (ABERJ, 2017).

Propõe-se que as declarações da multinacional sejam lidas tendo em conta que os valores defendidos pela empresa se identificam com a ideia hegemônica de que o modo de produção capitalista é o agente histórico promotor fundamental da mobilidade social, da liberdade individual e da igualdade de direitos. No entanto, as ideias dominantes são sempre as ideias da classe dominante e não explicitam por si só as relações sociais que as determinam e das quais emergem:

Ora, se na concepção do curso da história separarmos as ideias da classe dominante da própria classe dominante e as tornarmos autônomas, se permanecermos no plano da afirmação de que numa época dominaram estas ou aquelas ideias, sem nos preocuparmos com as condições da produção nem com os produtores dessas ideias, se, portanto, desconsiderarmos os indivíduos e as condições mundiais que constituem o fundamento dessas ideias, então poderemos dizer, por exemplo, que durante o tempo em que a aristocracia dominou dominaram os conceitos de honra, fidelidade etc., enquanto durante o domínio da burguesia dominaram os conceitos de liberdade, igualdade etc. A própria classe dominante geralmente imagina isso. [...] Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas (Marx; Engels, 2007, p. 48).

Dentre os comerciais da campanha lançada pela Toyota, está o que explora a imagem de Alexa Moreno, a primeira ginasta mexicana a subir ao pódio em uma competição mundial, feito que se deu por meio da conquista de uma medalha de bronze, no salto sobre a mesa, no Campeonato Mundial de Ginástica Artística de 2018, sediado pela cidade de Doha³⁴.

O comercial protagonizado pela ginasta, intitulado “*Never Stop*”, simboliza a trajetória de vida da atleta desde a primeira infância até sua futura confirmada participação na competição Olímpica de Tóquio, que então se acreditava que aconteceria em 2020.

Durante os 30 segundos de duração do comercial, há uma canção ao fundo aconselhando a “*Cuando pierdas la calma, aférrate a tu alma que te sanará. No te rindas, sigue tus sueños, borra tus miedos, vas a llegar. Mira que así es la vida y*

34 O comercial pode ser acessado em: [Start Your Impossible | Never Stop | Toyota](#) (Never, 2021)

*así será*³⁵, o que coincide com a estratégia dominante de naturalização da forma como a vida é produzida e das dificuldades impostas aos indivíduos pelo atual modo de produção, de maneira a tratar os interesses dominantes como interesses universais, como já apontado anteriormente.

O filme explora a imagem de uma menina que avança de um quadro para o outro, em um plano íngreme em que segue sempre em linha reta, sozinha e olhando para a frente, uma analogia entre a vida da atleta e a modalidade gímica do salto sobre a mesa, que é a sua especialidade, sempre enfatizando a ideia do progresso, esforço e mérito individuais.

Trata-se de um comercial muito bem elaborado em seu conceito imagético – e a linguagem artística impacta e sensibiliza de maneira distinta daquela própria à comunicação factual informativa – que ratifica a ideia tão criticada por Marx (2011) e fortemente reforçada pela ideologia do esporte segundo a suposta existência de um produtor singular e isolado, capaz de feitos substancialmente individuais e fantásticos, distorcendo a realidade de que todo indivíduo se constitui historicamente e em relação social e de que a própria existência do ser humano enquanto indivíduo é resultado do desenvolvimento histórico dos modos de produção e de que não há produção sem estabelecimento de formas de cooperação:

Indivíduos produzindo em sociedade – por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada. O caçador e o pescador, singulares e isolados, pelos quais começam Smith e Ricardo, pertencem às ilusões desprovidas de fantasia das robinsonadas do século XVIII, ilusões que de forma alguma expressam, como imaginam os historiadores da cultura, simplesmente uma reação ao excesso de refinamento e um retorno a uma vida natural mal-entendida. Da mesma maneira que o contrato social de Rousseau, que pelo contrato põe em relação e conexão sujeitos por natureza independentes, não está fundado em tal naturalismo. Essa é a aparência, apenas a aparência estética das pequenas e grandes robinsonadas. Trata-se, ao contrário, da antecipação da “sociedade burguesa”, que se preparou desde o século XVI e que, no século XVIII, deu largos passos para sua maturidade. Nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais etc. que, em épocas históricas anteriores, o faziam um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado. Aos profetas do século XVIII, sobre cujos ombros Smith e Ricardo ainda se apoiam inteiramente, tal indivíduo do século XVIII – produto, por um lado, da dissolução das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas desde o século XVI – aparece como um ideal cuja existência estaria no passado. Não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história. Visto que o

35 Traduzido livremente por “Quando perder a calma, agarre-se à sua alma e ela o curará. Não desista, siga seus sonhos, apague seus medos, você chegará lá. Olha, isso é a vida e assim será”.

indivíduo natural, conforme sua representação da natureza humana, não se origina na história, mas é posto pela natureza. Até o momento essa tem sido uma ilusão comum a toda nova época. (Marx, 2011, p. 39-40).

No decorrer do comercial, a menina vai desenvolvendo-se biologicamente, executando movimentos ginásticos que se complexificam e superando a perspectiva de uma atuação local em direção a uma atuação internacional, o que não deixa de ter relação com o modo de produção capitalista e com o sistema esportivo que o integra. A trajetória da atleta é organizada em cinco partes, tendo seu início e final marcados respectivamente por dois trechos de uma mesma frase: *“if the road ahead gets steep”* e *“keep rising”*.³⁶

Na primeira parte, uma menina de talvez três anos, vestida com colã ginástico, aparece em destaque em uma sala, com uma senhora e outras crianças, o cenário parece simbolizar mais a casa de uma cuidadora do que uma instituição escolar. A menina se levanta, enquanto o piso inclina-se derrubando objetos e desequilibrando crianças, ela começa a andar na direção contrária ao deslocamento de carrinhos, bolas e outros brinquedos sob a ação da gravidade, evidenciando por meio da inclinação a dificuldade já inicial de sua trajetória. Pode-se já de início considerar a nacionalidade mexicana, periférica, de Alexa, e o fato de que seu país não possui uma tradição no contexto gímico esportivo.

Figura 1: Alexa Moreno: a naturalização da especialização esportiva precoce.



Fonte: *Never Stop*, 2021.

³⁶ Traduzido livremente por “se o caminho à frente for íngreme ... continue subindo”.

Na segunda parte, após atravessar a porta da sala, a menina, agora em idade escolar, adentra um ginásio de treinamento com a bandeira do México e propagandas da marca Toyota, realizando elementos ginásticos básicos enquanto ao fundo outros ginastas executam seus exercícios, em um plano que evidencia a permanente inclinação do trajeto que segue sendo superado por ela.

A marca Toyota em um ginásio esportivo de ginástica, ao lado de uma bandeira mexicana, que também está representada na vestimenta da menina, remete à suposta conciliação de classe propiciada pelas relações entre empresas multinacionais e países capitalistas dependentes, como se a relação não fosse de exploração, mas de benefícios mútuos.

Figura 2: Alexa Moreno: a naturalização da especialização esportiva precoce, o apelo à ideologia do esforço e mérito individuais e a suposta conciliação de classes os países capitalistas dependentes e os conglomerados multinacionais.



Fonte: *Never Stop*, 2021.

Na terceira parte, ao sair do ginásio, a atleta atravessa uma porta que a leva a um átrio onde ocorre uma festa que simboliza seus quinze anos. Mais uma vez, evidencia-se a dificuldade de seu percurso por meio da inclinação, agora realçada pelos convidados caídos ao chão, a decoração nas cores da bandeira mexicana conta com a indicação do algarismo romano XV e com o uso da técnica tradicional do papel picado, considerada patrimônio cultural imaterial do Estado de Puebla.

Esse patrimônio cultural se relaciona com as condições de trabalho impostas aos peões das fazendas da cidade de San Salvador Huixcolotla, no século XIX, que eram obrigados a comprar os produtos comercializados pelos donos das fazendas

em suas mercearias, dentre eles o papel da China, similar ao que no Brasil conhecemos como papel de seda e que usamos, por exemplo, para fazer pipas e balões.³⁷

A produção do comercial não ignora a estratégia de articulação da cultura popular aos interesses dominantes por meio de sua incorporação à construção de uma identidade nacional conduzida pelo Estado e de seu sequestro pela indústria cultural, liderada pela burguesia local associada à imperialista, conforme pontuado por Borja (2023).

Figura 3: Alexa Moreno: o apelo à ideologia do esforço e mérito individuais, da suposta mobilidade social engendrada pelo capitalismo e a transformação do étnico em típico.



Fonte: *Never Stop*, 2021.

No momento da aterrissagem da atleta, junto à mensagem “*keep rising*” já citada, aparece a frase: “*When life becomes an uphill struggle*” e, no instante final do comercial, momento em que ela sorri e acena ao público – único de interação social da protagonista, como se a produção de um atleta de alto rendimento

37 De acordo com o site *México Desconocido*, “En México, a mediados del siglo XIX, los peones eran obligados a comprar los productos en las tiendas de las haciendas. Entre estos productos se encontraba el papel de China. Con su habilidad, creatividad y destreza, los pobladores de Huixcolotla, además de las labores inherentes al campo, trabajaron este papel hasta lograr una verdadera artesanía poblana: el papel picado. Esta tradición se ha transmitido de padres a hijos, impidiendo así que desaparezca. Los artesanos empezaron a vender sus trabajos en los pueblos vecinos y entre la gente que trabajaba en las haciendas. Tiempo después, alrededor de 1930, se difundió a otras partes como Puebla y Tlaxcala. A partir de los años sesenta empezaron a difundirlo en la Ciudad de México, convirtiéndose así en una artesanía reconocida no sólo a nivel nacional sino también internacional (incluso se han montado exposiciones en Estados Unidos y en Europa).” A matéria pode ser acessada em: <https://www.mexicodesconocido.com.mx/papel-picado-patrimonio-cultural-puebla.html> (México, 2024).

dependesse apenas de seus méritos e esforços individuais – esta frase passa a ser acompanhada pelo imperativo que nomeia a campanha: “*Start Your Impossible*”.³⁸

Figuras 4: Alexa Moreno: a vitória como recompensa pelo esforço e mérito supostamente individuais.



Fonte: *Never Stop*, 2021.

38 Traduzido de forma livre, respectivamente, por “quando a vida se torna uma luta árdua... comece seu impossível”.

Figura 5: Alexa Moreno: o reconhecimento social e a inspiração capitalistas de que o pódio é para qualquer um e que chegar lá só depende de você.



Fonte: *Never Stop*, 2021

Por ser a ginástica artística uma objetivação cultural prioritariamente imaterial que tem por principal suporte de valor o próprio corpo histórico-orgânico em atividade, ela evidencia aspectos de seu conteúdo social, ou seja, do tipo de atividade humana que é desenvolvida em seu processo de produção.

No entanto, devido ao esporte de alto rendimento sintetizar as relações capitalistas de produção, o que inclui a divisão social do trabalho e a consequente especialização característica a essa divisão, a ginástica em sua forma e conteúdo esportivizados destaca seu conteúdo social unilateralmente, não desvelando de maneira mais multilateral as relações sociais de sua produção e o seu vínculo com o trabalho produtivo. E não os desvelam, nem mesmo aos seus praticantes, que, apesar da importância que assumem no processo capitalista de produção e reprodução da cultura corporal, executam suas tarefas de maneira estranhada, sem participação efetiva nos processos de concepção e gerenciamento da prática social na qual estão inseridos.

O processo objetivo e estranhado de constituição do sujeito esportivo se desdobra naquilo que Brohm (1982) indica como sendo uma ideologia tipicamente capitalista, a ideia do “*self made man*”, ilustrada pelo comercial aqui analisado. Trata-se da suposta existência de um produtor singular e isolado, único responsável por seus êxitos:

El self made man y el deportivo tienen en común una misma virtud: han llegado por ellos mismos, «a pulso». Ellos no deben nada a nadie, sino a sus esfuerzos individuales y a su energía. Brevemente, la ideología deportiva,

como la del self made man, es la ideología del esfuerzo y del éxito individual. El segundo rasgo de esta ideología reside en la afirmación de la posibilidad absoluta del éxito, de la victoria. La ideología deportiva y la del self made man es una ideología de la negación de las condiciones de desigualdad sociales. En la escena deportiva, como en la escena de los «hombres de carácter», no existen individuos socialmente desiguales, miembros de clases opuestas, sino solamente una multitud de átomos sociales, abstractos, igualmente disponibles, igualmente libres, que se enfrentan entre ellos. (Brohm, 1982, p. 51).

No entanto, uma breve consideração das relações de produção da atividade social esportiva, ou seja, das suas formas de cooperação, já denuncia a distância entre a ideologia burguesa do esforço e mérito individuais e a realidade. Não existe esporte de alto rendimento sem a distribuição de funções sociais a um conjunto de diferentes trabalhadores que fazem parte da sua produção e, ainda que tratemos das relações sociais mais imediatas, teremos que incluir aqueles trabalhadores que exercem atividades relacionadas ao bem-estar dos atletas, o que depende tanto de faxineiros quanto de médicos especialistas, massagistas, aqueles trabalhadores alocados em funções organizacionais e administrativas, que dependem tanto de uma secretária como de um administrador, bem como os trabalhadores que se empenham em explorar, da forma mais eficiente possível, em treinos e competições, a força de trabalho dos atletas, como os técnicos e treinadores, para ficarmos apenas nesses exemplos.

Como já enfatizado, o que objetivamente está situado no plano da luta de classes e das desigualdades sociais assume a aparência de uma questão individual. A igualdade entre os indivíduos deixa de ser o objetivo da luta por justiça social; o sistema esportivo toma a igualdade formal burguesa como ponto de partida e tem como ponto de chegada a distinção pela exclusão, ao determinar a competição como seu elemento central e a mensuração do rendimento atlético como sua finalidade (Brohm, 1982).

Para tentar assegurar essa igualdade formal, o sistema esportivo precisa constantemente produzir seus nichos, as categorias esportivas: provas masculinas e femininas, primeiras, segundas e terceiras divisões, provas para pessoas com deficiências e categorizações de suas deficiências, disputas locais, campeonatos nacionais, sul-americanos, europeus, mundiais etc, e ainda assim a realidade insiste em se contrapor a essa igualdade formal de muitas formas. Basta um breve olhar, por exemplo, em direção à dificuldade do sistema esportivo em dar repostas

que logrem algum consenso quanto à participação de pessoas transexuais em competições de alto rendimento, para que se intua a natureza da “igualdade” ofertada pelos nichos produzidos pelo sistema esportivo.

A peculiaridade do comercial da Toyota protagonizado por Alexa Moreno não está na naturalização das relações sociais capitalistas, por meio da valoração positiva da suposta existência de talentos natos – que, no entanto, não podem prescindir de serem lapidados pelo esforço e mérito individuais –, da iniciação esportiva precoce e da liberdade burguesa com sua ilusória possibilidade de mobilidade e ascensão social, valores personificados nos atletas campeões. Sua peculiaridade está na complexificação da cooptação das pautas identitárias pela ideologia esportiva.

Alexa Moreno, no que diz respeito especificamente ao seu rendimento atlético, no contexto mundial da ginástica, não é uma atleta de grande destaque, sua imagem e trajetória são usadas justamente para simbolizar que o capitalismo pode ser humanizado e reformado, por meio de uma espécie de resgate de sua aparente essência democrática, a ponto de permitir que uma mulher latina, praticante de um esporte no qual o seu país não possui tradição, conquiste uma medalha em um campeonato mundial e chegue a participar de uma Olimpíada. Faz-se ainda mais presente a mensagem de que no capitalismo há um bom lugar reservado a todos e que a marginalidade não é inerente ao sistema, mas somente uma falha na engrenagem a ser corrigida.

Não se trata mais de explorar somente a imagem dos atletas de maior destaque, como seria o caso de um comercial protagonizado, por exemplo, por Simone Biles – atleta de atual destaque no cenário mundial, considerada uma das maiores ginastas de todos os tempos –, pois mesmo se tratando de uma mulher negra é estadunidense, representa um país imperialista, que acumula medalhas nesse esporte e que conta com a presença constante de pessoas negras em suas equipes esportivas de diversas modalidades.

Se, para uma campanha internacional, explorar a imagem de uma ginasta negra campeã já não é a estratégia mais eficiente para propagandear a suposta humanização e democratização do esporte de alto rendimento, estratégia que coincide com as posturas reformistas diante do capitalismo, no Brasil nos emocionamos profundamente com os resultados de Rebeca Andrade e sua apresentação solo que conjugou *Tocata e Fuga*, de Johann Sebastian Bach, e *Baile*

de Favela, de Mc João, nos Jogos de Tóquio de 2020. Uma ginasta negra medalhista da periferia do capital impacta a produção da ideologia esportiva de modo distinto daquele promovido por uma ginasta medalhista negra estadunidense. Também há de se considerar o fato de que muitas vezes a precariedade das condições de treinamento no capitalismo dependente, que resultam em formas particulares de exploração da força de trabalho dos atletas, não costuma ser motivo de denúncia e de indignação, mas de reconhecimento do mérito e esforço individuais.

O recurso comum do uso do que é entendido por histórias inspiradoras de superação de desafios, amplamente utilizado pela ideologia esportiva, passa a incorporar de forma mais contundente as pautas sociais identitárias, de modo a deturpar a realidade da periferia do capital, na qual se relacionam a superexploração da força de trabalho, o processo de racialização da luta de classes e a imposição de formas ainda mais degradantes da exploração do trabalho doméstico – trabalho atribuído às mulheres e responsável pela reprodução da própria força de trabalho de todos os membros da sociedade –, sobretudo às mulheres negras e latinas. É como se pessoas da periferia do capital e das periferias desta periferia não fossem superexploradas e/ou marginalizadas pelo modo de produção capitalista e pelo sistema esportivo que a ele pertence, mas fossem por eles beneficiadas.

Ainda que houvesse condições materiais para que se produzissem, em número significativo, ginastas brasileiras negras oriundas da classe explorada aptas a concorrer por uma vaga em competições esportivas de alto rendimento, isto, por si só, não colocaria fim à superexploração da força de trabalho destas mulheres, desde a primeira infância, para que, dentre um excedente de “mão de obra qualificada”, algumas pudessem ser transformadas em atletas profissionais, trabalhadoras assalariadas.

Não se trata de negar a importância de que a pessoa negra no Brasil, desde a infância, possa se reconhecer, se identificar e se ver representada em diferentes contextos sociais de dignidade humana, muito menos da relevância que isso assume para a sua constituição psíquica, a exemplo de importantes discussões trazidas por Cavalleiro (2012), em *Do silêncio do lar ao silêncio escolar*.

A questão é a superação de uma representatividade ilusória, inalcançável para a quase totalidade das massas, uma vez que essa aparente inclusão tende a

inculcar a ideia de que o modo de produção capitalista é capaz de viabilizar de maneira concreta igualdade, mobilidade e participação sociais.

3.2.2.3 Entre o “Fair Play” e a exploração da força de trabalho

No modo de produção capitalista, estabelece-se a tendência de subtração da autonomia relativa das objetivações da cultura corporal diante do trabalho de primeira ordem. Aos atletas de alto rendimento as objetivações da cultura corporal deixam de cumprir sua possível função humanizadora em direção a uma formação mais multilateral, porque eles se transformam em trabalhadores assalariados extremamente especializados, submetidos à superexploração da sua força de trabalho, sem possibilidade de gerenciamento e tomada decisões sobre aquilo que executam, portanto, de maneira estranhada.

Já à maioria das pessoas trabalhadoras da periferia do capital, não são ofertadas políticas públicas que garantam o acesso efetivo às objetivações da cultura corporal – acesso previsto legalmente, mas não garantido de fato. São trabalhadores superexplorados que não dispõem de tempo e outras condições objetivas para usufruir das práticas corporais e, além disso, para os quais a reprodução de sua força de trabalho dispensa a apropriação de práticas corporais que possam favorecer a produção de uma individualidade mais multilateral e enriquecedora de suas humanidades.

Kaplan (2024, p. 11) explicita a superexploração da força de trabalho nos seguintes termos:

Por superexploração do trabalho, Marini (2011, p. 149-150) compreende que, no capitalismo dependente, em decorrência da troca desigual, “o trabalho é remunerado abaixo de seu valor” por meio de três mecanismos básicos (normalmente, combinados) - “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”.

O autor explicita que a superexploração da força de trabalho se dá através de diferentes mecanismos:

(i) do pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; (ii) o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; (iii) o aumento da intensidade além dos limites normais; (iv) hiato entre o

pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho. (Luce *apud* Kaplan, 2024).

Enquanto o capitalismo dependente impõe tais condições à maior parte dos seus trabalhadores, inclusive aos atletas que treinam e competem em condições precarizadas, o sistema esportivo, no que se refere ao seu produto mais peculiar, o atleta campeão (que se configura ao mesmo tempo em produto e sujeito produtor), impõe especificidades no que se refere à superexploração da força de trabalho.

Para o atleta de alto rendimento, são mantidos o prolongamento da jornada de trabalho e o aumento da intensidade do trabalho além do aceitável, inclusive, talvez, a níveis mais desumanos do que os encontrados em qualquer outro tipo de atividade laboral. No entanto, no contexto esportivo de alto rendimento, a superexploração não coincide necessariamente com uma remuneração abaixo do seu valor, com a expropriação de parte do trabalho necessário ao atleta para reposição da sua força de trabalho e com o estabelecimento de uma lacuna entre o salário pago e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho. Isso porque a superexploração do atleta de alto rendimento tende a ser dependente da superprodução de sua força de trabalho. É preciso também a consideração de que, a depender, dentre outras coisas, da hierarquia que as modalidades assumem no sistema esportivo, têm-se um elemento histórico-moral que naturaliza remunerações inimagináveis para qualquer outro tipo de trabalhador.

Ao se referir à hierarquização própria ao sistema esportivo, Brohm (1982, p. 12) pontua que a hierarquização das modalidades esportivas já indica o caráter autocrático e tecnocrático deste sistema:

El primer tipo de jerarquía, lo constituye la jerarquía de las disciplinas. Todos los deportes no son igualmente apreciados. Existen las disciplinas reinas: atletismo y natación, y los deportes secundarios. [...] El deporte no es, contrariamente a la opinión común y corriente, un sistema democrático, sino un sistema autocrático, tecnocrático. El bloque deportivo se presenta, pues, como un inmenso aparato jerarquizado, en el que, según el ideal tecnocrático, toda cosa y todo individuo están en su justo lugar. Es evidente que un bloque semejante se corresponde perfectamente con una sociedad burocrática y jerarquizada, muy estratificada en clases, capas y castas. (Brohm, 1982, p.12).

A hierarquização das modalidades esportivas é estabelecida também pelo processo de espetacularização sofrido por cada uma destas modalidades, e este, por sua vez, impacta a relação entre o pagamento da força de trabalho e o elemento

histórico-moral que compõe o valor da força de trabalho. Não há questionamento social, por exemplo, sobre a remuneração de Vinícius Júnior, jogador brasileiro atuante no *Real Madrid Castilla Club de Fútbol*, que recebeu o salário anual, no ano de 2024, de 20,83 milhões de euros, o equivalente a 131,26 milhões de reais. (ESPN, 2024). Essa falta de questionamento social, que se relaciona com elemento histórico-moral que interfere na constituição do valor da força de trabalho, diz respeito a mais um tipo de hierarquia própria ao sistema esportivo, a já citada hierarquização estabelecida mais imediatamente pela competição e pela mensuração do rendimento atlético:

El deporte es, ante todo, la consagración objetiva del valor sobre la base de la competición. Es el mejor quien gana. Como dice de nuevo Bastardy, “el mejor, convertido en héroe, introduce en el mundo el orden de la lógica”: la lógica del mérito sancionada por la competición. También el deportista joven que se consagra al deporte de competición puede esperar subir todos los escalones de la jerarquía deportiva hasta formar parte de esa aristocracia aureolada por el prestigio que es el grupo restringido de los campeones. (Brohm, p.13).

O atleta de alto rendimento é reduzido, unilateralizado, à objetivação sensível (suporte material) da sua atividade social, a combinação entre superprodução e superexploração da sua força de trabalho é o que pode produzi-lo enquanto campeão e fetichizá-lo como herói moderno.

De acordo com Marx (2013), o trabalhador assalariado, não sendo dono dos meios de produção, vende a sua força de trabalho, que é um tipo singular de mercadoria, em troca de um salário definido a partir do valor necessário para que ele adquira aquelas outras mercadorias que precisarão ser consumidas para a reprodução dessa sua força de trabalho. O autor explicita que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho abstrato exigida em sua produção e socialmente reconhecida; é justamente esse tempo médio de trabalho social, essa “geleia de trabalho”, que possibilita que mercadorias que atendem a necessidades humanas qualitativamente distintas, ou seja, mercadorias de diferentes valores de uso, equivalham-se no que diz respeito ao seu valor. O valor abstrato e universal comum a todas as mercadorias possibilita que cada tipo de mercadoria seja social e objetivamente quantificado, de modo que as mercadorias possam ser trocadas umas pelas outras, trocas estas que, por sua vez, são

viabilizadas por um equivalente universal, hoje representado por alguma forma monetária.

A tecelagem, o trabalho privado que produz o linho, encontra-se, ao mesmo tempo, na forma social universal, a forma da igualdade com todos os outros trabalhos. As inúmeras equações em que consiste a forma de valor universal equiparam sucessivamente o trabalho efetivado no linho com todo trabalho contido em outra mercadoria e, desse modo, transformam a tecelagem em forma universal de manifestação do trabalho humano como tal. Assim, o trabalho objetivado no valor das mercadorias não é expresso apenas negativamente como trabalho no qual são abstraídas todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos efetivos. Sua própria natureza positiva se põe em destaque: ela se encontra na redução de todos os trabalhos efetivos à sua característica comum de trabalho humano; ao dispêndio de força humana de trabalho. A forma de valor universal, que apresenta os produtos do trabalho como meras geleias de trabalho humano, mostra, por meio de sua própria estrutura, que ela é a expressão social do mundo das mercadorias. Desse modo, ela revela que, no interior desse mundo, o caráter humano universal do trabalho constitui seu caráter especificamente social. (Marx, 2013, p.142-143).

A especificidade da mercadoria força de trabalho é que ao ser consumida no processo de produção ela se configura na única mercadoria que pode acrescentar valor aos demais tipos de mercadoria. (Marx, 2013).

Pode-se pensar aqui que a remuneração de uma pessoa trabalhadora equivale à sua “cesta básica”, ao conjunto de bens, materiais e imateriais, que precisam ser consumidos para reprodução da sua força de trabalho. Determinam o valor da força de trabalho a sua característica útil, estabelecida a partir daquilo que é necessário à formação e qualificação da pessoa trabalhadora – a “cesta básica” de um agrônomo é muito mais farta do que a de um cortador de cana, o que é estritamente justo do ponto de vista do trabalho assalariado e da legalidade burguesa. Também é determinante do valor da força de trabalho a produtividade dos setores de bens que compõem cada uma das “cestas básicas”. E por fim, temos a luta de classes, por meio da qual se incorporam direitos e bens que passam a ser socialmente reconhecidos como necessários à “cesta básica” de cada grupo de trabalhadores.

Nesse sentido, estabelece-se o fato de que o esporte opera sobre as massas, especialmente na periferia do capital, como instrumento prioritariamente ideológico, sua lógica e valores morais interferem na formação da individualidade da pessoa trabalhadora, sem que ela possa e/ou precise consumi-lo na condição de praticante regular. No Brasil, por exemplo, a prática esportiva é um direito social

previsto na Constituição de 1988, mas que tem sido tratado como um direito apenas formal, e não de fato.

As objetivações corporais produzidas pelo gênero humano não são bens reconhecidos socialmente como necessários à produção da força de trabalho das massas que são exploradas de modo a não terem as condições materiais mínimas para o exercício do “livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais”.

Não perdeu a sua validade a formulação marxiana do século XIX de que, para a lógica do capital, a jornada de trabalho contém 24 horas inteiras e que, do tempo de vida do trabalhador, deve ser deduzido apenas aquele estritamente necessário para a reprodução de sua força de trabalho:

Desde já, é evidente que o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital. Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre do domingo – e até mesmo no país do sabatismo – é pura futilidade! Mas em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. Avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. O sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoramento da força vital, é reduzido pelo capital a não mais do que um mínimo de horas de torpor absolutamente imprescindíveis ao reavivamento de um organismo completamente exaurido. O que determina os limites da jornada de trabalho não é a manutenção normal da força de trabalho, mas ao contrário, o maior dispêndio diário possível de força de trabalho, não importando o quão insalubre, compulsório e doloroso ele possa ser, é que determina os limites do período de repouso do trabalhador. (Marx, 2013, p. 337-338).

O enriquecimento da individualidade do ser humano é dependente da apropriação das objetivações corporais produzidas pelo gênero humano. Como discutido por Marx (2004), a humanização do corpo histórico-orgânico depende da apropriação de elementos do corpo histórico-inorgânico que coincide com toda a natureza humanizada, isso é fato. Mas a contribuição da cultura corporal no processo de uma humanização mais rica e multilateral, no atual momento histórico, pode prescindir do esporte de alto rendimento, no plano da luta de classe, trata-se mesmo da sua superação.

No que se refere ao processo de produção da força de trabalho do atleta de alto rendimento, ainda que esse processo assuma peculiaridades no capitalismo dependente, trata-se sempre de um processo que visa à superprodução da força de trabalho e que tende a exigir a especialização precoce, análoga à exploração do trabalho infantil (Zurc, 2019).

É uma força de trabalhado que será consumida de maneira mais pontual, ou seja, será superexplorada por meio do prolongamento da jornada de trabalho e da intensidade do trabalho, a partir do momento em que os treinamentos passam a atender rigorosamente às exigências das competições oficiais. Esta superexploração da força de trabalho se destina à produção e reprodução de produtos específicos e intimamente relacionados: a técnica esportiva em seu constante desenvolvimento e aperfeiçoamento – na ginástica artística, inclusive, um movimento executado pela primeira vez em uma competição oficial é nomeado pelo sobrenome de quem o executou; o alto rendimento corporal que visa à conquista de medalhas e recordes; e o próprio atleta como promessa de um competidor vitorioso, reduzido unilateralmente à sua condição de suporte material, objetivação sensível, do valor da sua atividade social. Se, por um lado, estas objetivações não podem ser tomadas como mercadorias em si, por outro, não deixam de mediar a cadeia produtiva mais ampla movimentada pela atividade social esportiva.

Há também uma homologia estrutural entre o trabalho fabril e o sistema esportivo, a organização racional, científica e burocrática das fábricas, tendo em vista o maior rendimento possível no processo produtivo, é refletida na produção e reprodução da força de trabalho do atleta, do corpo do atleta como principal suporte material da sua atividade de valor, do rendimento corporal atlético mensurável abstrato e dos recordes conquistados e que devem ser superados sob a lógica de um desenvolvimento sempre progressivo. Conforme Brohm (1982, p. 25):

Se ha señalado con frecuencia, pero de una manera solamente empírica, la relación entre el deporte y el trabajo. A. Gehlen ha sido uno de los primeros en insistir sobre esta relación. Dice: «la homología estructural interna entre el deporte y el trabajo es un hecho que no puede negarse. Es la causa de que el deporte sea el reflejo deformado de lo serio y de la vida del trabajo... En los juegos con balón se han reencontrado las reglas, las exigencias de disciplina y la moral particular del trabajo colectivo; tal vez sea ésta la razón de su popularidad. La sociedad industrial moderna y el mundo del trabajo han producido así un desdoblamiento deportivo racional, y la extraordinaria facultad de disciplina puede originarse tanto en el terreno deportivo como en

el taller de la fábrica». A su vez, los sociólogos «críticos» alemanes han concebido el deporte como un proceso de producción y han señalado que «el deporte se ha convertido desde hace mucho tiempo en un sector de racionalización del trabajo industrial fabril» (Habermas). Pero ha sido sobre todo B. Rigauer el que ha insistido con mayor fuerza sobre la relación entre el modo de producción capitalista industrial y el proceso de producción deportivo. De manera muy pertinente ha indicado que «en la esfera del trabajo industrial organizado burocráticamente el principio de rendimiento ha sido asimilado por la actividad deportiva... El deporte de rendimiento (de competición), y no el deporte en general, íntegra en su sistema de acción esquemas de comportamiento y de pensamiento en conformidad con el mundo del trabajo. Funciona como un sector parcial de la adaptación social a las relaciones sociales de producción industriales y burocráticas»

No entanto, de modo geral, a prática do esporte de alto rendimento não é vista a princípio como uma atividade social laboral ou em sua relação com esta, ainda que contemple essa dimensão. Mesmo quando os técnicos e treinadores, por exemplo, são reconhecidos como trabalhadores comuns assalariados pelos clubes, isso não costuma se estender aos atletas que, no entanto, possuem a sua força de trabalho explorada, muitas vezes desde a infância, a um nível que dificilmente seria tão naturalizado e incentivado em outros contextos sociais.³⁹

Em parte, isso se deve ao fato de, em sua constituição histórica inicial, as objetivações corporais se configurarem justamente por se distinguirem do trabalho de primeira ordem. Mesmo em relação ao esporte, no contexto do capitalismo industrial em que a automatização da produção prometia maior tempo livre para a classe trabalhadora inglesa, as práticas corporais estavam associadas ao não trabalho e se configuravam como um tipo de atividade dispensável à reprodução da vida material, não integrando o processo de produção de mais-valor. Será com a consolidação da fase monopolista do capitalismo que o esporte passará a ser integrado de modo mais efetivo ao processo de acumulação de capital. E se, em determinados países do centro do sistema, o desenvolvimento do capitalismo

39 Em reportagem televisiva sobre a participação da ginasta brasileira Flávia Saraiva no Pan Americano de Toronto em 2015, ocasião em que a atleta tinha 15 anos, é explicitado que ela começou a aprender ginástica em um projeto social coordenado por uma ONG, aos 7 anos de idade, e que aos 10 passou a participar de competições e que, desde os 13 anos, a sua rotina de treino contemplava 10 horas por dia, seis dias na semana. Em posterior entrevista dada no ano de 2019, a atleta enfatizou que iniciou seus treinamentos aos 8 anos, o que de acordo com ela é tarde para o esporte, mas que “correu atrás do prejuízo” e informou que, nos anos de 2015 e 2016, estudou à distância no ginásio e que não havia se decidido por uma faculdade, já que no momento era uma atleta. A reportagem e a entrevista podem ser acessadas respectivamente em:

<https://www.youtube.com/watch?v=JNPImovfXcs&t=436s> (Domingo, 2016)

<https://www.youtube.com/watch?v=RsmuC5XEZoQ> (Saraiva, 2019)

propicia a garantia de um maior tempo livre aos trabalhadores isso não deixa de ser garantido, em parte, a partir da superexploração da força de trabalho das pessoas da periferia do capital, sobretudo a partir da produção de mais-valor absoluto.

Mas a não identificação da atividade social esportiva com a atividade laboral também se deve à necessidade de se atribuir socialmente valoração moral positiva a um tipo particular de exploração humana que ocorre por meio da consciência ilusória da existência de talento, dom e predisposição inatos, associados à especialização esportiva necessária à lapidação dos supostos dotes naturais; especialização agravada em muitas modalidades pela produção histórica da exigência de sua precocidade, de maneira a melhor atender aos interesses materiais e ideológicos dominantes

Trata-se no plano ideológico de conferir à atividade social esportiva de alto rendimento a condição de uma espécie de missão a ser cumprida, por vezes desde a primeira infância, reivindicando o trabalho duro, a dedicação e a disciplina necessários ao desenvolvimento e lapidação de um “talento natural” e de um “destino a ser cumprido”, que permitirão ao atleta, por um suposto mérito pessoal, no máximo seu (e ou do seu time) e de sua equipe técnica, participar de competições nacionais e internacionais e talvez ocupar uma das três primeiras posições.

Apesar dos praticantes do esporte de alto rendimento não serem tendencialmente percebidos em sua condição de trabalhadores, devido ao culto ao excepcional que coloca tais pessoas na condição de heróis modernos fetichizados, produtores isolados capazes de feitos fantásticos, as massas trabalhadoras são incentivadas a se comportar de acordo com normas e valores tipicamente esportivos, a respeitar as regras estabelecidas sem participação na concepção e gerenciamento de suas atividades.

Ao sistema capitalista interessa uma classe explorada que pense e atue como os esportistas, leais aos seus patrões e dispostos a seguir estritamente as regras institucionalizadas do jogo, como pontua Brohm (1982, p. 126):

El sueño de la patronal es, evidentemente, una clase obrera deportista, leal, *fair play*, que acepte las reglas del juego de la explotación libremente consentida por el contrato de trabajo. Por otra parte, resulta sintomático que la patronal intente transformar las relaciones industriales siguiendo el modelo

deportivo, es decir, imponiendo un contrato, un «terreno de juego» legal, unas reglas aceptadas por los «compañeros Socios». La lucha de clases queda entonces convertida en combate de boxeo o de «catch» con sus «rounds» de tanteo, sus *forcings*, sus «k.o.» y sus «golpes bajos». Existe asimismo un árbitro entre los interlocutores deportivos: el Estado y sus representantes o inspectores de trabajo. Esta concepción deportiva de las relaciones sociales, industriales, se ha afianzado profundamente en la conciencia patronal desde que surgió la idea de la participación y de la política contractual. El contrato de progreso es, en realidad, un acuerdo entre jugadores diferentes que aceptan unas cláusulas restrictivas, unas reglas de juego comunes y un arbitraje imparcial. Tal concepción del mundo deportivo, escribe A. Gramsci, «concibe el desarrollo histórico como una competición deportiva con su árbitro y sus reglas preestablecidas a las que, lealmente, hay que respetar».

Se, para o trabalhador operário, a organização de sua atividade social se faz análoga ao momento da competição, ao espaço do ringue, campo, ginásio ou pista, em que o tempo é racionalmente determinado e as regras institucionais fiscalizadas pela equipe de arbitragem, ao trabalhador uberizado, convencido de ser dono de seu próprio tempo, empreendedor de seu próprio negócio e de que trabalha de acordo com suas necessidades singulares, a organização de sua atividade social talvez possa ser remetida à superexploração da força de trabalho do atleta que ocorre durante o período destinado aos intensos treinamentos. Têm-se jornadas de trabalho estendidas ao máximo ao mesmo tempo em que se impõe a ideia de uma maior autonomia e flexibilização no gerenciamento do trabalho, de modo a atender supostamente as necessidades individuais. O treinamento de alto rendimento, orientado por critérios científicos, é sempre extremamente individualizado, mesmo em relação aos atletas de modalidades coletivas, há uma dimensão personalizada imprescindível. Dessa forma, tem-se o aprofundamento da ideologia do produtor singular e isolado representado pela ideia tipicamente capitalista do “*self made man*”.

E essa ideologia do produtor singular contraditoriamente não pode prescindir, ainda que essa contradição seja apenas aparente, do apelo ao “*fair play*”. A prática humana pretensamente individual precisa estar sempre de acordo com as relações sociais formais burguesas, os trabalhadores precisam seguir e zelar pela institucionalidade burguesa, pelos interesses expressos pela organicidade entre Estado e mercado. Em outras palavras, precisam seguir e zelar por regras que são definidas sem a sua participação efetiva.

Mas há uma diferença relevante entre a exploração dos trabalhadores em geral e a exploração dos atletas. No caso dos atletas, a superexploração da força

de trabalho durante a jornada de treinamento, esse momento particular de consumo da força de trabalho, coincide com a superprodução da sua própria força de trabalho, uma espécie de resquício da organização do trabalho orientada pela artesanaria. Isso possibilita um tipo de enriquecimento da humanização, ainda que unilateralizado pela hiperespecialização. Já o momento de exploração da força de trabalho tanto do sujeito operário, de organização análoga à lógica da competição/disputa esportiva, como do sujeito uberizado, de organização análoga à lógica do treinamento esportivo, tende a não ser capaz de enriquecer nem mesmo unilateralmente a força de trabalho e a individualidade das pessoas exploradas.

No Campeonato Mundial Aquático da Federação Internacional de Natação, ocorrido em Budapeste em 2022, um fato colocou em evidência o processo de superprodução e superexploração da força de trabalho das atletas de nado artístico, que até 2017 era chamado de nado sincronizado.

A atleta estadunidense de origem mexicana Anita Álvarez, com então 25 anos, perdeu a consciência ao final de sua coreografia na competição solo, precisando ser resgatada do fundo da piscina por sua treinadora Andrea Fuentes, quatro vezes medalhista olímpica em nado sincronizado, que posteriormente informou que os exames médicos realizados por Anita após seu resgate não revelaram qualquer alteração em seu estado clínico.

Em entrevista ao jornal *El País* (Torres, 2022), Anita, que já havia desmaiado anteriormente em público em uma classificatória para as Olimpíadas de Tóquio, afirmou que as pessoas não imaginam o quão frequentes são os desmaios, que o fato chamou a atenção por ter acontecido em um mundial, mas que o nado artístico é um esporte de extrema exigência física e que todos os dias nadadoras artísticas desmaiam:

Como en cualquier deporte, forzamos nuestro cuerpo hacia el límite y a veces lo traspasamos un poquito. La gente no se da cuenta porque se puntúa una imagen de armonía y felicidad. Sonreímos con maquillaje. Esas pequeñas cosas esconden lo tremendamente exigente que es esto. Cuando acaban los entrenamientos sentimos que nos morimos. No nos podemos ni mover.

Cinco dias após o seu desmaio na competição mundial de Budapeste, em 27 de junho de 2022, Anita fez uma declaração em sua página no Instagram:

Que ano... Fiz uma pausa decente depois de Tóquio e logo depois de retornar fraturei alguns ossos e fiz uma cirurgia no pé, após retornar da cirurgia, que também foi pouco antes de partir para o Mundial, peguei COVID. E bem, todos nós sabemos o que aconteceu depois... 😊 [se referindo ao seu desmaio e resgate por sua técnica]. Embora pareça que o universo tenha estado contra mim durante todo o ano, acredito firmemente que as coisas acontecem por uma razão e que é preciso aprender com cada situação com a mente e o coração abertos. Vou aproveitar esses desafios com os quais lidei (e ainda estou lidando) para continuar criando meu próprio caminho de vida [...] (Álvarez, 2022, tradução livre do inglês)

Talvez tenha sido o fato de a treinadora de Anita ser uma ex-atleta de nado sincronizado, familiarizada às situações de exploração extrema de sua força de trabalho pelo sistema esportivo, o que inclui os desmaios entre as nadadoras, o aspecto responsável por sua iniciativa de resgatar a atleta do fundo da piscina antes mesmo dos profissionais socorristas.

O nado sincronizado integrou os Jogos Olímpicos pela primeira vez em 1984, em Los Angeles, sempre como uma competição exclusivamente feminina, até a edição de Paris em 2024. Conforme nova regulamentação anunciada pelo Comitê Olímpico Internacional em dezembro de 2022, até dois homens passaram a poder fazer parte das disputas por equipes de oito atletas, sem a possibilidade de participação nas provas de dueto. No entanto, mesmo com a decisão, não houve convocação de atletas homens na competição de Paris (COI, 2024).

A constituição desse esporte teve início no final século XIX e começo do século XX, a partir da prática do balé aquático, e suas primeiras competições foram organizadas na Europa e destinadas aos homens, sendo que a primeira registrada data de 1891, na cidade de Berlim. Será com a popularização do balé aquático nos Estados Unidos, durante o século XX, que sua prática competitiva será estabelecida como prioritariamente feminina e passará a ter como elemento fundamental as acrobacias aquáticas. O desenvolvimento técnico das performances acrobáticas, com saltos e posturas que exigem extrema flexibilidade e maior capacidade de flutuabilidade, fez com que os competidores masculinos fossem considerados fisicamente inaptos. O termo nado sincronizado será usado pela primeira vez em 1934, em um evento em Chicago (Gay, 2024; Vieira, Y., 2024).

A hegemonia imposta pelo sistema esportivo fez com que o nado sincronizado fosse naturalizado como uma prática tipicamente feminina, em qualquer que seja o nível de competição ou contexto de prática desta objetivação corporal. A superexploração da força de trabalho no contexto esportivo não pode

prescindir da segregação de gênero, devido a sua necessidade de superprodução e, conseqüentemente, de hiperespecialização.

Homens e mulheres ou não podem partilhar do mesmo tipo de atividade social: existem categorias que se destinam apenas para homens e outras apenas para mulheres, o nado artístico, a ginástica rítmica e determinadas provas da ginástica artística revelam essa realidade; ou participarão do mesmo tipo de atividade social, mas separados pelas categorias por sexo, que atualmente precisam considerar também a questão de gênero (atletas transexuais). Em raríssimos casos, serão criadas categorias mistas para tentar atender à aparente promoção de igualdade pelo sistema esportivo. No que diz respeito à participação de atletas transexuais, apesar do estabelecimento de regras formais, ainda não há consenso, nem fora nem dentro do contexto esportivo, de como esse processo de inclusão pode ocorrer sem ferir a igualdade formal ofertada pelo sistema esportivo.⁴⁰ No limite, a realidade exige que se pautem a superação do sistema esportivo e não as possíveis tentativas de integrar a diversidade humana a um sistema de natureza profundamente excludente, hierárquico e competitivo.

A superexploração da força de trabalho dos atletas (que coincide com a superprodução dessa força) exige ao mesmo tempo a hiperespecialização (que requer o estabelecimento das diferentes categorias esportivas) e a produção nos atletas de um tipo de obstinação necessária para que eles venham a naturalizar a desumanização sofrida. É nesse contexto peculiar de superexploração da força de

40 A ESPN produziu uma série de vídeos curtos estreados em 2022 intitulada *Atletrans*, que trata do processo de integração dos atletas transexuais de alto rendimento ao sistema esportivo. O material pode ser acessado em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLjh6q28sC8-rXdqt5cQM9s-SFCYvN_T2. (ESPN, 2022). Também lançou em 2024 o documentário *Mais Fortes: História de Gênero no Esporte*. De acordo com o canal: “em meio às histórias e dramas pessoais, depoimentos de especialistas trazem olhares para a complexidade das questões que envolvem gênero no universo do esporte como mudanças nas regras, preconceito, transfobia, testes de verificação, sexo biológico, níveis hormonais. Os protagonistas da narrativa são o time feminino de boxe do Brasil, disputando um torneio em Sofia, na Bulgária, e mais dois personagens: um garoto atleta de Ginástica Rítmica, modalidade não reconhecida em sua versão masculina, e uma jovem patinadora transgênero. A produção revela os diferentes dramas vividos por estes atletas, desde a falta de visibilidade e apoio, até o preconceito e discriminação, além de debater a participação das autoridades no esporte, levantando questões relacionadas ao incentivo à prática e regulamentação no cenário nacional”. O documentário foi veiculado em junho de 2024 apenas na programação televisiva do Canal, que é paga, e até o momento (janeiro de 2025) não está disponível em nenhuma plataforma. A notícia da veiculação do documentário pode ser acessada em: <https://espnpressroom.com/brazil/press-releases/2024/06/espn-lanca-a-producao-mais-fortes-e-debate-os-dramas-de-diferentes-generos-no-esporte/> (Francischini, 2024).

trabalho que se produz a necessidade social, ao mesmo tempo econômica e cultural, da especialização precoce, que naturaliza o trabalho infantil no sistema esportivo.

Nunomura, Carrara e Tsukamoto (2010) entrevistaram 46 técnicos de ginástica artística das cidades brasileiras mais representativas do treinamento de alto nível. Constataram que para os entrevistados o ideal, de acordo com o sistema esportivo, é que as crianças frequentem o ambiente ginástico por volta de seus 3-4 anos e que entre os 5-7 anos sejam iniciados os treinamentos e que, apesar de parte dos técnicos terem se referido à importância das propostas lúdicas nas etapas iniciais, ao relatarem exemplos de atividades desenvolvidas para esse público, descreveram aquelas típicas do treinamento especializado.

Quanto à especialização, fase em que os treinos tendem a ser orientados pelas exigências das competições oficiais, os técnicos do setor feminino indicaram que deve ser iniciada idealmente por volta dos 6-7 anos, até no máximo 9-10 anos de idade e os do setor masculino consideraram 7 anos a idade ideal para a especialização (Nunomura, Carrara e Tsukamoto, 2010).

Ainda de acordo com os autores, há um consenso entre os técnicos de que o caminho para se atingir o alto rendimento é o início precoce e parte deles consideram que as crianças talentosas suportam bem as exigências do treinamento especializado e que, nesse sentido, as características individuais também devem ser consideradas, ao se optar pela especialização precoce.

Os técnicos do setor masculino e do feminino citam que a especialização precoce ocorre devido à própria natureza da modalidade, à idade de participação em eventos oficiais e ao tempo de preparação necessário para que os ginastas apresentem condições para competir. No setor masculino, em particular, a necessidade dos ginastas de ingressar no mercado de trabalho pressiona os técnicos a obterem resultados antes que eles comecem a abandonar o esporte. (Nunomura, Carrara e Tsukamoto, 2010, p. 305).⁴¹

41 De acordo com o regulamento da edição de 2023 dos Jogos Abertos da Juventude, evento promovido pela Secretaria de Esporte do Estado de São Paulo, “o atleta deverá ter completado ou vir a completar no ano da realização do evento as seguintes idades: Ginástica Artística Feminina – Categoria até 14 anos (2009): idade mínima 09 anos (2014). Ginástica Artística Masculina – Categoria até 16 anos (2007): idade mínima 09 anos (2014). Ginástica Artística Feminina – Categoria Livre até 19 anos (2007): idade mínima 10 anos (2013). Ginástica Artística Masculina – Categoria Livre até 19 anos (2004): idade mínima 12 anos (2011).” Conforme a Federação Internacional de Ginástica (FIG), a idade mínima para a participação de competições na categoria sênior feminina é de 16 anos e na categoria sênior masculina é de 18 anos, podendo participar das competições os atletas que virão a contemplar tal idade mínima no ano do evento, abrindo a possibilidade para participação de meninas de 15 anos e de meninos de 17. Não são incomuns casos de fraudes para que atletas ainda mais

Ao longo do artigo, percebe-se que as justificativas para a iniciação e especialização precoces incluem, além da prerrogativa do talento natural, considerações sobre a infância ser o período mais propício ao desenvolvimento coordenativo e de flexibilidade e se valem de estudos biomecânicos que indicam que o aprendizado dos gestos motores ginásticos é facilitado pela baixa estatura.

No caso específico das meninas, cita-se ainda uma suposta necessidade de que elas se especializem antes da puberdade, devido à preocupação com o aumento do tecido adiposo próprio a esta fase do desenvolvimento biológico feminino, levando em conta, inclusive, uma possível maturação tardia decorrente do treinamento precoce intenso. Em se tratando dos meninos, a especialização precoce conta com a justificativa de que eles precisam se especializar e ter bom rendimento nas competições antes do período em que de modo geral se veem obrigados a deixar o esporte para exercer algum tipo de atividade laboral remunerada (Nunomura, Carrara e Tsukamoto, 2010).

Apesar da naturalização da ocorrência da especialização precoce no esporte de alto rendimento, o próprio artigo traz estudos científicos sobre os prejuízos físicos e psicológicos causados às crianças pela iniciação e especialização esportivas precoces e a tentativa de seus autores criticarem este tipo prática poupando o esporte de alto rendimento, como se não se tratasse de elementos imbricados, o que não favorece a apreensão da realidade:

Não há problemas com o treinamento sistematizado quando os ginastas atravessaram todo o processo de preparação e adaptação, até demonstrarem condições de suportar as cargas de treinamento da modalidade. Mas, quando crianças e jovens competem segundo as regras oficiais, surgem questionamentos como: quanto tempo eles treinaram até atingir esse padrão técnico e com que idade iniciaram os treinos? Ainda que as crianças demonstrem talento para a GA, o treinamento intensivo e unidirecionado pode comprometer a saúde e o envolvimento em longo prazo. E, talvez, o seu potencial para o alto rendimento na modalidade jamais seja desenvolvido. O esporte competitivo tem sua própria característica e a crítica não se reporta à exigência do alto rendimento para adultos, mas, quando estas mesmas exigências são feitas às crianças. (Nunomura, Carrara e Tsukamoto, 2010, p. 306).

A especialização precoce é justamente uma necessidade produzida historicamente pelo desenvolvimento esportivo, e o próprio contexto competitivo da ginástica artística já seria capaz de desnaturalizar a ideia da imperiosidade da participação de adolescentes e pré-adolescentes em competições ginásticas categorizadas como seniores, já que, de acordo com Costa (2018), nas décadas de 1950 e 1960, predominava nas competições a participação de atletas adultas e era comum que a carreira se estendesse para além dos 30 anos, devido às características dos movimentos exigidos e uma menor importância dada às acrobacias.

Mas a relação entre algumas práticas corporais em sua forma mais desenvolvida, a esportiva, e a exploração humana não se restringe à especialização precoce análoga à exploração do trabalho infantil, nem aos atletas de alto rendimento. Se nos debruçarmos sobre o conteúdo social do esporte – e podemos inclusive considerar não apenas as formas de cooperação ampliada, mas também as relações familiares e pessoais –, podemos apreender aspectos de confluência entre determinadas modalidades esportivas e formas de exploração e degradação humanas de maior reconhecimento social.

Mas é justamente porque as relações pessoais de dependência constituem a base social dada que os trabalhos e seus produtos não precisam assumir uma forma fantástica distinta de sua realidade. Eles entram na engrenagem social como serviços e prestações *in natura*. A forma natural do trabalho, sua particularidade – e não, como na base da produção de mercadorias, sua universalidade – é aqui sua forma imediatamente social. A corveia é medida pelo tempo tanto quanto o é o trabalho que produz mercadorias, mas cada servo sabe que o que ele despende a serviço de seu senhor é uma quantidade determinada de sua força pessoal de trabalho. O dízimo a ser pago ao padre é mais claro do que a bênção do padre. Julguem-se como se queiram as máscaras atrás das quais os homens aqui se confrontam, o fato é que as relações sociais das pessoas em seus trabalhos aparecem como suas próprias relações pessoais e não se encontram travestidas em relações sociais entre coisas, entre produtos de trabalho (Marx, 2013, p. 212-213).

No conto *A sexta de terça-feira*, de Gabriel Garcia Márquez,, de 1962, quando a mãe de Carlos Centena Ayala viaja para visitar o túmulo de seu filho assassinado um dia antes, ela tem “a escrupulosa serenidade da pessoa acostumada à pobreza”. Ainda no trem, esta mãe prepara a filha de doze anos que viaja pela primeira vez a fim de que elas se mantenham dignas diante do encontro previsto com o padre. Após alimentarem-se e pedir à menina que calce seus sapatos, a mãe lhe entrega um pente e a orienta:

— Penteie-se — disse. O trem começou a apitar enquanto a menina se penteava. A mulher enxugou o suor do pescoço e limpou a gordura do rosto com os dedos. Quando a menina acabou de se pentear o trem passou diante das primeiras casas de um povoado maior, porém mais triste que os anteriores. — Se você está com vontade de fazer alguma coisa, faça agora — disse a mulher. — Depois, mesmo que esteja morrendo de sede, não tome água em lugar nenhum. Principalmente, não vá chorar (Màrquez, 2011, p. 19).

E durante o encontro:

O pároco suspirou. — Nunca tentou fazê-lo entrar para o bom caminho? A mulher respondeu, quando acabou de assinar. — Era um homem muito bom. O sacerdote olhou atentamente para a mulher e para a menina e verificou com uma espécie de piedosa estupefação que não estavam prestes a chorar. A mulher continuou sem se alterar: — Eu dizia-lhe que nunca roubasse nada que fizesse falta a alguém para comer e ele dava-me ouvidos. Em contrapartida, dantes, quando jogava boxe, passava às vezes três dias na cama prostrado pelos socos. — Teve de arrancar os dentes todos — interveio a menina. — É verdade — confirmou a mulher. — Cada bocado que eu comia nesse tempo tinha gosto das bordoadas que davam ao meu filho aos sábados à noite. — A vontade de Deus é inescrutável — disse o padre (Màrquez, 2011, p. 24).⁴²

E a suposta inescrutável vontade de Deus não é menos desumana e trágica na realidade do que na literatura. Elena Vyacheslavovna Mukhina, promessa da ginástica soviética, que chegou a superar medalhistas como a romena Nádía Comaneci e a também soviética Nellie Kim, ficou tetraplégica aos 20 anos de idade, em 1980, enquanto se preparava para os Jogos Olímpicos de Moscou e ainda se recuperava de uma fratura na perna. Somente oito anos após o ocorrido, a ex-ginasta fez declarações sobre seu “acidente”, cedendo uma entrevista à Oksana Polonskaya, jornalista da Ogonyok Magazine.

Eu estava esperando a fama passar. Não precisava mais dela. Cartas? Sim, as pessoas escreviam cartas. Mas eram, em sua maioria, estúpidas. Ficavam perguntando quando eu voltaria a competir. E eu só queria uma coisa: que me deixassem em paz. É claro que essas pessoas não eram culpadas pelo fato de estarem sendo enganadas - afinal, era óbvio desde o início que eu nunca voltaria a ter uma vida normal, muito menos aos esportes. Sim, elas estavam sendo enganadas. Os torcedores haviam sido treinados para acreditar no heroísmo dos atletas - atletas com fraturas voltam ao campo de futebol e aqueles com concussões voltam à pista de gelo. Por quê? Com que

42 Sobre as relações sociais no contexto do boxe, incluindo a de cooperação familiar, indica-se o longa metragem *The Fighter* (2010), do diretor David Owen Russell, que trata da história de boxeador Micky Ward.

objetivo? Para informar que a tarefa da Pátria foi concluída?" [...] Aconteceu em 3 de julho em um treino no Palácio dos Esportes de Minsk. Meu técnico, Mikhail Klimenko, se ausentou por alguns dias e eu fiquei com os técnicos da equipe nacional, praticamente sem ninguém. Mas essa não é a questão. A lesão era inevitável. Não necessariamente que tivesse que acontecer naquele dia. Eu acho que até teriam me tirado da competição. Porque eu simplesmente não era capaz de fazer aquele elemento.⁴³ De que adianta cair em um poço de espuma duas vezes, sem realmente entender nada e sem nenhuma coordenação e depois subir imediatamente no tablado? Especialmente porque eu havia quebrado minha perna de decolagem em uma competição em 1979 e estava executando mal a cambalhota. Mas a corrida estava em andamento - as Olimpíadas estavam chegando. Os médicos? E os médicos? Eles não estão lá para servir à saúde, mas para servir ao esporte. Eu pedi: "Não me dê alta do *Ts/TO* [Instituto Central de Traumatologia e Ortopedia], eles estão me arrastando de casa para os treinos". Eles removeram o gesso e eu estava andando torto. Fizera uma radiografia e descobriram que os ossos haviam se separado. Fui para a mesa de cirurgia logo após o almoço. Meu técnico veio no dia seguinte e disse que eu não tinha noção, que poderia treinar engessada. Eu fui estúpida. Eu realmente queria justificar a confiança depositada em mim e ser uma heroína. Enquanto eu estava no gesso ganhei peso. Tive que me livrar dele. Tudo foi apressado novamente. Eu chegava ao *TsSKA* [Clube Esportivo do Exército Central] duas horas mais cedo e corria pela academia como uma pessoa louca. O treino estava apenas começando e eu não tinha nem uma gota de força. Na época, eu estava muito cansada, tanto física quanto psicologicamente. (Mukhina, 1998, traduzida livremente do inglês).

De acordo com Jesus (2010), até a década de 1920 as políticas públicas para o esporte na União Soviética estavam organicamente vinculadas às necessidades da revolução socialista em curso. Era voltada à preparação da população para o trabalho e para a defesa, anunciava a preocupação com um desenvolvimento harmonioso do indivíduo e a oposição ao esporte competitivo burguês, que reproduzia a estrutura socioeconômica de exploração dos indivíduos humanos. O autor aponta que, diante do desenvolvimento do esporte capitalista, o Estado soviético passou a estreitar vínculos com as organizações esportivas burguesas a partir da década de 1930, tendo por objetivo a articulação com trabalhadores estrangeiros, a ampliação do prestígio nacional do regime e a demonstração da superioridade do comunismo para o mundo, sendo que, ao final

43 Elena se refere ao Salto Thomas, que na ocasião era o elemento ginástico que, pelo seu alto grau de dificuldade, poderia levá-la ao pódio nos Jogos Olímpicos de Moscou. O salto combina acrobacia aérea (um giro e meio para trás, carpado ou estendido) com rolamento ao solo como forma de aterrissagem. Seus erros de execução tendem a causar traumatismo craniano e lesão cervical. A execução e explicação do elemento ginástico pode ser acessada em: <https://youtu.be/vkQRWCsKyj0?si=im6qOFDgK3gpXycj> (Gymcentric, 2021) A partir de 2017, foi proibida a execução de elementos ginásticos que combinam um giro e meio no ar com aterrissagem nas mãos em competições oficiais, o que levou à proibição efetiva da realização do Salto Thomas, tanto nas competições femininas como masculinas.

da década de 1970, a função social do esporte soviético já se identificava em grande medida à do esporte burguês.

Polonskaya (1988) afirma que Elena declarou que, ao cair pela última vez, seu primeiro pensamento foi: “Graças a Deus, não vou participar das Olimpíadas”.

Acidentes graves e até mesmo fatais na ginástica artística a partir das décadas finais do século XX não são exceções e coincidem com o desenvolvimento técnico do esporte que passa, conforme Nunomura, Carrara e Tsukamoto (2010), a incorporar e valorizar cada vez mais os elementos acrobáticos.

Estes “acidentes” não se restringem aos atletas de altíssimo nível. Em novembro de 2014, uma ginasta universitária norte-americana faleceu ao lesionar a coluna durante um treinamento nas paralelas assimétricas. E de forma coerente à lógica individualista própria ao modo de produção capitalista e seu sistema esportivo, uma das reportagens que anunciou a morte da jovem de 20 anos apontou a responsabilidade dos atletas pelas lesões por eles sofridas e divulgou como exceção aquilo que no esporte de alto rendimento, ainda que com incidência e natureza da gravidade distintas, é a regra:

O susto gerado pela tragédia traduz uma preocupação do dia a dia para quem vive a modalidade. Uma das preocupações elementares do treinamento para o esporte é que os atletas aprendam, por exemplo, a cair e também a entender os limites do próprio corpo. “No caso (nos EUA), não sabemos precisar as circunstâncias, mas com certeza esse é o maior risco na ginástica (lesão na coluna). Como temos muitos exercícios com múltiplas rotações, se o atleta se perde, tem o risco de cair sobre a coluna e isso é o que mais preocupa e tem que estar atento”, ressaltou Leonardo Finco, gerente de seleções de ginástica artística do Brasil e treinador da equipe Grenau, do Rio Grande do Sul. [...] O brasileiro admite o risco no esporte, mas alerta que desde pequenos os atletas aprendem a controlar o próprio corpo e a mente para que isso seja minimizado. “É um esporte realmente de risco e quanto maior o nível que se busca a tendência é que os exercícios tenham mais risco. O que se busca sempre é conversar muito com os ginastas sobre como foco, concentração e disciplina são muito importantes. Qualquer distração pode levar a um acidente grave. Os casos são raros, mas não podemos fechar os olhos para isso e permitir que os atletas ultrapassem os limites”, disse. [...] É sempre preciso um treinador responsável e principalmente criança, porque elas começam a criar confiança. Por exemplo, o exercício de rotação já tem nome de mortal, são os mortais. Mas as crianças acabam aprendendo com facilidade e acabam gostando de correr o risco de exercícios mais difíceis”. Cair também é um aprendizado. “As primeiras lições também requerem aprender a cair, cai de frente, o que fazer, como rolar para se proteger, qual proteção do braço precisa ter. O maior risco é sempre cair sobre a coluna cervical. A pessoa pode ficar tetraplégica ou até vir a falecer. Mas isso não é exclusivo das paralelas, assim como a barra fixa é para os homens. Quando faz movimentos mais complexos com rotações mais tranquilos, os atletas sempre usam momentos

para se localizar no espaço. Se perde a referência do movimento que está no ar, o risco é se perder e cair de cabeça. Isso é igual para o solo e paralelas assimétricas, trave, um pouco menos no cavalo, mas em todos tem que estar atento. Que o ginasta não se perca". [sic] (Cesarini; Torralba, 2010).

A totalidade da cadeia produtiva do esporte, ao refletir o modo de produção capitalista, chega ao absurdo de naturalizar lesões graves e até mesmo a morte e de culpabilizar tantos atletas profissionais como crianças em processo de iniciação esportiva pelos riscos a que são submetidos.

Para além das constantes violências físicas que seguem sendo tratadas como acidentais, o esporte de alto rendimento institucionaliza outras formas de degradação da vida humana.

Nos Jogos Olímpicos de Tóquio de 2021, a estrela estadunidense Simoni Biles desistiu de participar de quatro das cinco finais nas quais estava classificada, alegando precisar cuidar da saúde mental. De acordo com reportagem, veiculada pela *BBC News Brasil*, em 21 de julho de 2021, a atleta declarou:

Eu não confio mais tanto em mim mesma. Talvez seja o fato de estar mais velha. Não somos apenas atletas. Somos pessoas, afinal de contas, e às vezes é preciso dar um passo atrás. Eu não queria ir lá, fazer algo estúpido e me machucar. Sinto que muitos atletas se manifestando realmente me ajudou. É tão grande, são os Jogos Olímpicos. No fim de tudo, não queremos sair carregados de lá em uma maca.

Não há como deixar de apontar o caso de Larry Nassar⁴⁴, que foi médico da seleção norte-americana feminina de ginástica artística por 20 anos e que estuprou de forma sistemática as suas atletas/pacientes (estando dentre elas Biles); a sua condenação esteve atrelada a cerca de 150 acusações de abusos sexuais cometidos no contexto esportivo. Também temos o caso do ex-técnico da seleção brasileira masculina de ginástica artística, Fernando de Carvalho Lopes⁴⁵, que foi igualmente denunciado por crime de estupro, sendo que, entre os anos de 1999 e 2016, abusou confirmadamente de mais de quarenta atletas masculinos.

44 O caso amplamente denunciado, inclusive por mídias sensacionalistas, não chegou a promover mudanças nas relações sociais de produção das modalidades ginásticas competitivas e pode ser acessado em:

<https://observador.pt/especiais/larry-nassar-a-historia-do-monstro-que-abusou-de-centenas-de-atletas-durante-mais-de-20-anos/> (Roseiro, 2018)

45 Informações podem ser acessadas em:

<https://www.estadao.com.br/esportes/fernando-carvalho-lopes-tecnico-selecao-ginastica/> (Estadão, 2022).

O jornalista Breiller Pires, que investiga denúncias de abusos sexuais no futebol brasileiro masculino e nas categorias de base desde 2011, declarou – em entrevista publicada pelo jornal eletrônico *Nexo*, em novembro de 2024, realizada por Lucas Zacari – que a média de registros de denúncias e processos relacionados a esse tipo de crime é de vinte por ano e que esse dado precisa ser avaliado considerando sua subnotificação:

Todo ano eu faço um levantamento de denúncias que recebo e de processos na Justiça e há uma média de 20 casos por ano registrados. Existe uma estatística que apenas 7% dos casos de abuso sexual são denunciados no Brasil. Se a gente fizer uma projeção dos últimos 10 anos, nós possivelmente tivemos milhares de casos de violência sexual apenas no futebol masculino. Isso dá a dimensão do problema, é algo estrutural que precisa ser combatido. (Pires, B. em entrevista à Zacari, 2024).

Quando perguntado sobre o posicionamento dos clubes e entidades esportivas a respeito dos abusos e a violência sexual sofrido por crianças e adolescentes, Pires, B em entrevista pontua que:

[...] a CBF [Confederação Brasileira de Futebol] se recusava a reconhecer o abuso e a exploração sexual como um problema no futebol. A confederação tratava como um caso de polícia, e não como sua responsabilidade e de clubes. A CBF argumentou que a obrigação dela era organizar jogos e campeonatos, a prevenção ao abuso seria parte do poder público. O abuso sexual sempre foi algo muito comum no contexto do esporte. Muitos jovens enxergam o esporte como um sonho de ascensão social, de realização de uma carreira, de se tornarem ídolos no futuro. E esse meio é muito movido por ilusões de empresários, de treinadores, ainda é muito masculinizado, então acaba sendo um terreno fértil para isso. As entidades do esporte como um todo, não só a CBF, sempre taparam os olhos para isso. Pelo contrário, ao invés de tomar providências, sempre foram proativas em varrer a sujeira pra debaixo do tapete. Quando acontecia um caso de maior repercussão, como o da ex-nadadora Joanna Maranhão, eles tentavam abafar esses escândalos para não afetar a imagem do esporte e das confederações [sic] (Pires, B. em entrevista à Zacari, 2024).

A matéria de Zacari (2024), que conta com as declarações de Pires, B., aborda as novas regras que condicionam repasses de recursos públicos à adoção de medidas contra o abuso sexual de crianças e adolescentes.

Uma reportagem de Pires, B. (2016) sobre o abuso sexual e tráfico de crianças e adolescentes no futebol brasileiro⁴⁶ – na qual a CBF é denunciada por

46 Brailier Pires também publicou uma matéria sobre crimes sexuais nas categorias de base do futebol masculino no Brasil, em 2013, na revista *Placar*, que pode ser acessado em: https://issuu.com/placar/docs/abril_-_2013 (Pires, B., 2013).

descumprir um pacto feito junto ao Congresso Nacional em 2014 que estabelecia dez medidas a serem implementadas pela Confederação para proteger os jovens jogadores das categorias de base, em clubes e escolinhas, do abuso sexual e tráfico de crianças e adolescentes – foi um dos elementos mobilizadores do projeto de lei que antecedeu o sancionamento no Brasil, em 21 de novembro de 2024, da Lei nº 15032 que alterou a Lei nº 14.597 de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte): “para condicionar a transferência de recursos públicos da administração direta e indireta a entidades desportivas à assinatura e cumprimento de termo de compromisso de adoção de medidas para proteção de crianças e de adolescentes contra abusos e quaisquer formas de violência sexual” (Brasil, 2024).

A promulgação desta lei é um indicativo de que há especificidades nos abusos sexuais ocorridos no contexto esportivo. A natureza dos abusos psicológicos, físicos e/ou sexuais, estupro e até mortes produzidos pelo sistema esportivo, ainda que reflexo daquilo que ocorre na sociedade de modo mais amplo, assume a especificidade de tais crimes acontecerem em um contexto institucionalizado e altamente hierarquizado, em que o treinamento não pode prescindir da disciplina, da superação da dor, da obediência e, de modo geral, da especialização precoce, o que resulta em uma participação dos atletas no processo de produção da cultura corporal e de si próprios profundamente estranhada.

Uma outra especificidade dos abusos sexuais e estupro ocorridos sob a institucionalidade esportiva está no fato de que esses crimes relativizam o gênero da vítima como fator decisivo de risco.

A edição do Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, lançada em 2024, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), denuncia que, entre os anos de 2021 e 2023, mais de 15 mil crianças e adolescentes com idade entre 0 e 19 anos foram mortos de maneira violenta e intencional no Brasil e que 165 mil foram vítimas de violência sexual. A violência física sofridas por crianças e adolescentes no Brasil tem por principal fator de risco a questão racial e a violência sexual tem por principal fator de risco a questão de gênero:

Do total de vítimas de MVI [mortes violentas intencionais], 13.829 (91,6%) estão na última faixa etária, entre 15 e 19 anos. Além disso, 90% das crianças e adolescentes de 0 a 19 anos vitimadas são meninos e 82,9% são negros. O perfil majoritário de vítimas letais no Brasil, portanto, continua sendo

adolescente, masculino e negro. Apesar de não ser nenhuma novidade, é assustador que, em 2023, **para cada 100 mil habitantes no país entre 0 e 19 anos, do sexo masculino e de cor negra, 18,2 são assassinados enquanto a taxa de mortalidade para o mesmo grupo entre brancos seja de 4,1 por 100 mil**. Isso significa dizer que o risco relativo de um adolescente negro, do sexo masculino, ser assassinado no Brasil é 4,4 vezes superior à de um adolescente branco do sexo masculino. *Os dados indicam que o marcador racial exerce fator determinante na dinâmica das mortes violentas de adolescentes no Brasil, com mais impacto inclusive do que o gênero*. Em três anos foram pelo menos 9.328 crianças e adolescentes negros assassinados no país. [...] Apesar dos dados de mortes indicarem prevalência de vítimas do sexo masculino, isso não significa que as crianças e adolescentes do sexo feminino estejam protegidas no país. Entre 2021 e 2023, 1.508 meninas foram vítimas de morte violenta, 1,4 mortes por dia. Já no que diz respeito à violência sexual, a esmagadora maioria é do sexo feminino, com 87,3% do total de vítimas, 48,3% possuem entre 10 e 14 anos e 52,8% são identificadas pela cor/raça negra. *A taxa de estupros por 100 mil habitantes no caso da violência sexual evidencia um cenário em que o gênero da vítima é o principal fator de risco: são 131 vítimas de estupro do sexo feminino para grupo de 100 mil na faixa etária 0 a 19 anos*. Esse número, já bastante elevado, pode ser ainda maior: estudo produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) *estimou que o percentual de casos de estupros que chegam ao conhecimento das polícias foi de apenas 8,5% em 2019*. Considerando apenas as vítimas do sexo masculino, por sua vez, a taxa é de 19,9 crimes para cada grupo de 100 mil habitantes na mesma faixa etária. Assim, **uma menina de até 19 anos tem 7 vezes mais chance de ser vítima de estupro do que um indivíduo do sexo masculino na mesma faixa etária**. (UNICEF e FBSP, 2024, p.5 e 7, destaque em negrito do original, destaque em itálico nosso).

Enquanto no contexto social mais amplo brasileiro, o principal fator de risco sofrido por crianças e adolescentes de 0 a 19 anos, no que diz respeito à violência física, é ser um menino negro e, no que diz respeito à violência sexual, é ser uma menina, na particularidade do sistema esportivo, que se trata sempre de um sistema universalizado sob o modo de produção capitalista, a hierarquia e obediência corpóreas implicam uma especificidade na produção da violência física e abusos sexuais pelo capitalismo: a tendência a uma maior indiferenciação do gênero e raça das vítimas de abusos tanto físicos como sexuais. O risco dos abusos físicos e sexuais no sistema esportivo está dado pela própria natureza do treinamento, em outras palavras, pelo processo institucionalizado de constituição da pessoa como um atleta.

Em um levantamento de dados realizado em 2022 para seu curso de mestrado, Joanna Maranhão, ex-nadadora olímpica brasileira, professora de Educação Física e membro do Conselho de ética do COB, apontou que, dos 1043 atletas brasileiros entrevistados, 93% relataram ter vivenciado alguma situação de assédio psicológico, 64% denunciaram ter sofrido assédio sexual e 49,7% assédio

físico. Dos entrevistados, 64% eram mulheres, 35% eram homens e 1% não quis identificar seu gênero. De acordo com a Joanna, em comparação com outros países que realizaram esse mesmo tipo de levantamento, no Brasil ocorre mais que o dobro de casos de assédio. (Coccetrone, 2022).

Considerando que os abusos físicos, psicológicos e sexuais, que aliás sempre estão intrinsecamente relacionados, sofridos pelos atletas se situam no bojo do processo de superexploração e superprodução da força de trabalho desses sujeitos, processo que impõe, dentre outras coisas, a exigência da especialização precoce e o estranhamento do atleta em relação a si e à atividade que executa, também aí a periferia do capital guarda peculiaridades. Como já apontado por Brohm (1982), o apelo ideológico de mobilidade social promovido pelo sistema esportivo é tão mais efetivo quanto maior for a desigualdade social de um país, e essa consideração se relaciona de modo complexo com a denúncia de Joanna Maranhão de que, no Brasil, a incidência de assédios no sistema esportivo tende a ser o dobro de outros países. Uma questão a ser considerada é que a institucionalidade esportiva, com suas regras rígidas, formas de controle e de fiscalização não estende seu rigor à proteção do bem-estar físico e mental de seus atletas, até mesmo porque qualquer ação nesse sentido terá sempre como limite a redução de danos causados pelo próprio sistema esportivo, diante da natureza da combinação da produção e exploração da força de trabalho que ele impõe aos atletas.

Em 2008, Joanna Maranhão declarou ter sido molestada por seu treinador aos nove anos. Sua denúncia e militância fizeram com que a Lei n 12.650, de 17 de maio de 2012, ficasse conhecida por lei Joanna Maranhão. A partir dessa lei, a contagem para prescrição de crimes sexuais contra crianças e adolescentes é calculada quando a vítima completa 18 anos e não mais a partir da prática do crime (Brasil, 20212).⁴⁷

Bracht (1999), ao tratar da constituição histórica da Educação Física, explicita sua origem médica e militar e indica a forma como o absurdo pode ser

47 No Brasil, atualmente, os crimes de estupro contra maiores de 18 anos prescrevem em 16 anos e aqueles cometidos contra menores de 18 anos prescrevem em 20 anos a partir da data em que a vítima completa 18 anos. O projeto de lei 2664 de 2024, em tramitação, busca alterar “os arts. 213 e 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar imprescritível o crime de estupro”.

naturalizado por meio “da ação sobre o corpóreo”. De acordo com o autor (p. 72-73, destaque nosso):

A constituição da educação física, ou seja, a instalação dessa prática pedagógica na instituição escolar emergente dos séculos XVIII e XIX, foi fortemente influenciada pela instituição militar e pela medicina. A instituição militar tinha a prática — exercícios sistematizados que foram ressignificados (no plano civil) pelo conhecimento médico. Isso vai ser feito numa perspectiva terapêutica, mas principalmente pedagógica. Educar o corpo para a produção significa promover saúde e educação para a saúde (hábitos saudáveis, higiênicos). Essa saúde ou virilidade (força) também pode ser (e foi) ressignificada numa perspectiva nacionalista/patriótica. Há exemplos marcantes na história desse tipo de instrumentalização de formas culturais do movimentar-se, como, por exemplo, a ginástica: Jahn e Hitler na Alemanha, Mussolini na Itália e Getúlio Vargas e seu Estado Novo no Brasil. Esses movimentos são signatários do entendimento de que *a educação da vontade e do caráter pode ser conseguida de forma mais eficiente com base em uma ação sobre o corpóreo do que com base no intelecto; lá, onde o controle do comportamento pela consciência falha, é preciso intervir no e pelo corpóreo* (o exemplo mais recente é o movimento carismático da Igreja Católica no Brasil – a aeróbica do Senhor). *Normas e valores são literalmente “incorporados” pela sua vivência corporal concreta. A obediência aos superiores precisa ser vivenciada corporalmente para ser conseguida; é algo mais do plano do sensível do que do intelectual.*

A especificidade dos abusos físicos, psicológicos e sexuais produzidos pelo sistema esportivo está no fato de que eles são resultados do processo regularizado e institucionalizado da combinação entre superprodução e superexploração da força de trabalho dos atletas. Como a principal objetivação sensível da atividade social do atleta é seu próprio corpo em atividade social e expressiva, e diante do alto grau de especialização que lhe é imposto pela natureza de sua atividade, estabelece-se a tendência de que esses trabalhadores, desde a infância ou adolescência, sejam reduzidos/unilateralizados a suporte material de sua atividade social, o que se reflete no estranhamento dos atletas diante da atividade que executam, de modo a naturalizar a desumanização sofrida. Faz-se necessária a apreensão de que a constante reivindicação da possibilidade de humanização do sistema esportivo é análoga aos apelos reformadores do capitalismo.

3.2.2.4 Entre o “It Could Be You” e a socialização da cultura corporal reservada às massas

Em maio de 2021, às vésperas dos Jogos Olímpicos de Tóquio, a Toyota lançou mais um comercial da campanha *Start Your Impossible*, nomeado por *It Could Be You*.⁴⁸

O jogo ideológico desse filme possui dois aspectos fundamentais que se relacionam. São transmitidas mensagens de pessoas “vencedoras” que superaram grandes desafios, sobretudo atletas, a pessoas “comuns”; trata-se de mensagens formuladas como se falassem diretamente, de modo síncrono e singular, por meio de interação virtual, a cada uma das pessoas espectadoras. Concomitante a essa relação entre pessoas “vencedoras” e pessoas “comuns espectadoras”, o comercial explora a imagem de mulheres, pessoas racializadas e pessoas com deficiência.

O filme de um minuto tem início com uma adolescente, possivelmente havaiana e em seu quarto, assistindo a uma performance de uma surfista pela TV, acompanhada da seguinte narração esportiva: “*Lakey Peterson drops in with a clean carve off the top!*”. Enquanto surfa, a atleta grita da tela à adolescente:

– *You could be me!*

E a adolescente lhe responde:

– *Me?*

A resposta à adolescente é dada por uma esgrimista mulher branca cadeirante, filmada da cintura para cima, sem parte dos membros superiores, segurando a esgrima de forma adaptada. A partir desse ponto do comercial, é como se as mensagens, que na verdade são fragmentos da mesma pregação, fossem destinadas não apenas à adolescente, mas a cada pessoa espectadora que se encontra do outro lado da tela:

– *Actually, you could be better than me.*

Após seu recado, a esgrimista cadeirante aparece posicionada ao centro de uma sala – quando é revelado que ela também não possui parte das pernas –, sendo atacada por outras quatro esgrimistas sem deficiência e se defendendo em uma demonstração de extrema habilidade. Apesar de seu nome não ser revelado pelo comercial, trata-se da esgrimista italiana duas vezes campeã paralímpica, Beatrice Vio.⁴⁹

48 O comercial pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=5KbvdMLFcEA> (It Could, 2021).

49 Beatrice Vio apresentou em 2017 o programa de TV “La Vita è una Figata!” que teve uma única temporada. Nele, Beatrice entrevistava personalidades famosas e pessoas comuns. De acordo com

A mensagem sequencial é dada de uma pista de *skate*, por uma jovem loira segurando seu equipamento com a mão direita:

– *You could empower more girls than me.*

Apesar de seu nome não ser explicitado, trata-se da skatista brasileira profissional Letícia Bufoni⁵⁰, a maior detentora de títulos no *X Game* na sua categoria, evento anual de esportes radicais, produzido pelo canal televisivo *ESPN*, e que se tornou um marco na espetacularização do skate, ao alcançar um público novo de espectadores para a prática.

Em seguida, um tenista branco cadeirante comemora e ratifica a ideia anterior:

– *Socore more victories than me!*

Ao terminar de erguer a raquete, a sua comemoração passa a se dar instantaneamente em um jogo de basquete, como que enfatizando que se pode vencer em distintas situações.

Apesar de também não nomeado pelo comercial, trata-se de Dylan Alcott, atleta paralímpico australiano, tenista e jogador de basquete, que viria a se aposentar em 2022.

A seguir, um suposto garoto aparece parado e sozinho sob um holofote no centro de uma quadra de basquete; o plano é distante e aberto o suficiente para mostrar luzes de celulares na arquibancada escura e para se perceber que, apesar de ele usar um uniforme de basquete, seu biotipo físico não é o que se espera de um atleta deste esporte. Aos lados direito e esquerdo do garoto, está escrito no chão da quadra em letras grandes e com luzes vermelhas “NAHO”. A mensagem dada por ele é a seguinte:

– *You could be the me I always dreamed I could be.*

reportagem da BBC News Brasil daquele ano, “Bebe Vio, como a jovem é conhecida, entrevista pessoas comuns e celebridades que superam problemas e dificuldades para conseguir realizar os próprios sonhos”. A atleta declarou que “a característica principal do programa é a diversão. Convidamos as pessoas a contarem por que a vida delas é um barato, apesar dos grandes obstáculos que encontram pelo caminho”. (Zidco, 2017). A reportagem pode ser acessada em:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42402560>

50 Após as Olimpíadas de Tóquio de 2021, a atleta desistiu de participar das duas competições mundiais de classificação para os Jogos Olímpicos de Paris de 2024, na categoria *Street*, o *Pro Tour* de Roma em 2022 e o Mundial de 2022/2023 que aconteceu em Sharjah (Emirados Árabes Unidos). (Neto, 2023).

Na cena seguinte, uma moça asiática, dormindo em um automóvel com o rosto encostado em um vidro marcado pela chuva, é acordada (do seu sonho) por uma voz eletrônica, *“Naho! Naho! It’s game time”*. O comercial revela o carro branco da marca Toyota em que está a garota, apesar do cenário cinzento, não chove, o carro está estacionado entre indicações *“PLAYER PARKING”* no chão, seus faróis piscam duas vezes como se fossem olhos. Ao fundo, há prédios à direita e um ginásio em arquitetura futurista à esquerda, onde se lê Toyota Arena.

Vale explicitar que Naho é Naho Miyoshi, uma jogadora profissional de basquete japonesa que tem 1,67m de altura e pesa cerca de 60kg. Joga desde 2017 pela Toyota Antilopes, equipe que compete pela liga profissional de basquete feminino no Japão. Na ocasião do comercial, Naho ainda não tinha conquistado sua medalha olímpica, feito que se daria na Olimpíada de Tóquio de 2021, com a conquista da prata pela equipe feminina de basquete japonesa.

Letras minúsculas avisam que o automóvel antropomorfizado, que aparece no comercial acordando Naho para lembrá-la que seu sonho é sua realidade, não faz parte dos modelos fabricados pela Toyota: *“Prototype shown using visual effects. Not for sale”*. Mas os comerciais da campanha *Start Your Impossible* da marca, que seguiu sendo parceira mundial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris 2024, não se valem dos produtos da empresa, não se trata exatamente da venda de carros ou tecnologias de mobilidade, mas da promoção da ideologia capitalista a todo e qualquer consumidor. E isso independentemente de poderem ou não adquirir as produções materiais da marca, como também independe de poderem ou não praticar esportes.

Reforça-se a ideia capitalista, mais bem promovida pelo toyotismo, de que a produção seria determinada pelos interesses específicos de cada consumidor e oculta-se o fato de que, em última instância, é o modo de produção que determina os consumidores, as formas de consumo e a produção de novas necessidades de consumo, conforme demonstrado por Marx (2011, 2013).

No quadro seguinte, um jovem atleta negro está sozinho em um vestiário, vários reflexos dele aparecem em espelhos e começam a repetir frases em sobreposição, como se fossem suas vozes internas: *“I get it, you scared”*; *“You’re not gonna make it”*; *“Just quit”*; *“You’re way too slow”*; *“What if you don’t win?”*. Até o momento em que ele bate no armário e declara: *“I was scared too”*, cessando as vozes e dando fim aos seus reflexos, como se as dificuldades impostas a um jovem

negro fossem limitações que se resumissem à sua própria insegurança e não resultado do processo histórico de racialização da luta de classes.

Aparece então mais uma vez a esgrimista Beatrice Vio, em plano fechado e em um cenário que remete a um hospital, dizendo “*but you'll never get anywhere unless you take that first step*” e, ao passo que o plano é aberto, aparece uma garota sem parte dos membros superiores e usando próteses nas pernas em uma sessão de fisioterapia, acompanhada por uma profissional e por uma pessoa que parece ser sua mãe. Escuta-se a voz da esgrimista enquanto o foco é deslocado da menina em tratamento fisioterápico para uma televisão antiga na sala de fisioterapia, e escuta-se mais uma vez a voz de Beatrice: “*This was mine*”. Vale a pena esclarecer que Beatrice teve parte de suas pernas e braços amputados aos 11 anos de idade devido a uma meningite.

Vê-se então que na televisão está sendo transmitida uma disputa entre duas esgrimistas cadeirantes, enquanto se escuta a voz de Beatrice: “*Than you take another*”; e depois se abre o foco para a cena da sua comemoração e ouve-se a continuidade de seu recado: “*and the next thing you know, this is you*”.

Apesar de o comercial não trazer informações explicitando o fato, trata-se da filmagem da disputa de Beatrice pelo ouro, nos Jogos Paralímpicos do Rio, em 2016, e da captação da sua extrema emoção quando comemora sua vitória.

A cena seguinte apresenta um rapaz vestindo uma camiseta de malha no que parece ser a sala de sua casa. Ele está em frente a um pedestal que sustenta uma partitura, usa equipamentos que lembram aqueles dos videogames de realidade virtual e faz gestos próprios a um regente de orquestra enquanto diz:

– “*And you're conducting an orchestra in Sydney.*”

Antes mesmo dele terminar sua frase, a cena é deslocada para um robô em um palco regendo uma orquestra. O foco abre-se para a plateia do teatro e um dos espectadores trajando terno nos comunica cochichando:

– “*And he's in London.*”

E mais uma vez pouco importa o aviso em letras miúdas indicarem que equipamento e robô apresentados no comercial são protótipos criados usando efeitos visuais e que não estão à venda, porque estas são tecnologias perfeitamente possíveis e a ideia a ser vendida é a de que o desenvolvimento tecnológico, aliado à força de vontade do indivíduo humano, pode ignorar qualquer condição material, como as distâncias geográficas e a ausência da presença física humana.

Na próxima cena, um atleta cadeirante aparece de costas sendo empurrado e adentrando, junto com sua delegação, que usa uniforme vermelho, em uma arena esportiva em comemoração, abertura ou encerramento de uma edição das Paralimpíadas. Enquanto é empurrado, escutamos o que ele diz: *“Look, if I can make it here...”*, e antes que ele termine sua frase, vira o rosto para trás e revela seus traços asiáticos.

No quadro seguinte, tem-se uma tomada aérea que atravessa nuvens e apresenta um pequeno barco isolado em uma imensidão oceânica, enquanto escuta-se a continuidade da mensagem anterior: *“and I came from here...”*; a câmera então fecha o foco rapidamente e apresenta o atleta ainda menino, aparentemente sem qualquer deficiência, vestindo camiseta vermelha e sentado em um pequeno barco com seu acompanhante. O menino encara quem o assiste do outro lado da tela, enquanto manuseia a parte emersa de uma rede, o homem que o acompanha pesca com uma vara e seu rosto não é revelado devido ao seu chapéu, facilmente associado à cultura asiática.

A cena é muito rápida, mas, caso se congele a imagem, vê-se no barco, bastante rústico, dois remos, equipamentos simples de pesca, duas xícaras sobre uma caixa de refrigeração, uma banqueta, um balde contendo uma garrafa florida e um peixe, cordas, uma cobertura etc, elementos que indicam a simplicidade de um modo de vida que compreende a atividade manual da pesca.

O fato de ser um atleta asiático de uma delegação que usa vermelho, cor reforçada pela camiseta que ele usa quando menino, e a presença do chapéu como símbolo étnico asiático, pode sugerir, ainda que de modo intuitivo, que o esporte é um campo neutro, apartado dos conflitos de interesses entre os países que buscam consolidar uma sociedade comunista – na contemporaneidade, pode-se considerar China, Vietnã, Laos e Coreia do Norte, todos países asiáticos e com a cor vermelha como preponderante em suas bandeiras, além de Cuba, país norte-americano – e os imperialistas.

No caso deste personagem atleta cadeirante asiático, assim como no caso do jovem atleta negro no vestiário se confrontando com suas vozes internas, esta pesquisa não conseguiu identificar se se trata de personalidades do esporte ou apenas de representações. No entanto, essa não identificação parece ser um dos recursos imagéticos e ideológicos do comercial.

Considerando ser uma campanha internacional que não possui um produto material ou um bem a ser comercializado, não há direcionamento a grupos específicos de consumidores. Espectadores skatistas poderão reconhecer Letícia Bufoni; na Itália e no contexto do esporte paralímpico, Beatrice é uma celebridade, assim como acontece com Dylan Alcott na Austrália, são “vencedores” desconhecidos da maioria das pessoas, apesar da universalização imposta pela totalidade capitalista. Apenas para pesar nas cores das tintas, não é um comercial que explora a imagem de Pelé, Marilyn Monroe ou Michael Jackson, que já foram transformados em “Deuses” e estão no “Olimpo”, nem de “semideuses” de carne e osso, heróis terrenos, como o velocista jamaicano Usain Bolt.

Não nomear a maioria das personalidades esportivas, nem no filme, nem na descrição da produção do comercial, e fazer uso da imagem de mulheres, pessoas com deficiência e pessoas racializadas, favorece uma identificação intuitiva entre espectadores e personagens, é um recurso que, de modo não racional, faz com que cada espectador sinta: “poderia ser eu”.

Essa estratégia imagética de borrar as fronteiras entre vencedores e perdedores, de fomentar a ideia de pessoas comuns e/ou em desvantagens poderem realizar feitos incríveis e de situar como função social do desenvolvimento tecnológico o atendimento às necessidades humanas dominadas reforça a ideia de que o progressivo desenvolvimento capitalista seja de fato agente promotor de igualdade e mobilidade social, culpabilizando cada vez mais os indivíduos pela precariedade de suas vidas. Talvez esse recurso seja tão potente porque se relaciona, intencionalmente ou não, com a realidade sentida, ainda que nem sempre racionalmente elaborada, pelas massas: são as pessoas comuns, em desvantagem e exploradas, que produzem toda a riqueza humana e são o motor da história, ainda que lhes seja negado conceber e gerenciar a própria vida de um modo que atenda a seus interesses históricos e imediatos.

Rancière (1981), em sua obra *A noite dos Proletários: arquivo do sonho operário*, publicada originalmente em 1940, desenvolve seu trabalho de pesquisa considerando que todo operário sabe, e sabe por sentir na pele, que aquilo que lhe roubam não é apenas tempo de vida, não é apenas a sua mercadoria força de trabalho, lhe roubam também todas as outras vidas possíveis.

O comercial continua com uma menina negra usando uma beca de formatura em uma cama de hospital, há balões de festa e flores aos seus lados direito e

esquerdo, e ela está fazendo um discurso com o punho direito fechado e baixo, mas desta vez a mensagem não é dirigida imediatamente a quem assiste ao comercial: “*Just imagine...*” Enquanto ela fala é revelado que seu discurso está sendo transmitido através por uma tela para todo um teatro em uma cerimônia de formatura. A tela vertical que transmite a formanda está posicionada ao centro de um palco dividido com seis pessoas, três de cada lado da tela, aparentemente professores, com características físicas distintas; e seu discurso continua: “... *how far you can go!*”. Todo o teatro a aplaude.

Na sequência, aparece novamente a skatista brasileira Letícia Bufoni, em plano fechado e acompanhada de duas mulheres negras e uma pessoa de aparência andrógena. Ela diz:

– *Because you don’t need to be amazing to start.*

Ao passo que o plano é aberto, revela-se que ela está com um grupo de cerca de trinta jovens, dentre os quais se identifica pelo menos uma criança, trata-se de uma menina. O grupo é formado por pessoas muito diversas uma das outras, mas todas elas caracterizadas como skatistas. Enquanto a câmara se afasta, Letícia encerra o comercial e o sermão que ele veicula com a seguinte mensagem:

– *But you need to start to be amazing.*

E então, no centro da cena, aparece escrito o nome da campanha em letras grandes e amarelas: “*START YOUR IMPOSSIBLE*”. E logo após escutamos uma locução feminina: “*Toyota. Start your impossible*”; e vê-se escrito “TOYOTA” em vermelho e abaixo do nome da marca, em dourado, tanto o símbolo das Olimpíadas, acompanhado da indicação “*Worldwide Olympic Partner*”, como o símbolo da Paralimpíadas, acompanhado da indicação “*Worldwide Paralympic Partner*”.

Traduz-se aqui, livremente, a partir da transcrição da legenda do filme, o sermão capitalista pregado:

Você poderia ser eu! Na verdade, você poderia ser melhor do que eu. Você poderia empoderar mais meninas do que eu. Conquistar mais vitórias do que eu! Você poderia ser quem eu sempre sonhei que poderia ser. É hora do jogo. Eu entendo, você está com medo. “Você não vai conseguir”; “desista”; “você é muito lento”; “e se você não ganhar?”. Eu também estava com medo. Mas você nunca chegará a lugar algum, se não der seu primeiro passo. Veja o meu. E então você dá outro passo. E a próxima coisa que você sabe é quem você é. E você está regendo uma orquestra em Sydney. Mesmo estando em Londres. Veja, se eu consegui chegar aqui, vindo de onde eu vim, imagine só o quão longe você pode ir. Porque você não precisa ser incrível para começar. Mas você precisa começar para ser incrível. Comece o seu impossível.

O comercial reforça a ideia de que são produzidas oportunidades para todos na sociedade capitalista e no sistema esportivo próprio a ela, quando na verdade são estruturas baseadas justamente na exclusão e na competição. Mas também ilustra o fato de o capitalismo precisar naturalizar e/ou romantizar o sofrimento humano por ele promovido por meio da exploração da força de trabalho, dominação e usurpação culturais e de não socialização da riqueza socialmente produzida.

Não importa a classe, o gênero, a raça ou a deficiência, não importa o quanto e como a força de trabalho é explorada, não importam a discriminação e opressão sofridas ou o quanto uma cultura possa ser dominada e usurpada; nada disso importa, porque as questões materiais e a realidade ficam subsumidas, mas apenas no plano da ideologia, à força de vontade e ao mérito individuais.

A pergunta que está por trás da pregação esportivo-capitalista é a seguinte: se essas pessoas conseguiram, qual é a sua desculpa? Se Alexa Moreno conseguiu, se Beatrice Vio conseguiu, se Jessica Long⁵¹ conseguiu, se Rebecca Andrade conseguiu, se Raíssa Leal conseguiu... suas desculpas para não vencer na vida não serão aceitas, ainda que, em caso de vitória, suas dificuldades precisem ser valorizadas.

Mas um breve olhar para a natureza da socialização das objetivações corporais no Brasil já explicita a determinação da materialidade sobre a modo de vida.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é responsável pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), que tem por objetivo:

[...] acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, *da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico* do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares

51 Um dos comerciais da campanha *Start Your Impossible*, nomeado por *Up Stream*, lançado em 2021, tendo em vistas os Jogos Olímpicos de Tóquio, explora a história de Jéssica Long, nadadora paralímpica nascida na Sibéria e adotada ainda bebê por uma família norte-americana ciente de que a menina teria que ser submetida à amputação de parte das pernas. A atleta conquistou medalhas de ouro nas Paralimpíadas de Atenas 2004, Pequim 2008, Londres 2012 e Rio 2016. Na ocasião da campanha a atleta ainda não havia conquistado as suas seis medalhas nas Paralimpíadas de Tóquio 2021, sendo três de ouro. O comercial pode ser acessado em:

<https://www.youtube.com/watch?v=sPTvgImtiuw&t=5s> (Up, 2021)

permanentes (como trabalho e outras formas de trabalho, cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tecnologia da informação e da comunicação etc.), investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para gerar resultados anuais, *sendo produzidos, também, com periodicidade variável, indicadores sobre outros temas suplementares*. Tem como unidade de investigação o domicílio. A PNAD Contínua foi implantada, experimentalmente, em outubro de 2011 e, a partir de janeiro de 2012, em caráter definitivo, em todo o Território Nacional. (IBGE, 2024, grifos nosso).

Uma pesquisa suplementar realizada pela PNAD, em parceria com o Ministério do Esporte, realizada em 2015 e publicada em livro em 2017, investigou a prática de esporte e atividade física pela população brasileira de 15 anos ou mais, tendo por objetivo identificar o grau de desenvolvimento do esporte no Brasil, por meio de indicadores referentes aos praticantes e não praticantes de esportes e atividades físicas. O período de referência para essa investigação foi de 365 dias, de 27 de setembro de 2014 a 26 de setembro de 2015. Foram entrevistados 95 mil domicílios, cerca de 60% dos municípios da PNAD (IBGE, 2017^a).

Cabe pontuar que esa pesquisa, que abordou um tema que não é investigado de modo regular pela PNAD⁵², não estabeleceu uma diferenciação entre esporte e atividade física, ficando a pessoa entrevistada responsável pela classificação da atividade por ela realizada. A pesquisa se deu por meio de perguntas diretas a uma pessoa de cada domicílio, com 15 anos ou mais, sobre ela ter ou não praticado esporte no período de referência, em caso afirmativo, questionou-se a respectiva modalidade. Independentemente da resposta ao questionamento inicial, a pessoa entrevistada também respondeu se praticou alguma atividade física que não considerava esporte, informando em caso positivo o tipo de atividade. Dessa maneira, ocorreu de uma mesma prática ser considerada esporte por alguns e atividade física por outros (IBGE, 2017a, 2017b).

Ponderou-se, durante esta investigação de doutorado, o fato de se tratar de um levantamento de dados realizado há quase dez anos, mas foi levada em conta a relevância da pesquisa diante do tema (abordado pela PNAD de modo inusual), mas sobretudo o fato de ela ter se dado no contexto do ciclo de megaeventos esportivos ocorrido no Brasil⁵³.

52 Os temas investigados no corpo básico da PNAD são: características gerais dos moradores, Educação, migração, trabalho e rendimento, trabalho infantil, fecundidade, características domiciliares e tecnologia da informação (IBGE, 2017b).

53 Já na fase final de redação desta tese, em janeiro de 2025, foi publicada uma pesquisa encomendada pelo governo Federal à Datafolha sobre a prática de atividade física no Brasil, que será

O período em que os domicílios foram visitados e o recorte de idade da pesquisa indicam que todas as pessoas entrevistadas tinham ao menos 07 anos quando teve início o ciclo de megaeventos esportivos no Brasil, com a realização da XV edição dos Jogos Pan-americanos, no Rio de Janeiro, em 2007. Os entrevistados também foram contemporâneos da V edição dos Jogos Mundiais Militares que aconteceu no Rio em 2011 e da Copa do Mundo FIFA de 2014, que contou com doze cidades-sede.

E apesar de a pesquisa anteceder a XXXI edição dos Jogos Olímpicos de 2016, que fechou o ciclo de realização dos megaeventos esportivos no Brasil, os entrevistados viveram a conjuntura, com grande cobertura midiática, que abarcou a escolha da cidade do Rio de Janeiro, pelo COI, em 2009, para sediar o maior evento esportivo do planeta e o processo preparatório para que ele pudesse ser realizado no país.

As pessoas entrevistadas também foram coetâneas da realização dos Jogos Esportivos e Paradesportivos Rumo à Jornada Mundial da Juventude, que apesar de terem acontecido em Niterói, integraram a XXVIII Jornada Mundial da Juventude de 2013, realizada na cidade do Rio de Janeiro, mobilizando o país para a recepção do Papa Francisco.

Conforme a PNAD sobre a prática de esporte e atividade física no Brasil, em 2015:

Em 2015, o País tinha 161,8 milhões de pessoas de 15 anos ou mais de idade, das quais 61,3 milhões (37,9%) praticaram algum esporte ou atividade física no período de referência. As Regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram proporções maiores que a média nacional (40,8% e 41,1%, respectivamente), enquanto as Regiões Nordeste (36,3%), Norte (36,6%) e Sudeste (37,5%) registraram proporções inferiores. [...] Na população de 15 anos ou mais de idade, a distribuição por sexo mostrou que 52,2% eram mulheres e 47,8%, homens. Ao analisar o total de praticantes de esporte ou atividade física, observou-se que 46,1% eram mulheres e 53,9%, homens. Havia, portanto, maior participação efetiva dos homens na realização de algum esporte ou atividade física, pois 42,7% deles praticaram tais atividades, enquanto entre as mulheres essa proporção foi de 33,4%. Todas as Grandes Regiões apresentaram percentuais maiores de mulheres na população de 15 anos ou mais de idade, no entanto, no que diz respeito à prática de esporte ou atividade física, os percentuais de homens praticantes foram sempre maiores do que os de mulheres. (IBGE, 2017a, p. 26).

Gráfico/Tabela 1: Percentual de pessoas que praticaram algum esporte ou atividade física, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade, por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil - 2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Fonte: IBGE, 2017a.

Cabe pontuar que a Constituição de 1988 prevê, no artigo 217 de seu Capítulo III, que trata da “Educação, da Cultura e do Desporto”, o acesso às práticas desportivas (formais e não formais) como direito de cada um dos brasileiros:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

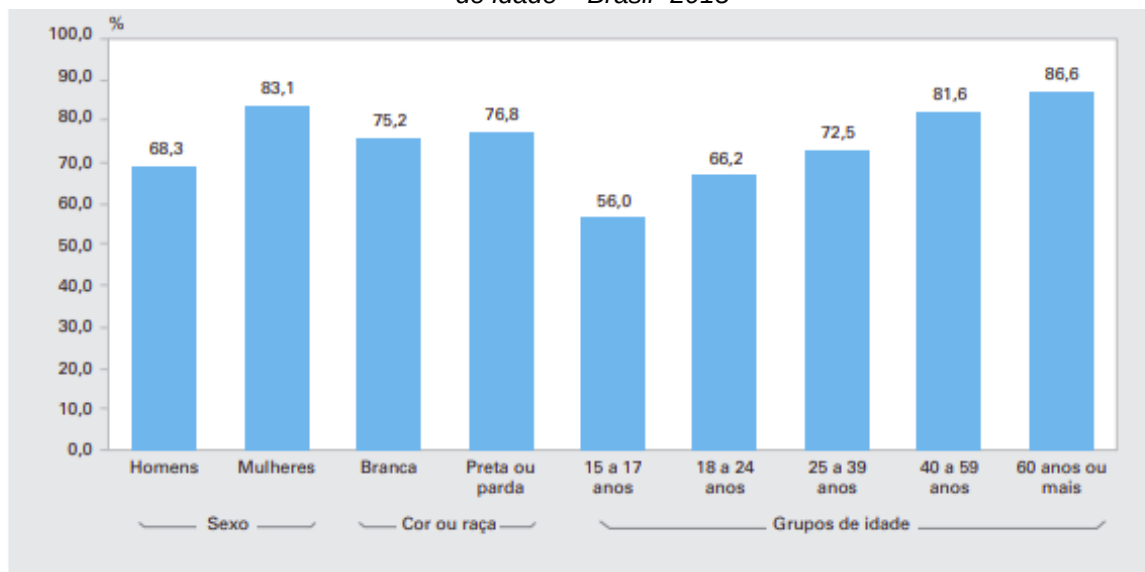
§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social. (Brasil, 1988)

Caso se olhe para os dados a partir da garantia ou não de um direito previsto constitucionalmente, tem-se que, em 2015 – ano anterior aos Jogos Olímpicos Rio 2016, que encerrou o ciclo de megaeventos esportivos no Brasil iniciado com o Pan 2007 –, o contingente de pessoas brasileiras de 15 anos ou mais que não realizou nenhuma prática esportiva, mesmo diante da tendência hegemônica de se tratar o esporte como um termo polissêmico, foi de “123,0 milhões de pessoas (76,0%), em grande parte mulheres, totalizando 70,1 milhões, ou 83,1% da população feminina”. (IBGE, 2017a, p. 40).

Gráfico/Tabela 2: Percentual de pessoas que não praticaram esporte, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade, por sexo, cor ou raça e grupos de idade – Brasil -2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Fonte: IBGE, 2017a.

A pesquisa também revelou que, em 2015, o número de brasileiros maiores de 15 anos que “*nunca praticou esporte correspondeu a 91,3 milhões de pessoas (56,5%): entre as mulheres, a proporção alcançou mais de $\frac{2}{3}$ delas (67,9%); e entre os homens, menos da metade (44,0%)*” (IBGE, 2017a, p. 43, destaque nosso).

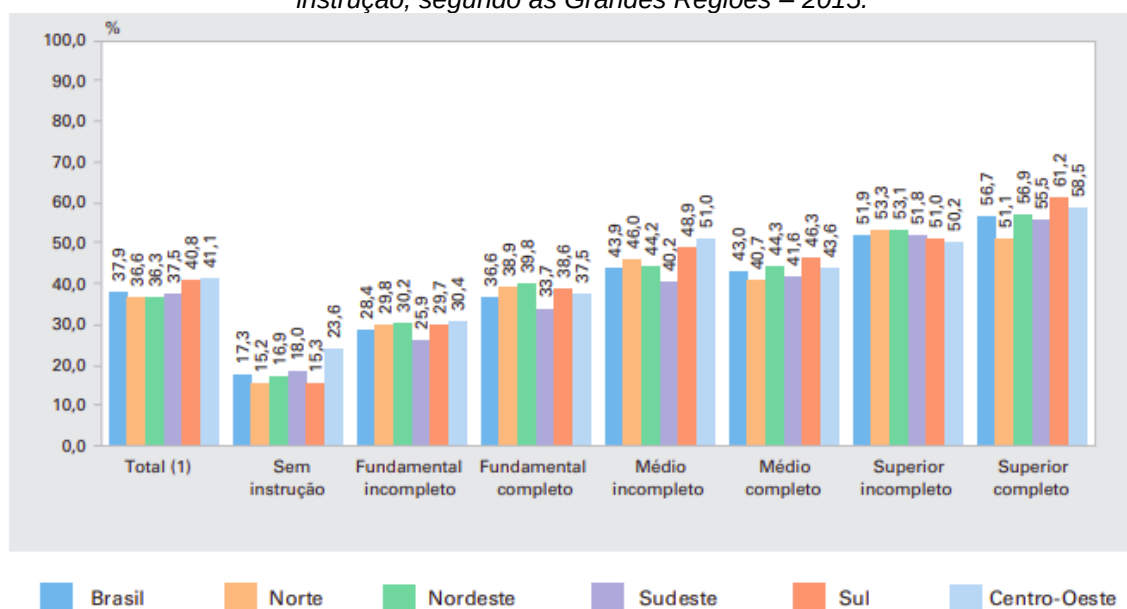
O número de pessoas que não praticou nenhum esporte ou atividade física no período de referência foi de 100,5 milhões, o que representou 62,1% da população investigada; “sendo 66,6% de mulheres e 57,3% de homens” e 64,2% de pessoas pretas ou pardas e 59,9% de pessoas brancas. (IBGE, 2017a, p. 47) ⁵⁴

A pesquisa demonstrou que quanto maior a idade da população investigada, menor a adesão à prática esportiva, entre as pessoas de idade entre 15 e 17 anos 56,0% declararam-se não praticantes, já dentre as pessoas com 60 anos ou mais de idade o percentual foi de 86,6%. Esta relação inversa não foi tão evidente quando se tratou da prática de atividade física. (IBGE, 2017a)

⁵⁴ A diferenciação por Idade, Sexo, Renda, Escolaridade e Grandes Regiões aparece no texto das análises da PNAD: Prática de Esportes e Atividade Física -2015 (IBGE 2017a), mas a diferenciação por Cor ou Raça aparece indicada apenas em suas tabelas e gráficos. A diferenciação por Cor ou Raça não consta no material publicado pela Agência de notícias do IBGE sobre a PNAD: Prática de Esportes e Atividades Físicas - 2015 (IBGE, 2017b).

A maior escolaridade impactou positivamente a prática de esporte e atividade física: “17,3% das pessoas sem instrução, 36,6% das que tinham ensino fundamental completo, 43,0% das que tinham ensino médio completo, e 56,7% daquelas com superior completo praticaram algum esporte ou atividade física”. Essa correspondência positiva se manteve na pergunta que se restringia à prática esportiva. Entre as pessoas sem nenhuma instrução, apenas 9% praticaram algum esporte, já no grupo formado por pessoas com nível superior completo, essa taxa aumentou para 35,1%. (IBGE, 2017a, p. 28):

Gráfico/Tabela 3: Percentual de pessoas que praticaram algum esporte ou atividade física, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões – 2015.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

(1) Inclusive as pessoas com nível de instrução não determinado.

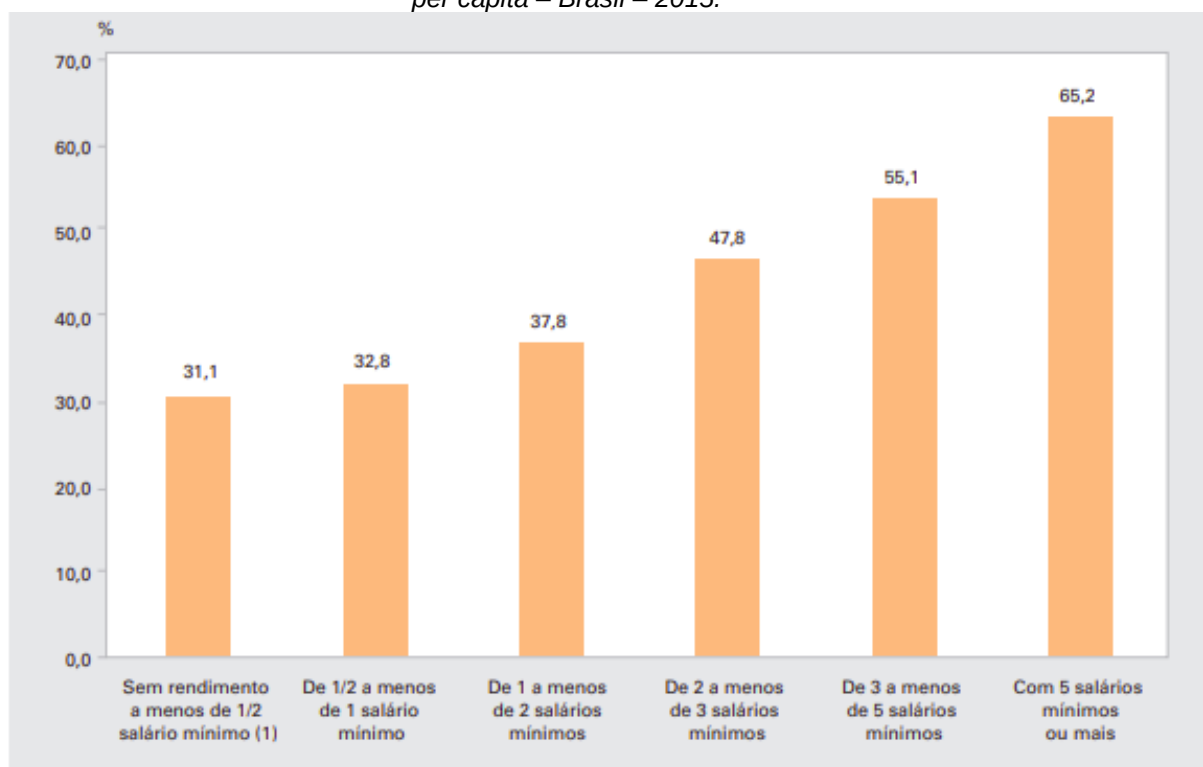
Fonte: IBGE, 2017a.

Em relação à renda per capita a pesquisa revelou que:

[...] observou-se uma relação positiva entre a prática de esporte ou atividade física e o rendimento médio mensal domiciliar *per capita*. No Brasil, a proporção de pessoas praticantes, na classe sem rendimento a menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo [sic], foi de 31,1% (38,8% entre os homens e 24,7% entre as mulheres). Considerando a classe de 5 salários mínimos [sic] ou mais, a proporção alcançou 65,2% (66,4% entre os homens e 63,9% entre as mulheres). Em todas as Grandes Regiões, essa tendência foi observada, sendo que, nas classes de menor rendimento, as mulheres praticantes de

esporte ou atividade física apresentaram proporções bem inferiores às dos homens, enquanto nas classes de maior rendimento os percentuais foram mais próximos aos deles (IBGE, 2017a, p.28, grifo nosso).

Gráfico/Tabela 4: Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que praticaram algum esporte ou atividade física, no período de referência de 365 dias, por classe de rendimento mensal domiciliar per capita – Brasil – 2015.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

(1) Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios.

Fonte: IBGE, 2017a

Quando considerada exclusivamente a prática esportiva, a relação entre maior renda e maior adesão à prática se manteve. No grupo formado pelas pessoas sem renda e pelas que ganhavam até meio salário-mínimo, a proporção de praticantes de esporte foi de 21,3%. Entre as pessoas que ganhavam cinco salários-mínimos ou mais, o percentual de praticantes foi de 39,8%. (IBGE, 2017^a).

A pesquisa apresenta uma tabela que sintetiza o fato de que, dentre os 62,1% dos brasileiros com 15 anos ou mais que tiveram seu direito constitucional de acesso à prática de esporte e atividade física negado no período de referência, foram as mulheres, as pessoas mais pobres, as pessoas com menor grau de escolaridade e as pessoas negras as que mais sofreram a impossibilidade de

enriquecerem a sua individualidade por meio da incorporação das objetivações da cultura corporal, conforme tabela apresentada (IBGE, 2017a, p. 48):

Gráfico/Tabela 5: Percentual de pessoas que não praticaram esporte ou atividade física, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo, a cor ou raça, os grupos de idade e nível de instrução – 2015.

Sexo, cor ou raça, grupos de idade e nível de instrução	Percentual de pessoas que não praticaram esporte ou atividade física, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)(2)	62,1	63,4	63,7	62,5	59,2	58,9
Sexo						
Homens	57,3	55,8	59,1	57,7	55,0	54,8
Mulheres	66,6	71,0	67,8	66,9	63,1	62,7
Cor ou raça						
Branca	59,9	62,9	60,9	60,8	57,9	55,9
Preta ou parda	64,2	63,7	64,6	64,7	63,5	61,0
Grupos de idade						
15 a 17 anos	46,4	42,2	46,3	49,7	42,2	42,8
18 a 24 anos	53,1	52,7	53,0	54,4	50,1	53,2
25 a 39 anos	58,7	60,1	61,4	57,9	55,2	58,2
40 a 59 anos	66,5	71,0	68,3	66,7	63,8	60,8
60 anos ou mais	72,4	80,7	76,1	71,4	67,7	68,4
Nível de Instrução						
Sem instrução	82,7	84,8	83,1	82,0	84,7	76,4
Fundamental incompleto	71,6	70,2	69,8	74,1	70,3	69,6
Fundamental completo	63,4	61,1	60,2	66,3	61,4	62,5
Médio incompleto	56,1	54,0	55,8	59,8	51,1	49,0
Médio completo	57,0	59,3	55,7	58,4	53,7	56,4
Superior incompleto	48,1	46,7	46,9	48,2	49,0	49,8
Superior completo	43,3	48,9	43,1	44,5	38,8	41,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

(1) Inclusive as pessoas de cor ou raça indígena, amarela ou sem declaração. (2) Inclusive as pessoas com nível de instrução não determinado.

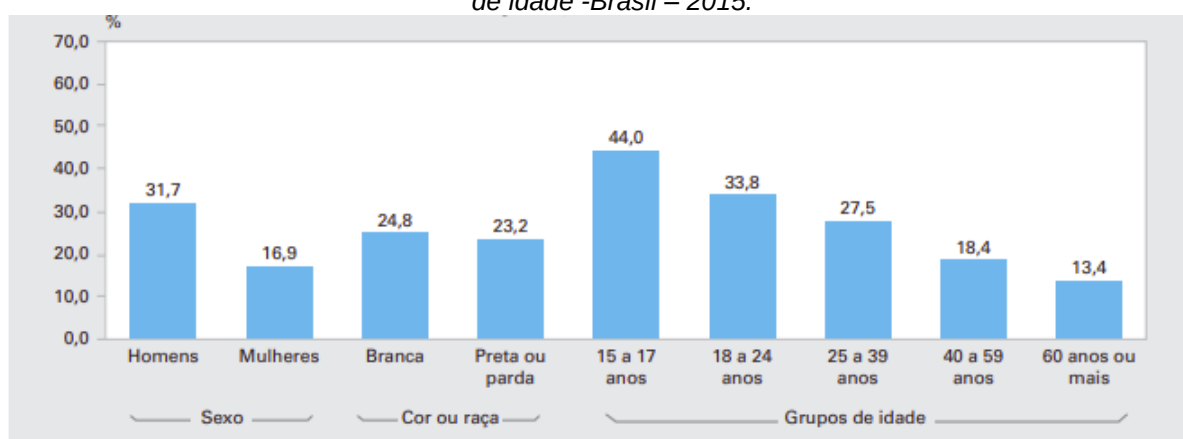
Fonte: IBGE, 2017a.

Em 2015, no Brasil, país capitalista dependente, apenas 24% da população com idade legalmente aceita e socialmente reconhecida como própria a ingressar

no mercado de trabalho consumiu na condição de praticante (de alguma forma, ainda que precária) alguma objetivação corporal considerada esportiva (independentemente de terem praticado alguma atividade física). E a representação do sujeito social brasileiro que teve maiores condições concretas de realizar uma prática corporal entendida como esportiva é a de um homem branco, jovem, com rendimento a partir de 5 salários-mínimos e que acessou o ensino superior. No caso da inclusão das práticas consideradas como atividade física, o sujeito social representado se mantém, com a única mudança de que envelhecer não diminuiu as suas possibilidades concretas de usufruir das objetivações corporais.

O gráfico demonstra visualmente o sexo, cor e idade desse sujeito social, principal praticante de esporte em 2015 (IBGE, 2017a, p. 31):

Gráfico/Tabela 6: Percentual de pessoas que praticaram algum esporte, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade, por sexo, cor ou raça e grupos de idade -Brasil – 2015.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Fonte: IBGE, 2017a

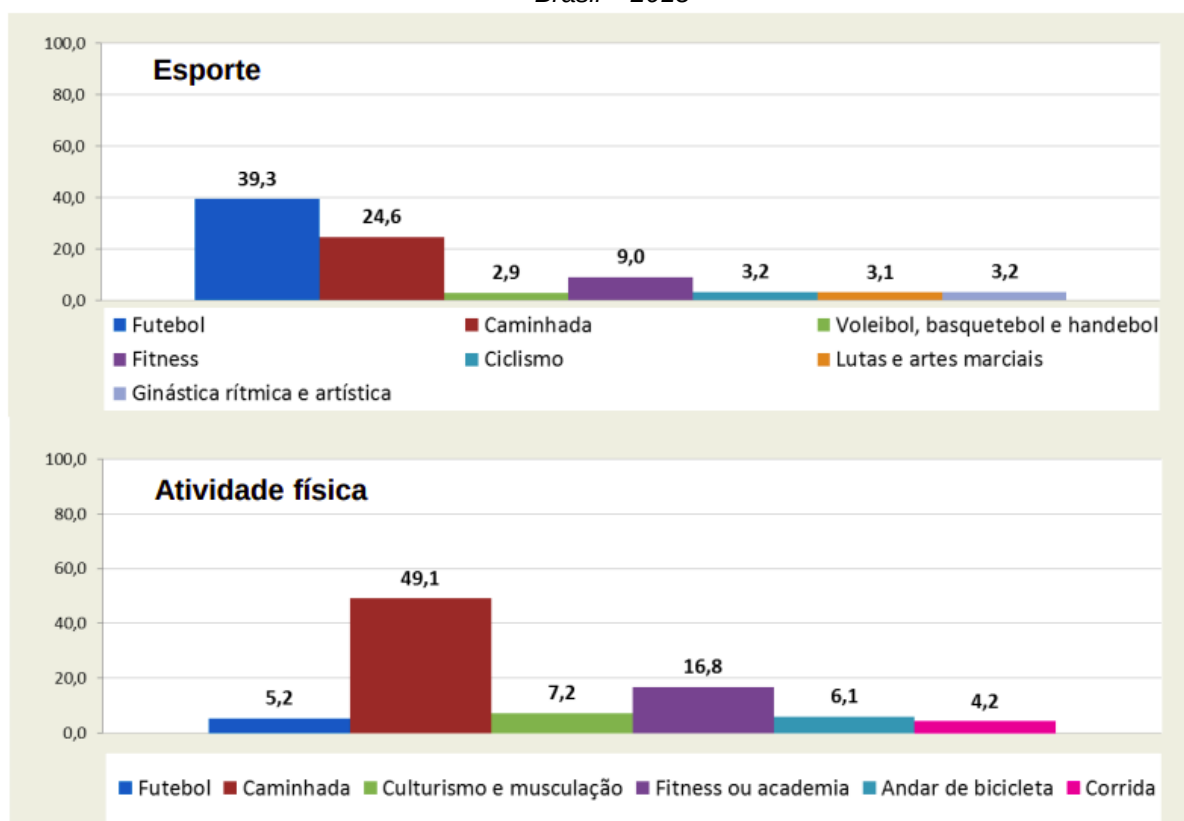
A principal modalidade de atividade física praticada pela população investigada foi a caminhada, dos 28,1 milhões de praticantes de atividade física 13,8 milhões realizaram caminhada (49,1%); a segunda atividade mais recorrente foi o *fitness* ou academia (16,8%). A caminhada foi praticada prioritariamente por mulheres (63,6%), assim como o *fitness* ou academia (66,4%). As principais atividades físicas com maior participação masculina foram futebol (94,4%), corrida (79,2%), andar de bicicleta (69,1%) e musculação (57,3%) (IBGEa, 2017).

O principal esporte praticado foi o futebol, 15,3 milhões de pessoas o praticaram como principal modalidade esportiva, 39,3% dos 38,8 milhões de

praticantes (apenas 24% da população de 15 anos ou mais) de algum esporte no país no período de referência. Em segundo lugar, destacou-se a caminhada como modalidade esportiva de maior adesão, praticada por 9,5 milhões de pessoas, o que corresponde a 24,6% da população praticante de algum esporte. O futebol foi um esporte praticado principalmente por homens, 94,5% das pessoas praticantes dessa modalidade; já a caminhada foi um esporte praticado prioritariamente por mulheres, 65,5% das pessoas praticantes (IBGE, 2017a, p. 33).

A identificação das principais modalidades praticadas consideradas esporte e das principais modalidades praticadas consideradas atividade física, no Brasil, em 2015, pelas pessoas com 15 anos ou mais pode ser visualizada no gráfico abaixo (IBGE, 2017b, p. 17):

Gráfico/Tabela 7: Modalidade de esporte e de atividade física, distribuição de pessoas - Brasil – 2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Fonte: IBGE, 2017b

Pode-se acessar a distribuição das pessoas que praticaram esporte e das pessoas que praticaram atividade física conforme modalidade, sexo e grupo etário na seguinte tabela (IBGE, 2017b, p. 18):

Gráfico/Tabela 8: Distribuição de pessoas de 15 anos ou mais de idade que praticaram esporte e de pessoas que praticaram atividade física, por modalidade, segundo sexo e grupo de idade - Brasil – 2015.

Esporte	Homens	Mulheres	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
Futebol	94,5	5,5	19,9	28,5	35,2	15,2	1,3
Caminhada	34,5	65,5	2,3	5,7	25,3	42,0	24,6
Voleibol, basquetebol e handebol	43,0	57,0	37,0	26,6	24,5	9,1	2,8
Fitness	35,6	64,4	5,2	21,2	42,2	23,2	8,2
Ciclismo	75,2	24,8	7,0	13,7	35,8	34,4	9,1
Lutas e artes marciais	70,0	30,0	19,6	25,5	42,0	11,0	1,8
Ginástica rítmica e artística	19,5	80,5	4,1	16,2	27,5	31,2	21,1

Atividade física	Homens	Mulheres	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
Futebol	94,6	5,4	18,3	28,1	35,0	16,9	1,7
Caminhada	36,4	63,6	2,7	8,3	26,3	40,8	21,8
Culturismo e musculação	57,3	42,7	8,5	30,5	39,5	18,4	3,0
Fitness ou academia	33,6	66,4	6,0	22,6	38,4	23,4	9,6
Andar de bicicleta	69,1	30,9	8,8	14,2	26,7	37,1	13,3
Corrida	79,2	20,8	6,3	25,4	39,8	26,0	2,5

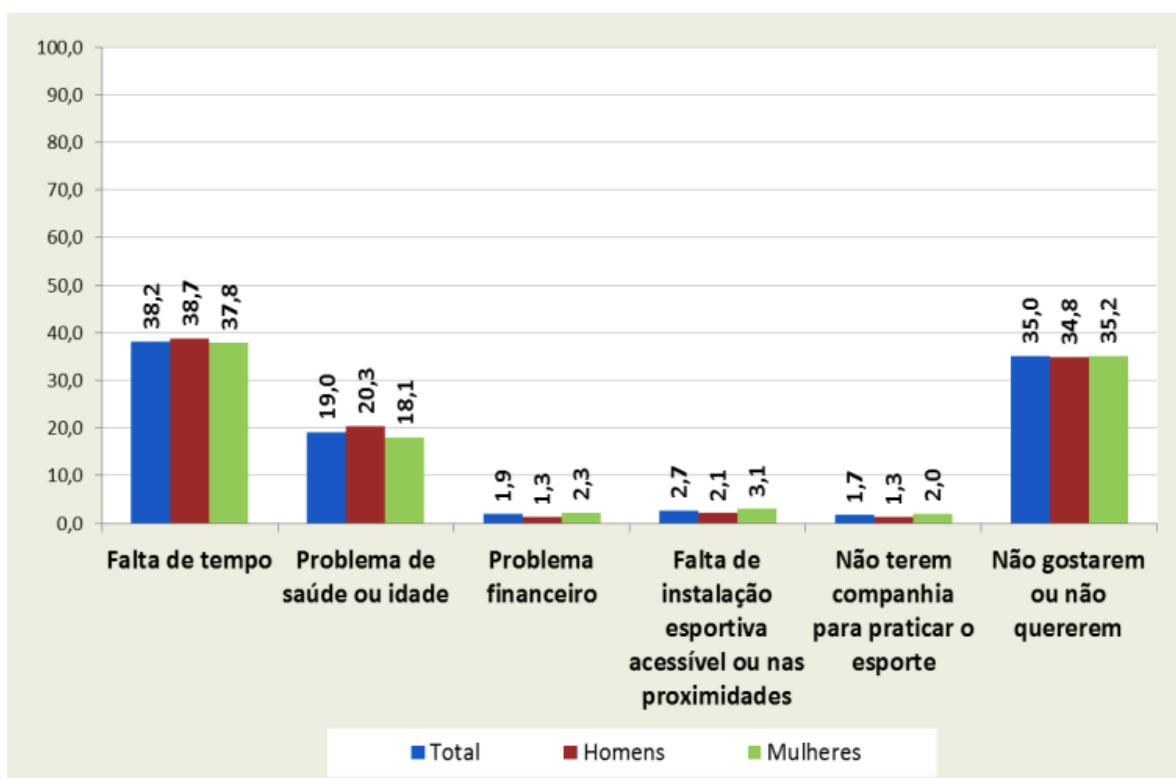
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Fonte: IBGE, 2017b.

A pesquisa também investigou o motivo da ausência da prática esportiva no período de referência por 123 milhões de brasileiros, o que correspondeu a 76% da população investigada. 38,2% declararam falta de tempo e 35% não gostar ou não querer. A falta de tempo foi mais declarada pela população adulta, com destaque entre as pessoas de 25 a 39 anos (51,6%). Já entre os adolescentes de 15 a 17 anos, o principal motivo declarado foi não gostarem ou não quererem (57,3%) (IBGE, 2017a).

Esses motivos podem ser visualizados no gráfico abaixo (IBGE, 2017b, p. 27):

Gráfico/Tabela 9: Motivo para não praticar esporte, distribuição de pessoas por sexo - Brasil- 2015.



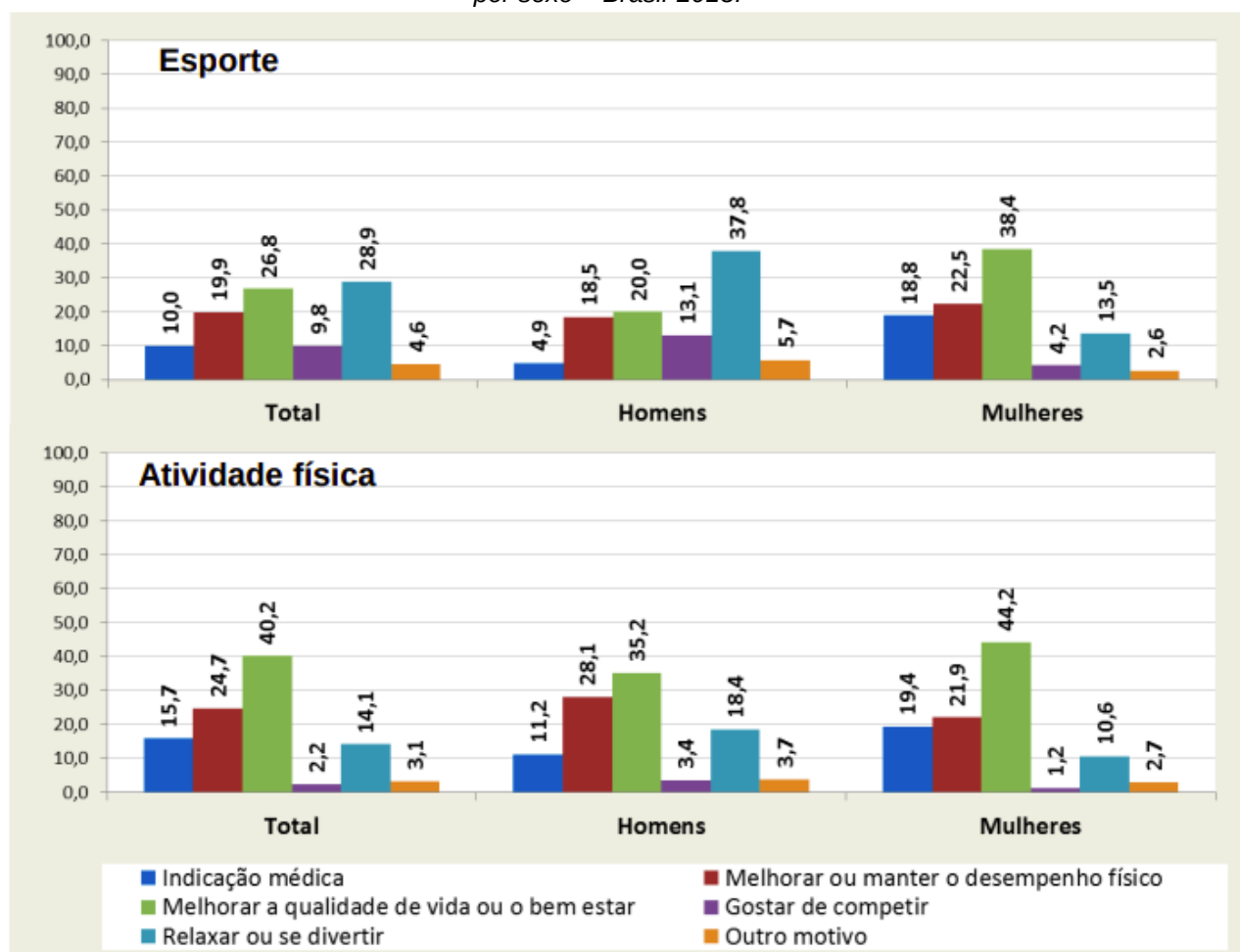
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Fonte: IBGE, 2017b.

O principal motivo para praticar esporte, declarado por 11,2 milhões de pessoas (28,9%), foi relaxar ou se divertir; seguido de melhorar a qualidade de vida ou o bem-estar (26,8%). O primeiro motivo foi mais declarado pelos homens e o segundo pelas mulheres (IBGE, 2017a).

As motivações declaradas para a prática de esporte e para a prática de atividade física podem ser visualizadas no gráfico abaixo (IBGE, 2017b, p. 19):

Gráfico/Tabela 10: Motivo para praticar esporte e atividade física, distribuição de pessoas por sexo – Brasil-2015.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Fonte: IBGE, 2017b.

A chave mais basilar para interpretar os dados da PNAD aqui expostos está na ciência da história. O que conduz a novas necessidades, o que permite a produção de necessidades mais ricas – porque mais mediadas em relação à sobrevivência humana –, é a satisfação das necessidades materiais mais imediatas, como se alimentar, se abrigar e se vestir. E aqui é preciso considerar como necessidade imediata o trabalho doméstico de reprodução da força de trabalho realizado pelas mulheres: cozinhar, cuidar da prole, da limpeza da casa etc. Antes de tudo é preciso estar vivo, “é a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido que conduzem a novas necessidades.” (Marx e Engels, 2007, p. 32-33).

As pessoas mais exploradas, especialmente as da periferia do capital, estão ocupadas demais com o exercício da sua atividade de sobrevivência, ocupadas,

muitas vezes, em conseguir exercer qualquer atividade que lhes dê alguma esperança de garantir sua sobrevivência. Não possuem as condições materiais mínimas que permitiriam experimentar aquilo que Marx (2013, p. 337) aponta como o “livre jogo das suas forças vitais e intelectuais”.

Os dados levantados pela PNAD em 2015 apontam que a representação do sujeito social que possui menos chances de enriquecer a sua humanidade por meio da incorporação da cultura corporal ou de participar de qualquer outro “livre jogo das suas forças vitais e intelectuais” no Brasil é a da mulher pobre, sem instrução escolar e racializada, opondo-se radicalmente à ideologia esportivo-capitalista, aqui representada pelo comercial *It Could Be You*, que faz uso da imagem de mulheres, pessoas com deficiência e pessoas racializadas para pregar a ideia de que o capitalismo, assim como o sistema esportivo, oferece mobilidade social, ou seja, a vitória, a qualquer um que esteja disposto a fazer o necessário para isso, que ironicamente já é anunciado como o seu impossível, *Start Your Impossible*.

É preciso a consideração de que o tipo de atividade laboral exercida pelas pessoas mais exploradas dispensa uma formação e qualificação mais humanizantes, por isso uma incorporação das objetivações corporais que seja de fato enriquecedora não é reconhecida socialmente como necessária à formação de suas individualidades, porque não é reconhecida como socialmente indispensável à formação de sua força de trabalho. E o capitalismo tende a reduzir, sobretudo em sua periferia, o ser humano à sua força de trabalho e a vida humana à atividade laboral. Quando muito, o que é reconhecido socialmente como necessário à reprodução da força de trabalho das pessoas mais exploradas são alguns aspectos das objetivações corporais que podem garantir certa produtividade na atividade laboral e/ou oferecer uma espécie de compensação ilusória diante da pobreza da atividade laboral realizada.

Um levantamento de dados realizado pela Ipsos, empresa de pesquisa de mercado, investigou a média de tempo semanal dedicada à atividade física em 29 países. Foram entrevistadas 21.503 pessoas com idade entre 16 e 74 anos, entre os dias 25 de junho e 9 de julho de 2021, mil delas brasileiras, sendo a margem de erro para o contexto brasileiro de 3,5 pontos percentuais. As nações que mais dedicaram tempo à prática de atividade física no período investigado estão na Europa e os brasileiros foram os que menos se exercitaram (Costa e Forster, 2021; UNESC, 2021).

Em média, os respondentes brasileiros se exercitam apenas 3 horas por semana e 31% dos brasileiros entrevistados disseram que não dedicam nenhum tempo ao condicionamento físico. Globalmente, o número de horas semanais dedicadas aos exercícios dobra: são 6,1. (Costa e Forster, 2021).

Gráfico/Tabela 11: Média semanal de horas de atividade física em 29 países – 2021.



Fonte: Costa e Forster, 2021

Evidencia-se, a partir dos dados, que há uma estreita relação entre a forma de organização da atividade de trabalho – que determina aspectos culturais, o tipo de exploração da força de trabalho e o uso do tempo livre das populações –, e o tempo dedicado à prática de atividade física. Os dados também corroboram com o fato de que a totalidade capitalista tende a impor modos de vida mais

desumanizantes na periferia do capital também no que se refere ao acesso às práticas corporais.

No senso comum, mas também no campo da Educação Física, uma das justificativas mais imediatas para a esportivização e espetacularização das práticas corporais diz respeito a esses processos serem tidos como indispensáveis para uma efetiva socialização das objetivações corporais. No Brasil, por exemplo, é recorrente a afirmação de que o tênis é um esporte elitista e que precisa ser popularizado; que com a esportivização e espetacularização do skate feminino, especialmente a partir das Olimpíadas de Tóquio, mais garotas poderão ser skatistas etc. Trata-se de uma lógica que enfatiza a distribuição e o consumo finais como os elementos determinantes do processo de socialização da cultura corporal. E a justificativa para esse processo passa sempre pela defesa da promoção da saúde por meio do combate ao sedentarismo, com evidente caráter médico-higienista, que consiste em responsabilizar/culpabilizar os indivíduos por problemas sociais produzidos pelo próprio Estado e em última instância pela totalidade capitalista.

Em pesquisa anterior e de natureza similar à PNAD (IBGE, 2017a) aqui abordada, publicada em junho de 2015, pelo Ministério do Esporte com dados levantados em 2013 pelo Instituto Visão, denominada por Diesporte: Diagnóstico Nacional do Esporte⁵⁵, verifica-se que a realização de megaeventos esportivos é justificada pelo poder público como um instrumento de socialização das objetivações corporais às massas e que a prática de esporte se justifica, dentre outras coisas, como instrumento de luta contra o sedentarismo:

O Governo Federal está executando um grande projeto na área do esporte para nacionalizar o legado advindo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. O objetivo é incluir o esporte e a atividade física no cotidiano dos brasileiros e aproveitar a força do grande evento para torná-los parte integrante e indissociável da formação integral da população.

55 Trata-se do caderno 1. O Diesporte caderno 2 foi publicado em 2016 e manteve o interesse na identificação do “perfil do sujeito praticante ou não de Esportes e Atividades Físicas da População Brasileira”, com algumas alterações metodológicas e novas análises, mas se valendo dos mesmos dados levantados em 2013. O material pode ser acessado em:

<https://cev.org.br/media/biblioteca/4033637.pdf>

Há ainda o caderno 3, que se debruçou sobre a “evolução da Legislação Esportiva no Brasil” e pode ser acessado em:

https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6807628/mod_resource/content/2/Diesporte%20-%20Cadern%203%20LEGISLA%C3%87%C3%83O.pdf

Buscando ampliar e detalhar as informações sobre a cultura esportiva do país — como forma de aperfeiçoar as políticas públicas —, o Ministério do Esporte, ao cumprir as Resoluções das três edições da Conferência Nacional do Esporte, encomendou esta pesquisa denominada Diagnóstico Nacional do Esporte (Diesporte). O que se buscou foi conhecer o perfil do praticante de esporte ou atividade física, bem como o de seu antagonista: o sedentário. (Brasil, 2015, p. 7).

As políticas públicas para as massas voltadas ao esporte, bem como à prática de atividade física, e que costumam ter por público-alvo as pessoas mais jovens, tendem a justificá-los não como um direito a ser garantido de fato, para além da formalidade, mas como uma prescrição para a cura de toda sorte de problemas sociais: transformar pessoas sedentárias em pessoas saudáveis, aumentar a produtividade das pessoas trabalhadoras, afastar, sobretudo crianças e adolescentes, do vício das drogas e da criminalidade, promover a longevidade, garantir às mulheres igualdade de direitos etc.

É preciso o esforço de tentar apreender, tanto quanto possível, o processo mais amplo de produção do modo de vida no capitalismo, processo que compreende a distribuição e o consumo, mas de modo determinado. Isso porque no capitalismo distribuição é, antes de tudo, a distribuição dos meios de produção e dos lugares (tarefas) que as pessoas ocupam no processo produtivo; e o consumo é, antes de tudo, o consumo exploratório da força de trabalho.

E isso se reflete no processo de produção da cultura corporal na totalidade capitalista, tendencialmente determinado pelo sistema esportivo, que por sua vez, integra a cultura corporal à cadeia de produção de mais-valor, detém o poder econômico e faz de suas ideias as ideias dominantes; ideias que na periferia do capital têm sido dominantes sem precisar sequer que a prática social esportiva seja de fato socializada com os explorados.

Rocha (2020), ao se debruçar sobre o legado do ciclo de megaeventos esportivos realizado no Brasil para a vida nas cidades e para a democracia, com especial interesse pelas suas consequências na cidade do Rio de Janeiro, após realização das Olimpíadas de 2016, indica que os impactos dos megaeventos esportivos seguem sendo vividos pelas pessoas após a sua finalização.

Se consideradas as áreas urbanas das cidades-sede, constata-se um aprofundamento da mercantilização da vida por meio da correlação entre esses megaeventos esportivos e a especulação imobiliária de áreas antes pouco

exploradas, as grandes empresas da construção civil, o aumento da densidade populacional e o encarecimento das tarifas de transporte (Rocha, 2020).

A autora também indica a “opacidade com que os assuntos públicos são tratados, particularmente no que concerne à preparação de cidades e países para esse tipo de megaevento” e que essa opacidade é mascarada pelo fato de haver uma extrema divulgação midiática dos preparativos e eventos associada à aparição de governantes, dando aos espectadores a impressão de estarem em condição de acompanhar *pari passu* os acontecimentos. De maneira igualmente opaca, deu-se a repressão às manifestações contrárias a esse tipo de evento esportivo, a autora usa como exemplo “os 23 da Copa”, que foram presos arbitrariamente às vésperas da Copa de 2014 (Rocha, 2020, p. 161).

Outras formas de violência direta e indireta foram promovidas:

Foram denúncias de trabalho análogo à escravidão em canteiros de obras relacionados à Copa, morte de trabalhadores em acidentes relacionados às obras, além das 200 mil pessoas removidas de suas casas (COMITÊ POPULAR, 2013) para dar lugar a aparelhos esportivos tornados obsoletos no dia seguinte ao final do evento esportivo – e essa curta lista nem de longe esgota o rol de violações de direitos cometidas nesse processo. (Rocha, 2020, p. 163).

Mas a autora pede atenção especial à militarização do gerenciamento da vida, como um dos legados dos megaeventos esportivos:

[...] cabe chamar especial atenção para o que identifico como um aumento da presença do “dispositivo da militarização” na gestão da vida nas cidades, bem como sua disseminação para áreas ainda pouco “controladas” – tanto pela administração pública, quanto pelo mercado. Esse aumento da militarização pode ser observado nas tecnologias utilizadas na repressão aos manifestantes, como os doze caminhões “antidistúrbios” distribuídos pelo Governo Federal às cidades-sede da Copa para serem utilizados na contenção de protestos, ou o blindado comprado pelo governo de São Paulo após o final da Copa, que possuía “jatos d’água, gás e até tinta” para a repressão de atos. Mas também se encontra na ocupação militar de favelas do Rio de Janeiro através do Programa de Pacificação de Favelas, já mencionado, e na forma como as milícias operam em diversos bairros da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, de maneira articulada com o poder público e seus aparatos policiais – conforme exploramos, Da Motta e eu, neste dossiê. Argumentamos que os megaeventos esportivos realizados no país ofereceram um contexto que legitimou o aumento e a disseminação da militarização através de diversos elementos que a constituem como dispositivo, entre eles a “pacificação” de favelas como política de segurança e a milícia como forma de atuação estatal, ainda que formalmente ilegal. Argumentamos ainda que tal aumento e disseminação não retrocedem ao final do ciclo dos Megaeventos Esportivos – ao contrário, a militarização tem se sedimentado cada vez mais. Fortes indícios dessa sedimentação seriam a adesão cada vez maior a valores marciais, como a ordem, o controle e a

punição – tendo em vista o imaginário acionado por candidatos vitoriosos nas últimas eleições, como o governador Wilson Witzel, no Rio de Janeiro, e o presidente Jair Bolsonaro. Outros exemplos seriam o aumento nos indicadores de violência letal, especialmente a policial, no Estado, e o crescimento das milícias – existindo evidentemente outros. Destarte, defendemos que a militarização é um “legado” dos Megaeventos Esportivos – ainda que estes não sejam a única condição para aquele, ambos estão fortemente imbricados em nossa história recente. (Rocha, 2020, p. 163-164).

Tratando da relação dos megaeventos esportivos com aspectos mais imediatos sobre a socialização da cultura corporal no Brasil, país capitalista periférico, podemos considerar a prática do futebol, esporte mais socializado no país, no ano que sucedeu no país a Copa FIFA 2014.

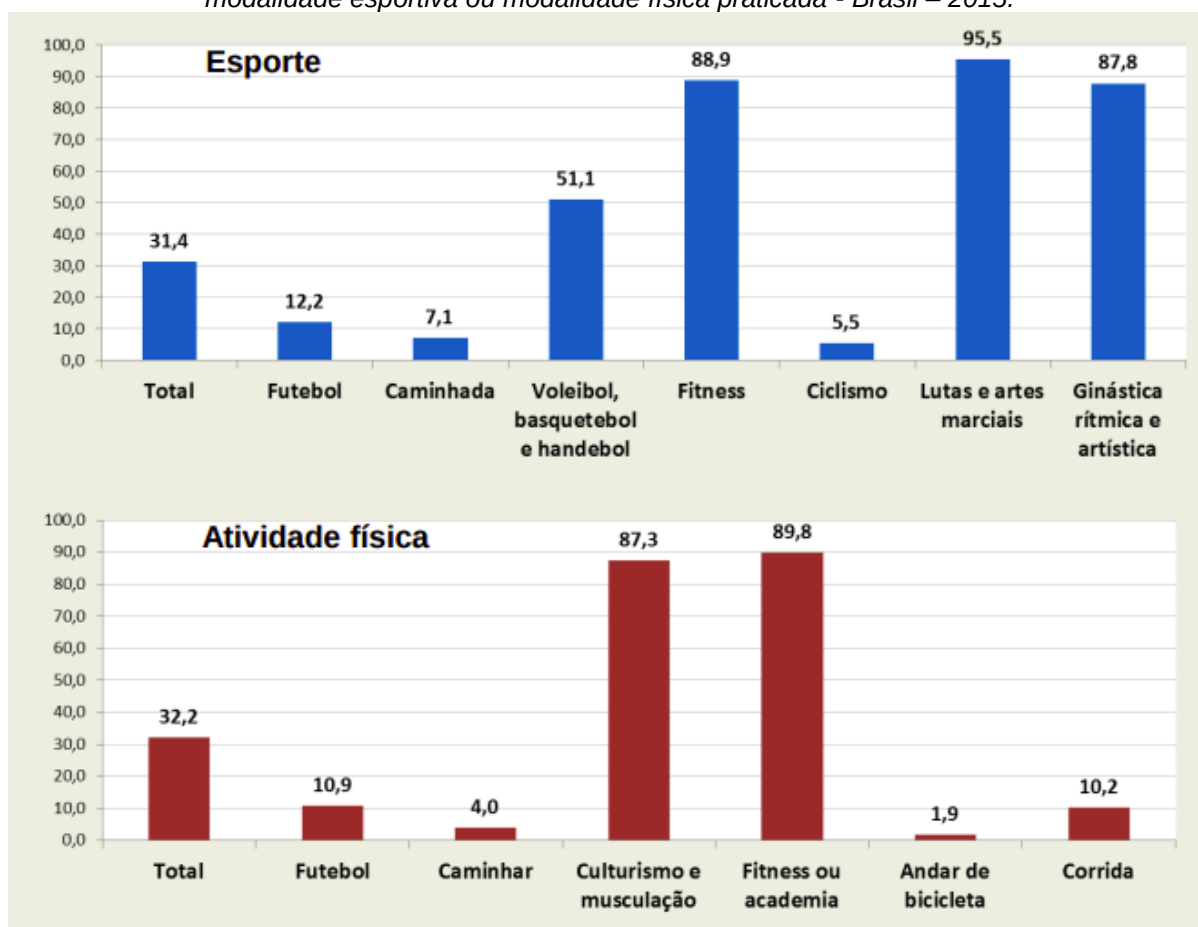
Como já apontado, o futebol foi o esporte mais praticado pelos brasileiros com 15 anos ou mais, “15,3 milhões de pessoas praticaram futebol como principal modalidade esportiva, e este número representou 39,3% dos 38,8 milhões de praticantes de algum esporte no País”. O segundo esporte de maior adesão foi a caminhada, o que indica que, sobretudo no senso comum, o esporte é um termo polissêmico, como apontado por Brohm (1982). (IBGE, 2017a, p. 32).

Esses dados demonstram que 63,9% dos brasileiros com 15 anos ou mais praticantes de esporte se dividem entre duas objetivações corporais, sendo a caminhada uma prática que oferece pouca possibilidade de enriquecimento da individualidade humana.

Também há o fato de que, considerando as grandes regiões do Brasil, a prática esportiva do futebol aconteceu com maior incidência nas regiões em que a população é economicamente menos favorecida: “a sua distribuição ficou bem diversificada: a Região Norte destacou-se por ter mais da metade de praticantes nessa modalidade (55,9%), seguida pelas Regiões Nordeste (48,8%); Sul (35,1%); Sudeste (33,3%); e Centro-Oeste (32,9%)”. (IBGE, 2017a, p. 32)

Em 2015, o futebol, seja quando considerado um esporte, seja quando tido por uma atividade física, foi praticado prioritariamente sem a orientação de um professor ou instrutor, apenas 11,55% contaram com esse suporte, como demonstrado no gráfico abaixo (IBGE, 2017b, p. 25):

Gráfico/Tabela 12: Percentual de pessoas que tinham um professor ou instrutor de acordo com a modalidade esportiva ou modalidade física praticada - Brasil – 2015.

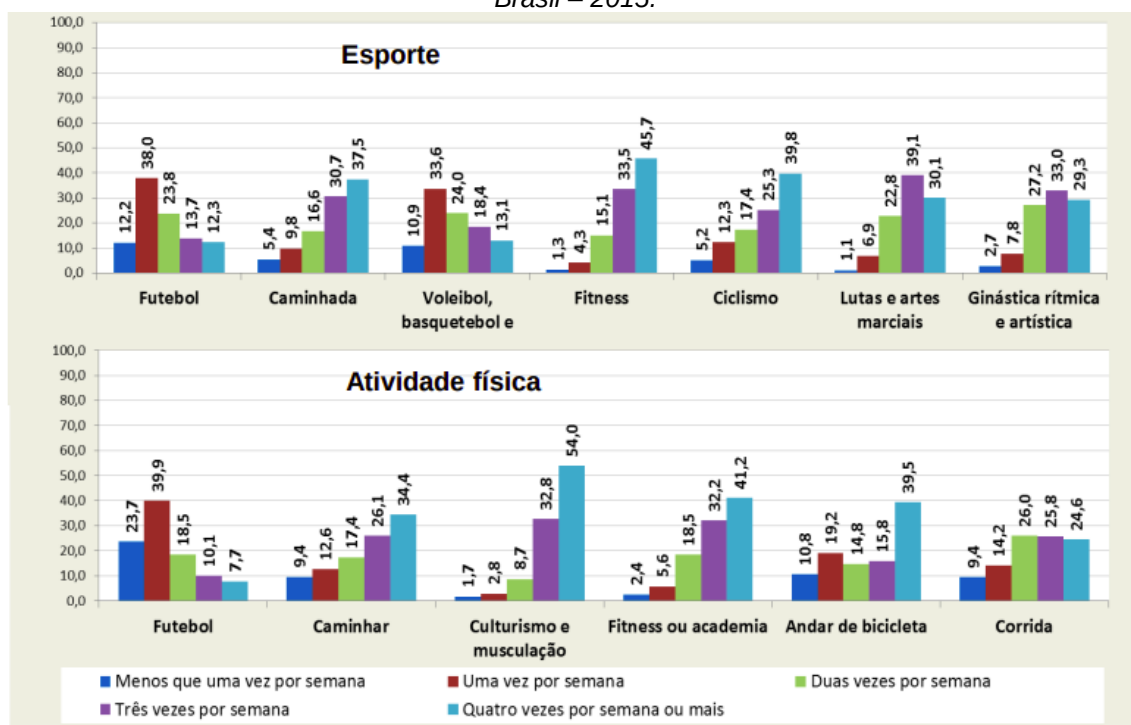


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Fonte: IBGE, 2017b.

A prática do futebol, além de ter sido realizada prioritariamente sem orientação, na maioria dos casos (38, 95%), aconteceu com a frequência de uma vez por semana, conforme demonstrado no seguinte gráfico (IBGE, 2017b, p. 21):

Gráfico/Tabela 13: Frequência e modalidade de esporte e atividade física, distribuição por pessoas – Brasil – 2015.



Fonte: IBGE, 2017b.

Esses dados quantitativos precisam ser problematizados considerando que a riqueza da cultura corporal produzida pelo gênero humano também se expressa em sua diversidade, e questionando as possibilidades de a espetacularização e realização de megaeventos esportivos contribuir com a adesão a formas mais ricas de consumo das práticas corporais. Se, por um lado, a prática realizada sem orientação pode indicar a autonomia de seus praticantes, por outro, pode ser indício – levando-se em conta que a maioria dos praticantes joga apenas uma vez por semana – de uma prática pouco enriquecedora, que não tem por objetivo a ampliação dos conhecimentos técnicos corporais. Ao mesmo tempo, há um esvaziamento ou empobrecimento em relação à incorporação de outros conhecimentos igualmente históricos relacionados ao futebol, como, por exemplo, a promoção de discussões e reflexões sobre a concepção e organização de formas de jogar menos excludentes, diante da constatação da pouca participação feminina.

Aliás, fora do ambiente escolar e dos grupos de cultura popular – ainda que se possa questionar a frequência e a natureza das tentativas de historicização socialmente reconhecidas como importante nesses dois contextos sociais – o

ensino das objetivações corporais tende a ser reduzidas a um fazer que não se preocupa com a sua historicização.

A humanização se relaciona com o fato de o indivíduo humano produzir sua humanidade por meio da incorporação do gênero humano, o que não ocorre fora de processos educativos, sejam eles formais ou informais. O desenvolvimento humano, sempre dependente de processos educativos, deveria se dar por toda a vida, do nascimento à velhice. No entanto, numa sociedade de classes, pautada na exploração do trabalho, aprender tende a se dirigir unilateralmente à formação da força de trabalho, por isso o reconhecimento social, atravessado pelo elemento histórico-moral, de que quem precisa aprender coisa novas ou “inúteis” são somente as crianças e os adolescentes, pois somente estas estariam em “desenvolvimento”. Essa desconsideração da natureza histórica e cultural humana, na qual o desenvolvimento, dependente do aprendizado, dá-se por toda a vida, que se reflete na ideia hegemônica de haver limites de idade para aprendizagem, de que se pode estar velho demais para aprender.

O esporte de alto rendimento tem um importante impacto nesse elemento histórico-moral, porque ao transformar também o esporte em uma atividade de trabalho, o que cabe aos seus praticantes é a adequação a uma prática institucionalizada, a observância e respeito às suas regras fixas e uma especialização, tendo em vista a produção de um tipo de rendimento, que impõe a iniciação precoce e o limite de idade aos seus competidores. O sistema esportivo possui grande responsabilidade na ideologia de que se pode “estar velho demais para aprender”.

Aos mais explorados com idade legal para ingressar no mercado de trabalho que tiverem condições materiais concretas de acessar a cultura corporal, esta será pensada como forma de manutenção da sua força de trabalho e/ou como forma de compensar a pobreza de suas atividades laborais. Àqueles um pouco menos explorados, o acesso às objetivações da cultura corporal é uma forma de diferenciá-los dos mais explorados, inclusive por meio da reprodução de determinados padrões estéticos hegemônicos relacionados ao corpo, sobretudo no que se refere ao corpo feminino.

Daqueles explorados que são excluídos do acesso à cultura corporal é esperado, como que em um novo modelo social médico-higienista, que passem a consumir as objetivações corporais a partir da conscientização dos malefícios do

sedentarismo, da importância de se exercitarem, de se alimentarem corretamente e de dormirem ao menos 7 horas por noite. Trata-se de um processo de culpabilização da pessoa explorada pela sua saúde e pela reprodução da sua força de trabalho, que minimiza a determinação das condições materiais concretas sobre a possibilidade de usufruir ou não das objetivações corporais, especialmente caso se considere o contexto do capitalismo dependente em relação àqueles países que conseguem certa manutenção do estado de bem-estar social por centralizarem o poder econômico na sociedade capitalista.

Em janeiro de 2025, foram divulgados pelo jornal Folha de São Paulo os resultados de uma pesquisa encomendada pelo governo federal à empresa Datafolha que questionou sobre a prática de atividade física por brasileiros com 16 anos ou mais. O levantamento dos dados aconteceu entre os dias 9 e 11 de dezembro de 2024, foram realizadas 2.006 entrevistas presenciais com pessoas, em 113 municípios das diferentes regiões do Brasil, sendo a margem de erro prevista de dois pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95% (Datafolha, 2025a; 2025b).

Julga-se válido o exercício de comparação entre essa pesquisa da Datafolha realizada em 2024 e a do IBGE realizada em 2015, aqui já abordada, ainda que haja distinções metodológicas entre elas.

No curso de cerca de uma década, que contou com massivo apelo ideológico médico-higienista de responsabilização dos indivíduos por sua saúde e longevidade, o que coincide com a culpabilização por seu sedentarismo (também há de se considerar os apelos a padrões estéticos), constatou-se o aumento da prática de atividade de física em aproximados 15,1 pontos percentuais.

Se em 2015 a taxa da população brasileira com 15 ou mais anos de idade que declarou praticar alguma atividade física ou prática esportiva em quaisquer condições que fossem (modalidade, intensidade, frequência etc.) era de 37,9%, conforme dados do IBGE (2017a), estima-se que, na atualidade, a taxa dos brasileiros, considerada a população com 16 anos de idade ou mais, que pratica alguma atividade física em qualquer que seja a condição dessa prática é de 53%, de acordo com dados da empresa Datafolha levantados em dezembro de 2024 (2025a, 2025b).

No entanto, não foi alterado o fato de que os grupos populacionais que menos têm acesso às objetivações corporais são os formados pelos mais pobres,

pelos menos instruídos, pelas mulheres e pelas pessoas negras, conforme os dados da pesquisa Datafolha (2025b, p. 11 e p. 21, respectivamente):

Gráfico/Tabela 14: Praticantes e não praticantes de atividade física de acordo com gênero, idade, escolaridade, renda familiar e ocupação – Brasil – 2024.

Você pratica algum tipo de atividade física no seu dia a dia?
(Resposta estimulada e única, em %)

	TOTAL	GÊNERO		IDADE					ESCOLARIDADE			RENDIA FAMILIAR			OCUPAÇÃO	
		Masculino	Feminino	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais	Fundamental	Médio	Superior	Até 2 S.M.	Mais de 2 a 5 S.M.	Mais de 5 S.M.	PEA	NÃO PEA
Sim	53	56	50	61	54	52	47	55	41	50	66	47	57	66	54	53
Não	47	44	50	39	46	48	53	45	59	44	34	53	43	34	46	47
Total em %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Base ponderada	2006	952	1054	329	386	402	478	412	661	923	423	863	749	267	1417	589
Total Nos. absolutos	2006	963	1043	366	397	401	472	370	573	973	460	814	777	292	1453	553

Projeto: PO4229 – ATIVIDADE FÍSICA
Base: Total da amostra
Data do campo: 9 a 11/12/2024

Fonte: Datafolha, 2015b.

Gráfico/Tabela 15: Praticantes e não praticantes de atividade física de acordo com classificação econômica, cor e região – Brasil – 2024.

Você pratica algum tipo de atividade física no seu dia a dia?
(Resposta estimulada e única, em %)

	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA			COR				REGIÃO				NATUREZA DO MUNICÍPIO	
		A/B	C	D/E	Branca	Preta+Parda	Preta	Parda	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro Oeste/Norte	Capital + RM	Interior
Sim	53	66	52	44	56	52	51	53	55	49	56	48	51	55
Não	47	34	48	56	44	48	49	47	45	51	44	52	49	45
Total em %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Base ponderada	2006	494	934	578	614	1224	392	832	858	301	529	317	826	1180
Total Nos. absolutos	2006	550	971	485	620	1235	393	842	871	308	518	309	984	1022

Projeto: PO4229 – ATIVIDADE FÍSICA
Base: Total da amostra
Data do campo: 9 a 11/12/2024

Fonte: Datafolha, 2015b.

Dentre a população brasileira investigada, tanto ao longo de 2015 quanto em dezembro de 2024, os homens tendem a praticar mais atividades físicas do que as mulheres. Lá, estimava-se que, dentre as pessoas com 15 anos ou mais de idade que declararam ter praticado alguma atividade física e ou prática esportiva, a taxa era de 33,4% entre as mulheres e 42,7% entre os homens; na atualidade estima-se, considerando as pessoas com 16 anos de idade ou mais, que, dentre as mulheres, 50% (um aumento de 16,6 pontos percentuais) pratiquem alguma atividade física e dentre os homens 56% (um aumento de 13,3 pontos percentuais). (IBGE, 2017a; Datafolha, 2025b).

Para se pensar a relação entre atividade física e questão de gênero no Brasil, é preciso levar em conta os instrumentos ideológicos burgueses que reforçam a ideia de que o capitalismo proporciona, mais do que qualquer outro sistema social, igualdade de direitos entre homens e mulheres e de que o sistema esportivo aperfeiçoa essa igualdade por meio da produção de suas categorias e o fato de que recai sobre as mulheres mais fortemente a desumanização produzida pelos

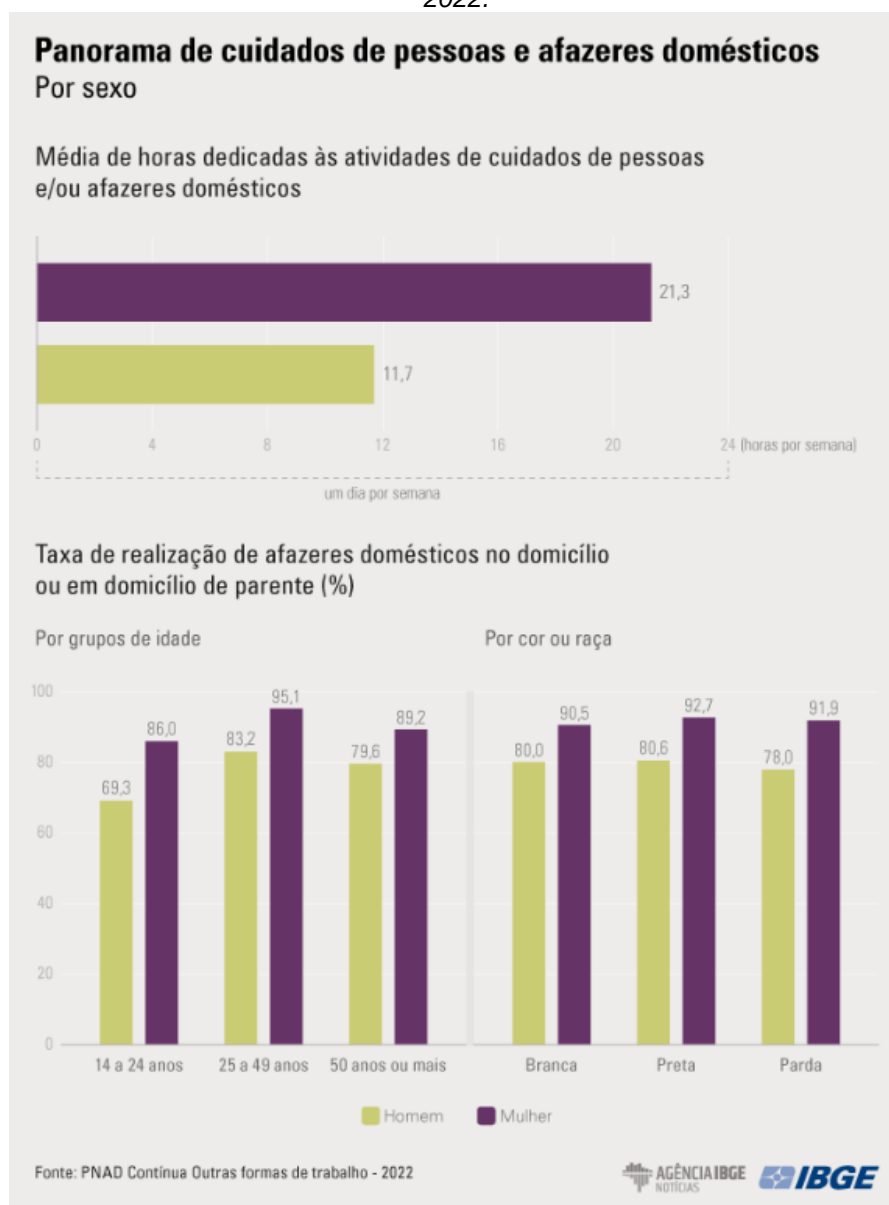
padrões estéticos capitalistas. Se, por um lado, as mulheres são historicamente menos incentivadas a realizar práticas esportivas por estas serem associadas à virilidade, por outro, a lógica capitalista lhes cobra a manutenção da beleza e saúde por meio da realização de determinados exercícios físicos, cobrança que coincide com as novas formas de exploração da força de trabalho feminina.

As mulheres brasileiras, desde a infância, realizam trabalhos domésticos e para cuidar são incentivadas a se manterem saudáveis dentro daquilo que interessa à manutenção da reprodução social da força de trabalho brasileira. Dentre os usuários que procuraram o SUS em 2019 para consultas preventivas, 69,9% eram mulheres, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde – PNS, realizada pelo IBGE (2020) (que pela primeira vez coletou informações sobre a Atenção Primária à Saúde – APS), dado que indica que o público feminino usuário da saúde pública brasileira é socialmente mais propenso a se ocupar de sua saúde preventiva.

Diante dessas considerações, a resposta para a adesão à prática de atividade física pelas mulheres não ser expressivamente maior do que aquela que se dá entre os homens deve ser buscada nas condições particulares de exploração do trabalho da mulher brasileira, que inclui a exploração da força de trabalho por meio do trabalho doméstico e da combinação da dupla jornada de trabalho por ele determinada.

No ano de 2022, de acordo com dados coletados pela PNAD em 2023, “mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas”. (IBGE, 2023).

Gráfico/Tabela 16: panorama de cuidados de pessoas e afazeres domésticos por sexo – Brasil – 2022.



Fonte: IBGE, 2023.

No que diz respeito à relação entre prática de atividade física e instrução escolar no Brasil, em cerca de uma década, se considerados os entrevistados que cursaram o ensino fundamental, estima-se o aumento de 4,4 pontos percentuais na prática de atividade física: 36,6% praticavam atividade física em 2015 e 41% em 2024; dentre os que cursaram ensino médio, a estimativa é de um aumento de 13 pontos percentuais: 43% em 2015 e 56% em 2024; no que se refere às pessoas com ensino superior, a taxa de aumento na prática de atividade física é de 9,3 pontos percentuais: 56,7% praticavam atividade física em 2015 e 66% em 2024 (IBGE 2017a; Datafolha 2025b).

Em relação à cor/raça, também se manteve o fato de que as pessoas brancas seguem sendo as que mais praticam atividades físicas. Em 2015, estimava-se que 40,1% das pessoas brancas eram praticantes de atividade física e/ou esporte e que, dentre as pessoas negras (pretas e pardas), essa taxa era de 35,8%. Em dezembro de 2024, a taxa da prática de atividade física estimada foi de 56% dentre as pessoas brancas (o que correspondeu a um aumento estimado de 15,9 pontos percentuais) e de 52% dentre as pessoas negras (um aumento estimado de 16,2 pontos percentuais) (IBGE 2017a; Datafolha 2025b).

Se o critério for o de renda, manteve-se o fato de que quanto maior a renda maior a prática de atividade física. No entanto, na pesquisa de 2015, a pergunta avaliou a problemática a partir da renda per capita dos moradores dos domicílios investigados, já a pesquisa que se deu em 2024 baseou-se na renda familiar. Se considerados os mesmos agrupamentos de renda da pesquisa mais recente, têm-se que, em 2015, considerando as rendas per capita de até 2 salários-mínimos, a taxa de prática de atividade física e esportiva estimada foi de 34,56%, enquanto, em 2024, considerando renda familiar de até 2 salários-mínimos, a taxa estimada de prática de atividade física foi de 47%. Dentre aquelas pessoas que ganhavam, em 2015, mais de 2 salários-mínimos até 5 salários-mínimos, a taxa de prática de atividade física e esportiva estimada foi de 51,45%, enquanto, em 2024, dentre as pessoas com renda familiar maior que do 2 salários-mínimos até 5 salários-mínimos, a taxa da prática de atividade física foi de 57%. Já em relação às que em 2015 tinham rendimento per capita superior a 5 salários-mínimos, a taxa de prática de atividade física e esportiva foi de 65,2%, enquanto, em 2024, dentre as pessoas com renda familiar superior a 5 salários-mínimos, 66% delas disseram ser praticantes de atividade física (IBGE 2017a; Datafolha 2024b).

No que diz respeito às pessoas mais pobres, a diferença na forma da coleta de dados não permite a comparação em pontos percentuais, mas em 2024 no Brasil, dentre as pessoas com renda familiar de até 2 salários-mínimos, a taxa de adesão a práticas de atividade física foi de 47%, enquanto, dentre as pessoas com renda familiar acima de 5 salários-mínimos, foi de 66%.

Se a investigação aqui desenvolvida estiver correta em considerar um pauperismo também em relação à riqueza acumulada no âmbito da produção capitalista da cultura corporal, vê-se que, no capitalismo dependente brasileiro, as

problemáticas de cor/raça e de gênero não são sem consequências, contrapondo-se frontalmente à ideologia esportiva difundida hegemonicamente.

Em relação às razões declaradas para a ausência da prática de atividades físicas e de práticas esportivas, em 2015, o motivo mais citado foi a falta de tempo, correspondendo à 38,2% das respostas; seguido por não gostar ou não querer em 35% das vezes; e por problemas de saúde, citado em 19% dos casos. Em 2024, o principal motivo para a ausência da prática de atividade física seguiu sendo a falta de tempo citado em 49% dos casos; as respostas que citam preguiça, falta de vontade, não gostar, falta de interesse, não precisar e não saber somam 28%; em 9% dos casos os motivos declarados foram problema de saúde e não se sentir bem fisicamente (IBGE, 2017a; Datafolha, 2024b).

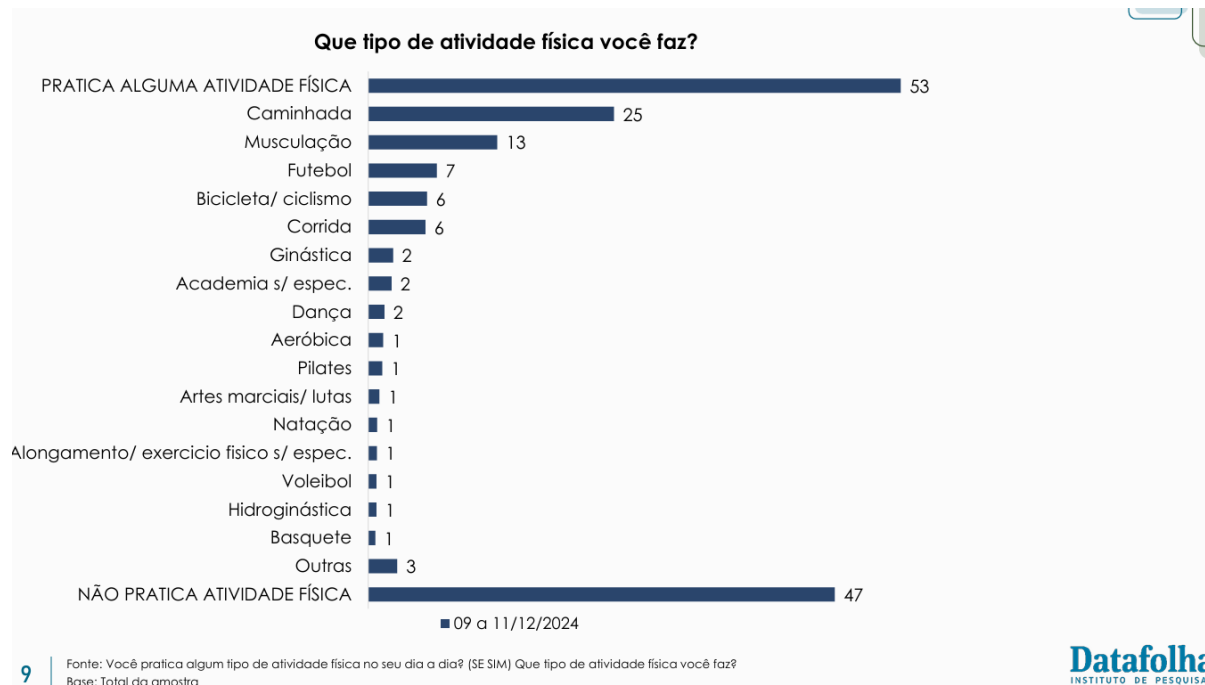
Nesse sentido, ratifica-se que as necessidades mais ricas e humanizadoras precisam ser produzidas socialmente e que a primeira questão a ser considerada, em toda a sua importância, conforme apontado por Marx e Engels (2007), é que a produção social deste tipo de necessidade mais mediada, em relação às necessidades relacionadas à sobrevivência humana, requer que estas, de caráter mais basilar, como comer, se vestirem, se abrigar etc., sejam socialmente atendidas.

Constata-se que as principais modalidades de atividade física, declaradas pelos entrevistados permanecem similares. Em 2015 tinha-se que a modalidade de atividade física mais praticada era a caminhada, com a taxa de 49,1%; se somadas as respostas *fitness*, academia, musculação e culturismo, tinha-se uma taxa de 24%; andar de bicicleta 6,1%; futebol 5,2%; e corrida 4,2%. Em 2024, a prática de atividade física mais citada também foi a caminhada, correspondendo à 25% das respostas; se agrupadas, as respostas musculação, ginástica, pilates, academia (sem especificação da modalidade), aeróbica, alongamento/exercício físico (sem especificação da modalidade) somaram uma taxa de 20%; a prática do futebol correspondeu a uma taxa de 7%; bicicleta 6%; e corrida 6%.

Ou seja, aquilo que atualmente é acessado por apenas 53% da população brasileira em idade de colocar a sua força de trabalho à disposição do mercado não corresponde minimamente à riqueza das objetivações corporais produzidas pelo gênero humano, nem no que diz respeito à complexidade (a caminhada não é uma objetivação corporal que sintetiza relações sociais de produção e reprodução multilaterais e potencialmente mais enriquecedoras da individualidade humana, por

exemplo), nem no que diz respeito à diversidade, como se vê no gráfico dos dados levantados em 2024 pela Datafolha (2025b, p. 9):

Gráfico/Tabela 17: tipos de atividades físicas realizadas – Brasil – 2024



Fonte: Datafolha, 2025b.

Quando se pensa na cultura corporal, considerando a dupla partilha: um determinado comum partilhado e a partilha do quinhão destinado a cada um no interior deste comum, quando são consideradas as formas de fazer e dar visibilidade a este fazer, no sentido em que Rancière (2009) propõe que se pense as relações entre estética e política, é preciso que se leve em conta aqueles que, apesar de marginalizados desse comum (da concepção, gerenciamento e/ou fazer mais imediato desse comum), também são responsáveis, de modo mais mediado, pelo processo de reprodução desse comum. Retoma-se aqui parte da citação apresentada na introdução:

O cidadão, diz Aristóteles, é quem *toma parte* no fato de governar e ser governado. Mas uma outra forma de partilha precede esse tomar parte: aquela que determina os que tomam parte. O animal falante, diz Aristóteles, é um animal político. Mas o escravo, se compreende a linguagem, não a “possui”. Os artesãos, diz Platão, não podem participar das coisas comuns porque eles *não têm tempo* para se dedicar a outra coisa que não seja o seu trabalho. Eles não podem estar em outro lugar *porque o trabalho não espera*. A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função

daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce (Rancière, 2009, p. 16, destaques do original).

Durante a realização da pesquisa, a sua autora frequentou para a prática livre de natação dois parques aquáticos em Jundiaí, o do Serviço Social do Comércio (SESC), aberto apenas aos comerciantes de bens, serviços e turismo e seus dependentes, e o do Serviço Social da Indústria (SESI), na unidade conhecida na cidade por “Sessão”, aberto a todas as pessoas mediante pagamento que se diferencia entre o estipulado para os trabalhadores da Indústria (e seus dependentes) e o estipulado para o público em geral.⁵⁶ Estabeleceu-se assim um diálogo constante e informal entre a autora e as trabalhadoras da limpeza em vestiários femininos destas duas instituições. Nas duas instituições, os trabalhadores da limpeza são terceirizados.

No SESI, o vínculo empregatício não permite acesso dos trabalhadores da limpeza, todos terceirizados, ao parque aquático, ou seja, caso queiram usufruir das instalações de prática de atividade física e de lazer, precisam associar-se e realizar pagamento, do mesmo modo que o público em geral.

No SESC, os trabalhadores da limpeza, igualmente terceirizados, possuem acesso, até mesmo por serem trabalhadores do comércio de serviços. No entanto, quando essas trabalhadoras da limpeza foram questionadas, em diálogos informais, sobre frequentarem as piscinas, demais espaços de lazer e as atividades culturais promovidas pelo SESC, a resposta recorrente foi a de que não o fazem, pois possuem apenas uma folga na semana – trabalham em escala 6X1 – e nesse dia precisam cuidar das tarefas domésticas.

56 O Serviço Social do Comércio (SESC) apresenta-se como uma instituição brasileira privada, sem fins lucrativos, mantida pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo, com atuação nacional, que tem por finalidade o bem-estar social dos seus empregados e familiares por meio da promoção de bens culturais, estendendo parte de suas atividades ao público em geral. O site da instituição pode ser acessado em:

<https://www.sesc.com.br/>

O Serviço Social da Indústria (SESI) declara-se como uma entidade de direito privado, estruturada em base federativa, para prestar assistência social aos trabalhadores industriais e de atividades assemelhadas no Brasil, e que estende parte de seus serviços ao público em geral.

O site da instituição pode ser acessado em:

<https://www.sesisp.org.br/home>

Uma das trabalhadoras terceirizadas também comentou o fato de não frequentarem o parque aquático porque algumas delas não se sentiriam à vontade de ficar em trajes de banho diante de pessoas com quem convivem no trabalho, no caso “os meninos da piscina” (se referindo aos salva-vidas) e os professores. Trata-se de um indicativo da relação capitalista estranhada que a atividade laboral e o regime de contratação via terceirização reforçam nessas trabalhadoras quanto aos seus corpos e em relação aos seus pares, mesmo se tratando de mulheres que trabalham em uma instituição de grande reconhecimento social no país quanto à promoção de bens culturais classificados como de qualidade e enriquecedores da individualidade humana.

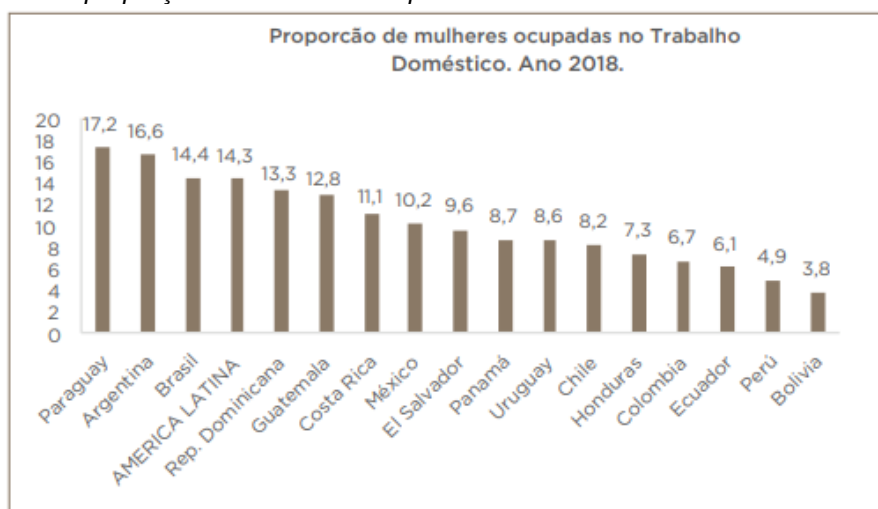
No dia 29 de dezembro de 2024, a ocorrência de um caso singular chamou a atenção da pesquisadora desta tese: ao cumprimentar uma dessas trabalhadoras terceirizadas que estava limpando um dos banheiros femininos da instituição, ela me contou que estava feliz porque entraria de férias a partir da próxima semana, então comentei, “SESC agora só se for pra vir na piscina, ver um show, passear...” e ela me respondeu dizendo, “Não ponho nem o pé nesse lugar”. Continuei a conversa comentando que a carga de trabalho deveria ser muito pesada, que o espaço era enorme, que circulava muita gente etc. Ela me explicou que estavam trabalhando, ao todo, homens e mulheres, em menos de 40 pessoas (disse não ter certeza se 32 ou 36 pessoas), que a empresa estava tendo dificuldade de contratar funcionários e que ela achava que o quadro completo talvez contasse com 48 pessoas. Então, me despedi desejando boas férias e disse “descansa bastante” e a sua resposta foi “vou tentar”. Vale pontuar que tanto do SESC quanto o SESI se inserem na lógica de produção de aparatos que pretende oferecer, no capitalismo dependente brasileiro – a exemplo do que ainda é mantido em alguns países capitalistas centrais, – um estado de bem-estar social aos trabalhadores, respectivamente, do comércio e da indústria.

Embora seja um caso singular, há de se considerar, de acordo com Alves (2003, p. 28), que “o singular é a manifestação, no espaço convencionado, de como as leis gerais do universal operam dando-lhe uma configuração específica. O universal e o singular, nessa perspectiva, são indissociáveis”. Considerando a formação social capitalista dependente, quando o trabalho doméstico – trabalho responsável de modo mais imediato pela reprodução social da força de trabalho da população e historicamente realizado por mulheres – ultrapassa a esfera privada

do lar e passa a se configurar em um trabalho assalariado, ele segue sendo considerado um subemprego e ocorre sempre em condições precarizadas. Isso se deve não apenas ao tipo de qualificação e formação necessárias ao exercício da atividade social assalariada, mas também à manutenção de um reconhecimento social anacrônico pautado na ideia de que aqueles trabalhos que são histórica e culturalmente atribuídos às mulheres não precisam ser justamente remunerados, porque elas teriam parte de seu sustento provido por seus pais ou maridos, entendidos socialmente como seus proprietários.

Na América Latina e Caribe, entre 115 e 186 milhões de pessoas se dedicam ao trabalho doméstico remunerado, das quais 93% são mulheres. O trabalho doméstico representa uma média entre 10,5%⁷ e 14,3% dos empregos de mulheres na região, o que significa que uma parte importante da população ativa, especialmente as mulheres, que o realiza em condições precárias e sem acesso à proteção social. Os países com maior proporção de mulheres empregadas no serviço doméstico são Paraguai, Argentina e Brasil. Seus rendimentos são iguais ou inferiores ao 50% da média de todas as pessoas ocupadas, apesar de que, em quase todos os países, existe um salário-mínimo estabelecido legalmente. (CEPAL, 2020, p. 3).

Gráfico/Tabela 18: proporção de mulheres ocupadas no trabalho doméstico – América Latina – 2018



Fonte: elaborado com base na informação extraída da OIT *Panorama Laboral 2019*.

Fonte: CEPAL (2020, p. 3).

Mesmo a figura da empregada doméstica sendo menos comum na Europa e com remuneração que tende a ser maior que a de um comerciante devido às exigências físicas extenuantes, por exemplo, o Tribunal de Justiça da União Europeia decidiu, em 19 de dezembro de 2024, “que os empregadores domésticos

devem implementar um sistema para medir as horas de trabalho diárias, garantindo a conformidade com a Diretiva 2003/88 sobre tempo de trabalho” (Azevedo, A., 2013; EFFAT, 2025).

Esta decisão do Tribunal de Justiça da UE é um passo significativo para os direitos dos trabalhadores domésticos, uma força de trabalho predominantemente feminina, muitas vezes deixada desprotegida – diz Grace Papa, Secretária da EFFAT [Federação Europeia de Sindicatos de Alimentos, Agricultura e Turismo, que também representa trabalhadores domésticos] para Trabalhadores Domésticos. Ela acrescentou: “Estabelecer um sistema para medir as horas de trabalho diárias não é apenas essencial para garantir condições de trabalho justas, mas também está em conformidade com a Diretiva de Tempo de Trabalho. Este julgamento reforça o princípio de que nenhum trabalhador, independentemente do ambiente, deve ter seus direitos básicos negados. É uma vitória para a justiça e a dignidade no setor de trabalho doméstico”. O Tribunal também destacou a potencial discriminação indireta de gênero, dado que o trabalho doméstico é predominantemente realizado por mulheres. Empregadores e formuladores de políticas devem tomar nota para garantir justiça e transparência (EFFAT, 2025).

A reprodução capitalista da cultura corporal na particularidade da formação social dependente impõe a superexploração da força de trabalho às pessoas que limpam banheiros, vestiários, ginásios e piscinas, ou seja, contempla a superexploração de todas aquelas pessoas que integram, de modo quase que invisível, o processo de reprodução da cultura corporal, mas que se encaixam em uma faixa de rendimento e de escolaridade que revelam que o consumo de bens culturais mais enriquecedores de suas individualidades são completamente dispensáveis à reprodução de suas forças de trabalho. Mas a produção e reprodução da cultura corporal na totalidade capitalista também dependem da superprodução e superexploração da força de trabalho dos atletas, heróis modernos, que são reduzidos à suporte material, objetivação sensível, da sua atividade social.

E aqui, mais uma vez, se constata que o aumento da pobreza dos indivíduos na sociedade capitalista ocorre à medida do aumento da capacidade de produção da riqueza social que se expressa na produção das objetivações materiais e culturais do trabalho humano. O desenvolvimento do sistema esportivo parece coincidir com o pauperismo, na medida em que se produz cada vez menos nas pessoas trabalhadoras, em especial nas da periferia do capital, a necessidade de uma incorporação das objetivações corporais que possa de fato enriquecer e diversificar suas humanidades, isso porque produz cada vez menos as condições

materiais que viabilizariam a produção desta necessidade que imaterial, nos dizeres de Marx (2013), espiritual.

Em 14 de junho de 2023, foi instituída a Lei Geral do Esporte, Lei nº 14.597, que anuncia, em seu Art. 1º, dispor “sobre o Sistema Nacional do Esporte (Sinesp) e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Esportivos (SNIIE), a ordem econômica esportiva, a integridade esportiva e o Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte”.

O parágrafo primeiro do artigo define esporte como “toda forma de atividade predominantemente física que, de modo informal ou organizado, tenha por objetivo a prática de atividades recreativas, a promoção da saúde, o alto rendimento esportivo ou o entretenimento”.

Faz-se necessário ponderar que o processo de adequação de toda a diversidade de objetivações corporais ao sistema esportivo não se limita a seu relevante impacto ideológico. A redução de toda prática corporal à prática esportiva também no bojo do sistema estatal é, dentre outras coisas, uma forma de aprofundar o parasitismo econômico, visto que não é do interesse do governo uma real estatização do sistema esportivo.

O Artigo 2º elenca como princípios fundamentais do esporte: “autonomia; democratização; descentralização; diferenciação; educação; eficiência; especificidade; gestão democrática; identidade nacional; inclusão; integridade; liberdade; participação; qualidade; saúde; segurança”.

O Parágrafo único deste artigo explicita que:

Considerado o esporte como de alto interesse social, sua exploração e gestão sujeitam-se à observância dos seguintes princípios: I - transparência financeira e administrativa e conformidade com as leis e os regulamentos externos e internos; II - moralidade na gestão esportiva; III - responsabilidade social de seus dirigentes (Brasil, 2023).

Quanto ao direito fundamental ao esporte, o Artigo 3º da referida lei indica que “todos têm direito à prática esportiva em suas múltiplas e variadas manifestações”.

Os dois Parágrafos deste artigo apontam que:

A promoção, o fomento e o desenvolvimento de atividades físicas para todos, como direito social, notadamente às pessoas com deficiência e às pessoas

em vulnerabilidade social, são deveres do Estado e possuem caráter de interesse público geral.

É direito da mulher, em qualquer idade, ter oportunidades iguais de participar em todos os níveis e em todas as funções de direção, de supervisão e de decisão na educação física, na atividade física e no esporte, para fins recreativos, para a promoção da saúde ou para o alto rendimento esportivo.

Trata-se da garantia de direitos formais burgueses, uma vez que a riqueza socialmente produzida pelo sistema esportivo, tanto a material como a imaterial, tende a coincidir em proporção inversa, com o empobrecimento, tanto material como espiritual, das pessoas trabalhadoras, em especial das superexploradas.

Brohm (1982) pontua que, ao contrário do que é promovido ideologicamente, o sistema esportivo não é uma agência promotora da democracia, mas um bloco autocrático e tecnocrático, altamente hierarquizado e profundamente excludente. O autor indica ao menos três dimensões da hierarquização própria ao sistema esportivo: a hierarquização das modalidades, uma vez que nem toda objetivação corporal atende da mesma forma aos interesses dominantes; a hierarquização das Nações, que se dá de forma objetiva pelo quadro de medalhas e obtenção de recordes e se configura em demonstrações de poder político e econômico; e a hierarquização dos atletas, que seleciona aqueles que poderão fazer parte do grupo de elite por meio das competições e da mensuração precisa do rendimento atlético.

O Artigo 4º e sua explicitação já indicam a distância entre a legislação e a realidade, ao afirmar que “a prática esportiva é dividida em 3 (três) níveis distintos, mas integrados, e *sem relação de hierarquia entre si*, que compreendem: I - a formação esportiva; II - a excelência esportiva; III - o esporte para toda a vida.” (Brasil, 2023, destaque nosso). A hegemonia do sistema esportivo se faz evidente, dentre outras coisas, na própria tendência de esportivização das mais diversas práticas corporais, que pode ser observada na própria lei aqui referida.

Um dos questionamentos centrais de Brohm (1982) diz respeito à sua conclusão de que as mais diferentes formações sociais do planeta – das mais desenvolvidas economicamente às mais exploradas, considerando, inclusive, aquelas que empreendem esforços revolucionários de superação do modo de produção capitalista pelo socialista, apesar de seus diferentes regimes políticos, e pode-se acrescentar diferentes sistemas educacionais – partilham do mesmo tipo de sistema esportivo produzido por meio do mesmo tipo de relações sociais, ainda

que as consequências desse sistema sejam distintas para a população de países ricos e para a população de países pobres.⁵⁷

Ao que parece à pesquisa aqui apresentada, é no que diz respeito às consequências de um mesmo sistema esportivo adotado por formações sociais distintas que se mostra, de forma mais evidente, que a hegemonia exercida pelo sistema esportivo, que é um sistema estruturalmente capitalista, não pode ser confundida com uma suposta homogeneidade desse sistema, que, ao contrário, opera de forma profundamente heterogênea, promovendo consequências distintas em países capitalistas centrais e em países capitalistas periféricos; assim como em países socialistas, que, como é evidente, não deixam de ser impactados pela hegemonia exercida pelo modo de produção capitalista.

Uma problematização possível, no que diz respeito à especificidade da Educação Física, e que os limites desta pesquisa não possibilitam que seja aqui desenvolvida, parece caminhar no sentido de questionar as possibilidades e os limites da produção de sistemas esportivos mais afinados aos interesses socialistas e pensados a partir das particularidades das diferentes formações sociais, a exemplo da empreitada inicialmente proposta na década de 1920 pela União Soviética e não levada adiante, de acordo com Jesus (2010:

Assim, o atleta soviético deveria ser um participante consciente da sociedade, que estudaria e conheceria não apenas seu esporte, mas as lições básicas de marxismo e de leninismo. O esporte na sociedade socialista diferiria, assim, em estrutura organizacional e em natureza fundamental daquele desenvolvido na capitalista. Se na primeira o esporte e a cultura física tinham como objetivo o desenvolvimento de qualidades morais, éticas e estéticas do povo e a preparação para o trabalho e a defesa, o esporte competitivo na segunda era concebido como inerentemente corrupto, num momento em que era parte de uma estrutura socioeconômica na qual era usado como meio para explorar os indivíduos, desviar as massas do esforço de luta por justiça social e preparar as pessoas para a conquista imperialista (Peppard, 1982, p. 25-26) (Jesus, 2019, p. 6).

57 Cabe considerar que o autor fez suas análises na década de 1970, uma vez que a obra foi publicada pela primeira vez em 1976 na França. No entanto, diante dos dados empíricos abordados durante todo o segundo capítulo da pesquisa aqui apresentada, avalia-se a problematização proposta por Brohm (1982) como relevante à conjuntura histórica atual, na medida que demonstra que o esporte de alto rendimento, forma mais desenvolvida em que se expressa a cultura a corporal (unidade mínima de análise desta pesquisa), não é necessariamente a objetivação corporal mais enriquecedora da humanização dos indivíduos, especialmente no capitalismo dependente.

Se o sistema esportivo tem sido um sistema universalizado, que exerce sua hegemonia de forma a impactar de modo particular cada um dos povos, a depender da sua formação social e seu sistema político nos quais cada um deles está inserido, cabe ressaltar que os sistemas escolares determinados pela totalidade capitalista são diversos e a relação que estabelecem com o sistema esportivo também.

Apenas a título de exemplo, vale mencionar que a Base Nacional Comum Curricular (2018), documento de caráter mandatário, ao prever o esporte como um dos “objetos de conhecimento” a serem “tematizados” nas aulas de Educação Física escolar, preconiza que a escola é um espaço capaz de recriação do esporte:

[...] a unidade temática Esportes reúne tanto as manifestações mais formais dessa prática quanto as derivadas. O esporte como uma das práticas mais conhecidas da contemporaneidade, por sua grande presença nos meios de comunicação, caracteriza-se por ser orientado pela comparação de um determinado desempenho entre indivíduos ou grupos (adversários), regido por um conjunto de regras formais, institucionalizadas por organizações (associações, federações e confederações esportivas), as quais definem as normas de disputa e promovem o desenvolvimento das modalidades em todos os níveis de competição. *No entanto, essas características não possuem um único sentido ou somente um significado entre aqueles que o praticam, especialmente quando o esporte é realizado no contexto do lazer, da educação e da saúde. Como toda prática social, o esporte é passível de recriação por quem se envolve com ele* (Brasil, 2018, p. 215, destaque nosso).

Parece ser válido retomar a consideração já feita de que a produção cultural não se limita aos sentidos atribuídos individualmente, que há a determinação, ainda que não em sentido único, da significação e do reconhecimento sociais; os possíveis usos das objetivações corporais, como já argumentado com base em Marx (2011), não são exatamente da ordem da decisão individual de certos grupos consumidores, como preconiza a perspectiva burguesa; na realidade, consumidores, modos de consumo e necessidades de consumo são, em última instância, produtos do próprio processo de produção.

Nesse sentido, a tendência dominante na escola brasileira dificilmente seria a apontada pela BNCC de “recriação do esporte”, a hegemonia social imposta pelo sistema esportivo não é de tão simples superação no ambiente escolar. O movimento socialmente dominante é o de se atribuir, também na escola,

significação esportiva às mais diversas objetivações da cultura corporal, reforçando a ideologia capitalista pautada na hierarquização, na competição e na exclusão.

Os esportes e as demais objetivações corporais devem ser incorporados ao saber escolar histórico-crítico, como instrumentos para a apreensão da realidade, o que só é possível se observadas as suas relações sociais de produção e se conquistadas melhores condições objetivas de trabalho para os professores.

Por vezes, a defesa do esporte pela escola no capitalismo dependente, ainda que sob a prerrogativa de não se cometer o erro de se assumir posturas crítico-reprodutivistas, não leva a formas efetivas de superação, mas a um idealismo de que a escola poderia ressignificar um tipo de objetivação corporal que, ao reproduzir relações sociais burguesas, produz formas de consumo, necessidades de consumo e consumidores alinhados à ideologia capitalista e aos interesses dominantes.

Na escola da periferia do capital, diante das condições materiais impostas pelo capitalismo dependente e às perspectivas pedagógicas hegemônicas, o que tendencialmente se tem destinado às massas não é aquilo que de humanizador o esporte possa ter – ainda que, em se tratando do esporte, a tendência é que se promova uma humanização corporal unilateralizada –, não é a apropriação do desenvolvimento das técnicas, não é a desnaturalização da ideologia dos talentos natos, nem a produção do apreço pela riqueza e diversidade de objetivações da cultura corporal e tampouco um consumo mais humanizador do que alienante. As sobras que são ofertadas às massas no Brasil coincidem muito mais com a ideologia esportiva. Sem a apreensão dessa realidade, qualquer trabalho educativo com o esporte, seja escolar ou não, será “idealista-reprodutivista”.

Trata-se da necessidade de observância e questionamento permanentes sobre a finalidade da Educação Física escolar estar pautada em processos de ensino que promovam a incorporação, pelos alunos, daqueles elementos do corpo histórico-inorgânico que podem, potencialmente, contribuir com a produção de corpos histórico-orgânicos mais enriquecidos, com a produção nas pessoas de necessidades mais ricas, diversificadas e revolucionárias. O objetivo é que o processo de incorporação do gênero humano pelos alunos aconteça de uma maneira que eles possam, tanto quanto possível, diante das condições materiais concretas, apreender a realidade, desnaturalizar as relações sociais capitalistas de produção e reprodução da cultura corporal e constatar, pela via teórica e sensível, a possibilidade histórica de outras relações sociais que não sejam pautadas na

competição, na exclusão, na execução estranhada, na dominação cultural e na exploração da força de trabalho. Em outras palavras, cabe o constante questionamento se as aulas de Educação Física, com especial atenção à incorporação das práticas esportivas – bem como daquelas esportivizadas – ao saber escolar, estão contribuindo ou não para que os alunos possam ver “o lado oculto da lua”.

Diante da exposição até aqui realizada, ratifica-se que: 1. a socialização escolar histórico-crítica das objetivações corporais deve tomá-las como práticas sociais e não como produtos acabados, o que exige não somente a identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo pertinente à cultura corporal, mas a apreensão do conteúdo destas formas, que coincide com o tipo de cooperação, de relações sociais e de partilha do sensível empreendidos no processo de sua produção. E nisto pode haver contradições importantes, formas mais desenvolvidas podem sintetizar relações sociais de estranhamento, exploração e dominação; 2. O critério de maior desenvolvimento apreendido por Marx (2011) como o mais apropriado à investigação científica não pode ser transferido de modo imediato para a prática pedagógica como critério de seleção de conteúdos (ao menos no que diz respeito à especificidade do ensino em Educação Física), uma vez que essa transferência coincide com o erro de identificar a atividade social de pesquisa com a atividade social de ensino; e 3. o critério para seleção de conteúdos que se pauta na identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo não é o único válido ao se considerar, por um lado, a especificidade da Educação Física, e, por outro, a particularidade do capitalismo dependente, uma vez que este tipo de formação social produziu e produz objetivações culturais corporais que, apesar de não serem as formas mais desenvolvidas em que se expressa a cultura corporal no contexto da totalidade capitalista, são historicamente promotoras de enriquecimento das individualidades humanas em um sentido revolucionário, porque possuem por conteúdo histórico atividades sociais que confrontam os modos de vida impostos pelo capitalismo.

4 AS OBJETIVAÇÕES CORPORAIS POPULARES COMO INSTRUMENTO DE LUTA POR UMA PRODUÇÃO SOCIALISTA DA CULTURA CORPORAL

[...] na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico.
Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*.

O comunismo não é para nós um estado de coisas que deve ser instaurado, um ideal para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento, que devem ser julgadas segunda a própria realidade efetiva, resultam dos pressupostos atualmente existentes.
Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*.

4.1 As culturas populares e o estilhaçamento das classificações hegemônicas

Tanto o modo de vida dos grupos sociais populares brasileiros como as objetivações culturais específicas por eles produzidas têm sido muito bem-vindos e aceitos na condição de matéria-prima para a produção de diferentes objetivações culturais. Têm servido ao enriquecimento das artes visuais, como nas obras de Carybé e Pierre Verger; da literatura, como nas obras de Jorge Amado e Guimarães Rosa; das artes cênicas, como no caso do Teatro Experimental Negro; das danças, como no caso do Balé do Recife; das artes cinematográficas, como em *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha; dos mais diferentes gêneros musicais brasileiros que incorporam, muitas vezes de forma literal, pontos, quadras e toadas das mais diversas objetivações culturais brasileiras de matriz africana. A cultura popular brasileira tem promovido até mesmo movimentos artísticos inteiros, como é o caso do movimento Antropofágico e sua constituição de símbolos nacionais, e do movimento Armorial, que abarca diferentes linguagens artísticas, com o intuito de criação de uma arte erudita a partir de elementos da cultura e da forma de viver das pessoas trabalhadoras sertanejas nordestinas.⁵⁸

⁵⁸ Os exemplos se referem a sugestões que durante esta pesquisa foram citadas à autora como possibilidades de se trabalhar a cultura popular na escola na perspectiva da Pedagogia Histórico-crítica. Não há discordância sobre incorporar tais objetivações ao saber escolar de diferentes disciplinas: as obras de Carybé e Pierre Verger são instrumentos muito ricos, por exemplo, na elaboração da capoeira em objeto de ensino das aulas de Educação Física em uma perspectiva histórico-crítica, como apontado por Polido (2018). A questão é que o caráter popular ou não de uma objetivação cultural carece ser analisado considerando as suas relações sociais de produção, a sua

Considera-se válida também para os processos de trabalho que resultam em objetivações culturais a explicação de Marx (2013, p. 260):

[...] que o fato de um valor de uso aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto final é algo que depende inteiramente de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que ele ocupa nesse processo, e com a mudança dessa posição mudam também esse valor de uso.

Os modos de vida e culturas próprios a diferentes povos brasileiros ameríndios têm sido objeto de investigação no campo científico e artístico, desde o século XVI, a princípio pelos artistas viajantes europeus:

Artistas viajantes são aqueles cuja produção encontra-se inexoravelmente ligada ao ato de viajar; os desenhos e pinturas que realizam, de franca vocação documental, acompanham deslocamentos no espaço, descobertas de paisagens e tipos humanos. De modo geral, esses artistas integram expedições artísticas e científicas que, nas Américas, desde sua descoberta, no século XVI, atravessam os territórios recém-conquistados, com a finalidade de registrar a flora, a fauna e seu povos. No caso do Brasil, vastas literatura e iconografia são produzidas desde a chegada dos portugueses no século XVI até o século XIX: os relatos e registros pictóricos descrevem as novas paisagens projetando imagens variadas da terra e do homem. Espécimes naturais desconhecidos, animais estranhos e homens "primitivos" (às vezes "bons selvagens", outras, "selvagens-canibais") compõem o imaginário europeu acerca do Novo Mundo, descrito ora como "inferno", ora como "paraíso terreal". A riqueza da produção dos artistas viajantes – seja pelo seu valor artístico, seja por conta de seus pontos de vista e suas descrições acerca das novas terras e gentes – desperta a atenção de analistas de diversas áreas: geógrafos, antropólogos, historiadores da arte e da cultura (Artistas Viajantes, *in* Itaú Cultural, 2025).

No século XVII, os holandeses Albert Eckhout e Frans Post, por exemplo, produziram fontes iconográficas sobre o modo de vida e a cultura de povos nativos brasileiros, a serviço do governo de Maurício de Nassau, em Pernambuco, de 1636 a 1645 (Artistas Viajantes, *in* Itaú Cultural, 2025).

partilha do sensível, os seus usos e a forma peculiar como o elemento popular pode humanizar os explorados por meio da luta contra o estado de coisas, e, por consequência, a forma como sua incorporação ao saber escolar pode enriquecer a individualidade dos alunos, em um sentido coerente com a necessidade da revolução. São questões dessa ordem que serão abordadas nesse terceiro e último capítulo, bem como nas considerações finais deste trabalho.

Figura 6: Dança dos Tarairiu (Tapuias), de Albert Eckhout, óleo sobre tela, 172,00 cm x 295,00 cm



Fonte: Dança dos Tarairiu, in Itaú cultural, 2025.

Figura 7: Índia Tarairiu (Tapuia), 1641, Albert Eckhout, óleo sobre tela, 272,00 cm x 165,00 cm



Fonte: Índia Tarairiu, in Itaú Cultural, 2025.

Merece atenção o fato de que o olhar estrangeiro, que abarca o próprio estilo técnico utilizado na produção das obras iconográficas, apesar do caráter documental e de estar inserido em missões colonizadoras e, ao mesmo tempo,

exploratórias, artísticas e científicas, deforma ideologicamente a realidade e, por vezes, desumanizam os povos brasileiros ameríndios e expatriados africanos e seus descendentes.⁵⁹

Os quatro pares famosos de retratos etnográficos produzidos por Eckhout⁶⁰, por exemplo, que o artista e a missão que ele integrava classificaram como sendo representativos dos habitantes do Brasil no século XVII, retratam – e também documentam, considerando o contexto de produção das obras – pessoas ameríndias classificadas como pertencentes aos povos tapuias⁶¹ e tupis, bem como pessoas negras e miscigenadas. Neles são mantidos alguns aspectos do modelo técnico e estético de produção de retratos europeus, como não poderia deixar de ser e enquanto algumas características destas representações, como traços físicos, adereços e elementos de fauna e flora, não correspondem à realidade, algumas outras, que dizem respeito aos povos originários brasileiros, são deformadas.

As famosas obras de Eckhout não denunciam apenas os limites da incapacidade de o olhar europeu apreender os modos de vida e culturas específicas de povos ameríndios brasileiros, trata-se também de representações que atendem aos interesses colonizadores, conforme explicita a pesquisa de Santos, C. (2020, p. 369 - 367):

59 Considera-se que a importância das obras se mostra no exercício da pesquisa de ir além do que revela a aparência, dando a ver mais do que o elemento hegemônico se propõe a entregar.

60 Essas obras pertencem atualmente ao Nationalmuseet (Museu Nacional da Dinamarca), em Copenhague, porque foram doadas em 1654 por Maurício Nassau ao Rei Frederick III da Dinamarca (1609 – 1670) (Eckhout, *in* Itaú Cultural, 2025). As 24 obras de Eckhout expostas na Pinacoteca do Estado de São Paulo em 2003, por exemplo, foram emprestadas pela então rainha da Dinamarca, Margarida II (16 de abril de 1940, filha de Frederico IX) (Chaimovich, 2003).

O par formado pelas obras *Índia Tupi*, que data de 1641, e *Índio Tupi*, de 1643, pode ser acessado, respectivamente em:

<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/94514-india-tupi> e

<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/94515-indio-tupi>; já o par formado pelas obras *Índia Tarairiu (Tapuia)*, de 1641, e *Índio Tarairiu (Tapuia)*, de 1643, pode ser acessado em:

<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/101493-india-tarairiu-tapuia> e

<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/101492-indio-tarairiu-tapuia>; o par que retrata as pessoas negras, formado pelas obras *Mulher Africana*, de 1641, e *Homem Africano*, do mesmo ano, pode ser acessado em:

<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/101495-mulher-africana> e

<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/101496-homem-africano>; por fim, o par formado pelas obras *Homem Mestiço*, que na fonte consultada não apresenta data, e *Mulher Mameluca*, de 1641, pode ser acessado em:

<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/101494-homem-mestico> e

<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/94516-mulher-mameluca>.

61 A terminologia tapuia não se refere a um grupo étnico, trata-se de uma denominação pejorativa usada pelos tupis para se referir aos povos não tupis inimigos (Chicangana-Bayona, 2008 *apud* Santos, C., 2020).

Ao tratar dos tapuias, é importante ter em mente que esse grupo ocupa a posição de “inimigos” no mundo colonial, enquanto os tupis são representados como amigos. Dessa dicotomia, ressalto que para se referir aos aliados, a Coroa evoca os ideais de pureza e pacifismo, enquanto os tapuias são ditos como selvagens e violentos. Desde 1548, com o Regimento do Governador-Geral Tomé de Sousa, já é feita a distinção entre os dois grupos mencionados e recomendando-se “proteção aos índios de paz e guerra aos que se mostrarem inimigos” (Perrone-Moisés, 2003, p. 25).

A *Índia Turairiu (Tapuia)*, obra de Eckhout datada de 1641, leva em suas costas um cesto que tem a alça encaixada sobre sua cabeça. Este cesto contém uma cuia e um pé humano amputado. A personagem da obra também segura em uma de suas mãos uma mão humana amputada. Esses elementos traduzem equivocadamente a antropofagia de alguns povos ameríndios brasileiros como uma atividade canibal banal e cotidiana. Deforma ideologicamente as relações sociais dos dois principais tipos de rituais antropofágicos, como aqueles vinculados às estruturas políticas de guerra e vingança, quando a antropofagia é pautada em relações antagônicas nas quais o inimigo pode viver por anos integrado à comunidade que o tem como prisioneiro de guerra, por exemplo; ou aqueles em que a antropofagia acontece entre os membros da própria comunidade, pautada em relações não antagônicas, integrando ritos fúnebres.

Sobre a deformação pelos europeus dos rituais antropofágicos de tupinambás e tapuias, Santos, C. (2020, p. 379) explica que:

A antropofagia entre os tupinambás e “tapuias” se dá de diferentes maneiras, variando conforme o grupo indígena, mas não contém os requintes de crueldade como nas obras de Theodore de Bry pois, na dinâmica religiosa desses povos, elementos como morte, vida e o próprio corpo possuem significados diferentes dos encontrados nas sociedades cristãs. Sendo assim, as representações de antropofagia indígena dos séculos XVI e XVII revelam uma tentativa dos europeus de compreender e explicar os rituais canibais indígenas através de símbolos e referenciais que estão presentes em seu universo e nem sempre conseguem dar conta dos valores nativos.

Mas como já mencionado, não se trata apenas de uma não apreensão pelos europeus dos modos de vida e culturas específicos dos povos brasileiros ameríndios, ocasionada por limitações impostas pelas diferenças socioculturais. Há um explícito interesse colonial nos tipos de representações promovidos sobre os povos brasileiros pelos artistas e intelectuais europeus:

No que diz respeito às representações, as imagens do mestre holandês [Albert Heckhout] mostram uma visão dicotômica acerca dos indígenas: de

um lado os dóceis tupis, de outro os tapuias canibais. Para fazer entender cada um desses lados, o artista retratou o uso armas de guerra, membros decepados e ornamentos característicos, tais como a pedra nos lábios e cocar. Além disso, a própria natureza se torna um elemento de análise, pois atua mais como uma descrição do comportamento dos nativos – plantas selvagens para os tapuias, plantas usadas na alimentação para os tupis – do que como um demonstrativo das plantas encontradas no bioma onde os tais povos vivem. [...] As representações de antropofagia demonstram, ao longo dos séculos XVI e XVII, o modo como os europeus se relacionam com os povos indígenas, tanto pelo imaginário coletivo quanto pelas relações sociais, e refletem os ritmos da colonização. Apresentam também os valores caros ao mundo europeu, como a religião e a “civilização”, revelando muito sobre a cultura do Velho Mundo a todos que conseguirem interpretar as alegorias. Já os ritos canibais, antes tão característicos dos tupinambás, foram forçosamente abandonados, uma tarefa em parte realizada pela catequização, de modo que tais povos pudessem ser assimilados na sociedade colonial, deixando de lado a ideia demonizada das aldeias, transmitida por Hans Staden e outros cronistas. A antropofagia então se torna uma característica dos inimigos da colonização, os tapuias, ainda que seus rituais de consumo de carne humana fossem muito diferentes dos tupinambás⁶² (Santos, C., 2020, p. 378).

A abertura dos portos do Brasil, em 1808, impôs um estatuto colonial com maior rigidez que restringiu estrangeiros de viajarem pelo território, o que implicou organização de expedições científicas e/ou artísticas ainda mais controladas pelos interesses colonizadores e que se estenderam durante o processo que resultou na constituição de um Estado brasileiro, sempre tendo em vista o atendimento de interesses dominantes:

Outra importante expedição do ponto de vista das pinturas documentais a cargo de artistas viajantes é organizada pelo barão Georg Heinrich Von Langsdorff (1774-1852), entre 1824 e 1829. Durante o trajeto de 17 mil quilômetros, os artistas contratados criam um rico acervo iconográfico. O desenhista topógrafo Hercule Florence (1804-1879) executa diversas aquarelas mostrando o ambiente natural e social do Brasil da época (*Habitação dos Apiacás sobre o Arinos*, 1828); o pintor Rugendas (1802-1858) registra o périplo da missão em *Viagem Pitoresca pelo Brasil*, 1834; o pintor Adrien Taunay (1802-1828), por sua vez, realiza paisagens e descreve aspectos da vida social bororo (*Agrupamento dos Índios Bororo do Acampamento Chamado Pau-Seco, entre os Rios Paraguai e Jauru*, 1827) (Artistas viajantes, in Itaú Cultural, 2025).

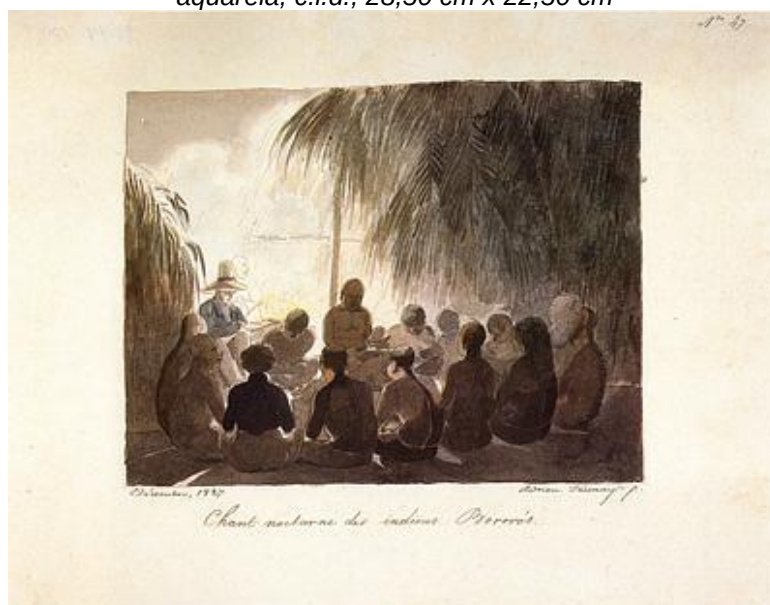
62 A autora referenciada trabalha com a hipótese mais defendida na Antropologia de que os tapuias, diferentes dos tupinambás, praticavam o endocanibalismo em seus rituais antropofágicos, no qual a carne consumida não é a de inimigos, mas de pessoas da própria comunidade.

Figura 8: *Indiens Bororós à L'Entrée de La Maison de M. Mrs Riedel Et Taunay*, 1827, Adrien Taunay, aquarela, c.i.d., 27,00 cm x 22,00 cm



Fonte: *Indiens Bororós*, in Itaú Cultural, 2025.

Figura 9: *Chant Nocturne des Indiens Bororós*, 1827, Adrien Taunay aquarela, c.i.d., 28,50 cm x 22,50 cm



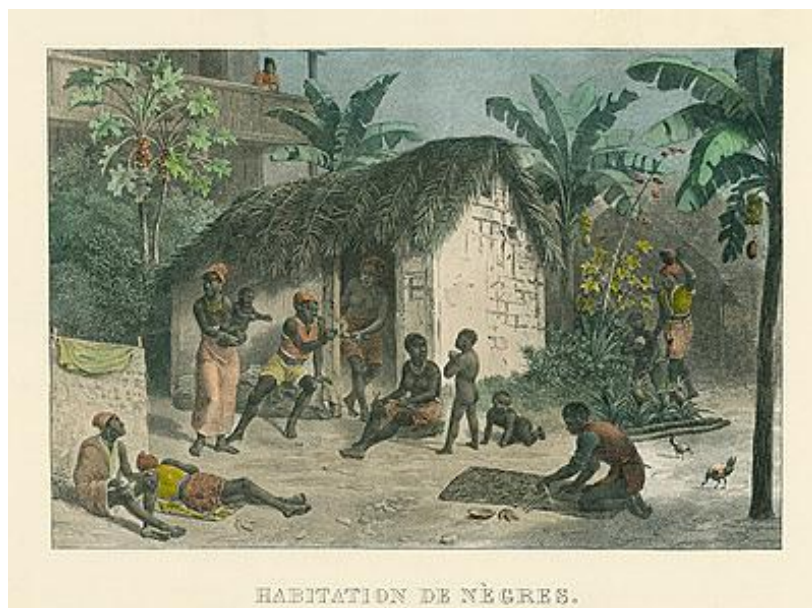
Fonte: *Chant Nocturne*, in Itaú Cultural, 2025.

Figura 10: Lavadeiras do Rio de Janeiro, 1835, Johann Moritz Rugendas, litografia



Fonte: Lavadeiras, in Itaú Cultural, 2025.

Figura 11: Casa de Negros, 1835, Johann Moritz Rugendas, litografia



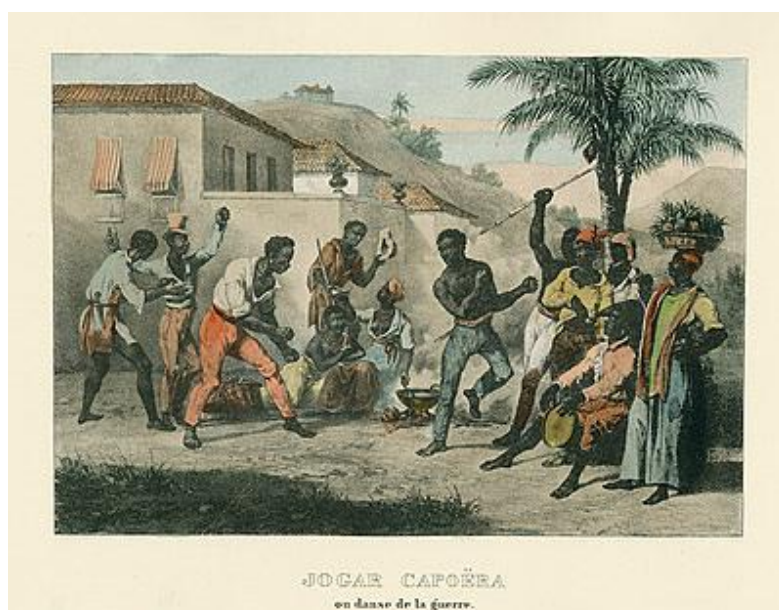
Fonte: Casa de Negros, in Itaú Cultural, 2025.

Figura 12: Mercado de Escravos, 1835, Johann Moritz Rugendas, litografia



Fonte: Mercado de Escravos, in Itaú Cultural, 2025.

Figura 13: Jogar Capoeira, 1835, Johann Moritz Rugendas, litografia

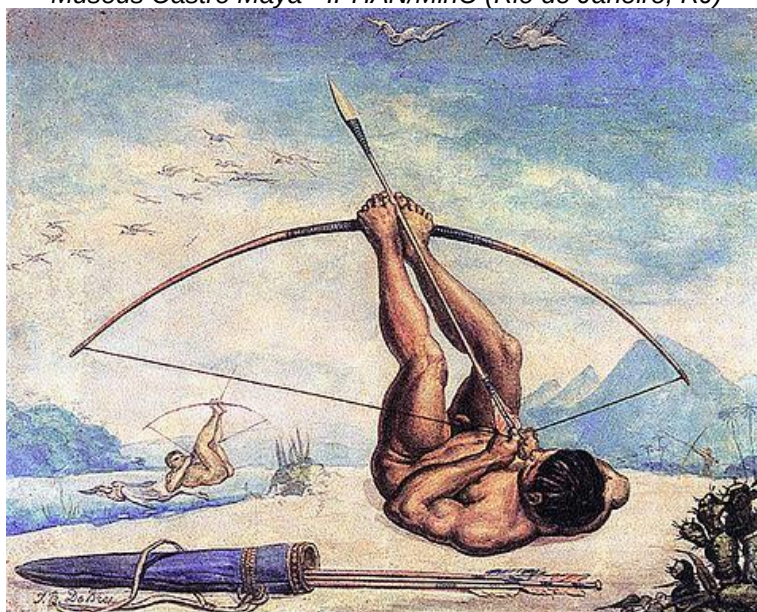


Fonte: Jogar capoeira, in Itaú Cultural, 2025.

É válido ainda pontuar a relevância da Missão Francesa na constituição das classificações hegemônicas sobre o modo de vida e cultura do povo brasileiro:

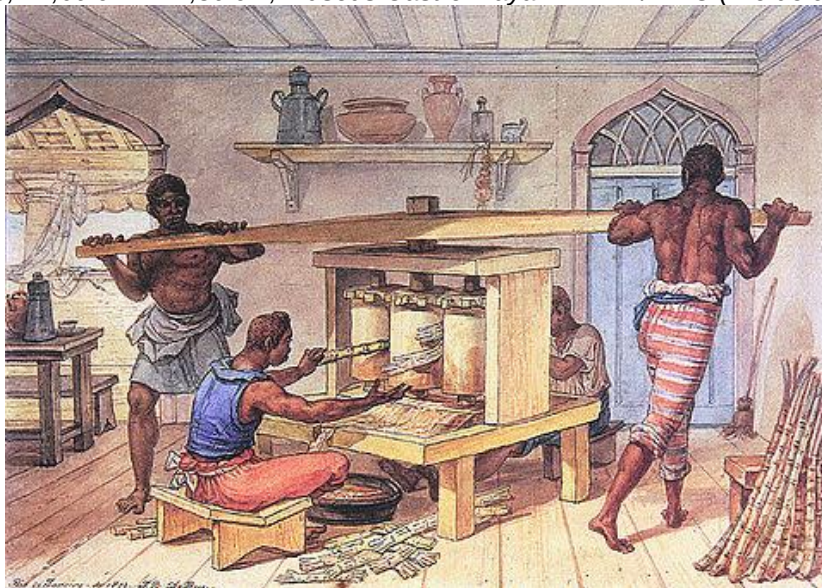
A Missão Artística Francesa, que chega ao Rio de Janeiro em 1816, conta com a participação de muitos artistas estrangeiros, entre eles Debret (1768-1848). [...] Professor de pintura histórica na Academia Imperial de Belas Artes (Aiba), Debret é responsável por descrições detalhadas da vida social brasileira em suas múltiplas dimensões: a vida na corte, o trabalho escravo, a cidade do Rio de Janeiro, o cotidiano, a família etc. Sua *Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil*, de 1834 (1ª edição brasileira, 1840), é um dos mais importantes exemplos de registros de valor documental realizados, amplamente utilizada como fonte iconográfica para o estudo da vida social brasileira no século XIX e, mais recentemente, interpretada do ponto de seus desafios propriamente pictóricos, como expressão das dificuldades de aclimação do modelo neoclássico no Brasil (Artistas Viajantes, *in* Itaú Cultural, 2025).

Figura 14: Caboclo, 1820, Jean-Baptiste Debret, aquarela sobre papel, c.i.e., 22,00 cm x 27,20 cm, Museu Castro Maya - IPHAN/MinC (Rio de Janeiro, RJ)



Fonte: Caboclo, *in* Itaú Cultural, 2025.

Figura 15: *Engenho Manual que Faz Caldo de Cana*, 1822, Jean-Baptiste Debret, aquarela sobre papel, c.i.e., 17,60 cm x 24,50 cm, Museu Castro Maya - IPHAN/MinC (Rio de Janeiro, RJ)



Fonte: *Engenho Manual*, in Itaú Cultural, 2025.

Figura 16: *O Velho Orfeu Africano*. Oricongo, 182, Jean-Baptiste Debret, aquarela sobre papel, c.i.e., 15,60 cm x 21,50 cm, Museu Castro Maya - IPHAN/MinC (Rio de Janeiro, RJ)



Fonte: *O Velho Orfeu Africano*, in Itaú Cultural, 2025

Figura 17: Uma Senhora Brasileira em seu Lar, 1823, Jean-Baptiste Debret, litografia



Fonte: Uma Senhora Brasileira em seu lar in Itaú Cultural, 2025

A cultura popular, como expressão mais imediata da luta de classes e seus interesses dominados, como síntese de atividade humana de resistência à superexploração do trabalho e à dominação cultural, como testemunho histórico de outros modos de vida que não o estritamente imposto pelo modo de produção capitalista, como matéria-prima para o trabalho educativo de produzir nas pessoas uma concepção de mundo e práticas sociais igualmente revolucionárias, bem como individualidades mais ricas e diversificadas, terá sempre que resistir ao processo de seu esfacelamento e/ou de sua instrumentalização imposto pelos interesses dominantes.

O enfoque mais fecundo para apreensão das dinâmicas culturais, conforme Canclini (1983, p. 12), “é aquele que entende a cultura como um instrumento voltado para a compreensão, reprodução e transformação do sistema social, através do qual é elaborada e construída a hegemonia de cada classe”.

Lélia Gonzalez, em obra publicada pela primeira vez em 1987, *Festas Populares no Brasil* (2024)⁶³, propõe que o movimento de resistência das classes

63 De acordo com nota da edição de 2024, a publicação de 1987 foi viabilizada pela Lei Sarney e encomendada por uma multinacional, em edição bilíngue e de luxo, como brinde a seus executivos; isso porque a obra, além dos textos de Lélia Gonzalez, conta com mais de uma centena de registros de festas populares brasileiras, do povo brasileiro, captados por fotógrafos renomados. A obra, que até então havia tido uma única tiragem, acumulou prêmios no Brasil e no exterior. A esta pesquisa, parece ser bastante simbólico a cultura popular brasileira ser transformada em brinde a uma multinacional, isso porque o que se valoriza é um determinado subproduto da cultura popular, uma

populares brasileiras contra os interesses burgueses seja apreendido por meio do conceito de *duplo ajustamento social*. Ao abordar as festas afro-brasileiras, a autora exemplifica este conceito a partir da religiosidade de matriz africana:

A Violência da escravidão caracterizou-se não só pela ruptura dos referenciais básicos da sociedade africana, como pela cuidadosa mistura de diferentes etnias, demonstrando grande eficácia na destruição das estruturas sociais. Aconteceu, porém, que os valores religiosos, tão essenciais nas civilizações africanas, foram resguardados pelos afro-negros brasileiros. *Em seu processo de duplo ajustamento à sociedade brasileira, os escravos forjaram uma nova identidade que, de um lado, adaptava-se taticamente às exigências de obediência e fidelidade do modelo dominante e, de outro, integrava-se de fato às formas de vida e de pensamento que iam sendo elaboradas por sua própria comunidade* (Gonzalez, p. 99. 2024, destaque nosso).

O conceito de duplo ajustamento social se relaciona a processos de “resistência/acomodação” das classes populares que permitem a elas o aprofundamento da participação em espaços permitidos, a conquista da participação em novos espaços e a recriação “clandestina” de seus modos de vida (Gonzalez, 2024).

A autora aponta que, de modo empírico, a formação cultural brasileira está assentada em um “modelo eurocatólico”, o que explica as festas populares brasileiras seguirem determinações simbólicas da Igreja Católica, a exemplo da liturgia cristã e calendário imposto por ela, mas que se verifica, por meio da análise, uma “espécie de ruptura dos limites impostos pelo modelo dominante”:

O que queremos dizer é que, na verdade, *a dinâmica cultural é a grande responsável pelo estilhaçamento de classificações impostas de cima para baixo; essa dinâmica que tem por sujeito os anônimos representantes das chamadas classes populares*. Portanto, se o espaço da festa é eurocatólico, sua manifestação é muito mais ampla, muito mais abrangente. E é isso que nos ensinam pastoris, congadas, bumba meu boi, afoxés, malhação de Judas, caboclinhos, folias, bloco de sujo, fogueiras e balões, maracatus e tantas outras manifestações. Muitas vezes, o olhar estudioso, educado segundo as normas de sistemas ideológicos, acaba por aprisionar, por reduzir a riqueza cultural de tais manifestações (Gonzalez, p. 46, destaque nosso).

O que possibilita as festas populares serem práticas sociais que rompem os limites impostos pelo modelo sociocultural dominante são as relações sociais

unilateralização da prática, que em nada se confunde com a valorização, pela burguesia, dos sujeitos que a produzem e com a prática social específica, objetivação cultural, produzida por estes sujeitos.

populares estabelecidas em seu processo de produção, relações estabelecidas ao longo da história e que seguem, ainda que em medidas e naturezas distintas, persistindo no processo de reprodução dessas festas: formas de cooperação que atendem mais aos interesses dominados, formas de partilha do comum e da distribuição "dos sujeitos anônimos" produtores desse comum menos estranhadas em relação aos seus corpos, aos seus pares e à sua atividade social de produção e que resultam em formas estéticas potencialmente questionadoras das classificações estéticas e éticas burguesas, impostas às camadas populares de cima para baixo.

Canclini, a partir da produção de artesanato de povos rurais (ameríndios) mexicanos, afirma que “as peças de artesanato” – e aqui se toma a liberdade de estender suas colocações às objetivações culturais dos povos brasileiros ameríndios e dos grupos sociais de matriz africana – “são e não são” um produto pré-capitalista:

Não alcançamos inteiramente o que acontece com elas se só pensamos a partir do capitalismo, unidirecionalmente, as suas encruzilhadas atuais. Os produtos artesanais, são também, há séculos, manifestações culturais e econômicas dos grupos indígenas. Esta dupla inscrição: histórica (num processo que vem desde a sociedade pré-colombiana) e estrutural (na lógica atual do capitalismo dependente) é o que produz o seu aspecto híbrido. Ao analisar este aspecto, devemos encontrar um caminho entre dois obstáculos vertiginosos, a tentação folclorista de enxergar apenas o aspecto *étnico*, considerando o artesanato apenas como uma sobrevivência crepuscular de culturas em extinção; ou, como uma reação a isto, o risco de isolar a explicação *econômica* e estudá-lo como qualquer outro objeto regido pela lógica mercantil (Canclini, 1983 p.43, destaques do original).

Uma possível contribuição para apreensão das dinâmicas culturais é a que propõe que uma dada objetivação cultural seja analisada pelas relações de interdependência entre suas dimensões política, ética e estética⁶⁴ (Polido, 2018).

64 A possibilidade de uma análise da dinâmica cultural a partir das relações entre suas dimensões política, ética e estética foi proposta por Polido (2018), inspirada pelas “teses sobre Educação e Política” elaboradas por Saviani (2008), como forma de analisar, a princípio, a atividade social dos grupos de capoeira, que se objetiva nas rodas de capoeira. Mas também, como uma maneira dos professores analisarem criticamente o modo como são realizadas as festas escolares, em especial, como são produzidas as apresentações artísticas apresentadas pelos alunos, considerando inclusive, que, de maneira geral, essas festas e apresentações não possuem relação orgânica com a transmissão dos objetos de ensino e que são justificadas como pretensos momentos de valorização da cultura popular brasileira. A proposição para esta pesquisa foi reelaborada ao incorporar considerações de Canclini (1983) e de Gonzalez (2024).

Nessa interpretação, considera-se que a dimensão política de dada dinâmica cultural é expressa pelos conflitos entre interesses de classes antagônicos que ela abarca. De acordo com Saviani, D. (2008, p. 66), “a mais superficial das análises põe em evidência que a relação política se trava, fundamentalmente, entre antagônicos”.

A dimensão política, que se estabelece entre elementos antagônicos, expressa-se na dinâmica cultural, a exemplo das elaborações de Canclini (1983), tanto nas representações simbólicas próprias ao contexto mais interno de dada objetivação cultural – ou seja, na relação entre realidade social e sua representação ideal que acontece de modo singular, por exemplo, em uma dança, uma peça de teatro, um número circense, um auto de boi, uma apresentação de maracatu, em um campeonato de futebol etc, –como na relação mais externa à objetivação cultural com a estrutura social, o que contempla conflitos de interesses de classes expressos pela socialização ou não dos meios de produção, pela hierarquização dos sujeitos produtores, pelas relações que se estabelecem entre a produção cultural e os organismos de financiamento, pelas formas de distribuição e consumo etc.

Já a dimensão ética, por sua vez, é expressa por relações sociais não antagônicas, a exemplo daquilo que Saviani (2008) pauta sobre a prática educativa. Trata-se da dimensão que reflete formas de cooperação, ainda que por vezes conflituosas, estabelecidas no fazer e no dar visibilidade a esse fazer, a partir de elementos não antagônicos da dinâmica cultural. Essa relação ética, de cooperação e convencimento, envolve sujeitos produtores e consumidores de uma dada objetivação cultural. A forma de se fazer e dar visibilidade a um campeonato de futebol, a um auto de boi, a uma produção de dança, a uma roda capoeira etc depende de relações estabelecidas entre praticantes e/ou artistas com os demais sujeitos produtores e com o possível público, mobilizadas por interesses não antagônicos.

Nesse sentido, reconhece-se uma relação de não identificação e ao mesmo tempo de profunda interdependência entre a dimensão política (antagônica) e a dimensão ética (não antagônica) na dinâmica cultural, ainda que apreender essas dimensões e suas relações não seja tarefa simples, porque os interesses imediatos nem sempre coincidem com os interesses históricos.

A dimensão ética tende a ser determinada pela dimensão política – ainda que a dimensão política possa ser impactada de forma mais ou menos contundente pela dimensão ética a depender da conjuntura histórica –, podendo atender em maior ou menor medida a interesses populares ou, em maior ou menor medida, a interesses burgueses. Isso porque, apesar de na abstração a ética ser o importante exercício das possíveis condutas humanas universais, na realidade ela é sempre marcada por interesses, e na sociedade capitalista, trata-se, antes de tudo, de interesses de classes; sendo que, na formação social brasileira, estes interesses de classes são profundamente racializados e marcados pela questão de gênero.

Diante do exposto, a dimensão estética da dinâmica cultural pode ser apreendida como o resultado das mediações possíveis entre suas dimensões política e ética; mediações estas que resultam ou em formas estéticas mais contestadoras dos modelos socioculturais hegemônicos ou mais alinhadas a eles. Dessa maneira, pode-se fazer o esforço de recolocar a estética – que na sociedade capitalista tende a se apresentar ideologicamente como algo extremamente subjetivo, uma mera questão de gosto – no plano da luta de classes, da luta por hegemonia, como algo passível de pertencer à dinâmica cultural popular responsável, conforme Gonzalez (2024, p. 46), pelo “*estilhaçamento de classificações impostas de cima para baixo*”.

Diante do até aqui exposto, ratifica-se que a apreensão do caráter popular ou não de uma dada objetivação cultural só pode se dar a partir das suas relações sociais de produção, uma objetivação cultural popular é aquela que contempla um processo produtivo popular – uma partilha do comum popular e um uso popular –, no qual os sujeitos anônimos representantes das camadas populares tomam parte na concepção e gerenciamento do processo e na decisão das suas formas de uso, não sendo reduzidos, unilateralizados, a executores de tarefas estranhadas, a quem são destinadas formas de consumo pouco enriquecedoras.

Como conclui Canclini (1983, p. 134-135), a definição do popular não é dada por “certas propriedades que lhe seriam intrínsecas”, pelas “designações que nasceram das sociedades industriais” e “fazem parte do eurocentrismo classificatório, que quer sempre submeter o real à prolixidade classificatória do museu”.

[...] o popular não deve ser por nós apontado como um conjunto de objetos (peças de artesanato ou danças indígenas) mas sim como uma posição e uma prática. Ele não pode ser fixado num tipo particular de produtos ou mensagens, porque o sentido de ambos é constantemente alterado pelos conflitos sociais. Nenhum objeto tem seu caráter popular garantido para sempre porque foi produzido pelo povo ou porque este o consome com avidez. O sentido e o valor populares vão sendo conquistados nas relações sociais. É o uso, é não a origem, a posição e a capacidade de suscitar práticas ou representações populares, que conferem essa identidade (Canclini, 1983, p. 135).

Descobrir as muitas formas de uso das coisas é tarefa histórica, porque a forma de uso das coisas, a necessidade que se têm das coisas e o próprio sujeito consumidor das coisas são produzidos socialmente. Trata-se de descobrir outras formas de uso do tempo de vida humano, do corpo orgânico humano, do corpo inorgânico humano que coincide com toda a natureza humanizada (incluindo a riqueza do acervo das objetivações materiais e culturais produzidas pelo gênero humano), do trabalho e das relações com nossos pares. A tarefa implica lutar por produzir outras formas de uso das coisas diferentes daquelas impostas pelo modo de produção capitalista, em lutar por produzir outros modos de vida.

E as formas de se lutar e os instrumentos de luta, diante da necessidade de construção de outros modos de vida, não são os mesmos a depender das formações sociais particulares; os usos sociais que se possam fazer das objetivações corporais populares e das objetivações corporais esportivas, coerentes com a necessidade da revolução no Brasil, não são apartados do lugar histórico-geográfico dependente e periférico que é imposto ao povo brasileiro.

4.2 Articulação e resistência da cultura popular aos interesses dominantes no capitalismo dependente brasileiro: apontamentos a partir da capoeira

A cultura popular se confronta com os interesses burgueses por meio de dois momentos distintos, não excludentes, que podem coexistir. Um é o da repressão, marginalização e/ou destruição da cultura popular pelos interesses hegemônicos. O outro é o de sua instrumentalização para o atendimento de interesses dominantes, que compreende, de acordo com Borja (2023), tanto a incorporação da cultura popular pelo Estado ao projeto de constituição de uma identidade brasileira nacionalista; como o sequestro da cultura popular pela indústria cultural local, associada à imperialista, de modo a integrá-la à cadeia produtiva de mais-valor. E aqui cabe a consideração de que esses são aspectos organicamente

vinculados, uma vez que o Estado em uma sociedade de classes é representante dos interesses burgueses, configurando-se em um Estado burguês.

Canclini (1983, p. 134) afirma que o que mais ameaça a ordem hegemônica imposta são as lutas políticas e econômicas das “classes, etnias e nações oprimidas” e que, apesar da resposta do capitalismo por inúmeras vezes ser a repressão, a “réplica mais cotidiana e incisiva é a que trata de absorver as culturas populares, integrá-las, ressemantizar as suas mensagens e refuncionalizar os seus objetos”.

O autor coloca nos seguintes termos a instrumentalização do elemento popular pelo Estado, em sua pesquisa representado pelo fazer artesanal de povos rurais mexicanos, mas que também é pertinente à particularidade capitalista dependente brasileira:

Em sociedades tão complexas como as que se situam no interior do capitalismo periférico e que possuem um forte componente indígena [no caso da brasileira, também africano], os processos sócio-culturais são o resultado do conflito entre várias forças que possuem origem diversa. Uma delas é a persistência de formas de organização comunitária da economia e da cultura, ou sobras da que existiu anteriormente, cuja interação com o sistema dominante é muito mais complexa do que supõem os que falam unicamente da penetração e da destruição de culturas autóctones. [...] Nem o Estado, nem a classe dominante estão interessados em abolir a produção artesanal. Nenhuma classe hegemônica pode exercer o seu poder e a sua ideologia através de uma arbitrariedade total, unicamente de cima para baixo, ela necessita, especialmente nas suas etapas históricas progressistas, do avanço do conjunto da sociedade. Quer seja através de um desenvolvimento tecnológico e econômico que integre a todos os setores sociais, incluindo as formas peculiares de produção material e cultural, quer seja porque precisa melhorar o nível educativo e de consumo das classes subalternas para expandir a produção e o mercado, o projeto dominante inclui muito mais do que a classe que o formula (Canclini, 1983, p. 72).

A relação entre a capoeira e o Estado brasileiro pode ser exemplo significativo para a compreensão da cultura popular como expressão da luta de classes e dos processos, no interior da luta hegemônica, de sua resistência e articulação aos interesses dominantes, no contexto específico da formação social brasileira.⁶⁵

65 Uma parte dos exemplos sobre a capoeira aqui abordados integra o trabalho desenvolvido por Polido (2018); no entanto, nesta pesquisa são mobilizados de modo a compor outras análises. Lá interessava problematizar a origem africana ou brasileira da prática, aqui interessa, por um lado, o processo de repressão e instrumentalização da capoeira pelo Estado brasileiro e, por outro, o processo de resistência a essas investidas que se configura naquilo que aqui se considera ser a dimensão popular da capoeiragem.

4.2.1 Cultura popular, repressão e resistência

A capoeiragem, a princípio, é representativa do modo de vida e da produção cultural específica de diferentes grupos sociais africanos escravizados no Brasil, assim como de seus descendentes, a partir do século XVI.

A capoeira marginalizada no período da escravidão é classificada hegemonicamente como uma atividade de gente africana (uma prática inferior), isso por se tratar de uma prática social concebida e prioritariamente gerenciada por pessoas escravizadas e seus descendentes (uma prática social negra), ainda que fosse admirada e praticada por pessoas de outros grupos sociais, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Trata-se de uma combinação entre o que Vieira e Assunção (1998) vão indicar como sendo “o mito das origens remotas” e o “discurso étnico” da capoeira.

É nesse sentido que a classificação hegemônica inicial veiculará uma origem africana para capoeira, mesmo ela constituindo-se no Brasil, por meio da dinâmica cultural popular, explicitada por Gonzalez (2024), de duplo ajustamento social, resistência e acomodação, empreendida pelas classes populares ao longo da formação social brasileira.⁶⁶

Soares (2020, p. 124-125), em sua pesquisa *A Capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro: 1808-1850*, aponta que a escravidão africana nas Américas criou uma classificação de nações africanas que em nada se refere a “identidades étnicas forjadas pela milenar experiência cultural africana”. As nações inventadas pelo comércio negreiro, explicitadas por “denominações como Benguela, Angola e Congo, não se referiam a grupos étnicos, ou mesmo a federações de povos, mas tinham significado primordialmente geográfico”.

Para o autor, apreender a prática social da capoeira implica a consideração de que a capoeira é, antes de tudo, uma prática forjada em resposta à escravização:

Podemos afirmar com certeza que a capoeira é fundamentalmente uma prática escrava, antes de ser africana. As origens da capoeira têm de ser procuradas na escravidão urbana, e o Rio de Janeiro com certeza exerce um papel fundamental como raiz, apesar da ancestralidade africana evidente (Soares, 2020, p. 126).

66 Para aprofundamento da constituição histórica da capoeira, sugere-se: *O jogo de capoeira: corpo e cultura popular no Brasil* (Vieira, 1995); *Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira* (Vieira e Assunção, 1998) e *Os desafios contemporâneos da capoeira* (Vieira e Assunção, 2008).

A violência da repressão sofrida pela capoeira se destaca mesmo quando o contexto é o de uma sociedade escravista, cotidianamente já controlada pela violência, porque se trata da repressão ao inconformismo escravo. No Rio de Janeiro, essa violência também se relacionou ao “caráter sinuoso” da capoeira escrava carioca, que promovia um terror que se diferenciava do medo da insurreição aberta, da “fúria incontrolável da gente preta”, já presenciada “em São Domingos e em Salvador da Bahia”. A capoeira carioca promovia um terror “insidioso, sorrateiro e traiçoeiro”, que afrontava a ordem cotidiana e o poder policial. Diante do fato de que no Rio de Janeiro do século XIX, mesmo um carioca pobre livre podia ter uma propriedade doméstica, africana ou mestiça, o medo não se justificava apenas pela capoeiragem que acontecia nas noites; durante o dia o terror não tinha apenas cor, desconfiava-se de todos, o terror tinha um rosto e um nome, circulava pelas ruas, praças, chafarizes, largos de igrejas, passava por casas, estava nas casas. É por isso que “os escravos sobre os quais o braço repressor caiu de forma mais selvagem foram exatamente os capoeiras” (Soares, 2020, p. 575).

A prática da capoeira por escravos previa correção imediata de 100 a 300 açoitadas, com o risco de envio à prisão associado a trabalhos forçados em estaleiros. Às pessoas livres, a prática da capoeira podia acarretar, além de castigos físicos, sua integração compulsória às forças armadas (Soares, 2020).

Há uma história famosa na tradição oral da capoeira, comenta-se que os capoeiristas arrumavam confusão nas barbas de oficiais, nas proximidades de suas bases, para evitar que, em caso de serem capturados, fossem amarrados a cavalos e arrastados pelas ruas até delegacias ou quartéis como forma de humilhação e castigo públicos. Teria sido assim, nesses confrontos com policiais, que os capoeiristas conquistaram sua valentia e aprimoraram suas habilidades.

Ao apontar as dimensões da função social da capoeira escrava no Rio de Janeiro, Soares (2020, p. 575) explicita elementos que podem dar a ver aspectos da relação entre suas dimensões política, ética e estética:

Mas a capoeira escrava tinha várias faces. Ela era também o lúdico, a brincadeira, o jogo, embora a natureza da documentação produzida sobre o fenômeno, pouco revele a respeito deste ângulo. Por outro lado, ela era também um jogo de posição estabelecido no interior da comunidade negra-escrava da cidade, expresso no controle dos chafarizes – ponto de encontro inevitável dos cativos da cidade – e, depois, das praças públicas. Um jogo

mortal, que nas décadas de 1830 e 1840, era decidido principalmente à noite, quando grande parte dos habitantes e senhores da cidade estavam em suas casas e apenas as patrulhas policiais interferiam no silêncio noturno, de quando em quando interrompido pelo dobre do sino do “Aragão”.⁶⁷

Quando aborda o legado deixado pelos capoeiras escravos da primeira metade do século XIX, Soares (2020, p. 576) escreve:

Geralmente, pensamos em heranças como algo palpável, material, mas, no nosso caso, o legado deixado para as gerações seguintes de negros e homens pobres da cidade do Rio de Janeiro foi uma estratégia social, uma forma de lidar com os agressores, uma comunhão de solidariedade grupal – importante para muitos que deixaram parentes e amigos do outro lado do Atlântico –, como autodefesa frente aos inimigos, fossem eles da mesma extração social, ou envergassem os trajes de defensores da ordem. Não há dúvida de que essa combinação da solidariedade no trabalho (mesmo que este seja o ofício rude de pegar água nas fontes públicas) com a habilidade marcial e o manejo das lâminas foi um sucesso, que superou as repetidas vagas de repressão que se sucederam por quase 40 anos.

A solidariedade estabelecida no ambiente urbano nas atividades de trabalho escravo, e em algumas situações livre, possibilitava troca de informações e organização tática que integravam a prática social da capoeira. O autor pontua que o legado da capoeira escrava foi de fundamental importância às formas de resistência empreendidas por pretos e pardos livres, brancos pobres, imigrantes desprivilegiados e toda sorte de marginalizados que aderiram à capoeiragem na segunda metade do século XIX (Soares, 2020).

Considera-se que o tipo de mediação entre a dimensão política e a dimensão ética, própria à dinâmica cultural da capoeiragem carioca, resultou em uma estética capaz de estilizar de uma maneira específica o modelo hegemônico: a capoeiragem que se constituiu durante o século XIX no Rio de Janeiro será ao mesmo tempo temida e admirada pelas camadas dominantes e pela polícia.

Subir em torres de igrejas para badalar sinos como demonstração de coragem arriscando a própria vida; confrontar simbólica e explicitamente a ordem burguesa, mas ao mesmo tempo identificar locais e horários para driblar a ação policial; saber ser capoeira contra os inimigos, ainda que o inimigo seja uma outra malta; e saber ser capoeira com os seus em rodas de vadiagem, refinar técnicas

67 De acordo com Soares (2020), os capoeiras do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX se desafiavam a escalar torres de igrejas e badalar seus sinos como demonstração de destreza, coragem e virilidade, mas também como forma simbólica de enfrentamento da ordem vigente. Essa prática chegava a ocasionar acidentes fatais.

corporais de combate, se fazer respeitado e temido, sempre em estratégias coletivas, é a reivindicação prática do sujeito histórico capoeira do século XIX do Rio de Janeiro por sua humanidade, é a recusa social à imposição de sua redução, unilateralização, à coisa, à propriedade, à instrumento de trabalho, à força de trabalho. A repressão à capoeira é a repressão às pessoas das camadas populares que teimam em ser gente e em contestar por meio da prática social os modelos hegemônicos e suas classificações.

Há algo em comum, por exemplo, entre essa estética marginal promotora de medo e admiração, própria à capoeira carioca do século XIX, e a estética dos *pixos* do século XX que adentram o século XXI, com suas escaladas que desafiam, ao mesmo tempo, a polícia e as alturas de prédios que anunciam a importância dos principais centros econômicos urbanos nos quais trabalhadores e desempregados anônimos são massacrados.⁶⁸

Também há traços em comum entre a estética marginal da capoeira carioca do século XIX e a estética dos passinhos cariocas do século XXI, que é a estética do atual alvo policial carioca: homem jovem negro de chinelo Kenner, uma estética do sujeito social que causa medo, mas também admiração, uma estética que tem cor, idade, rosto, endereço e forma própria de se vestir e dançar, que cria passos com técnicas elaboradas que confrontam os modelos dominantes.⁶⁹

Apenas nesses termos é possível apreender a relação fundamental que se estabelece na totalidade capitalista entre as camadas populares e as objetivações da cultura corporal, o que também vale para as objetivações artísticas: nos termos de uma recusa prática, coletiva e cotidiana de que a vida humana se resuma à sobrevivência. E é igualmente nesses termos que se torna possível entender a repressão à cultura popular no capitalismo dependente.

A abolição da escravidão reestruturou as formas de repressão institucional à capoeira, conforme explicitado no Capítulo XIII do Código Penal brasileiro, que trata dos “Vadios e Capoeiras”:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias,

68 Para se ter um exemplo, uma ideia, da estética dos *pixos* contemporâneos, pode-se acessar: https://www.instagram.com/reel/CT7pEXML42L/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA== (Irene, 2021).

69 Para se ter um exemplo atual, uma ideia, da estética dos passinhos cariocas, pode-se acessar: <https://www.instagram.com/p/DEYKkjXyDbj/> (Oliveira, 2025).

com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal: Pena - de prisão celular por dois a seis meses. Paragrapho unico. E' considerado circunstancia agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidencia, será applicada ao capoeira, no gráo maximo, a pena do art. 400. Paragrapho unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquillidade ou segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas comminadas para taes crimes (*sic*) (Brasil, 1890).

O Brasil foi a última nação do mundo a abolir a escravidão e não se tratou de um processo de ruptura, mas de uma lenta e longa progressão que se relacionou não só com os interesses colonizadores de portugueses e de alguns outros países europeus, mas também com os interesses ingleses de uma nova expansão comercial exigida pela revolução industrial e possibilitada por aquilo que os economistas ingleses denominaram por acumulação primitiva do capital, mas que Marx (2013, p. 786) coloca em termos que correspondem aos fatos: uma acumulação possibilitada pela “conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência”.

O autor (2013, p. 785) ironiza a forma como os economistas ingleses justificam o que eles denominam de acumulação primitiva do capital:

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. [...] Numa época muito remota, havia por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. [...] Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada a vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo o seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza de poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar.

E explicita a questão nos seguintes termos:

Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. [...] A assim chamada acumulação primitiva do capital não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (Marx, 2013, p. 786).

A abolição formal da escravidão no Brasil se justifica, sem se desconsiderar suas particularidades, por uma lógica similar a toda concessão de liberdade burguesa, é preciso converter servos e escravos em trabalhadores livres, para que eles possam levar a sua mercadoria, ou seja, a sua força de trabalho, “a qualquer lugar onde haja mercado para ela”. Essa é a lógica que transforma os sujeitos históricos produtores em sujeitos históricos trabalhadores assalariados (Marx, 2013, p. 787).

No caso da colonização do Brasil, a transformação dos sujeitos históricos produtores em sujeitos históricos assalariados contempla a escravização dos sujeitos históricos produtores, tanto dos produtores pertencentes aos povos ameríndios nativos, quanto daqueles produtores pertencentes a povos africanos expatriados. A “acumulação primitiva do capital” às custas do Brasil e no Brasil se dá por meio de uma espécie de racialização “primitiva” da luta de classes.

Conforme Queiroz (2018), a escravização de pessoas africanas, diferente do que pesquisas de períodos anteriores indicavam, não substituiu plenamente a escravização da população ameríndia brasileira, sempre que possível, elas coexistiram, especialmente na região Amazônica. A autora traça uma linha com as principais leis que antecederam a abolição da escravidão no Brasil. Em 1815, foi proibido o tráfico atlântico de pessoas africanas ao norte da linha do Equador depois de um acordo entre Reino Unido e Brasil; em 1831, foi proibido o tráfico de pessoas africanas para o Brasil; em 1850, foi promulgada a lei Eusébio de Queirós, que reforçou a proibição do tráfico de pessoas africanas para o Brasil; em 1871, a lei do ventre livre é assinada, concedendo a liberdade, evidentemente apenas formal, aos filhos das pessoas escravizadas; em 1884, a escravidão foi formalmente abolida nas províncias do Ceará e Amazonas; e em 1885, a lei dos Sexagenários é proclamada, dando liberdade às pessoas escravizadas com mais de 60 anos em um território em que essas pessoas comumente viviam pouco mais de duas décadas e que se chegassem a essa idade como escravizadas já não teriam muito mais como usufruir de sua liberdade. Nesse sentido, a lei não deixava de favorecer aos seus senhores, que poderiam se desfazer de seus “bens semimoventes” e caso não se desfizessem demonstravam o caráter benevolente da escravização.⁷⁰

70 A linha do tempo é apresentada por Queiroz (2018), os comentários são de responsabilidade da pesquisa aqui apresentada.

É só depois desses numerosos desvios que se dá a abolição formal da escravidão no Brasil com a Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888:

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléa Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário. Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império. Princeza Imperial Regente” *[sic]* (Brasil, 1888).

É relevante indicar que o fato de esta lei ser de responsabilidade não apenas da Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, mas também da Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros, já aponta o caráter econômico transnacional da abolição formal da escravidão no Brasil.

Conforme Queiroz (2018), o poder público não se comprometeu de fato em fiscalizar a lei e não promoveu políticas públicas, conforme proposto pelas campanhas abolicionistas, para integração das pessoas ex-escravizadas ao mercado de trabalho, como por exemplo, por meio de pagamento de um salário-mínimo ou da concessão de terras para o cultivo.

De acordo com a dissertação de Bissigo (2014), o primeiro censo realizado no Brasil aconteceu em 1872, 16 anos antes da abolição da escravatura, pela Directoria Geral de Estatística - DGE (1871 – 1879), sendo o único do período imperial escravista e encomendado, dentre outros motivos, pela necessidade imperial de identificar a diminuição anual do trabalho escravo no Brasil e calcular as estimativas de quantos anos seriam necessários para a extinção completa do trabalho escravo brasileiro.

Em consulta ao relatório original, vê-se que o próprio Império reconhecia as limitações dos dados levantados ao declarar que:

Esse serviço pela primeira vez executado em um Estado de vasta extensão e cuja população, comparativamente diminuta, acha-se disseminada por todo o território [...] não sendo perfeito é o melhor que nas actuaes circumstancias se poderia alcançar. (*sic*) (DGE, 1877, p. 5).

Pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais fizeram um trabalho amplo de pesquisa para revisão e, quando possível, correção dos dados do censo de 1872. Esse trabalho teve os seus principais resultados divulgados – com a ajuda de Roberto Borjes Martins, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e integrante do corpo de pesquisadores –, em matéria especial do jornal *Nexo*, realizada por Mariani *et al.* (2017)⁷¹, que aponta que em 1872 havia uma pessoa escravizada para cada seis pessoas livres no Brasil:

O Brasil contava com uma população de 9,93 milhões de pessoas, sendo 51,6% homens e 48,4% mulheres (no censo de 2010, 138 anos depois, as mulheres representam 51% do total). Quando a análise considera a “condição social”, separando o universo entre livres e escravos, o resultado é o seguinte: 84,8% e 15,2%, respectivamente. A população brasileira seguia a proporção aproximada de um escravo para cada 6 pessoas livres.

No entanto, os autores da matéria esclarecem que esse número não correspondia à realidade. Isso em razão do grupo de pessoas livres contar com “escravos libertos, condicionados a servir seus senhores enquanto estes vivessem. Ironicamente, também uma forma de escravidão ainda que informal, justificada como demonstração de gratidão pela liberdade concedida” (Mariani *et al.*, 2017).

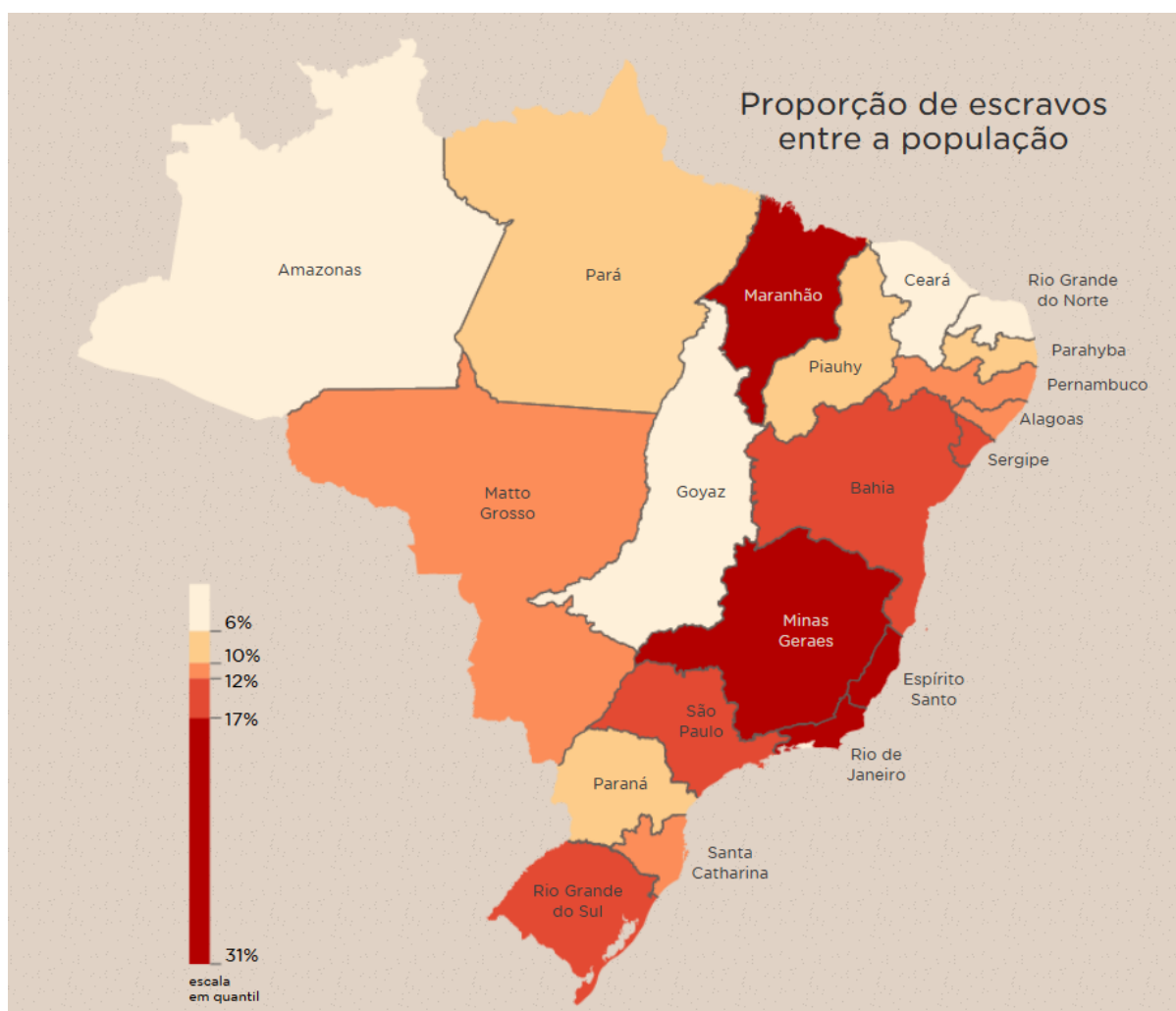
Bissigo (2014, p. 181), ao explicitar as limitações do censo de 1872 em retratar o modo de vida da população escrava, problematiza:

As gradações do processo foram eliminadas e os libertos (mesmo os condicionais) foram promovidos a livres, inflando essa categoria e atingindo 85% da população. As marcas do cativeiro se tornam menos evidentes – porque escondia a camada de pessoas com passagem ou ancestralidade vinculada à escravidão – e, paradoxalmente, mais evidentes, porque a diferenciação livre-escravo tornou-se crucial, irreconciliável, totalmente dual: ou escravo, ou livre! Num país onde pardos e pretos juntos somariam 58% (considerando que, se houve algum “branqueamento” nas listas de família, a proporção poderia ser maior), a existência de apenas 15% de população escrava colaborava, se não para uma invisibilidade completa, para uma menor atenção à origem africana da população. E, mais uma vez, paradoxalmente, uma menor atenção que resultava em uma grande atenção, pois, se de um lado alguns dados só foram detalhados em relação à população livre, por outro, a existência de tabelas específicas para a população escrava indica que ela se tornou em vários momentos objeto específico de atenção. Uma atenção voltada, como vários relatórios afirmaram, para sua extinção, pensada inevitavelmente de forma gradual a partir da Lei do Ventre Livre.

71 A matéria jornalística é apresentada em um formato de informações e gráficos virtuais que não possibilita referenciar a paginação.

Ainda assim, julga-se válido apresentar a proporção de escravizados entre a população do Brasil Imperial de acordo com o censo de 1872, conforme mapa demonstrado por Mariani *et al.* (2017). Isso porque a extensão territorial brasileira também impacta a interpretação de uma taxa de cerca de 15% de escravizados. No Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Maranhão, a proporção de escravos entre a população era de cerca de 31%.

Gráfico/Tabela 19: Estimativa da distribuição da população escrava no Brasil Imperial em 1872



Fonte: Mariani *et al.*, 2017.

O censo Imperial de 1872 dividiu a população por “raças”, a branca, a africana e a indígena, esclarecendo que “o cruzamento da raça africana com outras resultou a classe dos pardos” (DGE, 1877, p. 13).

O Brasil é habitado por três raças distintas, a saber:
 A branca da qual existem 3.787.289 indivíduos
 A africana 1.954.452
 A indígena 386.955
 Do cruzamento da raça africana com as outras resultou
 a classe dos pardos em número de 3.801.782 (Brasil, 1876, p. 13).

Gráfico/Tabela 20: Estimativa da população brasileira de acordo com “raça” e sexo – Brasil Imperial – 1872

RAÇAS	POPULAÇÃO			Proporção por 1 000 habitantes		
	Masculina	Feminina	SOMMA	Masculinos	Femininos	SOMMA
Branca	1 971 772	1 815 517	3 787 289	384 82	377 71	381 38
Negra	1 024 354	930 098	1 954 452	199 92	193 5	196 81
Indígena	200 948	186 007	386 955	39 22	33 7	38 97
Pardos	1 926 795	1 874 987	3 801 782	376 04	390 99	382 84
Total	5 123 869	4 806 609	9 930 478	1 000	1 000	1 000

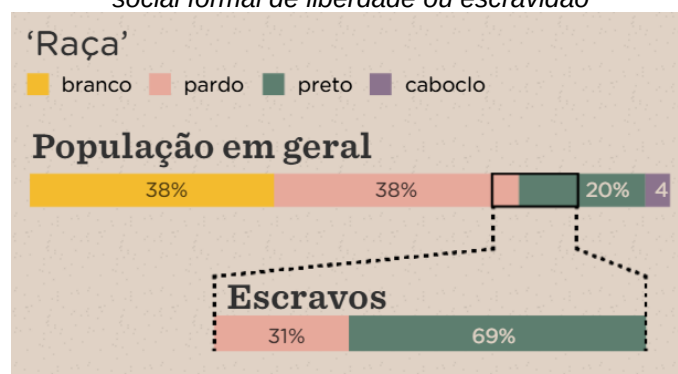
Fonte: DGE, 1877, p. 14.

Logo abaixo da tabela, o relatório altera as nomenclaturas utilizadas: “Este quadro mostra que as proporções em que diferentes raças estão para o total da população, são as seguintes: em 1000 habitantes encontram-se 381 brancos, 197 pretos, 39 caboclos, e 383 pardos”. Os indígenas passam a ser nomeados por caboclos e os negros por pretos (DGE, 1877, p. 14).

Mariani *et al.* (2017) apresentam o seguinte gráfico da organização dos dados da população imperial por “raças” cotejando-os com os dados referentes aos trabalhos livre e escravo⁷²:

⁷² Vale a pena reforçar a informação já trazida de que, dentre as pessoas pretas e pardas livres, estão incluídas aquelas que, apesar de serem livres nos registros, viviam em regime de escravidão ou análogo a ele.

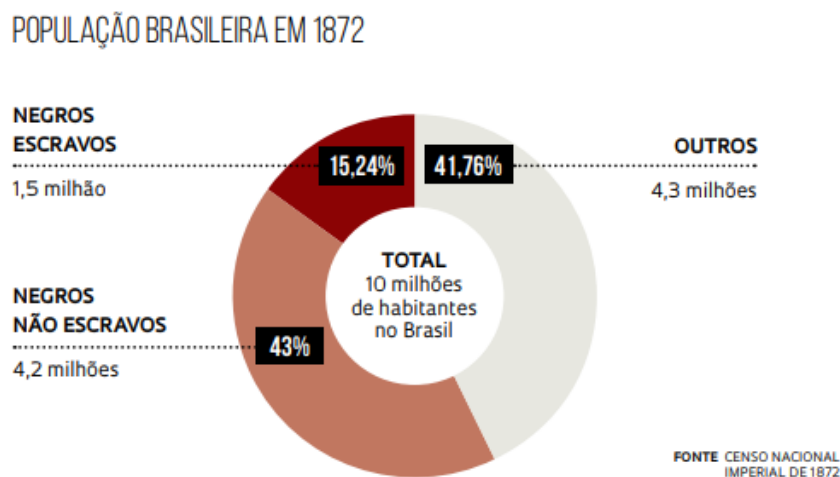
Gráfico/Tabela 21: Estimativa da população do Brasil Imperial de acordo com a “raça” e condição social formal de liberdade ou escravidão



Fonte: Mariani et al, 2017.

Já Queiroz (2018) apresenta os dados do censo imperial de 1872 nos seguintes termos, considerando a estimativa de 10 milhões de habitantes: 4,2 milhões de pessoas negras formalmente não escravas (43%), 1,5 milhão de pessoas negras escravas (15,24%) e 4,3 milhões de pessoas (41,76%) formadas por outras “raças”.

Gráfico/Tabela 22: Estimativa da população negra (preta e parda) de acordo com censo nacional imperial de 1872



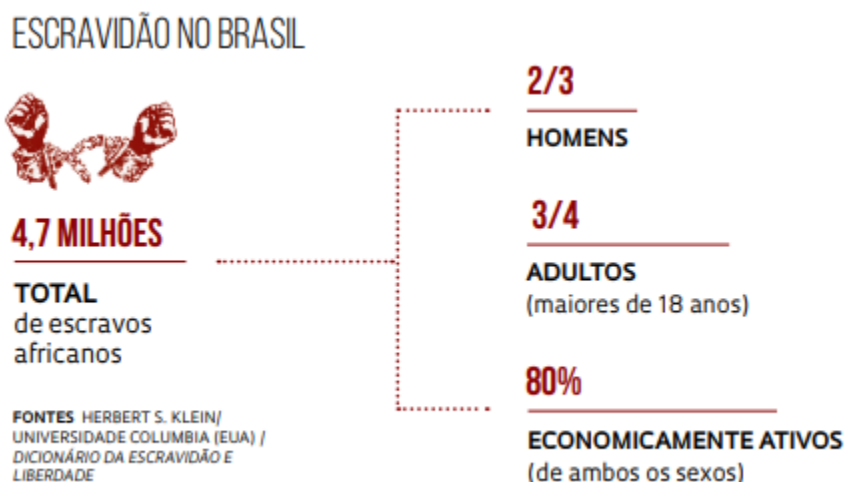
Fonte: Queiroz, 2018, p. 76.

Conforme a autora, o Brasil foi a nação que mais recebeu africanos expatriados. Entre os anos de 1550 e 1860, há o registro de 4.722.143 africanos desembarcados na costa brasileira, sendo 2.263.914 na região sudeste brasileira, 1.550.355 na Bahia, 853.833 em Pernambuco e 54.041 em outras localidades, o

que corresponde a cerca de 40% de toda a diáspora africana no mundo. Em trezentos anos de tráfico de escravos, estima-se que dois terços dos africanos que chegaram ao Brasil eram homens; que três quartos eram maiores de 18 anos; que 80% de toda a população escravizada era economicamente ativa, o que é tida como uma taxa de participação extremamente alta; e que a média de vida das pessoas escravizadas era de 23 a 28 anos, cinco a dez anos a menos do que a média de vida de 33 anos de um escravizado norte-americano:

Ao levantar dados em bancos de teses defendidas nos últimos 50 anos, no Brasil e nos Estados Unidos, em censos provinciais armazenados em arquivos públicos e livros paroquiais de igrejas, Herbert S. Klein, professor emérito de história na Universidade Columbia, nos Estados Unidos, identificou que dois terços dos escravos que chegaram ao Brasil, durante os mais de 300 anos de tráfico, eram homens adultos. Setenta por cento dos escravos provinham da África centro-ocidental, 18% do golfo de Benin e 6% de Moçambique, contabiliza. “Cerca de 80% dos escravos de ambos os sexos eram economicamente ativos, o que é uma taxa de participação extraordinariamente alta”, observa. No Brasil, durante a vigência da escravidão, a expectativa de vida dessa população era cinco a 10 anos menor do que a de negros norte-americanos, por exemplo, que viviam, em média, 33 anos (Queiroz, 2018, p. 76).

Gráfico/Tabela 23: Estimativa da característica da população africana expatriada e escravizada no Brasil, conforme sexo, maioridade civil e capacidade de trabalho



Fonte: Queiroz, 2018, p. 76.

De acordo com Santos, J. (2008, p. 5) o tráfico de pessoas africanas gerou uma indústria extremamente lucrativa e de organização complexa, “o comércio mundial de trabalhadores escravos foi um negócio sistemático, organizado e legal”.

Para o historiador, depois das grandes navegações, essa foi a segunda onda de globalização do capital.

Para se apreender o caráter da repressão à capoeira, aqui exemplificando a repressão à cultura popular, bem como as possibilidades de resistência ativa a essa repressão, faz-se necessária uma tentativa de entendimento, ainda que por meio de estimativas muitas vezes manipuladas pelas classificações dominantes, da constituição da força de trabalho da população brasileira no período abolicionista. É nesse sentido que se pode dar a devida importância à constatação *de que a proibição da capoeiragem integra um capítulo do Código Penal de 1890 que tem a explícita preocupação com a desocupação laboral da população brasileira, e que promove a punição e a culpabilização da pessoa desocupada.*

Esse caráter culpabilizador e punitivo sobre indivíduos desocupados se dá em uma conjuntura em que as pessoas até então escravizadas, pessoas que eram unilateralizadas pelo modelo social hegemônico como mercadorias, literalmente como bens semi-moventes a serviço de seus proprietários ou patrões, passam a ser consideradas juridicamente pessoas livres para levar a sua força de trabalho até o mercado. E aqui se inclui as libertas sob condicionalidades e que a classificação dominante do censo imperial inseriu no grupo de pessoas livres.

Nesse sentido, todo o Capítulo XIII do Código Penal brasileiro de 1890, que trata dos “Vadios e Capoeiras”, e não apenas o trecho com o qual os capoeiras de hoje estão familiarizados, culpabiliza e penaliza as pessoas escravizadas e superexploradas, sobretudo, o jovem homem negro, pelas condições a elas impostas pelo próprio Estado brasileiro. A repressão aos “Vadios e Capoeiras é articulação da punição à desobediência e à pobreza:

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, **não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:**

Pena - de prisão cellualar por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, **será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.**

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes.

Paragrapho unico. Si o infractor for estrangeiro será deportado.

Art. 401. A pena imposta aos infractores, a que se referem os artigos precedentes, ficará extincta, si o condenado provar superveniente aquisição de renda bastante para sua subsistencia; e suspensa, si apresentar fiador idoneo que por elle se obrigue.

Paragrapho unico. A sentença que, a requerimento do fiador, julgar quebrada a fiança, tornará effectiva a condenação suspensa por virtude della [sic] (Brasil, 1890, destaques nosso).

Constata-se, assim, que durante o século XIX até os anos iniciais do século XX, para a classificação hegemônica, vadios, capoeiras, negros, pretos e pardos são mais do que termos análogos, referem-se a um mesmo tipo de sujeito social desumanizado e inferiorizado. Trata-se mesmo da produção material da criminalização das pessoas negras, que as atinge de modos peculiares a depender de seu gênero e idade.

Há uma justificativa ideológica de que a vinda de imigrantes europeus, para o Brasil para assumir o trabalho remunerado nas lavouras e fábricas, entre o final do século XIX e começo do século XX, ocorreu porque tais imigrantes ofereciam força de trabalho mais qualificada, o que não encontra correspondência com a realidade. Na concorrência entre a força de trabalho de pessoas negras e de imigrantes europeus, estabeleceu-se uma hierarquia racista na qual a população negra assumia os piores postos e remuneração, em um contexto no qual não havia regulamentação quanto à jornada de horas de trabalho e remuneração mínima, o que só acontecerá anos de 1930 com o governo de Getúlio Vargas (1882-1954) (Queiroz, 2018).

As Forças Armadas brasileiras trataram de absorver parte do exército de reserva de mão de obra formado pela população negra após a abolição formal da escravidão. Já em meados do século XIX, escravos libertos e fugitivos se alistavam na Marinha e no Exército brasileiros:

Nas Forças Armadas eles recebiam um salário, uma farda e tinham onde dormir – mas seguiam sendo vítimas das práticas violentas que caracterizaram todo o regime escravagista no Brasil. “Em 1910, 90% dos marinheiros brasileiros eram negros”, destaca [o professor Álvaro Pereira do Nascimento, professor de história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro]. Ele fez a constatação a partir de pesquisas realizadas em relatórios do Exército e da Marinha, armazenados no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e no Arquivo da Marinha (Queiroz, 2018, p. 79).

Muitos capoeiras integram as Forças Armadas do Brasil – nas quais a militarização estabelece vínculo com a lógica esportivista – e mestres de capoeira

ensinarão a arte nesse contexto, como é o caso de Vicente Ferreira Pastinha (Salvador, 1889 – Salvador, 1981), o mestre Pastinha, o mais importante nome da capoeira Angola, que ensinou capoeira na Marinha brasileira.

Com o avanço do século XX, haverá uma progressiva aproximação entre a capoeira e a ideologia militar, sobretudo no que diz respeito à hierarquização, disciplinarização, descriminalização e esportivização da prática.

A obra e a vida de Arthur Bispo do Rosário (Japaratuba, 1909 ou 1911⁷³ – Rio de Janeiro, 1989) desvelam essa aproximação da população negra brasileira, não só com as Forças Armadas, mas também com a questão eugênica e higienista brasileira, que resulta na internação de muitos “vadios e capoeiras” em manicômios.

De 1940 a 1960, alterna momentos de internação com períodos em que exerce ofícios em residências cariocas. No começo da década de 1960, trabalha na Clínica Pediátrica AMIU, onde vive em um quartinho, no sótão. Ali, inicia seus trabalhos, criando, com materiais rudimentares, diversas miniaturas, como navios de guerra e automóveis, além de vários bordados. Em 1964, regressa à Colônia, onde consolida por volta de 1.000 peças com elementos do dia a dia. Os trabalhos de Bispo variam entre justaposições de objetos e bordados. Nas obras do primeiro tipo, geralmente usa itens de seu cotidiano na Colônia, como canecas de alumínio, botões, colheres, madeira de caixas de fruta, garrafas de plástico, calçados e materiais comprados por ele ou pessoas amigas. Para os bordados, usa tecidos disponíveis, como lençóis ou roupas, e obtém os fios ao desfilar o uniforme azul de interno. Prepara com seus trabalhos uma espécie de inventário do mundo para o dia do Juízo Final. Nesse dia, ele se apresentaria a Deus com um manto especial, enquanto representante dos homens e das coisas existentes. O manto bordado traz o nome das pessoas conhecidas, para não se esquecer de interceder junto a Deus por elas. Também faz estandartes, fardões, faixas de miss, fichários, entre outros, nos quais borda desenhos, nomes de pessoas e lugares, além de frases referentes a notícias de jornal ou episódios bíblicos, reunindo-os em uma espécie de cartografia. A criação das peças, para ele, é uma tarefa imposta por vozes que diz ouvir (Arthur Bispo do Rosário, *in* Enciclopédia Itaú Cultural, 2025).

Arthur Bispo do Rosário é sem dúvida um dos mais importantes artistas plásticos brasileiros. O chamado *Manto da Apresentação* é a obra mais conhecida do artista sergipano, que não nomeava nenhum de seus trabalhos e foi construída ao longo de seus 50 anos de internação.

73 “Segundo registros da *Light* [companhia elétrica do Rio de Janeiro], onde Bispo trabalhou entre 1933 e 1937, sua data de nascimento é 16 de março de 1911. Nos registros da Marinha de Guerra do Brasil, onde serviu entre 1925 e 1933, consta 14 de maio de 1909.” (Arthur Bispo do Rosário, *in* Itaú Cultural, 2025).

Figura 18: Manto da apresentação [título atribuído], Arthur Bispo do Rosário, técnica: costura, bordado, escrita, dimensões: 118,5X141,2X7 cm.



Fonte: Manto da Apresentação, in Museu Bispo do Rosário de Arte Contemporânea.

Como serviu à Marinha de Guerra do Brasil de 1925, quando se mudou do Nordeste para a cidade Rio de Janeiro, até 1933, sua obra é fortemente marcada por navios de guerra e por referências esportivas.

Uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Justiça e realizada por Soares, Rolim e Ramos (2009), intitulada *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*, comprova que no século XXI as profissões fardadas seguem sendo especialmente atraentes para os homens negros e se configuram como o espaço social no qual há as maiores possibilidades de a população negra e a pobre conseguirem algum tipo de progressão profissional. O quadro abaixo apresenta o perfil racial da polícia e demais agentes das forças de segurança pública brasileiras na primeira década do século XXI, de acordo com os autores (2009, p. 101)⁷⁴:

⁷⁴ Os dados tomam por base a PNDA de 2007 (Soares, Rolim, Ramos, 2009).

Gráfico/Tabela 24: Perfil dos profissionais de segurança pública do Brasil, de acordo com critério de raça

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Brasil ¹⁶
Branca	39,6%	51,0%	48,7%	70,1%	39,5%	39,0%	53,0%	49,5%
Negra	58,1%	47,0%	48,9%	28,0%	58,3%	58,2%	43,9%	49,7%
Outras	2,3%	2,1%	2,4%	1,9%	2,2%	2,7%	3,0%	0,8%

P. Segundo a classificação do IBGE, como você definiria sua cor ou raça?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

Fonte: Soares, Rolim, Ramos, 2009.

Pouco mais de uma década depois, em 2020, se considerados dentre os agentes de segurança pública brasileiros apenas os policiais, teremos 56,8% do efetivo formado por pessoas brancas e 42% por pessoas negras. No entanto, se levados em conta os homicídios sofridos por policiais – 194 assassinatos, sendo que 130 ocorreram fora do horário de serviço (o que indica que a população policial além da jornada de trabalho normal realiza “bicos” para complementação de renda) –, 34,5% das vítimas eram brancas e 62,7% delas eram negras (FBSP, 2021).

Trata-se de um índice do racismo estrutural brasileiro que não retrocedeu, uma vez que, em 2023, dentre as mortes violentas e intencionais que vitimaram policiais civis e militares, 69,7% recaíram sobre as pessoas negras e 29,4% sobre as brancas (FBSP, 2024).

Duas questões merecem atenção. Primeiramente, o fato de que os homens negros brasileiros são as maiores vítimas letais por morte violenta intencional tanto na condição de civis, como na condição de agentes repressores do Estado, e, ao mesmo tempo, também são os mais punidos pelo sistema carcerário, como veremos adiante. Em segundo lugar, há de se atentar que o mais promissor que o capitalismo dependente pode oferecer a esse sujeito social é ou a sua integração no aparelho repressor do Estado, ainda que em condições evidentemente menos favoráveis do que em relação às dos agentes brancos, ou o sonho de ser um atleta de sucesso, em especial um jogador de futebol. De modo simbólico, uma farda ou um uniforme esportivo, nos dois casos, cada um ao seu modo, correspondem a formas muito peculiares de superexploração da força de trabalho. A superexploração do esportista de alto rendimento já foi amplamente discutida no capítulo anterior. Igualmente, pode-se ter uma ideia da superexploração da forma

de trabalho do policial brasileiro por meio dos dados mais recentes do Fórum de Segurança Pública Brasileiro, que apontam que, pela primeira vez em uma década, a morte de policiais deixou de acontecer prioritariamente em confrontos e passou a se dar por meio de suicídios:

No último Anuário abrimos o texto sobre mortes de policiais dizendo que os números em 2022 mostravam o que já observávamos nos anos anteriores: que policiais morriam mais em confronto na folga, depois por suicídio e, por último, por confronto em serviço. Os números referentes a 2023 apontam, pela primeira vez desde que o FBSP passou a coletar dados sobre vitimização de policiais [sobre homicídios em 2013 e sobre suicídios em 2014], que o que mais matou policiais militares no ano passado foi o auto-extermínio. PMs morreram mais por suicídio do que por confronto na folga e por confronto em serviço. O ano de 2023 registrou, em relação ao ano anterior, queda de 18,1% na taxa de policiais civis e militares vítimas de CVLIs (Crimes Violentos Letais e Intencionais) no Brasil, enquanto a taxa de suicídios de policiais civis e militares da ativa cresceu 26,2% no mesmo período no país (FBSP, 2024, p. 48).

Nesse sentido, evidencia-se que a produção da criminalidade e do criminoso pelo Estado burguês, assim como dos mecanismos de repressão a essa criminalidade – que pauta o seguinte questionamento: “E se deixamos a esfera do mercado privado: sem crime nacional, teria surgido o mercado mundial?” (Marx, 1980, p. 383) – assume concretude particular no capitalismo dependente brasileiro.

A repressão aos “vadios e capoeiras” expressa de modo mais imediato a racialização da luta de classes no que diz respeito ao grupo social formado pelos homens jovens negros, mas sem deixar de abarcar, de modo mais mediado, o grupo social formado pelas mulheres negras de quase todas as idades, mulheres que por quase toda a vida são trabalhadoras responsáveis pelos cuidados com todas as crianças, homens adultos, pessoas doentes e idosas de ambos os sexos, de todas as cores e de todas as classes.

A mulher negra na condição de sujeito social histórico possui importância fundamental na formação da força de trabalho brasileira e na socialização da criança brasileira, seja no que se refere a pessoas negras ou brancas, burguesas ou exploradas, configurando-se assim, como um sujeito histórico de fundamental importância nos processos revolucionários brasileiros e um indicador concreto das possíveis transformações sociais no Brasil (Gonzalez, 2020).

Considerar a formação histórica da força de trabalho brasileira possibilita compreender, ainda que em linhas gerais, os desdobramentos da questão de gênero a partir da racialização da luta de classes no Brasil.

Bissigo (2014), ao explicitar os limites e erros metodológicos do censo imperial de 1872, dessa vez quanto à identificação das profissões da população brasileira, comenta que, excetuando-se os 4,1 milhões de pessoas que foram estimadas sem profissão, o que incluiu crianças e os idosos, restaram 57,9% da população brasileira, livre ou escrava, comprometida com alguma atividade econômica.

O historiador indica as principais dificuldades em apreender a natureza da atividade laboral da população brasileira por meio do censo imperial, apontando que: crianças e idosos foram tidos por inativos economicamente sem que fossem estipulados os limites do que era considerado infância e velhice pelo governo brasileiro; a pergunta feita às pessoas dos domicílios investigados sobre suas ocupações era de difícil resposta, pois questionava “profissão”, “ofício”, “ocupação habitual” ou “meios de vida”, igualando categorias que definem de modos muito distintos a atividade laboral; e a não regulamentação de profissões, somada ao fato de que uma pessoa livre ou escravizada exercia uma série de atividades distintas durante todo o período de sua vida produtiva. As análises de sua amostra dos formulários das entrevistas domiciliares do censo de 1872 permitem questionamentos da seguinte natureza:

Uma menina de dez anos seria considerada criança? Recenseada na casa de Antônio Gravatá, Cleto, menina preta dessa idade, teve sua ocupação indicada como “do serviço da rua”. Essa informação seria considerada ou não na apuração do censo? Porque, recenseada ou não como trabalhadora, a menina seguiria trabalhando. O mesmo vale para o preto Estêvão da mesma casa, 13 anos, listado como “ajudante a pedreiro”. Apesar de provavelmente não ser mais tido como criança, se um rapaz de 13 anos pôde ser recenseado com uma ocupação tão pesada, será muito improvável que tantos “sem ocupação” na verdade exercessem não só atividades domésticas, mas também serviços “da rua”? No topo da pirâmide etária, os mesmos questionamentos: será que Dorothea, 75 anos, liberta, moradora da casa dos Galvão, nada produzia, nem sequer enquanto “serviço doméstico”? (Bissigo, 2014, p. 161).

Apesar das necessárias considerações sobre os limites e equívocos do censo de 1872, pode-se verificar uma demarcada questão de gênero quanto aos trabalhos realizados: uma menor diversidade de atividades laborais e uma maior

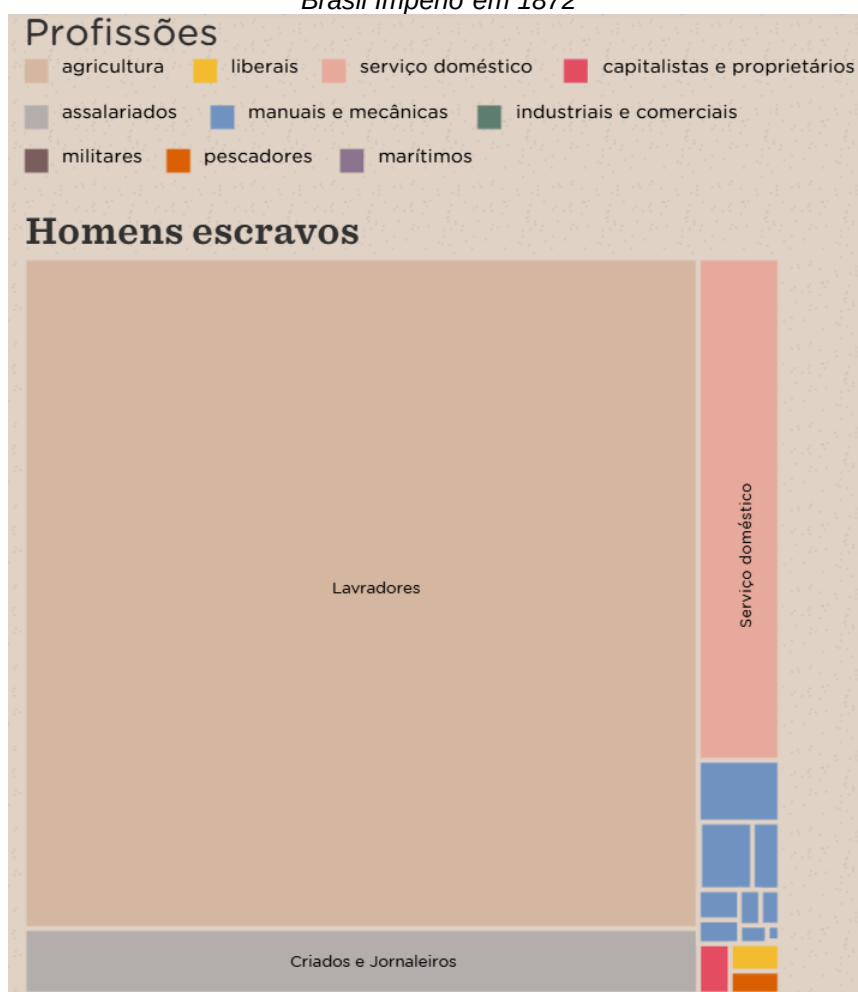
realização das atividades domésticas pelas mulheres, tanto entre homens e mulheres livres, como entre homens e mulheres escravos, como se passa a demonstrar.

Mariani *et al.* (2017) explicitam que o censo imperial separou as profissões em grandes blocos:

[...] indústria agrícola (lavradores e “criadores”, ou pecuaristas), profissões manuais e mecânicas (construção civil, indústria têxtil, marceneiros, sapateiros, etc), comércio, manufaturas e “artes liberais” (religiosos, juristas, médicos, professores e funcionários públicos). Abaixo desses grandes grupos, contam-se 32 subcategorias profissionais. Destas, as mulheres (sobretudo as livres) ficavam de fora de 18, como juizes, advogados, médicos, empregados públicos e militares. Escravos, sejam homens ou mulheres, trabalhavam mais que a população livre na agricultura (54% contra 29% dos livres), bem como em serviços domésticos (12% contra 10%) e como criado ou jornaleiro (que não é o profissional que vende jornal, mas o que é pago por uma jornada de trabalho), uma espécie de “bico” (caso de 6% dos escravos, contra 4%).

Os autores da matéria também apresentam a seguinte esquematização em relação à identificação das profissões de homens e mulheres escravos, e de homens e mulheres livres, com base no censo de 1872:

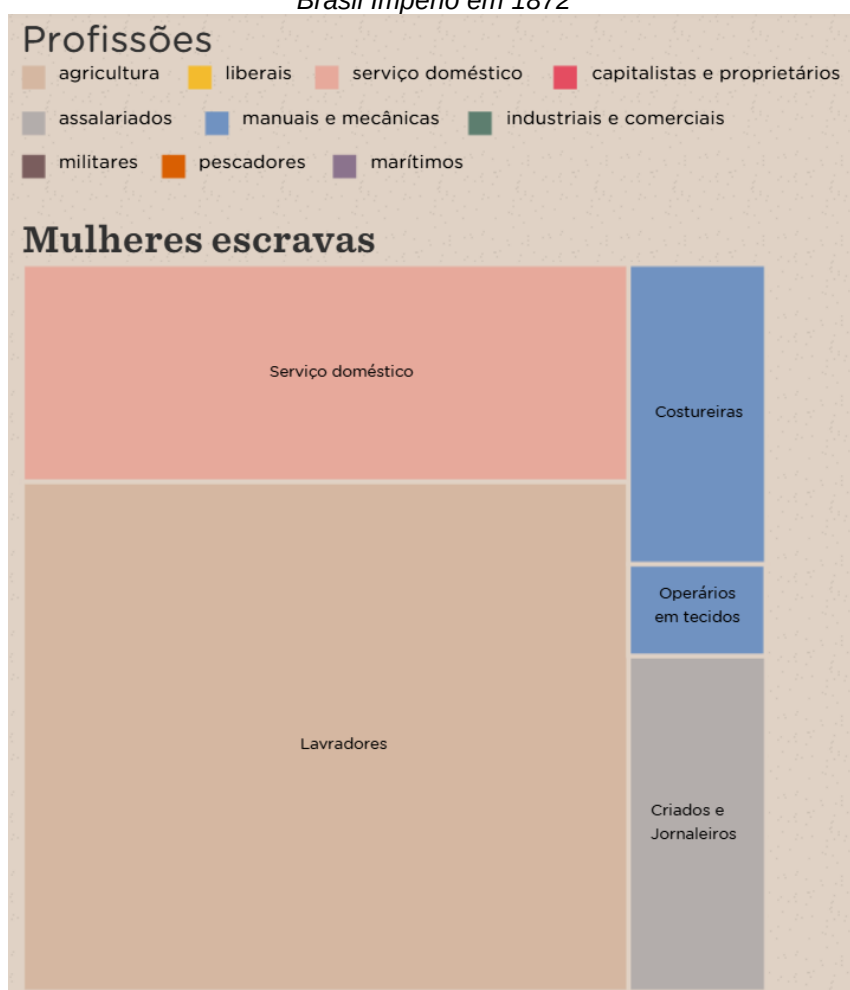
Gráfico/Tabela 25: Estimativa de distribuição das profissões exercidas por homens escravizados no Brasil Império em 1872



Fonte: Mariani *etal*, 2017.⁷⁵

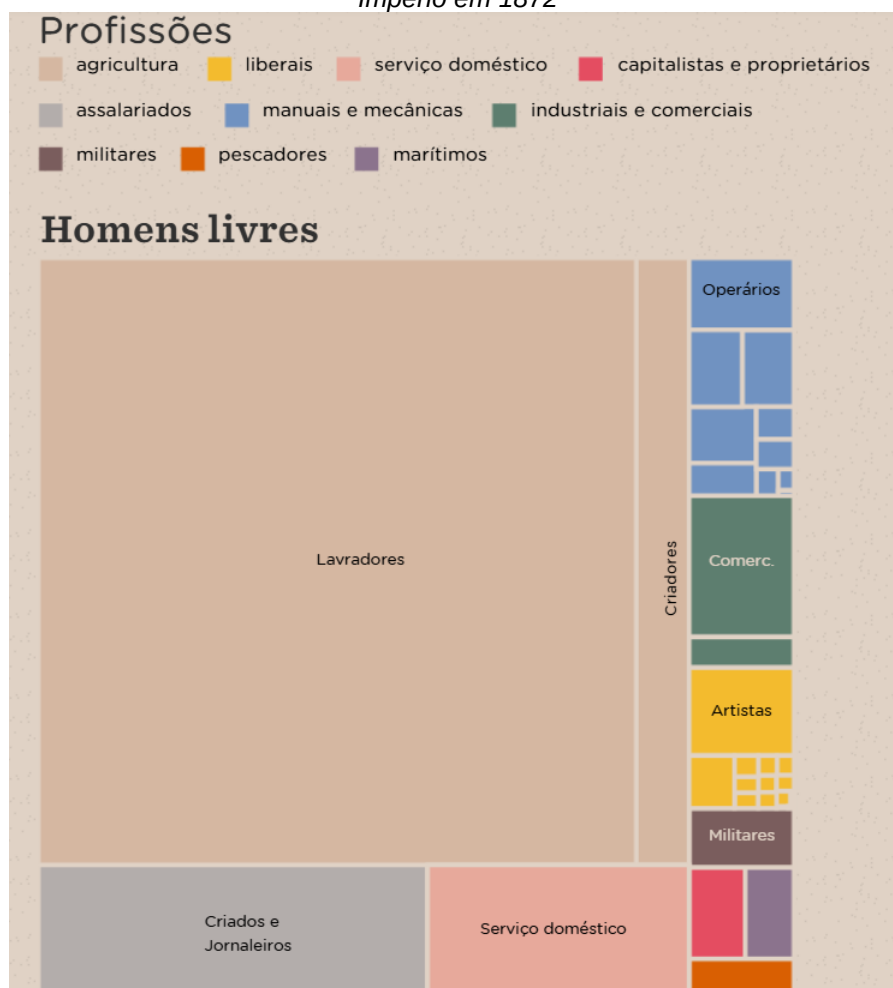
⁷⁵ Ressalta-se que a ocupação de jornaleiro é aquela que é remunerada por uma jornada de trabalho, ou seja, que não diz respeito ao exercício de uma atividade fixa.

Gráfico/Tabela 26: Estimativa de distribuição das profissões exercidas por mulheres escravizadas no Brasil Império em 1872



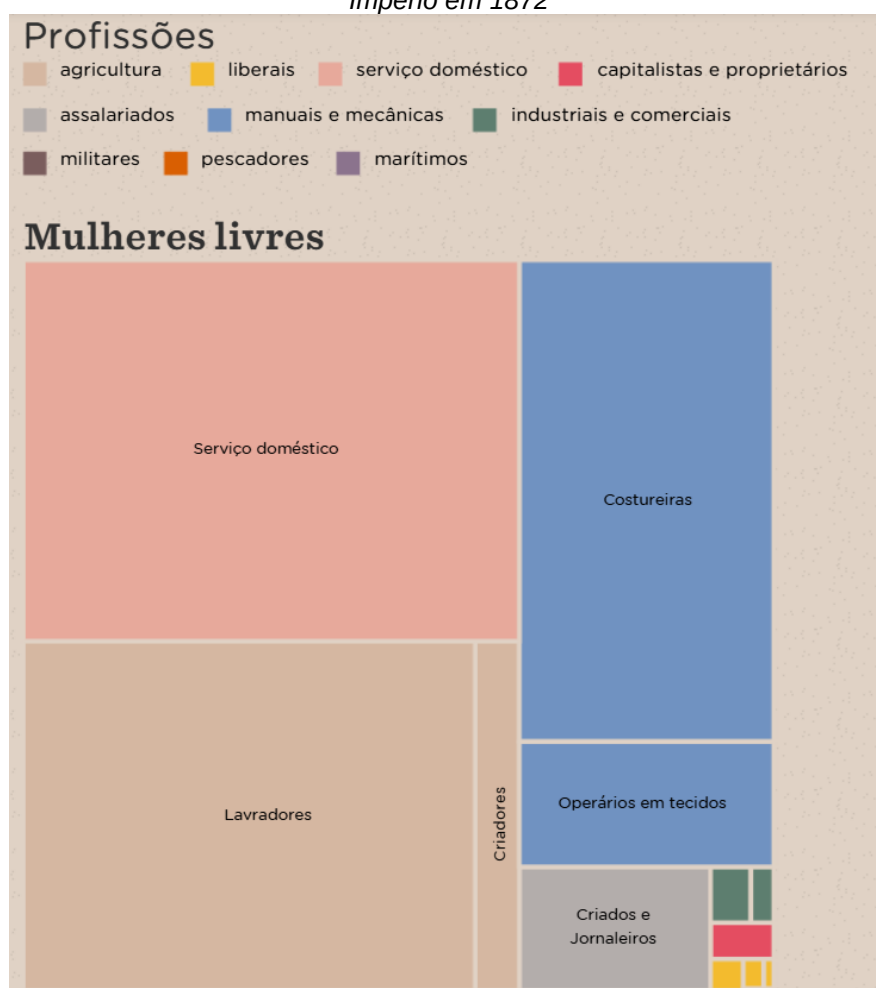
Fonte: Mariani *et al*, 2017.

Gráfico/Tabela 27: Estimativa de distribuição das profissões exercidas por homens livres no Brasil Império em 1872



Fonte: Mariani, et al, 2017.

Gráfico/Tabela 28: Estimativa de distribuição das profissões exercidas por mulheres livres no Brasil Império em 1872



Fonte: Mariani *et al*, 2017.

Vale explicitar que, quando um proprietário não estabelecia uma atividade laboral para seu escravizado, este era obrigado a oferecer serviços nos centros urbanos, pertencendo a remuneração conquistada ao seu proprietário; além disso, esses escravizados podiam também ser terceirizados por seus donos (Mariani *et al.*, 2017).

Esses dados não são sem relevância quando se considera que a punição e penalização institucionalizadas contra os classificados como vadios e capoeiras recaía de modo mais imediato sobre os homens e de modo mediado, e, portanto, mais complexo, sobre as mulheres.

A penalização exercida contra as mulheres tendia a ser executadas de modo privado, e, como é sabido, incluía e banalizava não só a violência física, mas também sexual; além disso, com o avanço do século XX, parte das mulheres que desobedeciam a seus proprietários, patrões ou maridos era classificada como

loucas, sendo penalizadas não apenas no ambiente doméstico, mas também em hospitais psiquiátricos e manicômios, uma questão que, apesar da relevância, ultrapassa os limites da pesquisa aqui apresentada. No entanto, demarca-se que a punição aos capoeiras, que representa a punição à desobediência, e aos vadios, que representa a punição aos pobres, além da produção sistemática da criminalidade, produziu, também sistematicamente, durante todo o período manicomial brasileiro, a loucura.⁷⁶

A falta de política pública destinada às pessoas negras, no processo da abolição formal da escravidão, integra a perpetuação de um ciclo de desigualdade próprio à formação social brasileira que afeta até hoje de maneiras particulares a população negra, e dentro dessa particularidade, há de se considerar as peculiaridades de gênero (Leão; Lirio, 2024).

Gonzalez (2020, p. 42-43) explicita a questão da mulher negra não apenas sob o aspecto econômico, mas também subjetivo:

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular, desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. [...] Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da inferioridade, da subordinação. No entanto, foi ela que possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada [caracterizado pelo trabalho doméstico realizado dentro e fora de sua casa].

76 Deixa-se como sugestão o acompanhamento do trabalho realizado desde 2018 por meio do festival de artes *Soy loco por ti Juqueri*, “um festival de artes aberto e gratuito que, desde 2018, propõe anualmente a ocupação do Complexo Hospitalar do Juquery, em Franco da Rocha, região metropolitana de São Paulo. O festival transforma o famoso hospital psiquiátrico, com prédios projetados por Ramos de Azevedo – hoje desocupados, em palco para uma programação cultural e artística que transita entre a arte e a saúde mental. Intervenções artísticas e sonoras, performances, projeções, artes visuais, peças de teatro, dança, shows de música, palestras, gastronomia, ações educativas e cinema fazem parte da programação. O uso da psiquiatria moderna, de Osório César (Asilo Colônia para Alienados Juqueri) e de Nise da Silveira (Centro Psiquiátrico do Engenho de Dentro) foi revolucionária no tratamento de distúrbios mentais. De forma pioneira, ambos trabalhavam com a arte como terapia.” A página do festival pode ser acessada em: <https://www.soylocoportijuquery.com/sobre>

O emprego doméstico segue sendo um dos mais desvalorizados trabalhos femininos. De acordo com a PNAD, em 2023, o Brasil tinha cerca de 6,08 milhões de pessoas que possuíam por ocupação remunerada algum tipo de trabalho doméstico, caracterizado como aquele prestado em uma residência (de babás a motoristas, passando por faxineiras, cozinheiras, jardineiros, até chegar nas mulheres responsáveis por todas as tarefas de uma mesma casa, a quem são terceirizadas, inclusive, parte importante da educação das crianças das famílias de classe média). Dessas pessoas, 92% eram mulheres, 42% delas com idade entre 45 e 59 anos e 66% negras. Apenas 1/3 das empregadas domésticas tinha carteira de trabalho assinada em 2023, a média de seus salários (R\$ 1.122,00) não atingiu o salário-mínimo vigente naquele ano (R\$1.320,00) e correspondeu a apenas 45% da média dos salários das demais trabalhadoras mulheres (R\$ 2.510,00). Nos domicílios em que havia mulheres com trabalho remunerado, em 51,4% das vezes, elas eram as principais mantenedoras da família, em se tratando das empregadas domésticas, essa taxa era ainda maior, 57,1% (DIEESE, 2024; Brasil, 2024).

Leão e Lirio (2024, p. 3) apontam um aspecto singular da desumanização sofrida pelas trabalhadoras domésticas que ultrapassa a precariedade econômica e explicita a contradição antagônica burguesa brasileira de que supostamente essas trabalhadoras seriam tratadas como se fossem da família:

Além das questões econômicas, as trabalhadoras domésticas enfrentam situações de desrespeito e discriminação. Casos de empregadores que impedem suas empregadas de usar partes da casa ou de comer a mesma comida que a família são exemplos de práticas abusivas que refletem o racismo estrutural.⁷⁷

A título de exemplo da perpetuação material e simbólica da repressão policial contra “vadios e capoeiras” do século XIX, contata-se que, no ano de 2022, 68% da população carcerária brasileira era formada por pessoas negras. De 2005 a 2022, o grupo de pessoas negras encarceradas cresceu 381% e o de pessoas brancas 215%, o que significa dizer que em 2005 para cada 6 pessoas negras encarceradas havia 4 brancas, e, em 2022, para cada 7 pessoas negras encarceradas havia 3

⁷⁷ O filme brasileiro “*Que horas ela volta?*” trata desta problemática a partir de uma estética que não invisibiliza a luta de classes e tem suscitado debates e reflexões sobre as particularidades da formação social brasileira.

brancas. Em 2023, 69,1% das pessoas encarceradas, 854.700 pessoas, eram negras, dessas 94,1% eram do sexo masculino (FBSP, 2024).

Mesmo fora do encarceramento, as mulheres são culpabilizadas e penalizadas de modo mediado pelo poder público brasileiro, em especial, as mulheres negras. Sobre as mulheres que têm um familiar preso recai a cobrança social de um trabalho educativo supostamente mal realizado e do compromisso de atender a determinadas necessidades materiais e afetivas, tanto do encarcerado pelo Estado, como daqueles que perdem o convívio com a pessoa punida institucionalmente.⁷⁸

Esses dados atuais conjugam, ao mesmo tempo, aspectos da totalidade capitalista e particularidades próprias à formação social brasileira capitalista dependente. O encarceramento pode ter deixado de ser o destino dado pelo Estado aos “vadios e capoeiras” a partir da década de 1930, mas segue sendo o que por ele é destinado aos que contestam a ordem social vigente, aos sem profissão e aos desocupados.

Quando Soares (2020) afirma que a capoeira, antes de ser coisa de africanos é coisa de escravizados e que, a partir da segunda metade do século XIX, ela também passa a ser, progressivamente, coisa de toda sorte de desprivilegiados, negros escravos e livres, pessoas brancas pobres nativas e imigrantes, ele possibilita a apreensão da realidade a partir das suas bases materiais e nos dá pistas para a apreensão da racialização da luta de classes no Brasil, ainda que sua pesquisa não se proponha a isso. A capoeira é sim coisa de pessoas africanas expatriadas, mas expatriadas por razões muito específicas, o tráfico humano e a escravização, negócios extremamente lucrativos para os colonizadores.

No entanto, ratifica-se que a compreensão da racialização da luta de classes no Brasil não pode ser buscada somente com olhos voltados para trás, explicada apenas por uma espécie de acumulação “primitiva” do capital adequada às particularidades brasileiras.

78 A peça da companhia de Teatro Heliópolis “Cárcere ou porque as mulheres viram búfalos” (2022) aborda, a partir de uma estética que não invisibiliza a luta de classes, a questão de como o encarceramento de jovens negros marca a vida de mulheres negras de diferentes idades. A página da companhia pode ser acessada em:

<https://www.instagram.com/ciadeteatroheliopolis/>

Ao tratar de investigações do Ministério Público do Trabalho sobre regimes de trabalho análogos à escravidão no Brasil, Santos *et al.* (2023) apontam que, apenas nos três primeiros meses do ano de 2023, foram resgatados 918 trabalhadores pelos auditores-fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego e que esse foi o maior número em 15 anos, representando um aumento de 124% em relação aos três primeiros meses do ano de 2022:

Os resultados da força-tarefa do Ministério Público do Trabalho (MPT) mostram que este tipo de vínculo de trabalho está longe de ser algo restrito ao período remoto da escravidão. Não se trata de resquícios do passado, menos ainda de uma situação anacrônica ou incompatível com o capitalismo. Como é possível observar nas idas e vindas do contraditório processo histórico, a generalização e o aprofundamento das relações capitalistas não superaram as condições degradantes de trabalho, apenas produziram sua atualização, incorporando novas determinações. *A compreensão das formas que assume a assim chamada escravidão contemporânea impõe a necessidade de observar o movimento desigual de desenvolvimento do modo de produção capitalista, bem como as particularidades do capitalismo dependente*, como aponta Marcela Soares (2022) (Santos et al., 2023, p. 7).

Como já exemplificado, os mais simples dados atuais sobre a formação da força de trabalho no capitalismo dependente brasileiro escancaram os desdobramentos de gênero na racialização da luta de classes. A naturalização da superexploração do trabalho doméstico, que é socialmente reconhecido como demonstração de afeto, faz com que sejam mais complexas a identificação pela vítima e o reconhecimento social de abusos e crimes trabalhistas nesse tipo de atividade laboral.

Uma questão judicial em andamento é emblemática da racialização da luta de classes e seu desdobramento de gênero no Brasil, a que ficou conhecida como “Caso Sônia Maria de Jesus”. Sônia, uma mulher negra e surda, hoje com mais de 50 anos, foi resgatada, devido a uma denúncia anônima, em junho de 2022 da casa do desembargador Jorge Luiz de Borba e sua esposa Ana Cristina Gayotto de Borba, onde foi mantida por cerca de 40 anos em trabalho análogo à escravidão. No entanto, dois meses depois, diante de decisão judicial, foi novamente entregue à família do desembargador, com quem Sônia permanece, apesar de sua família biológica requerer sua guarda (Brasil, 2025; Oliveira, 2024; Guimarães, 2023).⁷⁹

⁷⁹ Para acesso a investigação jornalística do caso ver: <https://www.intercept.com.br/2023/12/11/desembargador-denunciado-por-trabalho-escravo-usou-manipulacao-psicologica-para-vitima-voltar-a-sua-casa-revelam-laudos/> (Guimarães, 2023).

De acordo com Guimarães (2023), o desembargador e seus oito advogados entraram com um pedido de adoção de Sônia e se valem, dentre outros instrumentos, de estratégias carregadas de manipulações emocionais direcionadas à vítima, à justiça e à opinião pública, sob a justificativa de que ela é um membro da família, de modo a tentar livrá-lo das acusações:

Os oito advogados que defendem o casal refutam a ideia de que Sonia seria subjugada, alegando preconceito velado de “quem não tolera que uma mulher deficiente, negra e de idade avançada possa integrar o núcleo de uma família de pessoas brancas e com olhos claros” (Guimarães, p. 4-5, 2023).

Também os dados, já apresentados no segundo capítulo desta pesquisa, quanto à violência sofrida por crianças e adolescentes no Brasil, são igualmente testemunhos de uma formação social brasileira marcada pela racialização da luta de classes, bem como por seus desdobramentos de gênero, própria ao capitalismo dependente brasileiro:

Do total de vítimas de MVI [mortes violentas intencionais], 13.829 (91,6%) estão na última faixa etária, entre 15 e 19 anos. Além disso, 90% das crianças e adolescentes de 0 a 19 anos vitimadas são meninos e 82,9% são negros. [...] o risco relativo de um adolescente negro, do sexo masculino, ser assassinado no Brasil é 4,4 vezes superior à de um adolescente branco do sexo masculino. Os dados indicam que o marcador racial exerce fator determinante na dinâmica das mortes violentas de adolescentes no Brasil, com mais impacto inclusive do que o gênero. Em três anos foram pelo menos 9.328 crianças e adolescentes negros assassinados no país. [...] Apesar dos dados de mortes indicarem prevalência de vítimas do sexo masculino, isso não significa que as crianças e adolescentes do sexo feminino estejam protegidas no país. Entre 2021 e 2023, 1.508 meninas foram vítimas de morte violenta, 1,4 mortes por dia. Já no que diz respeito à violência sexual, a esmagadora maioria é do sexo feminino, com 87,3% do total de vítimas, 48,3% possuem entre 10 e 14 anos e 52,8% são identificadas pela cor/raça negra. A taxa de estupros por 100 mil habitantes no caso da violência sexual evidencia um cenário em que o gênero da vítima é o principal fator de risco: são 131 vítimas de estupro do sexo feminino para grupo de 100 mil na faixa etária 0 a 19 anos (UNICEF, FBSP, 2024).

Nesta pesquisa, considera-se que a violência sexual cotidiana, naturalizada e banalizada, contra meninas e mulheres brasileiras na atualidade, pode possuir relação, dentre outros fatores, com o tipo de punição privada, incluindo abusos físicos e sexuais, infligido de forma particular às mulheres negras no ambiente doméstico desde o período colonial. No entanto, é preciso ressaltar que esse tipo de punição privada, de acordo com Schwarcz (1996), enfrentou formas de

resistência igualmente privadas, como a contaminação e morte lenta de senhores por meio dos quebrantos feitos com ervas venenosas, assassinatos com animais peçonhentos, abortos de gravidezes indesejadas e até mesmo suicídios, incluindo ainda as funções estratégicas das trabalhadoras domésticas na organização de fugas e revoltas.⁸⁰

Gonzalez (2020, p. 44, destaque em itálico nosso) afirma que o processo de exclusão e exploração da mulher negra é patenteado por dois papéis sociais que lhes são atribuídos, o de “doméstica”, que demarca o seu lugar naturalizado de “empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados” e o de “mulata”, que implica uma forma de reificação que a coloca na condição de objeto sexual.

Temos aqui a enganosa oferta de um pseudomercado de trabalho que funciona como um funil e que, em última instância, determina um alto grau de alienação. *Esse tipo de exploração sexual da mulher negra se articula a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira.* Que se pense no processo de apropriação das escolas de samba por parte da indústria turística, por exemplo, e no quanto isso, além de lucro, se traduz em imagem internacional para a “democracia racial brasileira”.

Em entrevista dada em 1980, Gonzalez (2020, p. 292) denunciava que “em termos da questão racial e cultural” a esquerda e a direita brasileiras acabavam “caindo no mesmo discurso de Gilberto Freyre... de mata-raça” e concordava com a colocação que foi lhe feita sobre uma dificuldade de a esquerda “incorporar os traços da contracultura”.

A autora fazia sua crítica à parte da esquerda brasileira que transplantava preceitos socialistas de modo a desconsiderar a importância das pessoas negras em um projeto revolucionário de sociedade, sob a justificativa, por exemplo, de que a pessoa negra não representava o operário, sujeito revolucionário portador do tipo de consciência de classe julgada necessária para colocar uma revolução em curso (Gonzalez, 2020).

80 Ainda que se trate de uma questão que ultrapassa os limites de tempo para o seu desenvolvimento nesta pesquisa, pontua-se que os trabalhos de Fanon: *Os Condenados da Terra* (2022) e *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), e o de Dorlin: *Autodefesa: uma filosofia da Violência* (2017) têm algo a dizer sobre como a violência burguesa associada à sua ideologia pacifista tem assassinado jovens negros e impedido mulheres de se defenderem, pautando a necessidade de uma ruptura radical frente à violência produzida pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado.

Considera-se que, na atualidade, os discursos políticos e educacionais brasileiros que hegemonicamente abordam a problemática racial o fazem apenas em sua aparência, pois a desvinculam da questão da racialização da luta de classes; ao que parece, fica-se entre os discursos que Gonzalez aponta como “mata-raça”, não superados, visto que a classificação hegemônica na qual o Brasil é uma democracia racial ainda persiste, mesmo diante da realidade que a desmente dia após dia; e entre os discursos que anulam, secundarizam ou conciliam classes.

É nesse sentido que segue válida a proposição de Gonzalez (2020, pp. 295-296) sobre a necessidade de uma “síntese entre resistência cultural e denúncia política”. A autora comenta ser o movimento negro de esquerda do Rio de Janeiro aquele que fazia, em 1980, a mediação entre os demais núcleos, contrariando seu interlocutor que afirmava ser o de São Paulo. Ela explica que o núcleo do movimento negro que tinha a consciência política, que já havia se debruçado, por exemplo, sobre a obra de Marx e de Gramsci, era o paulista, mas que, no entanto, ainda não havia se debruçado sobre sua formação cultural brasileira: “[...] o caso de São Paulo me lembra muito os negros americanos: puta consciência política, discurso político ocidental... dialetiza, faz, acontece etc. Mas falta base cultural. A base cultural está tão reprimida...”; e que, por outro lado, na Bahia, havia muito mais consciência cultural, “um negócio, que sai pelos poros”, do que consciência política. E que nesse sentido “o Rio, em um determinado momento é o pessoal mais avançado do movimento, apresenta estrutura de organização e perspectiva maior que São Paulo e Salvador”. E ao ser questionada sobre “a aproximação entre Brasil-África”, responde criticando uma perspectiva idealista a respeito do continente africano:

A África é um barato muito diferente do que gente imagina, principalmente, do que os negros americanos imaginam. Uma das coisas que eu chegava dando porrada em cima deles, é isso: a África de vocês é sonho, não existe. Nós, aqui, no Brasil, temos uma África conosco, no nosso cotidiano. Nos nossos sambas, na estrutura de um candomblé, da macumba... Você vê, por exemplo, a posição da mulher, na família negra, é um negócio muito sério (Gonzalez, 2020, p. 296-297).

Interpreta-se que o que a autora explicita, de maneira didática, é que a produção da consciência revolucionária brasileira e a própria revolução brasileira não podem prescindir das dinâmicas culturais populares, do acúmulo de experiências culturais e de luta da população brasileira mais explorada, que

coincide com a população negra, e que as dinâmicas culturais populares não se identificam com o idealismo de um retorno a um espaço-tempo imaginado, a uma suposta dinâmica cultural isenta de qualquer sorte de mazelas, porque fora dos domínios capitalistas e ocidentais.⁸¹ Gonzalez (2020) propõe a categoria amefricanidade para contribuir com a apreensão da diáspora africana a partir das experiências de luta e das culturas populares das pessoas negras nas Américas.

A apreensão da religião afro-brasileira, por exemplo, a partir da ciência da história, permite que se trace relações econômicas, políticas, artísticas, filosóficas etc, entre povos da África (Congo e Angola), Europa (Portugal e Espanha) e América Latina (Brasil e Cuba), o que tem a contribuir, inclusive, para o entendimento da conjuntura histórica atual desses países (Cunha, 2014).

Nas relações antagônicas entre europeus catequizadores e africanos expatriados, e nas relações de cooperação entre africanos expatriados, de diferentes culturas, que reestruturaram seus modos de vida a partir de novas formas de cooperação, ou seja, de novo estabelecimento de condutas éticas, têm-se, por exemplo, uma estética banto, que, apesar de se manifestar com marcantes

81 O alerta sobre os limites de uma África e uma cultura popular idealizadas também está no poema de Nelson Maca, musicado por André Sampaio, *Diga aos vermes que fico*:

*“Oh! minha África ideal
Deixarei minha ilusão de retorno na superfície da palavra
Devo mesmo esquecer esse sonho antigo...
Agora é a hora da nossa morte
Vamos morrer na estética desta antigrafia convencional
Vamos morrer neste poeta finalmente transplantado
Vamos morrer neste poema
Menor e mortal
Meu cruel assassino continental
A hora é de receitas práticas
De como trucidar as entranhas do inimigo
De como mostrar a cara à luz do sol
Para que todos me vejam
Lúcido
No bolsão da miséria
Na linha da cor
No cinturão da dor
Na frente de guerrilha
Do mesmo lado
No mesmo passo
Na mesma Ira [...]”*

A canção/poema, que faz parte do álbum *Alagbê*, pode ser acessada na íntegra em:
<https://andresampaio.bandcamp.com/track/diga-aos-vermes-que-fico-feat-nelson-maca> (Maca, 2020).

diferenças a depender do território, faz com que encantados estejam em terreiros maranhenses e em salas de residências privadas de Havana.⁸²

De acordo com Gonzalez (2020, p. 297), a formação social brasileira é síntese para compreensão da diáspora africana no mundo, e o esforço para “um conhecimento profundo, muito sério” das instituições culturais e da resistência cultural negras é necessário não só para apreensão da realidade nacional, como para dar à “África um tipo de resposta que os africanos ainda não encontraram”.

É relevante ressaltar que não se trata do apelo a um tipo de misticismo que possa ocultar a realidade, mas, ao contrário, do apelo a um tipo de historicização que contemple as múltiplas determinações da realidade e que tenha como orientação a apreensão da totalidade capitalista, que abarca a particularidade capitalista dependente. Dessa maneira, trata-se de um compromisso com a objetividade, porque com a verdade. E como se sabe, o desvelamento da verdade é de interesse dos explorados, no sentido mesmo explicitado por Saviani, D. (2013, p. 49), de que:

Importa, pois, compreender que a questão da neutralidade (ou não neutralidade) é uma questão ideológica, isto é, diz respeito ao caráter interessado do conhecimento, enquanto a objetividade (ou não objetividade) é uma questão gnosiológica, isto é, diz respeito à correspondência ou não do conhecimento com a realidade à qual se refere. Por aí se pode perceber que não existe conhecimento desinteressado; portanto a neutralidade é impossível. Entretanto, o caráter sempre interessado do conhecimento não significa a impossibilidade da objetividade.

No entanto, há de se considerar um aspecto apontado por Canclini (1983, p. 27), o de que a produção do conhecimento objetivo e o desvelamento da verdade no capitalismo dependente passa por desvios inevitáveis, isso porque a aparente superação prática do etnocentrismo e do relativismo cultural propiciada pelo capitalismo se deu à força da “imposição de seus padrões econômicos e culturais às sociedades dependentes e às classes populares”. O autor explicita que foram produzidos dois etnocentrismos pelos processos de trocas capitalistas desiguais: o imperialista, que por sua hegemonia tende a reprimir as organizações sociais que se mostrem disfuncionais ao capitalismo; e o das classes subalternas, “que só

82 Sobre as relações entre as dimensões política e ética que resultam em uma estética expressa pela religiosidade brasileira de matriz africana que conduz a ações práticas contra a opressão ainda de caráter escravista e coronelista sofrida por parte das pessoas negras na atualidade, sugere-se a leitura do romance *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior (2021).

podem libertar-se por intermédio de uma enérgica autoafirmação da sua soberania econômica e da sua identidade nacional”.

Para estas últimas [classes subalternas] o relativismo cultural, no que possa ter de positivo, não é apenas a consequência filosófica do conhecimento produzido pelas ciências sociais, mas uma exigência política indispensável para que consigam o auto-reconhecimento e o crescimento com autonomia. Devido a isto, a superestimação da própria cultura – como acontece nos movimentos nacionalistas, étnicos e de classes em luta pela libertação - não é o cometimento de um erro ou de uma parcialidade a ser lamentado, mas um momento necessário do processo de negação da cultura dominante e da auto-afirmação cultural [sic] (Canclini, 1983, p. 28).⁸³

Uma espécie da síntese entre denúncia política e resistência cultural reivindicada por Gonzalez (2020), em 1980, quanto à mobilização do movimento negro, talvez possa ser encontrada na estética do rap paulistano do final do século XX e início do XXI, representada, por exemplo, pelos Racionais MC's e pelo Facção Central. No mesmo sentido e na mesma época, tem-se em Recife a estética do movimento *mangue beat*, representado pela Nação Zumbi.

A partir dessas dinâmicas culturais que estilhaçam as classificações hegemônicas e dessas estéticas que conjugam denúncia política e resistência cultural, uma pessoa explorada escuta Racionais no Capão, reconhece algo de si, olha para o que sempre esteve ali de um modo que ainda não havia sido visto. Se outra geografia, outras especificidades culturais. Uma pessoa explorada em Brasília Teimosa escuta Nação, outro som, outra letra, a incorporação de referências de outro modo de vida, mais maracatu de baque virado do que samba, essa pessoa conhece algo de si e olha para o que sempre esteve ali de outra forma. Em São Paulo, “olha quem morre então, veja quem mata”, em Recife, “banditismo por pura maldade, banditismo por necessidade, banditismo por uma questão de classe”.

As coisas, pelo sensível e simbólico, retornam à luta de classes. É como quando se lê pela primeira vez Marx explicando que no capitalismo a gente só se sente gente fora do trabalho, que se passa uma vida esperando o apito da fábrica,

83 A consideração de Canclini (1983) pode ser interpretada à luz da “teoria da curva da vara”, utilizada por Saviani (2008) para desmistificar as virtudes da Pedagogia Nova e os vícios da Pedagogia Tradicional. Lênin, ao ser acusado por suas posições radicais, as justificou como uma espécie de desvio necessário, uma aplicação de força excessiva à ação política para que a oposição feita pudesse ser suficientemente contundente no processo de avanços em direção à superação do capitalismo e construção do socialismo. Lênin, citado por Althusser *apud* Saviani (2008, p. 30), afirma que “quando a vara está torta, ela fica curva de um lado e se você quiser endireitá-la, não basta colocá-la na posição correta. É preciso curvá-la para o lado oposto”.

o final de semana, as férias. Por meio da objetivação cultural é elaborado o que se vive, o que se sente, desvela-se quem é quem: o sujeito histórico revolucionário adquire uma concretude estética, agora tem um lugar, uma cor, um jeito de se expressar, realiza um “corre” e se reconhece em outras concretudes estéticas, de outros lugares, de outras cores, de outros jeitos, de outros “corres”, mas que são concretudes estéticas sempre populares.

Sabe-se, assim, a quem interessa a revolução. Isso traz uma certa dignidade, que não é a dos heróis, das medalhas, do que é escrito com letras maiúsculas, do que está sob holofotes, dos recordes. É uma dignidade dos anônimos, das culturas escritas em letras minúsculas. “Estilhaçar classificações impostas de cima para baixo”, “abalar as estruturas do edifício”, “tomar os meios de produção”, “tomar de assalto tudo o que nos é negado”, “trabalhar todos, trabalhar menos, dividir tudo”, “ocupar escolas e universidades”, “nossos braços cruzados, suas fábricas paradas” são palavras que já não causam estranheza. E fica mais fácil andar de cabeça erguida. Pode não parecer muito, a depender da sua classe e da sua cor.

Ao que parece, a síntese proposta por Gonzalez (2020), considerando a forma como estas estéticas citadas atravessaram a formação política e cultural das massas no Brasil, tem algo a dizer sobre caminhos possíveis para a construção de uma educação e de uma política revolucionárias no capitalismo dependente, em especial no que tange às especificidades da Educação Física brasileira.

4.2.2 Cultura popular, articulação aos interesses dominantes e resistência

No capitalismo dependente, as estratégias de desenvolvimento e modernização são constantemente reajustadas, tendo em vista a manutenção da totalidade capitalista às custas da superexploração e do agravamento do pauperismo local.

Com o avanço do século XX, o Estado brasileiro passa a reivindicar uma adequação das questões eugênicas e higienistas às particularidades do país de modo a atender interesses dominantes declarados como nacionais e não de classe. As questões eugênicas, que operam pela ideologia de melhoramento da “raça”, passam a funcionar não pela lógica da segregação racial, mas pela da miscigenação. Às questões higienistas de culpabilização e penalização dos

indivíduos pela aquisição de hábitos saudáveis e moralmente conformados aos valores burgueses, soma-se o processo de dissociação entre as objetivações culturais populares e o modo de vida de seus produtores, por meio de uma espécie de limpeza étnica das objetivações culturais populares.

A nota preliminar escrita por Euclides da Cunha, em 1901, à obra *Os Sertões*, é testemunho do início dessa empreitada nacional – em última instância determinada pela totalidade capitalista –, que conjuga modernização e racismo, a partir de elementos ratificados cientificamente à época e sistematizados a partir de classificações hegemônicas:

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexo de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra. O *jagunço* destemeroso, o *tabaréu* ingênuo e o *caipira* simplório, serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas. Primeiros efeitos de variados cruzamentos, destinavam-se talvez à formação dos princípios imediatos de uma grande raça. Faltou-lhes, porém, uma situação de parada ou equilíbrio, que lhes não permite mais a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século, retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo. A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável “força motriz da História” que Gumpłowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, o esmagamento das raças fracas pelas raças fortes (1982, p. 7, destaques do autor).

Trata-se de um contexto social ansioso por modernização, desenvolvimento e comprovação da possibilidade de constituição de uma raça brasileira à altura de uma nação civilizada, no qual a capoeira, com o avançar do século XX, será reivindicada pelo Estado brasileiro como um símbolo da identidade nacionalista.

Faz-se necessário ressaltar que a naturalização das questões sociais, processo pelo qual fenômenos sociais são tratados como sendo biológicos, tende a promover, inclusive com respaldo científico, justificativas para a exploração material e a dominação cultural. De acordo com Boarine (2003, p. 41):

O discurso gerado pela ciência da natureza tem servido politicamente à discriminação de toda ordem (da pobreza, da cor da pele, da crença religiosa etc.). Ao se justificar a superioridade ou a inferioridade de indivíduos, etnias, classes sociais pelas diferenças naturais, institui-se a rejeição ao diferente. A intolerância passa a ser a norma. E a desigualdade social, natural.

As ciências biológicas já comprovaram a inexistência de raças humanas, demonstrando que, no que diz respeito à questão genética, todos os indivíduos humanos pertencem a uma mesma raça:

[...] três linhas separadas de pesquisa molecular fornecem evidências científicas sobre a inexistência de raças humanas. A primeira é a observação de que a espécie humana é muito jovem e seus padrões migratórios demasiadamente amplos para permitir uma diferenciação e consequentemente separação em diferentes grupos biológicos que pudessem ser chamados de “raças”. A segunda é o fato de que as chamadas “raças” compartilham a vasta maioria das suas variantes genéticas. A terceira é a constatação de que apenas 5- 10% da variação genômica humana ocorre entre as “raças” putativas. As evidências levam à conclusão de que raças humanas não existem do ponto de vista genético ou biológico (Pena e Birchall, 2006, p. 15).

No entanto, diante da permanência do mito da democracia racial no Brasil e tendo em vista o desvelamento da realidade e a luta política contra o racismo, as ciências sociais e o movimento negro mantêm o uso do termo raça como uma construção social que coincide com “um olhar político para a história do negro no mundo”:

A noção de raça se configurou no pensamento ocidental a partir das obras de filósofos e cientistas dos séculos XVIII e XIX, que, em geral, caracterizavam os povos apoiando-se nas diferenças aparentes e os hierarquizavam a seu modo, tratando, sobretudo, as raças brancas como superiores às raças amarelas e mais ainda às negras, dentre outras. As ciências naturais contemporâneas apontam para a inexistência de raças biológicas, preferindo falar em uma única espécie humana. No entanto, as ciências sociais, reconhecendo as desigualdades que se estabeleceram e se reproduzem com base no fenótipo das pessoas, especialmente em países que escravizaram africanos(as), concordam com a manutenção do termo raça como uma construção social que abrange essas diferenças e os significados a elas atribuídos, que estão na base do racismo. A noção de “raça” para o Movimento Negro não está pautada na biologia. O que se denomina raça codifica um olhar político para a história do negro no mundo (Brasil, 2006, p. 222).

A capoeiragem – que em sua constituição inicial era uma prática social de resistência concebida e gerenciada por pessoas negras africanas expatriadas e escravizadas, bem como por seus descendentes, portadora de um explícito caráter político ao estabelecer relações antagônicas com regime colonial brasileiro, antagonismo que produzia a necessidade de uma ética cooperativa entre os capoeiras, resultando em estéticas concretas e variadas que explicitavam o inconformismo dos escravizados – era classificada hegemonicamente como uma

atividade primitiva e marginal transplantada do continente africano, própria à raça negra, como já argumentado.

Esta prática social, que, na segunda metade do século XIX, passa a ser partilhada por outros grupos de pessoa exploradas, será reivindicada pelo Estado brasileiro, sobretudo a partir de 1920, como uma prática nacional e mestiça, além de ser propagandeada como um instrumento cultural a favor da manutenção da ordem e do progresso desenvolvimentistas.

Tem-se agora, pela classificação dominante, uma capoeira brasileira, mestiça e civilizada, o que formaliza o ensino da capoeira como uma possibilidade de complementação de renda para os mestres. Nesse sentido, a capoeiragem, que estabelecia vínculo estreito como o modo de vida de seus produtores e guardava autonomia relativa em relação ao trabalho produtivo (de primeira ordem) – em outras palavras, que possuía relação com o trabalho escravo e com a superexploração da força de trabalho, mas sem se equivaler a esses tipos de atividades laborais –, com o fortalecimento do capitalismo dependente brasileiro, passa a se configurar para os mestres de capoeira como mais uma atividade laboral exercida em situação precarizada.

O desejo de modernização e desenvolvimento que se instaura no Brasil nesse período não se configura em um projeto de fato nacional e popular, de ruptura com o sistema capitalista tendo em vista a construção de uma sociedade socialista. As intenções de mudança pelo Estado brasileiro, quando muito, estão de acordo com uma das perspectivas apontas por Pericás (*apud* Kaplan, 2024, p. 338):

[...] um processo de longa duração (e, dentro dele, a construção gradual de um arcabouço político e ideológico), caracterizado pelas mudanças ocorridas na lenta transição de um país essencialmente rural para o urbano; um “projeto de modernização” das estruturas econômicas internas liderado por setores da burguesia, principalmente através da industrialização; a superação do passado colonial e a edificação e consolidação da “nação”; [...] há a constatação da marcha paulatina (com impulsos ocasionais) do capitalismo no plano interno (e o vislumbre de saltos qualitativos dentro desse sistema), a partir do desenvolvimento das forças produtivas e diversificação econômica (dando maior autonomia decisória e margem de manobra ao Estado nacional na esfera externa).

De acordo com Barreto (2024, p. 28-29, destaque nosso), foi Lélia Gonzalez, a partir dos debates sobre a teoria da dependência – que enfatizavam as particularidades das relações capitalistas na América Latina com base, sobretudo,

nas formulações de Lênin e Trótski –, uma das primeiras pessoas a analisar o “desenvolvimento desigual e combinado” brasileiro pela ótica da questão racial, tendo demonstrado a concentração da população negra nas frações menos favorecidas da classe trabalhadora brasileira:

Ela assinala, por exemplo, como essa articulação interna de distintas etapas de desenvolvimento produzia características como 1) permanência de uma formação produtiva anterior à própria formação do capitalismo; 2) a dependência econômica neocolonial (exportação de matéria-prima para as metrópoles); e 3) produção de uma grande massa marginalizada (exército industrial de reserva), *onde se concentra a população negra, que após a abolição saiu do centro da produção econômica para sua periferia.*

Conforme Gonzalez (2020, p. 45), “três processos de acumulação qualitativamente distintos coexistem na formação econômica brasileira e dão a marca de sua complexidade”, abarcando a marginalização da população negra:

capital comercial, capital industrial competitivo e capital industrial monopolista. A presença desses três processos de acumulação, sob a hegemonia do capital monopolista, remete-nos ao fato de que o desenvolvimento desigual e combinado acaba por integrar momentos históricos diversos. Se colocamos a questão da funcionalidade da superpopulação relativa, constatamos que, no caso brasileiro, grande parte dela se torna supérflua e se constitui em uma massa marginalizada em face do processo hegemônico. Claro está que todas as questões relativas ao desemprego e subemprego incidem justamente sobre essas populações. E, “coincidentemente”, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho pertencem à população negra brasileira.

E a autora dá pistas do porquê da importância daquilo que ela formula como sendo a síntese entre denúncia política e resistência cultural, já abordada no primeiro item deste capítulo:

Vale ressaltar ainda que esses três processos estão articulados de tal maneira que a manutenção de uma autonomia relativa de cada um deles interessa ao sistema *como um todo*. Mas, exatamente por isso, **qualquer mudança em um desses setores ameaça o sistema como um todo**. E, nesse sentido, já estamos falando da questão da participação e nos colocando em um outro nível: o das práticas sociais. Ou seja, aquelas relacionadas às instâncias políticas e ideológicas que, juntamente com a econômica, constituem o espaço em que se deslocam os atores sociais (Gonzalez, 2020, p. 45-46, destaque em itálico da autora, destaque em negrito nosso).

As considerações de Gonzalez (2020) sobre o desenvolvimento desigual e combinado são coerentes com a colocação de Canclini (1983) de que a cultura

popular é e não é, ao mesmo tempo, um produto pré-capitalista e situam a importância dada por esses autores às objetivações culturais populares em sua condição de expressão da luta de classes e instrumentos das camadas populares na luta por hegemonia.

A instrumentalização, ao mesmo tempo política e ideológica, das culturas populares pelo Estado no capitalismo dependente no século XX, teve por objetivo unificar cada uma das nações que o integram por meio de uma identificação cultural que favorecesse conciliações de classes. No entanto, sendo os interesses de classes antagônicos, esse tipo de conciliação pode até se dar de modo empírico e aparente, podendo configurar-se em uma conciliação de interesses imediata e conjuntural, mas nunca histórica.

Como é evidente, a articulação das objetivações culturais populares aos interesses desenvolvimentistas-nacionalistas brasileiros, por meio da produção de símbolos nacionais, não se restringiu à capoeira, sendo inúmeros os exemplos de objetivações culturais populares brasileiras cooptadas pelo Estado e pela indústria cultural nacionais.

Os sambas, as festas populares, com destaque para o carnaval, as objetivações culinárias, como a feijoada e a caipirinha, e o futebol, naquilo que ele já teve de popular, são apenas alguns desses exemplos. A popularidade aqui atribuída ao futebol não é aquela própria à classificação hegemônica, que coincide com a sua espetacularização. O que o futebol tinha de popular se relacionava a uma estética criativa que resultava de uma ética na qual os jogadores e as equipes técnicas ainda tinham autonomia relativa para produzir formas de jogar, evidentemente influenciadas pela formação cultural popular brasileira. O futebol brasileiro era uma prática social de relações ainda não plenamente estranhadas, que ficou conhecida no mundo todo por futebol-arte. Essa estética foi suprimida pela hegemonia esportiva, pois as formas de se produzir o jogo de futebol brasileiro passaram, com a proximidade do século XXI, a se conformar ao modelo tático de jogo europeu, de modo a melhor atender, por meio do sistema esportivo, aos interesses da totalidade capitalista.

Conforme Nei Lopes (2004), o ano de 1920 foi aquele no qual o governo do Brasil proibiu negros de integrarem a seleção brasileira de futebol e também quando a polícia do Rio de Janeiro proibiu, a pedido da Igreja da Penha, a participação dos ranchos, rodas de batucadas e blocos de música, todos de tradição negra, no arraial

carioca que segue acontecendo até os dias de hoje nos meses de outubro naquela paróquia.

Às vésperas do campeonato sul-americano de 1921, na Argentina, discutiam-se na imprensa brasileira suposições sobre como poderia repercutir internacionalmente a convocação ou não convocação de jogadores negros para a seleção do Brasil. Enquanto o músico Pixinguinha tinha o seu virtuosismo associado ao fato de não ser rigorosamente preto, mas antes mestiço – e que no mais, não tinha sua cor revelada pelos programas de rádio –, Arthur Friedenreich, filho de pai alemão e mãe negra, teve permissão para participar da competição internacional por não ser “tão preto assim”. Quando o grupo de Pixinguinha, os Oito Batutas, foi convidado a se exhibir em Paris, a imprensa e a opinião pública nacionais dividiram-se e parte delas acreditava que o Brasil seria envergonhado por ser representado por “pardavascos” na Europa (Lopes, 2004).

De acordo com o autor, a Revolução de 1930 consolidou o capitalismo no Brasil, por meio do fortalecimento do Estado, e teve como principal líder Getúlio Vargas, inaugurando uma conjuntura política que foi responsável por instrumentalizar o futebol e a música popular como ferramentas de controle e subordinação das massas brasileiras:

Em 1932, ano seguinte ao da disputa da Taça Rio Branco entre seleções do Brasil e Uruguai, o jornal *O Mundo Esportivo*, por iniciativa de Mário Filho – que hoje empresta seu nome ao principal estádio de futebol brasileiro, o popular Maracanã – promove o primeiro desfile de escolas de samba, espécie de agremiações surgidas na década anterior. Nesse mesmo ano, em que, no Rio, a Marinha unifica todas as suas bandas de música, para formar a portentosa Banda dos Fuzileiros Navais, celeiro de tantos músicos virtuosos, a Orquestra de Romeu Silva exhibe-se nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, nos quais, ao que parece, o futebol não teve vez (Lopes, 2004).⁸⁴

Esse processo político-ideológico de instrumentalização das objetivações culturais populares, transformando-as em símbolos nacionais, de modo a promover uma identidade nacionalista supostamente conciliadora dos interesses de classe,

84 O texto foi disponibilizado por Nei Lopes no blog *O Lote calça chuteiras e entra de sola*, que não se encontra mais disponível, na ocasião da Copa do Mundo FIFA de 2006, realizada na Alemanha, tendo seus trechos publicados ao longo de algumas semanas: “Há dois anos atrás escrevíamos o texto abaixo, publicado no Livro *Futebol de muitas cores e sabores*, editado em Portugal pela Editora Campo das Letras, em parceria com a Universidade do Porto. Como durante as próximas semanas não se vai falar noutra coisa, fatiamos o texto para servi-lo bem passado, em porções, aos visitantes do Lote”. Nesta pesquisa, usa-se o texto do blog, que foi digitalizado em 2006 pela autora, por isso a citação direta aparece sem paginação, no entanto, referencia-se o livro.

não se restringiu ao Brasil, sendo uma das características comuns ao capitalismo dependente.

Canclini (1983, p. 69-70) explicita que os dirigentes mexicanos surgidos com a Revolução de 1910 "promoveram o desenvolvimento do artesanato e do folclore com a finalidade de oferecer um conjunto de símbolos para a identificação nacional".

Um país fraturado por divisões étnicas, lingüísticas e políticas necessitava, juntamente com as medidas de unificação econômica (reforma agrária, nacionalização, desenvolvimento coordenado do mercado interno) e política (criação do partido único, da central dos trabalhadores), que se estabelecesse uma homogeneidade ideológica. A castelhanização dos índios e a exaltação do capital cultural sob a forma de patrimônio comum de todos os mexicanos foram alguns dos recursos privilegiados. [...] Salvador Novo declarava em 1932 que "os bonecos de palha, as xícaras, os brinquedos feitos de barro, os chapéus multicoloridos" estavam dando aos mexicanos "em elevado sentido racial e uma consciência de nacionalidade que antes nos faltava.

Apesar da valorização pós-revolucionária dos símbolos ameríndios mexicanos, o avanço capitalista produziu três períodos não excludentes de instrumentalização das culturas populares mexicanas pelo Estado: exploração comercial do artesanato relacionada com a promoção do turismo estrangeiro, o que ocasionou a sua industrialização parcial; exportação de produtos artesanais de modo a contribuir com a política de substituição de importação e equilíbrio da balança comercial; e a promoção do artesanato como forma de complementação de renda para as famílias rurais, controlando o êxodo para os centros urbanos (Novelo *apud* Canclini, 1983).

Guardadas as especificidades das formações sociais no capitalismo dependente, o que há de se considerar é que o avanço da totalidade capitalista "nem sempre precisa da eliminação das forças produtivas e culturais que não servem diretamente ao seu desenvolvimento se estas forças proporcionam coesão a um setor numeroso da população", trata-se da garantia de uma "reprodução equilibrada do sistema" (Canclini, 1983, p. 71).

Quanto à instrumentalização da capoeira pelo Estado brasileiro nas décadas iniciais do século XX, ela coincide com a conjuntura que culminará no Estado Novo. Tratou-se de um momento atravessado por interesses e ideais nacionalistas e desenvolvimentistas de modernização que operaram pela força e autoridade e que contaram com um projeto de Educação e de Saúde de evidentes intenções

eugênicas, higienistas e militaristas, conformadas à particularidade brasileira. Nesse contexto, a Educação Física assumia por função social disciplinar e treinar corpos, adequando-os aos interesses do Estado, visando formar pessoas fisicamente saudáveis e moralmente obedientes, sobretudo, para o trabalho, mas considerando também a possibilidade do envolvimento da população brasileira em revoltas e/ou confrontos bélicos (Vieira, L., 1995).

Até hoje integra o senso comum e as classificações hegemônicas o caráter salvífico atribuído, de modo geral, às práticas esportivas e às atividades físicas e, de modo mais particular, às objetivações populares, que precisam ser, em alguma medida, esportivizadas, para que deixem de ser apreendidas como experiências de luta contra o modo de vida imposto pelo capitalismo dependente, e passem a ser reivindicadas como instrumentos contra o sedentarismo, contra o ingresso no mundo das drogas e da criminalidade, contra a indisciplina etc.

Possivelmente as ideias de Fernando de Azevedo⁸⁵ sobre um projeto de Brasil e um projeto de Educação para o Brasil, que destinava especial atenção a um projeto brasileiro de Educação Física, sejam as que melhor representam o espírito nacionalista e modernizante da época no que diz respeito à especificidade educacional. O signatário da criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, e do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, escreve, em 1916, sobre a importância fundamental da Educação Física para o desenvolvimento nacional:

A vitalidade criadora de um povo, biológica e culturalmente homogêneo, é uma equação entre os elementos de sua formação étnica e as influências histórico-culturais que sobre ele atuaram. A quem atentar na heterogeneidade de elementos, – o branco, o negro e o índio, que fundindo-se, em misturas e graus variáveis conforme as regiões, deram uma grande variedade de produtos, não pode surpreender a demora de formação de um tipo étnico definido, sendo como é recente, entre nós, e ainda em processo a mistura de povos de raças diferentes. As deficiências físicas atribuídas ao brasileiro em geral, e particularmente aos de regiões da hinterlândia, estão ligadas, como se sabe, antes ao clima tropical e às causas econômicas e sociais ou às suas condições de vida do que à miscigenação. Todos os povos do continente europeu, mesmo aqueles que se presumiam oriundos de uma raça pura, como se sabe, resultaram na verdade, de uma mistura de raças, de um *melting pot*, em que se caldearam povos de origens diversas. A

85 “Educador, sociólogo, administrador, escritor e jornalista, com formação em Direito pela USP, Fernando de Azevedo (1894-1974) é considerado figura-chave da educação. Participou de momentos emblemáticos no âmbito educacional, como a criação do Ministério da Educação – na época Ministério da Educação e Saúde –, em 1930, a elaboração do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, de 1932, a concepção da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1961, e a promoção da Reforma Universitária de 1968. Também elaborou o anteprojeto e o projeto que deram origem à Universidade de São Paulo, em 1934” (Costa, 2019, p. 3).

mestiçagem que se operou no país, não constitui, de modo algum, razão suficiente para o pessimismo dos que descrevem da possibilidade de tornar-se o povo brasileiro uma força viva da humanidade e uma glória da civilização ocidental. [...] É uma observação, agora por demais repetida e trivial, e que tão bem definiu Isidoro Martins, para quem “a nossa nacionalidade brasileira é uma combinação étnica ternária, que ainda hoje não se acentuou em tipo particular e único, conseguindo amalgamar debaixo da pele os pigmentos, e dentro do cérebro as tendências psíquicas das três raças geradoras”. [...] No entanto, sendo a concorrência vital à lei do mundo organizado, toda raça, que se enfraquece, é condenada a desaparecer: a história aí está para apoiar Darwin. Poder-se-ia sobre este tema esboçar um novo *Discurso sobre a história universal* e mostrar os povos um depois do outro, engrandecendo-se, quando cultivam a saúde, os exercícios físicos e a educação viril, abatendo-se, até desaparecerem quando os desprezam. [...] Se, nesse processo em que intervêm forças biológicas, se não obscuras, certamente incontroláveis, não devemos superestimar [sic] o papel da Educação Física, não é possível deixar de reconhecê-lo em toda a sua importância, histórica e cientificamente comprovada. É certo que a Educação Física e, de modo geral, a educação opera sobre o indivíduo, *tal como a natureza o fez*, com seu equipamento hereditário ou o conjunto de suas aptidões inatas; mas não é menos exato que ela pode influir e influi poderosamente não só no sentido de apurar e desenvolver qualidades físicas e mentais de cada um, como também orientá-las em direção determinada. [...] Num país como o nosso cuja população resulta de uma grande mistura de raças e que abrange etnias diversas, a Educação assume importância capital (Azevedo, F., 1922, pp. 212-214, destaques do autor).

É nesse contexto evidentemente eugenista e higienista, transplantado da Europa e adaptado às particularidades sociais brasileiras, que a capoeira sofrerá na primeira metade do século XX a tentativa de destituição de seus elementos ritualísticos, próprios ao modo de vida dos seus produtores, e de padronização/regulamentação das suas técnicas corporais de combate, tentativa em última instância frustrada. A instrumentalização da capoeira pelo Estado coincidiu com a tentativa de seu esfacelamento enquanto prática social que sintetiza – ainda hoje, de forma condensada e em estado latente –, atividade social contra a superexploração do trabalho e a dominação cultural.

Canclini (1983, p. 81, destaques do autor) coloca nos seguintes termos a questão da redução e esfacelamento das práticas sociais no capitalismo:

O capitalismo rompe com vivência imediata da unidade entre o material e o ideal, principalmente porque ele torna mais complexo e diversificado o processo de produção, separando as diferentes práticas humanas - a cultural, a política, a econômica - e especializando as etapas de um mesmo trabalho. A esta necessidade de divisão *técnica* da vida social se superpõe o interesse *econômico e político* de isolar para melhor dominar.

A monografia escrita por Inezil Penna Marinho (1944, p. 5-6), *Subsídios para o estudo da metodologia do treinamento da capoeiragem*, apresentada no Rio de

Janeiro, no concurso de trabalhos sobre Educação Física, promovido pela Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde, é representativa dos esforços de redução da capoeira a método ginástico brasileiro, bem como do caráter eugenista, higienista e nacionalista atribuído à Educação Física:

O capoeira era um indivíduo respeitável, com o qual todos evitavam entrar em conflito, inclusive a polícia, os mulatos, geralmente menos corpulentos que os negros, menos carregados de músculos de força que o trabalho pesado desenvolvia, mais ágeis, mais flexíveis, mais elásticos, mais nervos do que músculos, representavam o tipo ideal do capoeira, pois a tais qualidades físicas somavam maior coragem, maior audácia, libertos que se encontravam do espírito de submissão arraigado à raça negra, pelo menos naquela época. A capoeiragem foi a arma dos brasileiros, que os portugueses do século passado tanto temeram. Não devemos, sem um esforço, deixar que a capoeiragem morra completamente, pois, assim procedendo, estaremos perdendo algo de nosso, que o mundo exterior não chegou a conhecer de fato. As nossas Escolas de Educação Física, onde se ensina o box, o jiu-jitsú, a luta, a esgrima, não podem deixar de incluir a capoeiragem dentro da sua cadeira de ataque e defesa, porque isso equivaleria a deixar de tratar da história da educação física no Brasil, dentro da cadeira de história da educação física, fato esse que até bem pouco sucedia. É verdade que faltam mestres, mas ainda existem perdidos pelo Rio, Salvador e Recife bons capoeiras que poderiam preparar esses mestres. Da mesma forma que o samba e a expressão da música popular brasileira, a capoeiragem exprimirá as possibilidades do nacional para enfrentar, à mão desarmada, estrangeiros que usem meios de ataque e defesa forjados de acordo com a sua índole, as suas possibilidades.

As ideias de Marinho foram fortemente respaldadas nas de Anníbal Zumalacaraguihy de Menck Burlamaqui, que escreveu, em 1928, o livro/manual intitulado *Gymnastica Nacional (Capoeiragem) Methodisada e Regrada*. O autor do manual, que também era poeta, oficial da alfândega, boxeador e praticante de outras lutas, como a greco-romana, interessou-se pela capoeiragem, não se sabe ao certo com quem ou em qual contexto, mas no Rio de Janeiro, o que lhe rendeu o apelido de Zuma e disto, talvez até mesmo pela produção do manual, passou a ser referenciado por “mestre” Zuma (Burlamaqui, 1928; Höfling, 2019).

Ratifica-se que tanto as produções de Marinho como as de Burlamaqui são representativas da adequação dos ideais eugênicos e higienistas ao contexto socioeconômico brasileiro. Marinho inclusive se ocupou da política de imigração do Estado Novo e defendeu o português como o povo mais conveniente a contribuir para a formação do tipo de nação desejada, seja pela unidade da língua, seja pelo que considerava ser uma melhor aceitação de “cruzamento com raças inferiores” (Vieira e Assunção, 1998).

No manual de Burlamaqui (1928), a sua proposta de “capoeiragem regradada e metodizada” aparece destituída de instrumentos, cantigas e rituais, sendo determinado o campo de futebol como local para a prática – por “amortecer as quedas e não conter poeira”; o perímetro circular para o jogo é demarcado com cal e tem seu tamanho dimensionado a partir do traçado da letra Z (de Zuma). São estipulados tempos, como os assaltos no boxe, de 3 minutos, em um jogo que pode durar até uma hora, acompanhado por juiz, com critérios de desempate previamente estabelecidos. A vitória poderia se dar por incapacitação do adversário ou por contagem de pontos determinados pelo número de quedas. As vestimentas e calçados são similares às do boxe e os golpes e esquivas descritos e acompanhados por 20 fotografias para as quais posaram o próprio Zama e um colega, seu advogado, Mário Santos, responsável pelo prefácio da obra:

Hoje está regulamentado o boxe, como também a luta romana, a savate etc. e porque não haveremos de regularizar e regenerar a capoeiragem? Ha necessidade disso e a sua adopção constitue alem do mais um principio de ordem social, pois só depois de aceita e espalhada a prática da capoeiragem, teremos os agentes da sociedade, os policiais, a salvo das habilidades dos brasileiros nesse terreno, e das insolencias dos que praticam o boxe, como os embarcações estrangeiros que tanto dissabor causam aos policiais com suas libações alcoolicas. Adoptemos a capoeiragem, ella é superior ao box, que participa dos braços; ella é superior á luta greco-romana, que se baseia na força; é superior á luta japoneza, pois que reúne os requisitos de todas essas lutas, mais a intelligencia e a vivacidade peculiar ao tropicalismo de nossos sentimentos, pondo em ação braços, pernas, cabeça e corpo! Oxalá que muito breve tenhamos na Europa campeões brasileiros de “GYMNASTICA NACIONAL”, vencendo os de outras lutas estrangeiras. São meus votos para que seja a “Gynminastica brasileira” acceita e praticada, pois vae n’isso, além de um acto de brasilidade, um pouco de integralisação na posse de nós mesmos [sic] (Santos, M. *in* Burlamaqui, 1928, p. 4-5).

Os projetos de Burlamaqui e de Marinho, com evidente caráter de esportivização da capoeiragem, pretendem uma extrema redução e unilateralização da prática social e a sua politização a favor dos interesses dominantes de classe, travestidos de interesses nacionalistas, para isso é preciso “higienizar” as objetivações corporais populares de suas referências ao modo de vida de seus produtores.

A diversidade dos padrões culturais, aquilo que faz com que existam sambas, maracatus, bois, capoeiras, congadas etc., sempre no plural, tende a ser um fator que perturba “as necessidades da expansão constante que é intrínseca ao capitalismo” e que por isso precisam ser reprimidas e/ou adequadas aos interesses

dominantes (Canclini, 1983, p. 27). Nesse sentido, o que o capitalismo e o sistema esportivo próprio a ele tendem a propiciar é uma aparência de diversidade cultural, sendo que, no mais fundamental, operam de modo a reduzir e unilateralizar as pessoas à sua força de trabalho, as práticas sociais a atividades laborais que atendem às necessidades de primeira ordem e as objetivações da cultura corporal a práticas de caráter competitivo.

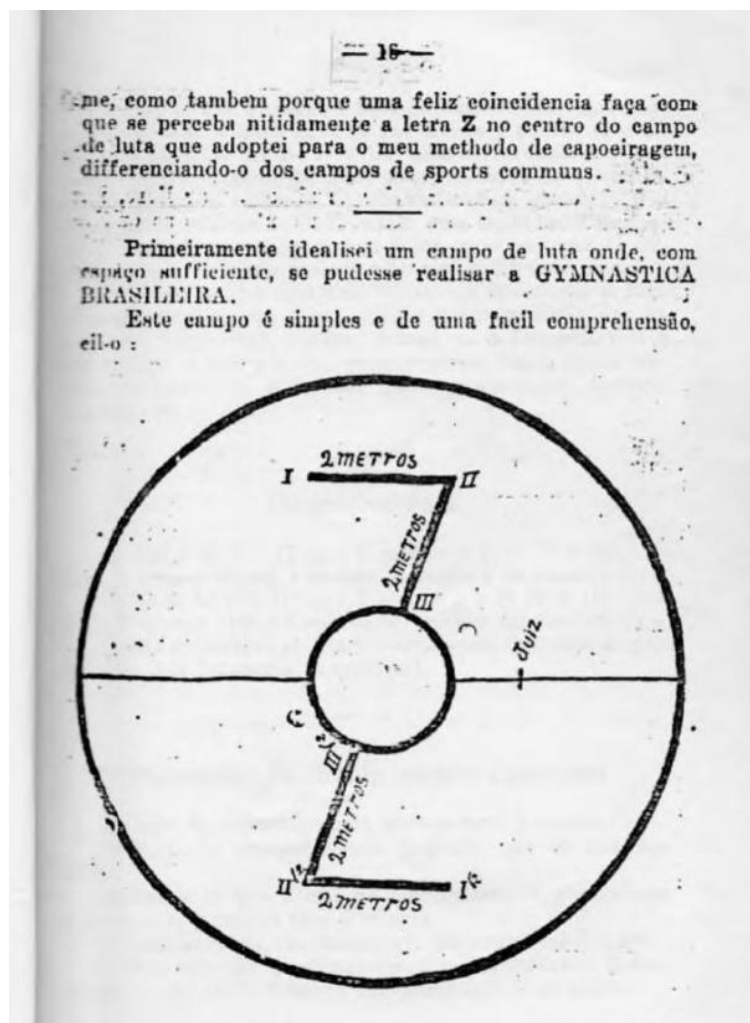
Como problematizado no segundo capítulo, a forma heterogênea do sistema esportivo impõe sua hegemonia ao reduzir a diversidade das objetivações corporais a um conjunto de práticas variadas que se igualam, em sua finalidade de mensuração de rendimento atlético, reduzindo os praticantes a competidores, e, no caso dos atletas de alto rendimento, a suporte material de sua atividade de valor.

As diferentes modalidades da produção cultural (da burguesia e do proletariado, do campo e da cidade) são reunidas, e, até certo ponto homogeneizadas, devido à absorção, num único sistema, de todas as formas de produção (manual e industrial, rural e urbana). A homogeneização das aspirações não significa que os recursos são igualados. Não são eliminadas as distâncias entre as classes nem entre as sociedades no aspecto fundamental – a propriedade e o controle dos meios de produção –, mas se cria a ilusão de que todos podem desfrutar, real ou virtualmente, da superioridade da cultura dominante. Qualquer desenvolvimento autônomo ou alternativo por parte das culturas subalternas é impedido [tende a ser, mas não sem resistência]. (Canclini, 1983, p. 27).

O projeto de Zuma também coloca em evidência a ideologia capitalista, tão bem representada pelo sistema esportivo, do “*self made man*”:

Appelidei este methodo, puramente meu, de “Zuma”, não só porque Zuma é a quarta parte do meu segundo nome, como tambem porque uma feliz coincidencia faça com que se perceba nitidamente a letra Z no centro do campo de luta, que adoptei para o meu methodo de capoeiragem, diferenciando-o dos campos de sports comuns [*sic*] (Burlamaqui, 1928, p. 15-16).

Figura 19: Espaço projetado por Burlamaqui para a disputa da gymnastica brasileira por ele projetada, a partir da unilateralização e higienização, da capoeiragem carioca do início do século XX



Fonte: Burlamaqui, 1928, p. 16.

E aqui vale retomar a questão do corpo em atividade social e expressiva como principal suporte material (objetivação sensível) da atividade de valor das objetivações da cultura corporal e de que nisso se configura o fato de as objetivações corporais serem práticas sociais em si; isso porque também há de se considerar os demais suportes materiais que fazem parte das estéticas das objetivações corporais.

A dinâmica cultural esportiva é fortemente orientada por outro tipo de suporte material de valor, manuais de regulamentação impostos de cima para baixo, fiscalizados e obedecidos, a serem executados em formatos rigidamente preestabelecidos, o que coincide com o alto grau de sistematização, padronização e universalização das objetivações corporais esportivas. À função social de um atleta de alto rendimento, pouco importa apreender a historicidade da objetivação

que ele pratica ou a totalidade do processo de sua produção. Isso não faz parte da produção e reprodução da sua força de trabalho, não interfere no seu rendimento corporal, não impacta na conquista de seus títulos e medalhas.

A dinâmica cultural popular tende a ser classificada como pouco elaborada e sistematizada, porque, dentre outros motivos, trata-se de uma dinâmica que resiste aos reducionismos impostos pela totalidade capitalista e possibilita que as objetivações culturais sejam produzidas de modo a se adequarem às diferentes necessidades humanas, mas também, de modo a produzirem necessidades humanas também mais diversificadas; tem-se uma comunidade viva como suporte material de valor.

O corpo, na condição de suporte de valor das objetivações corporais populares, não é o corpo que se mostra representativo da ideologia do “*self made man*”, que vai, por exemplo, nomear um movimento da ginástica artística pelo sobrenome de quem o executou pela primeira vez em uma competição, é, antes, um corpo com vínculos comunitários, que tem a possibilidade de se estranhar menos, de se reconhecer nos outros corpos que fazem parte da sua vida comunitária, capaz de apreender melhor a totalidade do processo de produção da objetivação corporal da qual partilha.

O valor dado na cultura popular ao saber contado e ensinado pelas pessoas mais experientes, àquilo que os gregos chamavam de “sofia”, abarca, no capitalismo dependente, uma necessidade de manutenção e reconstrução das histórias que visam a preservação da humanidade dos sujeitos superexplorados contra o processo por meio do qual eles são reduzidos, unilateralizados, a força de trabalho; isso fica muito evidente entre os grupos de imigrantes nordestinos que chegam à São Paulo em busca de venderem sua força de trabalho e refundam as suas tradições. O forró, por exemplo, passa ser conhecido na extensão da territorialidade brasileira a partir dos trabalhadores nordestinos que migram para a cidade paulistana.

Também a história dos mestres de capoeira denuncia o processo migratório de trabalhadores, ao mesmo tempo braçais e da cultura, que saem do Nordeste, em especial do estado da Bahia, e refundam suas tradições no Sudeste, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro.

No Morro do Querosene, por exemplo, no bairro do Butantã em São Paulo, há quarenta anos, por meio de uma comunidade formada a partir de pessoas

maranhenses, acontece anualmente as três festas que representam o ciclo do boi do Maranhão. Em entrevista, Ana Maria Carvalho⁸⁶, mestra da cultura popular maranhense, uma das responsáveis pela festa do boi no Morro do Querosene, nascida em Curupupu no Maranhão, em 1952, uma das fundadoras do grupo Cupuaçu em São Paulo e integrante por 30 anos da companhia de teatro VentoForte⁸⁷, comenta sobre o processo de produção da tradição da festa no bairro do Butantã. Seu comentário evidencia que o corpo, na condição de principal suporte material de valor do bumba meu boi, revela seu caráter comunitário e histórico:

Então, nós somos filhos de mestre do Bumba meu Boi. Na região que a gente nasceu, tem vários ritmos de Bois, ritmos diferentes. Tem o Costa de Mão, tem o Zabumba, tem o Boi de Baixada, que também é chamado de Boi de Pindaré, tem o Boi da Ilha, que é chamado também de Boi de Matraca. E tem o Boi de Orquestra, que falam que nasceu depois, que tinha um grupo de Bumba meu Boi tocando em algum lugar, na periferia pequena, e todo dia passava um policial e via aquele povo tocando e ele saiu e pegou o saxofone dele e começou a tocar ali. Aí foram se aproximando os instrumentos de corda, sopro, daí criou o Boi de Orquestra. Mas geralmente essas danças, essas manifestações culturais, elas surgem assim, igual a dança do Coco, a pessoa está aqui aterrando a casa, batendo o chão e cantando como sempre canta. [...] A gente brincava lá no Morro [se referindo já ao Morro do Querosene, no bairro do Butantã, na cidade de São Paulo]. Porque lá no Maranhão, a gente brinca Boi. Sou brincante de Boi. E a gente brincava, sem intenção de ter um grupo. E aí, de repente, eu e a Erica Marques, a gente

86 De acordo com a revista *Mais 60: estudos sobre envelhecimento* (2023, p. 107), “Ana Maria Pires de Carvalho é compositora, cantora, atriz e figurinista. Contemplada com o Prêmio de Culturas Populares do Ministério da Cultura (MinC), em 2017, e pelo Prêmio de Mestres da Cultura Popular de São José dos Campos, em 2022”. Entre os anos de 2015 e 2016, durante a gestão do PCdoB na cidade de Jundiaí, Ana Maria Carvalho ministrou um curso, com aulas regulares e sequenciais com periodicidade geralmente mensal, sobre a cultura popular maranhense ofertado aos educadores da rede municipal de Jundiaí de modo não obrigatório e aberto a demais interessados. Na ocasião, a autora desta pesquisa era uma das coordenadoras de um dos núcleos de gestão participativa e colegiada da Secretaria de Educação e foi uma das responsáveis, junto com Rita Rozeno e Ademir de Castro, por viabilizar processos, a exemplo do promovido por Ana Maria Carvalho, de instrumentalização de educadoras da rede para atendimento à lei nº 11.645, de 10 março de 2008, que “altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

87 Companhia de teatro fundada por Ilo Krugli (1930, Buenos Aires – 2019, São Paulo), mestre bonequeiro, filho de judeus poloneses que fugiram da Primeira Guerra Mundial para Argentina e que se muda para o Brasil em 1960, fundando na cidade do Rio de Janeiro em 1974 a companhia VentoForte de teatro, que se mudará para a cidade de São Paulo em 1980. O VentoForte é uma das principais companhias de teatro para a Infância da América Latina. De acordo com a Enciclopédia Cultural Itaú (2025), trata-se de um “Grupo criado em 1974, no Rio de Janeiro, com o espetáculo *História de Lenços e Ventos*, que introduz uma nova forma de representar para o público infantil. O nome vem do título de uma crítica para jornal da peça: ‘Vento forte no teatro para crianças do Brasil’. Os trabalhos do Ventoforte, com a poética voltada para o sonho e a fantasia, são inspirados na cultura popular dos países latino-americanos e recorrem a lendas e mitos dos povos do continente. [...] Com criações coletivas, surgem trabalhos que usam recursos cênicos variados – papéis, latas, panos, lenços, bonecos –, dando ênfase ao universo infantil, que tem em Krugli um ferrenho defensor da qualidade das encenações voltadas para esse público.”

improvisou uma roupa para o Tião⁸⁸. Aí a gente fez um peitoral, bordamos e fizemos um saiote. Foi a primeira roupa do Boi Cupuaçu. Então, o Cupuaçu nasce daí. E começamos a brincar. Como eu falo para as pessoas, eu moro em São José dos Campos e a dona Ângela Savastano, que é a diretora do museu cultural, Museu do Folclore, ela fala: “Ana, faz o seu Boi”. E eu respondo: “Dona Ângela, Boi não se faz, Boi nasce, eu não tenho como fazer o Boi, o Boi nasce”. Sabe, é como uma criança em que a mãe está grávida, ela vai fazendo o enxoval, vai avisando os amigos, entendeu? Assim é o Boi. Ele não pode surgir de uma hora para outra, que ele não vinga. Na festa, a gente faz o nascimento, que é no sábado de aleluia, a gente faz o batizado, que é na segunda quinzena de julho, e a morte do Boi, que é igual a nossa, a gente não sabe, ele que faz, pode ser em outubro, em novembro. Encerra o ciclo. E esse Boi do Querosene foi aos poucos, foi fazendo, foi fazendo, com batalha, não tinha sede. O Boi não tinha lugar para dormir, punha na minha cama, e eu dormia com o Boi. E quando eu tinha que namorar falava: “Boi, você vai sair daqui, porque hoje eu vou namorar”. E a gente lutou muito. Fazia vaquinha para comprar figurino, rodava chapéu na praça para comprar material, então foi uma luta muito grande para esse grupo ir se fortalecendo e hoje ter 40 anos (Carvalho em entrevista à revista *Mais* 60, 2023, p. 113-114).

O processo pelo qual os indivíduos na totalidade capitalista tendem a ser alienados, estranhados, da vivência comunitária, é explicado por Canclini (1983), a partir da problemática dos artesãos mexicanos para os quais suas peças de artesanatos perdem o valor de uso dado pelo sentido comunitário, seja em relação aos artesãos que passam a ser considerados artistas, seja em relação aos que se transformam em vendedores e passam a atender a expectativas de turistas que comprem suas produções como *souvenirs*. Para se entender a violência imposta a esses artesãos é preciso considerar o seu modo de vida particular que a totalidade capitalista esfacela no capitalismo dependente:

O membro de uma comunidade indígena entende que a sua identidade profissional está determinada pela coletividade, derivando do seu pertencimento global, cultural e econômico ao seu grupo, e não da sua inserção pessoal nas relações de produção. Esta dependência comunitária não significa uma diminuição de cada um de seus membros, como o poderíamos acreditar baseados nos nossos hábitos individualistas. Pelo contrário, conforme escrevia Mariátegui, o índio nunca é menos livre do que quando está só (Canclini, 1983, p. 83).

88 Tião Carvalho, José Antônio Pires de Carvalho (nascido em 1955 em Cururupu, no Maranhão) é irmão de Ana Maria Carvalho, um importante mestre da cultura brasileira (não só de boi, mas também de capoeira e tambor de crioula); também é ator, dançarino, cantor e compositor da música popular brasileira. Tião Carvalho mudou-se para o Rio de Janeiro em 1979, a convite de Ilo Krugli, para fazer parte do elenco da companhia do teatro VentoForte, que migra em 1980 para São Paulo, o que vai possibilitar a Tião realizar trabalhos com artistas como Klauss Viana, Sivuca, Hermeto Pascoal, Paulo Moura, Zeca Baleiro, Graziela Rodrigues, Ná Ozzetti e Cássia Eller.

O modo de vida popular desses artesãos faz com que a assinatura em suas peças, *a personificação da objetivação cultural*, exigida por turistas e colecionadores, seja *reconhecida como uma alienação de sua identidade*:

A assinatura, que para os artistas possui algo de afirmação pessoal e de jogo narcisista, é para os artesãos um referendo paradoxal de sua identidade alienada. O capitalismo os transforma em indivíduos sem comunidade, perseguidores de um lugar solitário num sistema que lhes escapa (Canclini, 1983, p. 85).

O que o capitalismo impõe a grande maioria dos artesãos, aqueles que não se consagram como artistas, que não caem nas graças de colecionadores e *marchands*, é, além da perda do sentido comunitário de sua atividade social, um pauperismo material e espiritual, não só de sua comunidade, mas também de suas individualidades:

Além dos espetáculos tão difundidos da miséria e da dor, existem fatos cotidianos, persistentes, cuja discreta dramaticidade não é menor. Por exemplo, a eloquência de povoados como Capula e Patambamn que, estando entre os de melhor olaria do México continuam a parecer o que eram há trezentos anos – casas de tijolo cru e madeira, ruas empoeiradas –, sendo um testemunho marcante de que o seu artesanato, fabricado diariamente durante séculos, quase não permite a acumulação de capital. Algo semelhante se sente ao se entrevistar artesãos num mercado e perceber que todo o seu empenho na conversa se destina a desviá-la para a venda: a tensão no rosto ou o olhar evasivo de quem quer compreender a lógica “desconcertante” de perguntas a respeito do modo como trabalham e vivem para convertê-las em respostas a respeito das vantagens das suas mercadorias. Mesmo que não haja compradores diante dos quais estivéssemos tomando-lhes o tempo, mesmo que esclareçamos que não iremos comprar coisa alguma, os mercados sempre são o lugar mais difícil para realização de entrevistas. O artesão não está ali para falar sobre o que sabe nem para mostrar o que ele faz, mas para buscar como o seu trabalho pode “fugir-lhe” mais rápido, atrás de uma lógica que é criada por outros (Canclini, 1983, p. 85-86).

Retomando a questão da instrumentalização da capoeira pelo Estado brasileiro, por meio da sua configuração em símbolo nacionalista, no mesmo período em que no Rio de Janeiro eram formulados projetos que visavam transformar a capoeira em método ginástico e esportivo brasileiro, em Salvador, Manuel dos Reis Machado (1900-1974), o mestre Bimba, elaborava a luta regional baiana e abria sua academia em 1932, buscando fazer do ensino da capoeira o seu principal ofício. No contexto social da capoeira, atribui-se o conhecimento e a valentia de mestre Bimba ao fato de ele ter sido estivador, tendo aprendido e

ensinado técnicas de luta a homens de diversos lugares do mundo, mas também tendo desafiado muitos deles, diz-se que sem nunca ter perdido uma luta.⁸⁹

Manoel dos Reis Machado (Mestre Bimba) nasceu em 23 de novembro de 1900, no bairro de Engenho Velho de Brotas, antiga Freguesia de Brotas, em Salvador, Bahia, pouco mais de uma década após a Abolição da Escravatura. Filho de Luís Cândido Machado, caboclo natural de Feira de Santana, famoso campeão baiano de batuque⁹⁰, e de Maria Martinha do Bomfim. Foi carvoeiro, doqueiro, trapicheiro, carpinteiro, mas, principalmente, capoeirista. Mestre de capoeira foi condição adquirida por reconhecimento popular e pelo respeito da sociedade, numa época em que a perseguição às manifestações da cultura negra era muito intensa e perversa (Campos, 2009, p. 115).

O projeto de mestre Bimba objetivou uma sistematização e a descriminalização da capoeiragem. Faz parte dessa sistematização a criação de um método de ensino no qual são fixadas sequências de combinações de golpes de ataque e esquiva, cadenciadas pela ginga e interligadas por movimentações já

89 *Bimba foi estivador, colega véio lá do cais lá da Bahia*

Bimba foi estivador, colega véio lá do cais lá da Bahia

Pelo cais corria o mundo, com mundo Bimba aprendia

Aruandê, aruandê camará

Aruandê, aruandê camará

Bimba foi estivador, colega véio lá do cais lá da Bahia

Bimba foi estivador, colega véio lá do cais lá da Bahia

E de tanto enfrentar mundo, se fez a própria valentia

Aruandê, aruandê camará

Aruandê, aruandê camará

Bimba foi estivador, colega véio lá do cais lá da Bahia

Bimba foi estivador, colega véio lá do cais lá da Bahia

Não negava uma luta, derrota desconhecia

Aruandê, aruandê camará

Aruandê, aruandê camará

Bimba foi estivador, colega véio lá do cais lá da Bahia

Bimba foi estivador, colega véio lá do cais lá da Bahia

E criou arma mortá, a capuera regioná

Aruandê, aruandê camará

Aruandê, aruandê camará.

90 O batuque baiano é um tipo de luta bastante violenta, que tem por objetivo derrubar o adversário apenas usando golpes nomeados por pernadas (que incluem chutes desferidos apenas nos membros inferiores) e rasteiras. (Campos, 2009). Na região Sudeste, há a ocorrência de objetivações populares com semelhanças no Rio de Janeiro e em São Paulo. Pernada de Sorocaba, tiririca, jogo de rasteira, samba duro, dentre outros, são jogos/lutas, “pernadas”, que acontecem ao som de samba, sendo que antes suas técnicas também eram utilizadas em outras disputas e em confrontos com a polícia e se diz que copiadas por passistas de blocos carnavalescos. Marcos Alberto Simplício, o mestre Marquinhos Simplício (1958), vem realizando um trabalho na cidade de Campinas, no estado de São Paulo, onde ensina três objetivações corporais populares distintas, a tiririca, a capoeira Angola e a capoeira regional, no sentido de se contrapor à ideia por ele criticada de dividir para conquistar, que ele compreende como uma estratégia de dominação, que atravessa as disputas e desavenças, por exemplo, entre as escolas de samba, os maracatus, as capoeiras etc., conforme explicitado por ele na edição de 2024 do evento de capoeira Angola *Corta a Cabaça e Espalha a Semente* que acontece anualmente na cidade de Ubatuba, litoral norte de São Paulo, organizado pelo coletivo Angoleiras de Ubatuba, em parceria com o grupo de capoeira Angola Irmãos Guerreiros de São Paulo.

tradicionais na capoeiragem baiana antiga, a serem reproduzidas com a finalidade de se aprenderem os elementos basilares da luta regional baiana e se conquistar resistência física para o jogo. Serão também elaboradas sequências de balões de cintura desprezada, que consistem em elementos acrobáticos realizados em duplas.

No que diz respeito aos interesses dominantes:

Mestre Bimba emergiu como o líder capaz de traduzir para os códigos da capoeira, em suas diversas dimensões (gestuais, rituais, musicais etc.), o espírito da disciplina e da eficiência que marcava a sociedade da época. Pode-se afirmar que a história da Capoeira Regional, do início da década de 30 até meados da década de 50, é a história da aproximação de Bimba com as instituições oficiais e seus representantes (Vieira, L., 1995, p. 70).

Em entrevista dada em 1989, Mestre Itapoan, Raimundo César Alves de Almeida (nascido em 1947 em Salvador), aluno formado por mestre Bimba, problematiza:

Por que capoeira, uma coisa altamente popular, estar no desfile de Dois de Julho, a Independência da Bahia? O Dois de Julho é mais importante que o Sete de Setembro, é a maior data cívica da Bahia. No desfile de Dois de Julho de 1936, mestre Bimba desfilou dando apresentação com seus alunos, e a capoeira era uma coisa popular, altamente proibida. Então o que era? Era o líder representando o povo na data maior da Bahia. E saiu no jornal o mestre dando aú (Itapoan entrevistado por Vieira, L., 1995, p. 70-71).

Vale pontuar que a luta regional baiana, conhecida por capoeira regional, era, a princípio, mais uma das capoeiras que vinham sendo praticadas, cada qual com suas diferenças ritualísticas a depender da territorialidade e de seus mestres, mesmo diante de toda a repressão sofrida; no entanto, sua projeção se dará justamente por ela ir ao encontro dos interesses desenvolvimentistas representados pelo Estado Novo.

Será sob o regime militar, instaurado em 1964, que serão criados a Federação Paulista de Capoeira, no ano de 1970, e o Departamento Nacional de Capoeira da Confederação Brasileira de Pugilismo (CBP), no ano de 1972, sob a qual eram agrupadas as lutas que não possuíam suas confederações específicas. Os grupos filiados à Federação Paulista de Capoeira se comprometiam a implementar as regras estabelecidas pela instituição, como, por exemplo, o sistema de graduação, o uso obrigatório de uniformes, a prática do “salve” como saudação

– prática que é acusada de possuir teor fascista e de reproduzir a saudação alemã nazista⁹¹ –, e o regulamento minucioso das competições. É nesse contexto, sobretudo a partir da década de 1980, que se dará a expansão dos grupos de capoeiras e é na lógica de organização desses grupos que se pauta a noção de tradição hoje comumente adotada na capoeira (Vieira e Assunção, 2008).

Tradições que têm por função social manter um dado coletivo integrado em torno de rituais e valores que fazem com que haja um senso de compromisso, dever e hierarquia em relação ao seu mestre, que depende de ter alunos formados para conquistar reconhecimento no contexto social da capoeira e do pagamento das mensalidades para dar continuidade ao seu trabalho junto ao grupo.⁹²

Enquanto muitos grupos manterão observância sobre essas regulamentações, outros vão se contrapor a elas, mantendo autonomia, por exemplo, na organização das suas graduações e campeonatos, reivindicando tradições afro-baianas e assim, mesmo sendo grupos da capoeira regional, se aproximando, em alguma medida, dos grupos de capoeira Angola.

Diversos grupos, alguns dos quais grandes, não somente se recusaram a aderir à federação, mas buscaram demarcar claramente essa linha, estabelecendo, por exemplo, sistemas de graduação e sistemas de cores de cordéis de graduação⁹³ alternativos. Nesse processo o resgate das tradições

91 O grupo de capoeira Nosso Senhor do Bonfim de Jundiaí mantém o “salve”; quando esse ritual foi explicado para a autora no final de 1999 pelo mestre Kauê, ela foi questionada sobre sua religião e informada de que o salve, feito coletivamente ao início e ao final do treino, era para que cada capoeira pudesse no início do treino pedir a proteção de seu santo ou orixá, fosse para desejar um bom treino para todos ou para manter o seu corpo fechado, e, no final do treino, para agradecer. Quando a autora disse não ser uma pessoa religiosa, seu mestre lhe respondeu que era para fazer o salve mesmo assim, que mal não lhe faria e que era bom a gente se concentrar “para sair da roda com todos os dentes”. É interessante notar a contradição de que a manutenção do salve no grupo, diante da observância de uma prescrição de uma Federação que impõe a reprodução de um ritual da capoeira regional, bem como a explicação do mestre sobre o significado do ritual para o grupo são feitas apesar de o seu discurso ser de que a capoeira precisa ser independente, não devendo se misturar ou subordinar a questões políticas ou religiosas, podendo assim ser praticada por todos.

92 *Nino quem foi seu mestre?*

Nino quem foi seu mestre?

Mestre foi Salomão

Discípulo é quem aprende

Mestre é quem dá lição

A ele devo dinheiro

Saúde e obrigação

Segredo de São Cosme

Quem sabe é São Damião

Camará...

93 Na capoeira regional são organizados eventos anuais para batizado (quando o aluno de capoeira ganha a sua primeira graduação, ou seja, seu primeiro cordão, também chamado de cordel) e troca de graduação (troca de cordão ou cordel). A entrega ou troca dos cordões tem critérios não padronizados, como por exemplos, exames e o tempo de treinamento exigido para troca da graduação a depender

afro-baianas começou a assumir um papel importante, a ponto de alguns deles aproximarem-se da capoeira angola. Isso coincidiu é claro, com a revalorização da cultura afro-brasileira pela qual lutava o movimento negro. Esse processo também favoreceu o fortalecimento da capoeira angola, que havia passado por longa fase de declínio marcado pela extinção de toda uma geração de antigos mestres e que culminou com a morte de Pastinha (1981) (Vieira e Assunção, 2008, p. 15).

Dentre outros marcos acerca do processo de esportivização da capoeira, estão a fundação da Confederação Brasileira de Capoeira (CBC) em 1992, por meio do desmembramento do Departamento Nacional de Capoeira ligado à Confederação Brasileira de Pugilismo (CBP) e a vinculação da capoeira ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) em 1995 (Vieira, S., 2006).

Esse processo de instrumentalização da capoeira pelo Estado resulta, não sem resistência, na atual identificação da capoeira com a lógica esportiva, o que compreende, por exemplo, a inclusão da capoeira nos Jogos Regionais e nos Jogos Abertos do Interior promovidos pelos governos dos estados de São Paulo e de Goiás, desde o ano de 2002. Atualmente, o governo do estado de São Paulo, por exemplo, terceiriza a organização da competição de capoeira a uma empresa privada, a Federação de Capoeira do Estado de São Paulo, a FECAESP⁹⁴, que, apesar do nome, organiza eventos esportivos das mais diferentes modalidades.

Há de se observar que nestas competições a prevalência, evidentemente, é a do caráter esportivo, mas são mantidos parte dos elementos ritualísticos pertinentes tanto à capoeira regional, personificada na figura do mestre Bimba, como à capoeira de Angola, personificada, sobretudo, na figura de Vicente Ferreira Pastinha (1889-1981), o mestre Pastinha, ambos os mestres, além de coetâneos,

do nível em que se encontra o capoeira, estabelecidos por cada grupo e/ou mestre de capoeira. De modo geral, os eventos de capoeira regional são custeados pelos alunos, que pagam por suas cordas, e possíveis patrocinadores locais, na maioria das vezes comerciantes, com o intuito de custear a vinda de mestres de diferentes localidades, seja para ministrar oficinas, seja para jogar com os alunos que serão batizados ou trocarão de graduação. Na capoeira Angola, não existe troca de graduação e os eventos são caracterizados pela partilha de saberes por meio de palestras e oficinas ministradas pelos mestres; além dos eventos de Angola também serem custeados à maneira que ocorre na regional, os eventos também se dão por meio de projetos amparados por leis de incentivo à cultura.

94 A matriz da empresa fica na cidade de Araras, uma consulta ao seu CNPJ revelou que a atividade de negócios da empresa” compreende a “produção e promoção de eventos esportivos, sendo estes com a presença ou ausência de infraestrutura, categorizam esta atividade. Podem ser citados como exemplos os seguintes: organização de campeonatos, ligas e copas de futebol, basquete, beisebol, rugby, atletismo, vôlei, entre outros. Esportes motorizados, como corrida de automóveis, motocicletas, karts, fórmulas e rally, integram esta classe também. Por último, competições de hípicas, kennels, pesca esportiva e caça ilustram esportes menos comuns. A grande finalidade desta categoria é atender os times, comissões e clubes desportivos, além do público e dos patrocinadores.” As informações podem ser acessadas em:

<http://cnpj.info/Federacao-de-Capoeira-do-Estado-de-Sao-Paulo-Fecaesp>

eram soteropolitanos. Assim como é mantida a formação da charanga na disputa da regional, com um berimbau e dois pandeiros, é formada a bateria na disputa da capoeira de Angola, com três vozes de berimbau, atabaque, pandeiro e agogô. Outra questão quanto à redução da prática social da capoeira às competições é que, apesar dos critérios de mensuração de rendimento atlético elencados, tanto a prática quanto os praticantes encontram dificuldades de se adequarem a tais critérios, ou melhor, de se reduzirem a eles, fazendo com que os resultados dessas competições sejam sempre questionados no contexto social da capoeira. No entanto, o que se faz necessário é a crítica radical à esportivização da capoeira.

Vieira e Assunção (1998) explicitam que a luta regional baiana é a expressão mais relevante da intenção objetiva de ruptura com a prática social que estes autores denominam por capoeira baiana antiga (ou vadiação baiana). E é justamente essa intenção de ruptura, personificada em mestre Bimba e possibilitada pela conjuntura política brasileira, o elemento desencadeador de um novo movimento, igualmente objetivo, de tentativa de resgate e continuidade da capoeira baiana antiga e de diferenciação da luta regional baiana, que fica conhecido pelo nome de capoeira Angola (ou de Angola).

A Angola, que pode ser considerada um terceiro movimento da capoeiragem baiana, ou o segundo movimento da capoeira “moderna” baiana, recebe esse nome por reivindicar, em oposição à luta regional baiana, a capoeiragem como uma prática social uníssona, trazida ao Brasil por africanos expatriados e aqui escravizados e promovida por estes e seus descendentes não por meio de rupturas, mas de adequações ao novo contexto social de escravização. No entanto, a Angola, em sua tentativa de resgatar a capoeiragem baiana anterior à de mestre Bimba, como não poderia deixar de ser, assume formas específicas e distintas tanto da capoeiragem baiana antiga, como da capoeiragem regional baiana, resultando em um discurso étnico que ganhará força a partir de 1980.

A retomada do discurso étnico na capoeira a partir da década de 1980 é associada a outro momento histórico, qual seja, o crescimento significativo do movimento negro na sociedade brasileira, na mesma época. Vários grupos de capoeira vinculados ao movimento negro têm desde então afirmado o caráter negro ou africano da capoeira. Concretamente, isto significou enfatizar a “origem africana” da capoeira, associá-la com a resistência do negro, cuja expressão maior seria o quilombo (Vieira e Assunção, 1998, p. 90).

O que hoje se conhece por capoeira Angola refere-se, justamente, ao movimento de resistência dos mestres baianos antigos, apoiados por artistas e intelectuais burgueses, frente às inovações empreendidas por mestre Bimba, movimento que tem em Vicente Ferreira Pastinha, o mestre Pastinha (1889 - 1981) o seu maior representante. Para Vieira e Assunção (1998, p. 107), o mérito de mestre Pastinha “foi ter percebido a necessidade de inovação dentro da tradição para garantir que a modalidade de capoeira por ele ensinada se tornasse uma alternativa viável à Regional”.

Nesse sentido, a capoeiragem, que se desenvolve historicamente na Bahia e que se universaliza com as escolas de mestre Bimba e mestre Pastinha, constituiu-se por meio de um movimento dialético que abarca as capoeiras baianas antigas (ou a vadiação baiana), a capoeira regional (luta regional baiana) e a capoeira Angola. No contexto social da capoeira, mas também no meio acadêmico, há a tendência de se cometer o anacronismo de considerar a capoeira Angola como uma prática social anterior à luta regional baiana, como sendo “a capoeira mãe” e, dentre os intelectuais, artistas e capoeiristas das frações da classe trabalhadora mais privilegiadas, há a tendência a um reducionismo que atribui à capoeira de Angola todas as virtudes e à capoeira regional todos os vícios.

Pela lógica desse reducionismo, a capoeira Angola seria uma tradição de matriz africana e de resistência e a capoeira regional seria uma capoeira embranquecida, descaracterizada e subserviente. Vieira, L. (1995, p. 87-88) esquematiza essa redução dualista nos seguintes termos:

Capoeira Angola	Capoeira Regional
• Original Tradicional • Jogo baixo • Jogo lento • Recreativa e maliciosa • Envoltura em religiosidade e misticismo • Integrada à cultura negra • Praticada pelas camadas sociais marginalizadas	• Descaracterizada Moderna • Jogo alto • Jogo rápido • Agressiva e sem malícia • Secularizada e isenta de símbolos religiosos • Expressão da dominação branca • Praticada pelos estratos sociais médios e superiores

As próprias considerações realizadas até o momento permitem refutar esse dualismo e atribuir à dinâmica cultural das capoeiragens baianas, personificadas em mestre Bimba e mestre Pastinha, elementos daquilo que Gonzalez (2024) aponta como duplo ajustamento social, processo de acomodação e resistência, onde se tem a conquista de espaços negados e a possibilidade de recriação de modos de vida pelos sujeitos produtores de cultura. É preciso considerar as contradições e os limites que o Estado encontra em seu processo de instrumentalização de uma prática social que surge com um evidente caráter de inconformismo contra a escravização e a superexploração da força de trabalho das pessoas negras. Diante do fato de na atualidade a capoeira Angola ter se configurado hegemonicamente como uma capoeira a favor dos interesses dominados, vale a pena se debruçar sobre alguns aspectos da capoeira regional que preservam seu caráter popular.

Antes disso, faz-se necessário uma pequena digressão. Há um dado que precisa ser mais bem investigado, mas que possui validade, ao menos no estado de São Paulo: trata-se da tendência de que a capoeira hoje praticada pelas frações menos favorecidas da classe trabalhadora seja a regional. Na cidade de São Paulo e região, a capoeira Angola tem sido muito menos ofertada às massas e tendencialmente praticada pela classe média, além de ser a que, de modo geral, estabelece vínculo com as universidades públicas, tanto por meio de projetos de extensão, como por meio das atividades de pesquisa. Em outras palavras, talvez os “vadios e capoeiras” de hoje partilhem da regional, evidentemente por ter sido essa a capoeira que se “popularizou”, no sentido corriqueiro do termo, a partir da década de 1930 por suas afinidades com o projeto nacional desenvolvimentista. Mas sendo partilhada/praticada prioritariamente pelas massas, há de se questionar sobre o potencial popular dos grupos de capoeira regional na atualidade.

Apesar da sistematização do treinamento da capoeira, mestre Bimba manteve a ritualização da prática, sobretudo no que diz respeito à importância dada aos toques de Berimbau. O trabalho de mestre Bimba em valorizar e sistematizar os diferentes toques de berimbau, de modo a configurar cada um deles em um código para um tipo particular de jogo a ser estabelecido na roda, pode ser interpretado, de acordo com Polido (2018), como uma forma de simbolizar na roda as diferentes funções sociais da capoeiragem ao longo de sua constituição histórica de resistência.

Nesse sentido, os toques de berimbau da capoeira regional passam a sintetizar de forma mais sistematizada, mas não regulamentada ou padronizada, a complexidade da dinâmica cultural histórica da capoeira. São os toques que comunicam o tipo de jogo a ser estabelecido na roda e qual ritual deve ser seguido. De modo geral, conforme proposto por Carlos Alberto da Silva, o mestre Kauê⁹⁵, a capoeira, independente se regional ou Angola, ou é para bater, ou para vadiar ou para se exhibir. Essa fala do mestre determina três instâncias para o jogo, mas é preciso apreender que tais instâncias sempre se interrelacionam, ou seja, nunca se objetivam corporalmente de modo isolado. No entanto, a depender principalmente do toque do berimbau – porque a mensagem da cantiga pode também interferir, por isso deve estar de acordo com o toque, assim como a intenção subjetiva de cada um dos dois jogadores, mas ainda assim, sob a ritualidade da capoeira, “quem manda no jogo é o berimbau” –, uma dessas instâncias será a orientadora do jogo, aquela a ser perseguida.

Se o toque é São Bento de Bimba, o jogo coloca em evidência as técnicas de combate, trata-se do jogo que destaca a dimensão luta da prática social, e, portanto, simboliza os interesses antagônicos que permeiam a capoeiragem. A ética da capoeiragem é simbolizada e materializada pelo toque de Benguela, que enfatiza a vadiagem e o estudo, colocando em evidência as formas de cooperação e solidariedade da prática social. Já o toque de Lúna é para o jogo entres mestres, ou sob a permissão destes, de demonstração de respeito mútuo e de disputa de habilidades, um toque no qual se enfatiza a beleza do jogo e coloca em destaque uma estética de demonstração. Vale pontuar que o toque de Lúna também

95 Carlos Alberto da Silva (1966), o mestre Kauê, nasceu em Uberaba, Minas Gerais, é mestre do grupo de Capoeira Nosso Senhor do Bonfim da cidade de Jundiá (do qual a autora faz parte) e é aluno do mestre Reginaldo Santana (1957). O mestre Reginaldo, por sua vez, nasceu em Itabuna, na Bahia, e fundou o grupo de Capoeira Nosso Senhor do Bonfim na cidade mineira de Passos em 1978. O mestre Reginaldo Santana integra o fluxo de migração de muitos mestres e capoeiristas baianos para o sudeste entre 1950-1980 em busca de melhores condições de vida, a partir de 1980 parte desses mestres tentarão a vida no exterior (Vieira e Assunção, 2008). O mestre Kauê chegou para trabalhar como operário em Jundiá em 1988 e em 1990 deu início a um trabalho do grupo na cidade, em um salão na antiga Casa da Cultura, que ficava localizada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, no centro, onde o grupo permaneceu por 12 anos, até o espaço ser desativado, o antigo prédio foi demolido e deu lugar a um estacionamento. Depois disso o grupo seguiu suas atividades sem o apoio do governo municipal que cedia o espaço para as aulas e rodas. Desde sua chegada à cidade até hoje, o mestre Kauê concilia o seu trabalho no grupo de capoeira com seu trabalho como operário. Foi operário da antiga CICA, Companhia Industrial de Conservas Alimentícias, da Elekeiroz, companhia centenária da indústria química brasileira e atualmente é operador de estação de tratamento de efluentes da Momentive Performance Materials, indústria de silicões.

acompanha as homenagens e cortejos fúnebres no contexto da capoeira regional até os dias de hoje.

De acordo com Soares (2020, p. 188-189), os cortejos fúnebres, evidentemente de caráter católico ao menos em sua aparência, eram listados pela polícia da corte do Rio de Janeiro do século XIX como uma das práticas perigosas promovidas pelas pessoas escravas em espaços públicos:

Em um ofício rico de informações, o novo chefe de Polícia da Corte – cargo que substituiu o intendente de Polícia em 1826 – enumera as diversas práticas culturais “perigosas” encetadas pela população escrava em espaços públicos da cidade, que demonstravam a ampla superioridade numérica de escravos cativos e negros na maior cidade escravista das Américas [...] Nestes enterros, a comunidade escrava e africana do Rio de Janeiro encontrava oportunidade para, sob o manto de ritos católicos, reverenciar suas práticas tradicionais hierárquicas, principalmente com aqueles líderes religiosos e políticos. Nas igrejas de irmandades de pretos e pardos, como Rosário, Lampadosa, São Domingos, Santa Efigênia e do Bom Parto, realizavam-se estes enterros mais requintados, que reuniam multidões e despertavam a preocupação de autoridades.

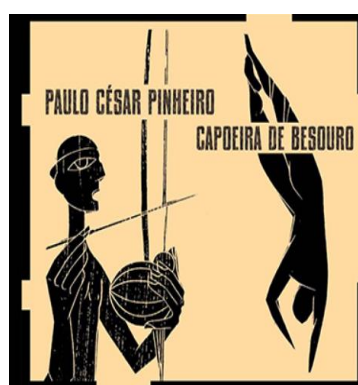
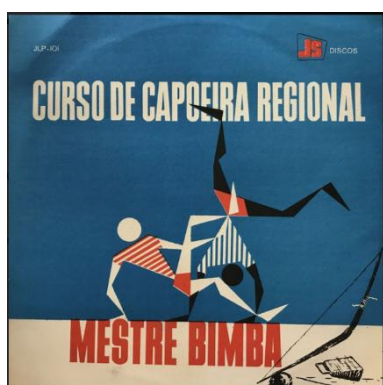
Não se incorre aqui no equívoco do estabelecimento de uma relação direta entre as homenagens fúnebres do contexto da capoeira regional e aquilo que acontecia na primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro, a relação está na continuidade de rituais que possam manter uma comunidade específica integrada em torno de valores que a fortaleça e na necessidade que o poder público tem de manter a ordem por meio do controle das manifestações populares.

Assim como o toque de lúna pode não comunicar o ritual de um jogo, mas fazer parte de um ritual fúnebre, o toque de Cavalaria também não é jogado, serve para indicar a necessidade de interromper ou simular a roda. No contexto da capoeira regional, entende-se que era um toque de aviso sobre a aproximação da polícia, dispersando a roda ou alterando a intenção do jogo. Hoje é usado para chamar a atenção para a mudança de um toque de berimbau para outro ou para virar a roda de capoeira para uma roda de samba ou de Maculelê. Há também o toque de Idalina, que se refere à permissão para o uso de navalhas durante o jogo.

Dentre os álbuns relevantes para se apreender os sentidos dos toques na capoeira e os códigos ritualísticos que eles sintetizam, que, por sua vez, representam as diferentes funções sociais da capoeiragem em sua constituição histórica, são do mestre Bimba e do artista Paulo César Pinheiro.

O do mestre é o *Curso da capoeira regional*, gravado em 1969 ⁹⁶. Já *Capoeira de Besouro*, de Paulo César Pinheiro, importante compositor e músico brasileiro, foi lançado em 2010 e é resultado de pesquisas para a produção da trilha sonora do espetáculo teatral *Besouro Cordão de Ouro*, de 2006, sobre o lendário capoeira baiano de Santo Amaro, Besouro Mangangá (1895-1924), também conhecido como Cordão de Ouro.

Figuras 20: Capas dos álbuns *Curso de capoeira regional*, de mestre Bimba (1969), e *Capoeira de Besouro*, de Paulo César Pinheiro (2010)



Fontes: Bimba (1969); Pinheiro (210).

96 No álbum de mestre Bimba, cada faixa corresponde a um dos toques de berimbau da regional por ele executados: São Bento grande (o da regional, porque há também os toques de São Bento da Angola, o grande e o pequeno) que possui uma cadência que remete à algo de marcial, Cavalaria, Banguela (também chamado de Benguela, aqui há quem diga que o toque faz referência à cidade Angolana de Benguela, mas também há a consideração do jogo que acontece solto, sem marcha engrenada, “na banguela”), Santa Maria, Lúna, Idalina e Amazonas. Além de demonstrar os toques, o mestre também canta, nas duas últimas faixas, quadras e corridos sob o toque de São Bento grande, que se diferenciam pelas estruturas dos versos e forma de o coro responder, tendo a quadra, de modo geral, a função de abrir a roda, já que compreende as louvações que costumam ser improvisadas, observando o contexto da roda, mas que dificilmente deixam de incluir os verso: “*Iê Viva meu Deus, eeê viva meu Deus camará; Viva seu Bimba, eeê viva seu Bimba, camará; mestre Pastinha, eeê mestre Pastinha camará; e a capoeira, eeê e a capoeira camará; volta no mundo, eeê volta no mundo camará; que o mundo deu, eeê que o mundo deu camará, que o mundo dá, eeê, que o mundo dá camará...*”

O álbum pode ser acessado em: https://open.spotify.com/intl-pt/artist/7Im2r58zILJIDfamqDjEE6?si=4CYoisR_SbedEMmfagzIFw (Bimba, 1969).

As faixas do álbum *Capoeira de Besouro* abordam toques da regional, da Angola, um samba de roda e um toque de terreiro, o Barravento, tocado para Iansã, a Oiá, que se relaciona no catolicismo à Santa Bárbara. Cada faixa contempla um toque e a letra faz referência não só ao universo social da capoeira, mas também ao ritual específico do jogo comunicado por aquele toque, quando é o caso. No encarte, mestre Camisa⁹⁷ descreve o ritual próprio a cada um dos toques que integram o álbum.

Vale enfatizar que cada grupo de capoeira interpreta os diversos toques e rituais de modos específicos, na medida que a dinâmica popular de produção e reprodução das objetivações culturais imprime uma diversidade na qual as pessoas não apenas se conformam às objetivações culturais, mas também as objetivações culturais são produzidas e reproduzidas de modo a atender às necessidades das pessoas.⁹⁸

Quando o jogo de Angola é classificado como “recreativo, lento, religioso, místico, baixo, pouco efetivo etc”, quando se acusa de não se tratar de uma técnica de combate, sugerindo que a capoeira de Angola não poderia ser aquela usada nos confrontos corporais com a polícia, ignora-se, ao menos, três questões importantes. Primeiramente que, como demonstrado por Elkonin (2019) e por Plekhanov (1969), o jogo simboliza e destaca aspectos de uma realidade histórica e que, nesse sentido, o que a capoeira Angola representa é que tanto a luta contra a escravização e superexploração das pessoas negras, como a resistência à dominação cultural nem sempre foram ou são francas e abertas. Pode-se assim interpretar que a capoeira Angola simboliza a construção de modos clandestinos

97 As pesquisas de Paulo César Pinheiro contaram com a contribuição do mestre Camisa, que nasceu em 1956 em Jacobina, no interior da Bahia, mudando-se para Rio de Janeiro com 16 anos e se tornando um dos fundadores do grupo Abadá Capoeira. Mestre Camisa é um dos três irmãos mais novos do mestre Camisa Roxa (1944-2013), que na década de 1960 foi aluno de mestre Bimba. Camisa Roxa costumava enfatizar que mestre Bimba em sua academia ensinava “a capoeira alta”, fazendo referência à regional, mas que, conforme o aluno fosse progredindo, o mestre e seus alunos mais antigos também ensinavam a capoeira na qual Bimba havia se formado, “o jogo baixo”, ou seja, a capoeiragem antiga. O álbum *Capoeira de Besouro*, de Pinheiro (2010) pode ser acessado em:

https://open.spotify.com/intl-pt/album/5lpSPwnoUfZ2b4I7zElxs3?si=AjxF0RtkRSa0UdTe_AeYVg.

98 Para além dos dois álbuns aqui comentados, há outros que os antecedem e que os influenciaram, merecendo atenção o registro de uma roda no Barracão do mestre Waldemar (Dreufus, 1956) e o álbum *Capoeira da Bahia* (1963), que conta com a participação dos mestres Traíra, Cobrinha Verde e Gato Preto. Há também três importantes produções de datas próximas às do álbum de mestre Bimba, os álbuns *Camafeu de Oxóssi* (1968), *Academia de Capoeira de Angola São Jorge dos Irmãos Unidos do Mestre Caiçara* (Caiçara, 1969) e *Eu, Bahia: atabaque e berimbau* (Marundelê e Comenda, 1972).

de vida e de resistência. Em segundo lugar, no jogo de Angola, há uma valorização da dimensão ética, ou seja, da cooperação baseada em interesses não antagônicos. E ainda há de se considerar que qualquer um que tenha acompanhado minimamente uma roda de capoeira Angola de bambas sabe o quanto um jogo de Angola, justamente por aparentar ser despretensioso, pode ser extremamente imprevisível e perigoso.

Diferentemente da roda de regional, na qual o berimbau, por meio de seus toques, comunica de modo mais objetivo aos jogadores a instância do jogo a ser destacada, ou seja, qual dimensão histórica da capoeira há de ser a privilegiada para ser simbolizada naquele diálogo corporal – se o jogo é para lutar, vadiar ou se exhibir –, na roda de Angola, ainda que *a priori* a instância a ser destacada seja a da vadiagem, é durante o jogo, que pode durar dez, quinze, vinte ou até trinta minutos (três jogos de Angola podem durar o que dura uma roda inteira de regional), que os jogadores, atentos ao berimbau e à cantiga, vão, em uma negociação mais imprevisível, simbolizar as diferentes funções sociais históricas da capoeira.

Ratifica-se que, em nenhum jogo de capoeira, seja regional ou de Angola, essas três instâncias do jogo – que o mestre Kauê nomeia por bater, vadiar ou se exhibir e que Polido (2018) elabora como sendo as instâncias política, ética e estética da roda –, objetivam-se corporalmente de modo isolado, uma vez que sintetizam aspectos singulares da prática social, contra a dominação cultural e a superexploração da força de trabalho racializada, que foram sendo incorporados à capoeiragem em seu processo histórico de produção. Nesse sentido, para além das análises sobre as representações internas do jogo, é possível apreender que as estéticas de cada coletivo de capoeira guardam suas particularidades, que não se definem apenas por serem grupos da linhagem de mestre Pastinha ou de mestre Bimba (em outras palavras, por serem grupos de capoeira Angola, regional ou contemporânea), mas, antes, pela complexidade de suas dinâmicas culturais que abarcam relações sociais antagônicas e não antagônicas que integram a partilha do sensível, dando às capoeiras seu caráter mais ou menos popular.

Consideramos que a roda de capoeira, por si só, não garante o esclarecimento e a superação das condições de alienação em que se insere expressivo número de praticantes, evidenciando, desta forma, os limites emancipatórios de uma atividade tratada de forma imediatista, utilitarista, sem uma relação dialética com a totalidade (Falcão, 2004, p. 330).

Nesse sentido, considera-se que a capoeiragem pode ser mais ou menos popular, na medida em que for mais ou menos capaz de “ressuscitar seus mortos”, de dar vida e concretude à atividade social de resistência, contra as formas de superexploração humana e dominação cultural, que se encontra condensada e em estado latente nas objetivações corporais populares reunidas sob o nome de capoeira.

Esse trabalho vivo de ressurreição dos mortos, amplamente discutido por Duarte (2013; 2016), diferente do que possa parecer, não encontra sua resposta apenas na roda que compreende todo o ritual sob o qual se materializa o jogo de capoeira – ainda que a estética da roda denuncie aspectos do trabalho vivo, da atividade social de valor que ressuscita os mortos –, mas, antes e sobretudo, essa resposta está nas formas comunitárias de produção e reprodução das capoeiras de modo mais amplo. As estéticas concretas dos jogos são determinadas pelas relações sociais de produção, pela partilha do sensível, e denunciam aspectos importantes sobre essas relações sociais, não se limitando ao momento da roda.

A reivindicação de Gonzalez (2020) sobre a necessidade de conjugar denúncia política e resistência cultural parece ser importante ao processo de produção e reprodução das objetivações culturais populares, de modo que elas resistam ao processo por meio do qual são articuladas aos interesses dominantes.

Ao que parece, a capoeira regional tem carecido de um tipo *denúncia política intencional e consciente*, seja contra o racismo – mesmo nos grupos em que os mestres e alunos mais antigos são em sua maioria negros, como é o caso do grupo de capoeira Nosso Senhor do Bonfim de Jundiaí, porque é como se essa representatividade já desse cabo da parte mais relevante da questão racial –, mas também contra o capitalismo e contra o patriarcado.

Interpreta-se essa carência da denúncia política intencional, dentre outras coisas, como consequência da ideologia capitalista dependente desenvolvimentista que promoveu a ideia de uma suposta conciliação de classes, por meio da constituição de símbolos nacionais, e favoreceu a criação e expansão dos grupos de capoeira regional – e por desdobramento, da capoeira que passou a ser nomeada por contemporânea –, fazendo com que seja a capoeira regional (e as suas vertentes nomeadas por contemporânea) a capoeira atualmente mais socializadas com as frações menos favorecidas da classe subalterna, ou seja, com “os vadios e capoeiras”.

Em relação à carência da denúncia política contra o patriarcado, a partilha do sensível na capoeira tende a reproduzir, muitas vezes de modo acentuado, a violência simbólica, física e até sexual contra as mulheres, mas também contra meninos considerados mais frágeis, homens gays e transexuais, travestis etc. Algo que se manifesta, dentre outras formas, nos discursos cotidianos: a correção de um golpe malfeito na regional tende a vir acompanhada da pergunta: “tá de saia?”.

A capoeira, na atualidade, é um espaço que tende a marginalizar não apenas “os vadios”, mas também mulheres e “Madames Satãs”.

João Francisco dos Santos (25 de fevereiro de 1900 - 11 de abril de 1976), Madame Satã, foi um transformista brasileiro, personagem emblemático da vida noturna e marginal carioca na primeira metade do século XX. Negro, pobre, homossexual e analfabeto ficou conhecido pelos enfrentamentos com a polícia. Existe no imaginário popular a ideia de que ele se valia da capoeira nesses enfrentamentos. Ideia que ele não confirma nem nega em entrevista ao Pasquim (1971), [o que era comum entre os capoeiras, frente ao fato da capoeiragem ser por muito tempo uma prática marginal e proibida] diante da pergunta feita por Sérgio Cabral. “– *Está me chamando atenção uma coisa: você não sabia capoeira, nenhuma luta especial e no entanto você brigava contra rádio-patruilhas. – Eu não brigava, eu me defendia. – Mas você se defendia contra vários e no entanto você não é nenhum atleta. Você tem que altura? – Eu devo ter 1,85m, mais ou menos. – E quanto que você pesa? – Agora eu devo estar pesando 73 quilos. – Pois é, você não é um físico privilegiado. – Naquela época eu pesava 88,89.*” Na sequência, Millôr Fernandes pergunta: “– *Você acha que você tem o corpo fechado? – Bom, eu não tenho corpo aberto. Se eu tivesse corpo aberto eu estava fedendo. Fechado eu tenho que ter*”⁹⁹ (Pasquim *apud* Polido, 2018, p. 151-152).

Em relação às mulheres, a capoeiragem tende a colocá-las na roda sob uma situação pouco sustentável. Comenta-se sobre a capoeira regional, por ser a capoeira partilhada pela autora há cerca de 25 anos. Ao considerar-se, por exemplo, o jogo de São Bento grande de Bimba: caso o jogo não seja firme, será como se essa mulher não fosse feita “da fibra necessária para coisa”, caso seu jogo seja firme e objetivo, mantendo a coerência com o ritual determinado pelo toque de berimbau, essa mulher tende a ser considerada como alguém que “não sabe se colocar em seu lugar”. Em ambos os casos, muitas vezes, justifica-se a violência física e psicológica contra as mulheres como sendo parte do jogo, já que na roda “não está acontecendo nada além do que é pedido pelo toque”. Também a charanga ou bateria, conjunto de instrumentos que fazem parte da roda, tende a

⁹⁹ A entrevista pode ser acessada pelo endereço:

<http://www.tirodeletra.com.br/entrevistas/MadameSata.htm> (Madame Satã, 1971)

não ser ocupada por mulheres, uma vez que quem está no berimbau, especialmente no gunga, é quem está à frente do ritual. Além do fato de as hierarquias de graduações favorecerem a reprodução social da naturalização dos comportamentos machistas, dentre eles os assédios e abusos sexuais.

Nesse aspecto, há de se considerar que a radicalidade dos movimentos feministas tem servido às mulheres no sentido de os homens temerem o constrangimento da exposição e terem que assumir posturas de aparente respeito, mesmo quando o respeito não existe de fato. Faz-se mais preocupante a condição daquelas mulheres que ainda não possuem um reconhecimento pelo tempo de prática, o que permitirá o aprendizado das técnicas corporais e um tipo de respeito aparente, vinculado não só à sua habilidade, mas também à sua idade mais avançada.

No que diz respeito à capoeira de Angola¹⁰⁰, faz-se mais presente a *intencionalidade da denúncia política, no entanto, é uma denúncia que tende a estar associada a uma negritude e ao retorno a uma essência cultural idealistas*. Nesse sentido, se trata de uma denúncia que perde sua força política pois não apreende, por exemplo, o alerta que Gonzalez (2020) faz ao movimento negro da década de 1980, quando diz “a África de vocês não existe, ela é um sonho”, ou a demonstração de Soares (2020) de que a capoeira da primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro não poderia ser uma prática africana, por ser uma prática social de revolta e inconformismo à escravização brasileira, ou ainda o fato de que os dados históricos disponíveis tendem a situar a capoeiragem como uma prática prioritariamente de caráter mais urbano. Ao que parece, a capoeira de Angola, ao querer firmar sua roda em uma ancestralidade africana idealizada, continuada nas senzalas brasileiras, comete, por vias distintas, ao menos um equívoco em comum com a regional, *deixar de jogar de modo intencional no terreiro da luta de classes*.

100 A autora frequenta, por vínculos de amizade e pelo seu interesse pelas dinâmicas culturais da capoeira, eventos de capoeira Angola, em especial, os que acontecem na cidade de Cananéia, litoral sul de São Paulo, organizados pelo coletivo Na Ginga da Maré desde 2015. Vale pontuar que na cidade não há um mestre de capoeira Angola, nesse sentido, o coletivo conta com a orientação de diferentes mestres angoleiros de outras localidades, mais recentemente, em especial do mestre Plínio Ferreira, de São Paulo, do grupo Angoleiro Sim Sinhô. Essa dinâmica cultural mais horizontalizada, que exige a contribuição de vários mestres e algumas mestras da cultura popular, faz com que o coletivo Na Ginga da Maré seja um local válido para se aproximar minimamente da complexidade da capoeira de Angola.

Com a proximidade do século XXI, o que se evidencia é que, para os interesses da totalidade capitalista, não se trata exatamente da redução do étnico ao nacional. Porque o nacional, para ser apreendido, requer, por exemplo, que seja minimamente desvelado os modos de vida dos diferentes produtores da cultura nacional, os combates entre etnias e sistema colonial e os conflitos e contradições entre os grupos sociais; em outras palavras, o nacional coloca em questão, mesmo quando de forma não intencional, a particularidade da formação social, aguça a curiosidade sobre “maneiras distintas de produzir os pratos e de cozinhar, de tecer a roupa e se vestir, de ficar doente e recorrer a plantas que desconhecemos para se curar” (Canclini, 1983, p. 89).

É nesse sentido que se trata não estritamente de uma redução ao nacional, mas da produção do típico, pois “o típico é o resultado da abolição das diferenças, da subordinação a um tipo comum dos traços específicos de cada comunidade”, é a redução “mercantil das culturas tradicionais” (Canclini, 1983, p. 87-88).

Ao desenvolver e sistematizar a nossa ignorância do diferente, a padronização mercantil nos treina para viver em regimes totalitários, no seu sentido mais literal de oposição aos regimes democráticos, ao suprimir o plural e obrigar que tudo fique submerso numa totalidade uniformizadora (Canclini, 1983, p. 89).

A contradição está no fato de que o típico suprime o plural, de modo a atender às mais diversas necessidades de consumo determinadas pelo modo de produção da totalidade capitalista. De acordo com o autor (1983, p. 110), a estratégia que as classes dominantes impõem às culturas subalternas possui um caráter ambíguo, expresso por um movimento duplo:

[...] pretendem impor ao dominados os seus modelos econômicos e culturais e, ao mesmo tempo, procuram apropriar-se do que não conseguem anular ou reduzir, utilizando as formas de produção e de pensamento alheias através de sua refuncionalização para que sua comunidade não seja contraditória com o crescimento do capitalista.

É nesse sentido que no século XXI a capoeira será reivindicada pelo Estado brasileiro como patrimônio cultural imaterial nacional no ano de 2008 e será reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a UNESCO, como patrimônio cultural imaterial da humanidade no ano de 2014.

No ano de 2008, o Ministério das Relações Exteriores dedicou a edição de nº 14 de sua revista *Textos do Brasil* exclusivamente à capoeira, reunindo artigos de pesquisadores importantes da área e uma entrevista com a mestra Janja¹⁰¹, ricamente ilustrada com desenhos de Carybé e fotografias de Pierre Verger, sendo “ambos estrangeiros, mas que por meio de sua arte revelam ter apreendido adequadamente as peculiaridades da capoeira” conforme o material, além de trazer como anexo trechos do documentário *Mestre Bimba, a capoeira iluminada* (2007), que, por sua vez, é inspirado na biografia de Muniz Sodré, *Mestre Bimba: corpo de mandinga* (2022). Vale pontuar que, para o Estado e para a indústria cultural, apreender adequadamente não se refere apreender a partir da racialização da luta de classes. Conforme apresentação da revista:

Em 2007, o Ministério das Relações Exteriores teve oportunidade de patrocinar a realização de mais de 50 eventos de capoeira em todos os continentes. Essa expansão da capoeira para outros países provoca um interessante processo de fortalecimento e de dinamização de sua prática. Existem, atualmente, diversos mestres estrangeiros que jogam capoeira tão bem quanto os brasileiros. Desse modo, talvez não seja exagero dizer que, embora a capoeira seja uma manifestação cultural originada no Brasil, e carregue, portanto, símbolos inquestionáveis de brasilidade, sua prática já é tão comum em âmbito internacional que se constitui em mais uma contribuição brasileira para o patrimônio cultural da humanidade (Brasil, 2008, p. 7).

A assessoria de comunicação do IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, declarou em 08 de julho de 2008:

Depois de dar a volta ao mundo e alcançar reconhecimento internacional, a capoeira se tornou o mais novo patrimônio cultural brasileiro. O registro desta manifestação foi votado no dia 15 de julho, em Salvador, pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan [...]. Segundo o ministro interino da Cultura Juca Ferreira, a votação foi um momento de reparação em relação a esta prática afrodescendente. “Nós estávamos devendo isso aos mestres de capoeira, responsáveis por uma das manifestações mais plurais e brilhantes de nossa cultura”, afirma.

E em 2014 a câmara dos Deputados Federais deu a notícia do reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural imaterial da humanidade nos seguintes termos:

101 Rosângela Costa de Araújo, a mestra Janja, que é também historiadora, nasceu em Feira de Santana, na Bahia, em 1959. Mudou-se para São Paulo em 1995. Na Bahia, partilhava do grupo de capoeira Angola Pelourinho, em São Paulo fundou o grupo de capoeira Nzinga. A mestra é formada em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e cursou doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

Mistura de dança e arte marcial, símbolo de resistência dos escravos, a roda de capoeira foi reconhecida, nesta semana, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Com o título, a capoeira se tornou a quinta manifestação cultural brasileira reconhecida pela Unesco. O samba de roda do Recôncavo Baiano; o Kusiwa, arte e pintura corporal própria dos povos indígenas Wajãpi, do Amapá; o frevo; e a peregrinação religiosa do Círio de Nazaré já foram incluídos na lista do patrimônio cultural da ONU. A técnica da capoeira era considerada subversiva e, até a metade da década de 30, foi marginalizada. No governo de Getúlio Vargas, a capoeira foi reconhecida como esporte nacional. Em 2008, a capoeira foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Hoje, essa manifestação cultural afro-brasileira conquistou o mundo. É praticada em mais de 160 países, e por pessoas de todas as idades (*sic*) (Brasil, 2014).

A capoeira passa a ser reivindicada no século XXI pela classificação hegemônica como uma prática afro-brasileira, símbolo de conciliação dos conflitos de classe e raça no Brasil, coerente com a ideologia de ocultamento da condição capitalista dependente brasileira e do agravamento do racismo estrutural, ideologia reforçada pelo sistema esportivo e desmentida pelos dados empíricos abordados na exposição da tese até aqui apresentada. Essa nova forma de valorização da capoeira faz com que ela seja adotada, agora mais do que nunca, com os mais diferentes interesses imediatos e históricos em uma variedade de contextos e formas que tendem a esfacelar o seu conteúdo popular e revolucionário:

A saída da capoeira do seu contexto original e seu ingresso em academias, escolas, universidades, palcos de dança, competições de luta livre e até salas de terapia multiplicaram sentidos, significados, formas, maneiras de treinar e de jogar. Em outras palavras a transformação da capoeiragem – entendida aqui como o contexto social da capoeira – também impactou o conteúdo da arte (Vieira e Assunção, 2008, p. 15).

Faz-se importante, justamente por parecer desnecessário diante da articulação da capoeira e outras objetivações corporais populares a uma suposta diversidade de interesses não reconhecidos como interesses dominantes, a construção de formas de capoeiragem e outras vadiagens que se contraponham às relações sociais impostas pelo capitalismo dependente; em outras palavras, a produção e reprodução de práticas corporais populares que sejam ensaios de experiências socialistas no capitalismo dependente.

É nesse sentido que se coloca a proposição de que um ensino histórico-crítico em Educação Física, na particularidade da escola estatal capitalista dependente brasileira, não pode deixar de incorporar à produção do saber escolar aquelas

objetivações culturais populares que são síntese de atividade humano genérica contra a dominação cultural e a superexploração da força de trabalho racializada, tendo por finalidade contribuir com o processo de enriquecimento da individualidade dos alunos e de instrumentalização para a produção, reprodução, gerenciamento e execução de práticas sociais corporais menos estranhadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: Aproximações entre a Pedagogia Histórico-crítica, as objetivações culturais populares e a Educação Física brasileira

Passagem do saber ao compreender, ao sentir, e vice-versa, do sentir ao compreender, ao saber. O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, menos ainda, “sente”. [...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação.

Gramsci, em *Os intelectuais e a Educação*.

Mesmo o que estou contando, depois é que eu pude reunir relembrado e verdadeiramente entendido – porque, enquanto coisa assim se ata, a gente sente mais é o que o corpo a próprio é: coração bem batendo. Do que o que: o real roda e põe adiante. – “Essas são as horas da gente. As outras de todo tempo são as horas de todos” – me explicou o compadre meu Quelemém. Que fosse como sendo o trivial do viver feito uma água, dentro dela se esteja, e que tudo ajunta e amortece – só rara vez se consegue subir com a cabeça fora dela, feito um milagre. Riobaldo, personagem de João Guimarães Rosa, em Grande Sertão Veredas.

Existem ao menos três *relações fundamentais entre a Pedagogia Histórico-crítica e as objetivações culturais populares na particularidade do capitalismo dependente brasileiro* e quer-se aqui, já à guisa de considerações finais, pontuar cada uma delas.

A primeira relação, talvez a mais fundamental, diz respeito à resistência ativa – tanto do elemento intelectual, objetivado na teoria pedagógica histórico-crítica, como do elemento popular, objetivado na cultura popular brasileira – *contra o modo de vida imposto às camadas populares pela totalidade capitalista*. A cultura popular no capitalismo dependente, antes de misticismo ou folclore, é a recusa prática, coletiva e cotidiana de que a vida se resuma à sobrevivência, de que viver se reduza às atividades de trabalho de primeira ordem, de que as pessoas sejam reduzidas à força de trabalho e, no caso da cultura corporal, de que as objetivações corporais sejam unilateralizadas em sua dimensão técnica, competitiva e de mensuração de rendimento atlético.

A produção do popular se dá pela imposição histórica de uma partilha do sensível comunitária, há nesse sentido uma desnaturalização prática do modo de vida imposto pela totalidade capitalista.

É nesse sentido que a mestra Ana Maria Carvalho diz, simbolicamente, à diretora do Museu do Folclore da cidade onde mora (São José dos Campos), que não pode atender de forma pragmática ao seu pedido de fazer o ciclo do bumba meu boi na cidade (a exemplo do que ocorre, há cerca de quarenta anos, no Morro do Querosene em São Paulo), porque “não se faz um boi, um boi nasce”, só pode ser gestado de modo comunitário. É assim que, ano após ano, o popular maranhense brinca no terreiro paulistano e resiste: renasce, é batizado e morre numa experiência prática de concepção e execução, de partilha do sensível, que se opõe frontalmente ao modo de vida imposto pela totalidade capitalista.

A descrição do que é o maracatu rural (também chamado de maracatu de baque solto) feita por Siba (2021), em uma entrevista cedida ao programa de rádio *Revolushow*, demonstra como as relações sociais engendradas pela cultura popular podem se configurar em uma experiência anticapitalista. É perguntado ao artista pernambucano: “Como você enxerga a arte, nesse sentido de fazer a gente enxergar o nosso passado e a sociedade de outras formas, como potência, como capacidade da arte de fazer a gente, se não transformar o mundo, ao menos enxergar os problemas do mundo de outra forma?”

Eu vou falar de maracatu agora, para tentar responder a sua pergunta. O que é um maracatu de baque solto partindo do concreto. Uma sede, uma casa, a maioria deles tem uma sede, uma casa pequena, onde se guarda as fantasias, onde as pessoas se encontram para bordar, para construir, para consertar as coisas, para elaborar as fantasias que vão sair no carnaval, no nível diário ou semanal as pessoas se encontram ali, e estão sempre juntas, conversando, bebendo, fazendo coisa, em alguns momentos do ano vai ter a festa. A festa é uma festa na rua, aberta, tem um carro de som alto pra caralho, onde toca uma música super forte e rápida com percussão e metal, onde cantam os poetas, o poeta do maracatu e os poetas visitantes da região, às vezes têm quatro, às vezes tem oito, às vezes tem doze, às vezes tem vinte, e essa festa dura uma noite inteira, ela não tem parada, não tem pausa, as pessoas estão na rua, pode ser trezentas, quinhentas, mil, duas mil, come na rua, a festa é hiper barulhenta, música... um punk-rock popular, e a música para e o poeta canta sozinho, tudo acontece ao mesmo tempo e as pessoas estão ali pelo encontro, pela festa, pela bebida, mas pela poesia, as pessoas prestam atenção na poesia. Essa festa vai uma noite inteira, muitas vezes essa poesia conta a própria história do lugar e das pessoas, mas ela também discute os temas do momento, do noticiário, da novela, do que está acontecendo no país, com a vida das pessoas. Às vezes essa festa é um encontro que a gente chama de sambada, aonde vem um outro maracatu visitante, um outro poeta visitante, nessa noite esses poetas vão disputar a noite inteira de versos com diversas formas de poesia, que eu não estou aqui para explicar, mas o mestre de maracatu no meio da sambada canta das dez da noite às cinco da manhã, a festa tem que amanhecer o dia, e esse complexo de atividades, que não inclui só a poesia, ele reúne ali aquela multidão de gente, depois ele gera gravações, que vão multiplicar, e tudo aquilo que foi dito e feito altera a consciência e traz um dado novo, rico,

vivo e cheio de significado para as pessoas que fazem parte daquilo. *Se eu consegui descrever bem o processo específico do maracatu, dá para perceber que isso é uma forma de arte na verdade, ao invés de inferior, superior. Qualquer forma popular, qualquer arte popular, coletiva, ela é maior do que qualquer indivíduo, e ela fatalmente é maior do que qualquer artista, como eu, do mercado, que vive da própria música e da própria arte individual. Essa potência política de transformação da cultura popular é enorme, não é à toa que ela é hiper disputada.* Em Pernambuco você vai ver a história do maracatu, a partir de 89, o mestre Salu, o mestre Batista, Godeiro, Pereirinha, uma série de lideranças perceberam que precisavam se organizar para lidar com a nova realidade que era a relação com o poder público, especialmente o governo do Estado e prefeitura de Recife, e eles fizeram em 89 uma associação que até hoje está aí fortemente atuante, a Associação de Maracatu de Baque Solto de Pernambuco e que desde o começo, através de Ariano Suassuna e Leda Alves, foi e ainda é extremamente cooptada pelo PSDB e tem um nível bem profundo de compromisso com o projeto do PSB do Estado. *Esse território do maracatu ele é guardado a sete chaves, ele é importante, porque essa potência cultural é uma potência política e ela representa toda uma população, a mais pobre ainda talvez, do Estado de Pernambuco. É isso. A cultura popular é um espaço não só de potência e resistência, mas de disputa também, muito forte* (Siba, 2021).

Interessa destacar do relato de Siba que a possibilidade transformadora da cultura popular não é pensada unilateralmente a partir do produto, da objetivação cultural, mas da complexidade das relações sociais de sua produção, demonstrando que a potência humanizadora dessa objetivação cultural se dá por meio do caráter popular da partilha do sensível, uma vez que seus sujeitos produtores dominam de forma mais efetiva a totalidade do processo de produção, os meios de produção e, por consequência, tem-se uma estética que confronta o modo de vida capitalista ao determinar o seu valor pelo seu sentido comunitário. *A sua defesa de que a cultura popular é na verdade mais desenvolvida, pauta-se no fato de que o tipo de prática social mobilizada em sua produção e reprodução é potencialmente mais humanizador.* Aqui a categoria distribuição, a partilha do sensível tanto do processo quanto do produto, pode ser considerada uma categoria concreta mais desenvolvida.

Trata-se da constatação de que existem objetivações culturais populares que carregam como contradição o fato de que, apesar de não serem as objetivações mais desenvolvidas historicamente – pois sofrem a determinação do modo de produção capitalista e o integram, mas não correspondem ao seu grau de desenvolvimento e à sua tendência à universalização –, expressam relações sociais de produção “mais desenvolvidas”, porque se mostram mais humanizadoras e capazes de atender a interesses históricos revolucionários contra a

superexploração e racialização da força de trabalho, mobilizando conhecimentos que permitem a partilha sensível de um outro modo de produzir a vida, a sociabilidade e a consciência humana. Nesse sentido a produção cultural popular se configura em uma espécie de ensaio prático de modos de vida socialistas.

Talvez valha a pena também pontuar um aspecto não abordado por Siba nessa resposta. Muitas das objetivações da cultura corporal popular brasileira são produzidas de modo a articular dimensões políticas (antagônicas) e éticas (cooperativas não-antagônicas), produzindo estéticas complexas e elaboradas que confrontam a estética e os valores morais hegemônicos burgueses. Personagens humanos e fantásticos que representam relações sociais ricas porque contraditórias, caracterizados com fantasias que em si já são obras de arte, dramatizações que envolvem danças e execução de instrumentos musicais com alto grau de complexidade técnica, representações de conflitos de classes e uma partilha do sensível que vincula organicamente produtores e consumidores – as fronteiras entre artista e público se borram na prática social popular –, dentre outros aspectos, conferem às estéticas populares a possibilidade de estilização das classificações e valores capitalistas. Assim, a produção e reprodução das objetivações culturais populares no capitalismo dependente se tornam um espaço privilegiado de “superação do estado de coisas”, um espaço de concepção, gerenciamento e execução de processos produtivos culturais que dão concretude prática à ideia, muitas vezes abstrata, de produção de modos de vida socialistas.

A consideração realizada por Siba aponta que a atividade humana produtora do maracatu rural não ignora que ela ocorre no terreiro da luta de classes, que abarca a disputa por hegemonia, apontando a tendência própria ao capitalismo dependente de desarticulação da cultura popular dos interesses históricos das camadas populares e sua articulação aos interesses dominantes.

A segunda relação que se quer apontar entre a teoria pedagógica Histórico-crítica e a cultura popular diz respeito à centralidade do ensino na constituição do enriquecimento multilateral da individualidade humana. Na cultura popular, compreende-se, pela experiência sensível, que a aprendizagem humana, ou seja, a incorporação de elementos do corpo inorgânico (toda a natureza humanizada) por cada um dos corpos histórico-orgânicos (cada indivíduo que é sempre um ser social), é um processo que deve se dar por toda a vida de cada uma das pessoas, não se limitando à incorporação daqueles conhecimentos que serão necessários à

formação da sua força de trabalho. A cultura popular, ao contrário do que possa parecer e do que é reivindicado pelas perspectivas em Educação Física nomeadas por culturalistas (relativistas, pós-modernas etc.), é frontalmente avessa à ideia educacional que reivindica o espontaneísmo, não se comete na cultura popular o equívoco de opor ensino à criatividade, ou de relacioná-lo a uma homogeneização das individualidades.

A consideração de Saviani, D. (2008) sobre não ser preciso educar as camadas populares quanto ao valor do ensino escolar, de que essas populações compreendem pela experiência sensível o valor da função social mais elementar da escola, que é ensinar, segue sendo demonstrada pela realidade. O ano de 2025 iniciou-se com a população indígena do Pará mobilizando protestos, invadindo e ocupando a Secretaria de Educação de Belém, por cerca de um mês, e fechando estradas, para exigir a revogação da lei 10.820/24 que promovia brechas para a supressão gradativa do ensino presencial em localidades remotas, como aldeias, quilombos e comunidades ribeirinhas. A iniciativa indígena promoveu e fortaleceu a greve dos professores do estado do Pará e articulou lideranças ribeirinhas e quilombolas. Mesmo diante da assinatura de um termo de compromisso de revogação da lei pelo governador Helder Barbalho, do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a população indígena manteve os protestos até a votação presencial na Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), no dia 12 de fevereiro, quando a revogação da lei, nomeada pelos manifestantes de lei antieducação, deu-se por unanimidade entre os 31 deputados presentes (Carneiro, 2025a; 2025b; Amorim *et al.*, 2025).

Em 12 de fevereiro, as lideranças da ocupação se reuniram em reunião fechada para organizar como se daria durante a semana a desocupação e o retorno dos manifestantes às suas aldeias. A líder Alessandra Korap Munduruku comentou sobre a continuidade da mobilização indígena:

Agora nós vamos para a aldeia articular, cada povo vai ter a sua articulação, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, professores do campo. Vai ser para dizer que temos que ser ouvidos, este momento é o momento de construção da lei própria para os povos tradicionais. Lei para valorizar a educação tradicional do homem do campo, mas também o homem da floresta, os povos da floresta (Korap Munduruku, em declaração à Carneiro, 2025b).

A mobilização da população indígena a favor da educação escolar demonstra o valor da síntese entre denúncia política e resistência cultural e a estreita relação, apesar de não identificação, da prática política e da prática educativa, demonstrando que dimensão ética/educativa da prática política desvela o que há de profundamente comum no capitalismo dependente entre os interesses dominados da comunidade escolar, professores e alunos, e os interesses dominados das comunidades populares indígenas, ribeirinhas e quilombolas. No terreiro da luta de classes, é de interesse de todos os explorados que a escola estatal brasileira se torne uma escola socialista: de fato pública, democrática e popular, a exemplo do reivindicado por Sanfelice (2014).

No que diz respeito à relação entre as dimensões política e ética das relações sociais de produção das práticas corporais, enquanto a prática esportiva, por exemplo, é regida pela lógica competitiva estabelecida a partir da mensuração positivista do rendimento atlético, que tende a desumanizar e a unilateralizar os atletas, impondo-lhes um desenvolvimento que se pretende progressivo, linear e sem limites, dando a ver o antagonismo entre a concorrência e a humanização multilateral, as práticas corporais populares, que se materializam por meio de um corpo que se desvela como comunitário, colocam em pauta relações de ensino e aprendizagem menos estranhadas, mais multilaterais e permanentes, já que tendem a se dar por toda a vida (brincantes e mestres da cultura popular não anunciam suas aposentadorias).

Quanto ao ensino da capoeiragem, por exemplo, aprende-se a tocar berimbau, pandeiro, atabaque, agogô, reco-reco, a cantar, a apreender a tradição oral das cantigas e a compô-las, assim o capoeira tem que se apropriar dos rituais, das técnicas do jogo, saber qual ritual vale para capoeiragem de modo geral, qual vale para o terreiro onde se joga, superar a lógica formal para compreender a circularidade simbólica na qual o jogo em última instância nunca termina e nem se repete, sempre é e não é o mesmo jogo. Ele pode aprender a fazer um berimbau, a escolher a beriba, preparar a cabaça, retirar de um pneu velho de caminhão o arame, desvelando-se nessa simplicidade a transformação da natureza em um instrumento de arte que é suporte material de diferentes códigos para o jogo, que por sua vez simbolizam as diferentes funções sociais próprias à constituição histórica da capoeira.

Esses são aprendizados que evidenciam que uma roda de capoeira que seja de fato popular, e não apenas em sua aparência, não acontece sem uma participação efetiva de uma coletividade, sem a socialização dos conhecimentos que permitem a compreensão da totalidade do processo. E essa socialização nunca depende da decisão verticalizada de um único sujeito, por mais que a capoeira tenda a se apresentar personificada nas figuras dos mestres e que carregue marcas da sua articulação à esportivização e até ao militarismo. Mas a personificação nos mestres também indica a função social dos pares mais desenvolvidos, que ganham importância na partilha do sensível com o avançar da velhice, diferentes do que ocorre no contexto esportivizado.

E, por último, faz-se preciso dar especial importância à relação entre a Pedagogia Histórico-crítica e a cultura popular estabelecida pelo reconhecimento social dado ao processo de historicização das objetivações culturais. É evidente que se diferencia a natureza dos processos de historicização propostos pela teoria pedagógica histórico-crítica e pela prática popular, mas é por meio da valorização da historicização – que não ocorre, por exemplo, no contexto social da prática esportiva –, que se estabelece uma relação orgânica por meio da qual o elemento intelectual pode não apenas saber sobre, mas compreender e sentir a cultura popular como expressão da luta de classes, enquanto o elemento popular pode não apenas sentir, mas compreender e saber sobre aquilo que vive e que o constitui (Gramsci, 2011).

O elemento popular brasileiro, em especial o de matriz africana, anseia por saber a sua história, e o corpo histórico-orgânico comunitário popular negro dispensa parte considerável do pouco que lhe resta de liberdade para o livre jogo das suas faculdades físicas e mentais no capitalismo dependente para reconstruí-la. E quando as abstrações e simplificações teóricas necessárias, próprias o elemento intelectual, não retornam à materialidade da vida, elas têm muito pouco a dizer ao elemento popular. Essa é uma crítica marxiana importante feita à perspectiva idealista dos economistas ingleses e dos filósofos franceses do século XIX.

A aproximação que Canclini (1983, p.80) faz entre tecnocratas e marxistas vulgares em suas formas de tratar a cultura popular dos artesãos mexicanos é significativa para a apreensão do tipo de historicidade que não atende aos interesses dominados no capitalismo dependente:

Os tecnocratas, interessados apenas em melhorar a qualidade dos produtos e otimizar o processo de trabalho, substituem, por exemplo, o forno de lenha pelo de gás, que logo ninguém quer usar porque para os indígenas o mais importante nesta mudança não reside no procedimento técnico, mas em passar da unidade de produção familiar (cada casa possui seu forno de lenha) à oficina cooperativa. A ausência de uma visão global — econômica, social e cultural — é a causa do fracasso das políticas voltadas para o artesanato, que são concebidas apenas como uma modernização técnica. Algo semelhante acontece quando se pretende que os indígenas tomem consciência da sua condição de proletários explorados sem considerar a opressão étnica que, por ser mais concreta, aparece-lhes como mais evidente: por mais que ao se sublinhar a exploração econômica se destaque a forma básica da opressão, esta denúncia, desprendida das mediações étnicas, do aspecto particular que a exploração do proletariado assume em termos da condição indígena, se transforma em algo "abstrato", estranho à vida cotidiana. O discurso político centrado nas condições concretas da exploração aparece assim tão exterior quanto o proselitismo religioso que se anuncia apenas como ação espiritual. Entretanto, o espiritualismo dos evangelizadores não impede que muitos dentre eles compreendam que as

m
ensagens que penetram nas comunidades indígenas são as que oferecem respostas (ocidentais) para as suas necessidades econômicas e simbólicas (a doutrinação bíblica proporcionada juntamente com a escola ou o hospital e, acima de tudo, a oferta de uma nova ética que ajude os indígenas a agir no interior do quadro de incerteza que caracteriza a passagem para uma outra forma de submissão ao capital).

O tipo de educação que interessa ao elemento popular é discutido por Saviani, D. (2008), ao explicitar que uma pedagogia revolucionária deve se orientar pela defesa intransigente da igualdade essencial entre os seres humanos, igualdade que não pode ser promovida pela totalidade capitalista, que, por se pautar, justamente, na exploração da força de trabalho, na produção de um exército de mão de obra reserva, na marginalização e na dominação cultural, só pode oferecer uma igualdade formal, o que, por sua vez, é coerente apenas com uma diversidade cultural que não ultrapassa a aparência. Nesse sentido, a escola revolucionária, mesmo sabendo-se determinada pela totalidade capitalista e pelos limites impostos a ela sob esse modo de produção, opera pela socialização dos conhecimentos, dos conteúdos culturais. No entanto, o alerta feito por Saviani é o de que o caráter revolucionário destes conteúdos culturais está imbricado à sua historicidade:

É preciso levar em conta que os conteúdos culturais são históricos e o seu caráter revolucionário está intimamente associado à sua historicidade. Assim a transformação da igualdade formal em igualdade real está associada à transformação dos conteúdos formais, fixos e abstratos, em conteúdos dinâmicos e concretos. (Saviani, D., 2008, p. 51).

E o que a historicidade das objetivações culturais populares tem a oferecer às classes subalternas da escola estatal no capitalismo dependente?

Talvez a resposta possa ser encontrada na importância que Gramsci atribuiu ao ensino da cultura greco-romana, traduzidas pelo ensino da língua, literatura, história e política gregas e latinas, importância não atribuída a um uso pragmático e utilitarista, por exemplo, de línguas mortas, mas antes à possibilidade de apreensão do modo de vida e da cultura nacionais pelos alunos italianos e de uma forma de satisfazer exigências pedagógicas e psicológicas produzidas por um determinado processo educativo escolar (Saviani, D., 2015).

Conforme Gramsci (2011, p. 224, destaque nosso em *itálico*):

Não se aprendia o latim e o grego para falá-los, para trabalhar como garçom, intérprete ou correspondente comercial. Aprendia-se para conhecer diretamente a civilização dos dois povos, pressupostos necessários para a civilização moderna, isto é, *para ser e conhecer conscientemente a si mesmo*. [...] A educação do jovem é determinada por todo esse complexo orgânico, pelo fato de que, ainda que só materialmente, ele percorreu todo aquele itinerário, com suas etapas etc. *Ele mergulhou na história, adquiriu uma intuição historicista do mundo e da vida, que se torna uma segunda natureza*, quase uma espontaneidade, já que não pedantemente inculcada pela “vontade” exteriormente educativa. [...] *Isso não significa (e seria uma tolice pensá-lo) que o latim e o grego, enquanto tais, tinham qualidades intrinsecamente milagrosas no campo educativo. É toda uma tradição cultural, que vive também e sobretudo fora da escola, que produz – num ambiente determinado – estas consequências.*¹⁰²

As problematizações de Gramsci e Saviani, D. permitem considerar que o ensino histórico-crítico das objetivações culturais populares – objetivações que condensam atividade social de resistência contra a superexploração e racialização da força de trabalho e a dominação cultural –, na escola estatal do capitalismo dependente, não tem a intenção pragmática de formar capoeiristas, sambistas, brincantes etc., trata-se de um ensino que pode levar os alunos a conhecerem conscientemente a si mesmos, enquanto sujeitos históricos revolucionários, contribuindo a instrumentalização dos alunos para a apreensão da formação social particular e dependente, processo necessário para que a totalidade capitalista

102 O romance *A amiga genial* (2011), da autora italiana Elena Ferrante, primeiro volume de uma série de romances em quatro partes, conhecidos como Romances Napolitanos, demonstra a partir da amizade e distintos percursos escolares entre duas alunas, filhas de famílias pobres italianas, como a formação escolar bem como o ensino do latim e do grego se relacionavam com o modo de vida das classes burguesa e proletarizada italianas.

assim como a exigência de sua superação pelo socialismo não sejam consideradas apenas abstratamente.

O ensino das normas cultas da língua portuguesa no capitalismo dependente brasileiro, por exemplo, deveria ser organicamente relacionado às contribuições do vocabulário quimbundo – de origem banto e que abarca uma diversidade enorme de línguas espalhadas pelo continente africano –, e da língua tupi, evidenciando a particularidade do português falado no Brasil, sua relação com o português europeu e com as línguas de origem latina, faladas nas Américas. Em entrevista cedida a Estevão Civiata para a série documental *Línguas de nossa língua* (2023), o escritor Fernando Venâncio e o membro real da Academia Galega de Letras Henrique Monteagudo, intelectuais portugueses, comentam que a existência histórica futura da língua portuguesa no mundo depende da “língua brasileira”.

O processo de historicização das objetivações culturais populares assume significados especialmente relevantes para a formação de uma concepção de mundo anticapitalista, ele pode explicar, por exemplo, aos alunos da escola estatal capitalista dependente sobre o genocídio dos homens jovens negros no Brasil, de modo que eles possam não apenas sentir, não apenas compreender, mas também saber, ou seja, apreender de forma mais concreta a realidade vivida e assim ter maiores de chances promover práticas sociais de superação do atual estado de coisas.

Isso porque é função social do ensino das objetivações culturais na escola estatal capitalista dependente atender – por meio da radical historicização e, no caso das aulas de Educação Física e de Artes, também por meio da vinculação entre historicização e experiência sensível – a exigências pedagógicas e psicológicas que estejam de acordo com a imperiosidade de que aos filhos da classe trabalhadora seja ofertada uma educação escolar que lhes permita não apenas executar tarefas estranhadas nos processos de produção, mas que os instrumentalize para conceber e gerenciar processos produtivos determinados em sua totalidade.

É nesse sentido que qualificamos a tese marxiana da união do ensino com o trabalho de uma “tese política” destinada – segundo Marx – a acelerar as transformações em curso à época, cuja finalidade última é a mobilização dos trabalhadores para que eles tomem em mãos, coletivamente, os meios de produção e desenvolvam uma colaboração voluntária com vistas ao estabelecimento técnico e de uma forma de organização do trabalho que não

reduzem a sua intervenção aos estreitos limites da mera execução e não atentem, assim, contra a integridade física e psíquica, contra o seu direito ao desenvolvimento intelectual e cultural. Em suma, trata-se de uma tese cuja vocação é trabalhar para superação da sociedade capitalista (Nogueira, 1990, p. 208-209).

Aproxima-se assim do quanto as aulas de Educação Física e de Artes, no capitalismo dependente brasileiro, por meio da especificidade de seus conteúdos e da radical historicização destes, tendem a contribuir com uma educação escolar revolucionária, a saber: uma educação que dê vida e concretude à atividade social que se encontra condensada e em estado latente nas objetivações culturais, incluindo as populares; objetivações que sintetizam formas de luta por hegemonia, estratégias de resistência ativa contra os modos de vida impostos pela totalidade capitalista aos superexplorados e dominados culturalmente.

Estudar, conceber e gerenciar processos produtivos culturais na escola é uma experiência estética popular capaz de enriquecer a humanidade dos alunos, uma experiência que não se identifica, mas que se relaciona, com conceber e gerenciar práticas sociais em outros contextos, inclusive mobilizações políticas. Tem-se, inclusive, a experiência histórica recente de articulação entre duas práticas sociais distintas, a política e a educativa, por meio da ocupação estudantil de mais de 200 escolas públicas do Estado de São Paulo, de outubro a dezembro do ano de 2015, que conjugou greve e práticas educativas no interior das escolas ocupadas.

A mobilização estudantil paulista resultou no pedido de demissão do então secretário de Educação Herman Voorward e em impedimentos ao projeto de reformulação do sistema de ensino paulista pelo então governador Geraldo Alckmin, que, dentre outras coisas, previa o fechamento de 94 escolas, destinando aos prédios outras funções públicas, e de fazer com que cada unidade escolar atendesse a apenas uma modalidade de ensino (Fundamental I, Fundamental II ou Ensino Médio), impactando a vida de mais de 310 mil estudantes e 70 mil professores, bem como a organização de cerca de 1400 instituições escolares (Mobilização Estudantil Paulista, 2024).

A afirmação de que os dominados precisam dominar os elementos culturais dominados pelos dominantes requer maior precisão, os dominados precisam dominar os instrumentos culturais que lhes permitam dominar – conceber, gerenciar e executar – diferentes processos de produção da vida humana.

Ainda sobre o caráter revolucionário da radical historicização dos conteúdos escolares, Saviani, D. (2013, p. 51) explicita que reivindicar a universalidade do saber é a garantia de que esse saber ultrapasse os interesses particulares, e aqui se interpreta que ultrapasse os interesses dominantes, e que, nesse sentido, trata-se de percebê-lo em sua objetividade, uma vez que a “historicização, pois, em lugar de negar a objetividade e a universalidade do saber, é a forma de resgatá-las”.

[...] sempre me perguntava sobre a ou as matérias que pudessem desempenhar numa nova escola adequada aos tempos atuais, papel equivalente ao desempenhado pelo latim e pelo grego na velha escola. E uma ideia começou a tomar forma em meu espírito. Essa ideia é a de que a História seria exatamente a matéria que ocuparia o lugar central no novo princípio educativo da escola do nosso tempo: uma escola unitária porque guiada pelo mesmo princípio, o da radical historicidade do homem e organizada em torno do mesmo conteúdo, a própria história dos homens, identificado como o caminho comum para formar indivíduos plenamente desenvolvidos. Com efeito, que outra forma poderíamos encontrar de “produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” [...] senão fazendo-os mergulhar na própria história e, aplicando o critério do “clássico”, permitir-lhes vivenciar os momentos mais significativos dessa verdadeira aventura atemporal? (Saviani, D., 2015, p. 83).

Não há nada mais universal e clássico, especialmente na particularidade do capitalismo dependente, do que a luta contra a exploração do ser humano pelo ser humano e é nesse sentido que à educação escolar histórico-crítica impõe-se a necessidade de que haja na escola estatal brasileira uma historicização radical e revolucionária, portanto, orientada pela ciência da história, tanto dos conteúdos culturais populares como dos conteúdos culturais eruditos. Aos alunos da escola estatal capitalista dependente brasileira, não se trata de escolher entre as objetivações culturais populares e as objetivações culturais eruditas, mas de contemplar as objetivações mais enriquecedoras de suas humanidades em um sentido revolucionário: aos interesses dominados cabe a afirmação popular de que “é tudo nosso”.

Não basta avaliar se dada objetivação cultural se apresenta na forma mais desenvolvida, clássica ou universalizada, é necessário investigar sua função social e a serviço de qual projeto de sociedade ela é produzida e reproduzida. Ainda que uma objetivação humana tenha se configurado ao longo do desenvolvimento histórico como referência ou modelo de produção do gênero humano, sendo representativa da forma de produção mais desenvolvida e universalizada, é preciso

confrontá-la com as práticas sociais e objetivações culturais que se manifestam nas singularidades dos espaços convencionados (Alves, 2003).

Nesse mesmo sentido, os critérios de seleção dos conteúdos e o ensino destes em um trabalho educativo escolar histórico-crítico brasileiro, especialmente se tratando do ensino em Educação Física (uma vez que objetivações corporais são em si práticas sociais), devem considerar a relação entre as objetivações culturais historicamente mais desenvolvidas, portanto, tendencialmente universais, e as objetivações culturais produzidas no contexto da particularidade capitalista dependente como forma de resistência ao modo de vida imposto pela totalidade capitalista.

O que Canclini (1983, p. 143, destaque nosso) conclui sobre a cultura popular dos povos ameríndios mexicanos é igualmente pertinente em relação à cultura popular no capitalismo dependente brasileiro:

Mas como a opressão sofrida pelos índios é compartilhada, de várias maneiras, pelos demais setores populares, e como o poder étnico isoladamente não conseguirá transformar o sistema global, as lutas indígenas necessitam ser articuladas com as organizações representativas dos operários, dos camponeses, e de todos os setores subalternos. Isto significa que os grupos étnicos, a partir de uma adequada caracterização da sua dominação, devem atribuir um sentido anticapitalista (e não simplesmente anticolonialista) a suas lutas, e que os partidos políticos e os movimentos sindicais devem reconhecer na opressão étnica e nos conflitos culturais o seu caráter de problemas específicos, caráter que frequentemente é descuidado.

A questão da centralidade da luta de classes não pode ser tratada apenas como uma abstração, é preciso considerar as formas concretas que ela assume nas diferentes formações sociais, a exemplo da sua racialização no capitalismo dependente.

Nesse sentido, como a escola no capitalismo dependente tem se descuidado de “reconhecer na opressão étnica e nos conflitos culturais o seu caráter de problemas específicos” na totalidade capitalista, ela se isenta de contribuir com um processo educativo que possa historicizar de forma adequada a dominação étnica, a superexploração e a racialização da força de trabalho brasileira. Se a Educação Física se propõe a estar organicamente vinculada à tarefa assumida por um ensino histórico-crítico – tarefa que aqui se interpreta como sendo a de contribuir com os processos por meio dos quais a classe trabalhadora passará a gerir processos

produtivos nas mais diversas áreas da produção da vida humana, contribuição que se dá com a especificidade do ensino escolar, que é a socialização dos conhecimentos científicos, artísticos e/ou filosóficos potencialmente capazes de desvelar a realidade e enriquecer a individualidade de cada um dos alunos –, ela não pode se isentar da tarefa coletiva de elaboração de um saber escolar referente à cultura corporal que passe a incorporar as objetivações corporais populares e que o faça a partir da ciência da história.

Ainda é preciso enfatizar que, mesmo que a objetivação cultural compreenda um conteúdo histórico revolucionário, ou seja, condense atividade social de luta contra o modo de vida imposto pela totalidade capitalista, ainda é preciso que aquilo que é revolucionário em si passe a ser revolucionário para si, ou melhor, não exatamente para si, mas para uma determinada coletividade que descubra como usar aquela objetivação para superar o atual estado de coisas imposto, de modo mais amplo, pela totalidade capitalista, e de modo mais particular, pelo capitalismo dependente.

Trata-se mesmo de, por meio do trabalho educativo escolar, a exemplo daquilo que Duarte (2016) formula inspirado em Marx, ressuscitar os mortos, ou seja, dar vida e concretude à atividade social revolucionária que se encontra condensada e em estado latente nas objetivações culturais.

Mas considera-se aqui que a ressurreição dos mortos pelos vivos, a apropriação do corpo inorgânico pelo corpo orgânico, do trabalho vivo pelo morto, requer, no capitalismo dependente, a consideração de que para a prática social popular são muitas as formas de continuidade da vida diante da morte.

Na obra *Um defeito de cor*, a personagem de Ana Maria Gonçalves (2006), descreve como a morte e a vida são pensadas pela cultura iorubá:

O corpo, esse que a gente toca e vê, é chamado de ara, e quando morremos ele volta a se fundir com a natureza. Mas há também o corpo que não vemos, dividido em quatro partes. A primeira é o emi, o sopro vital que é criado por Oxalá e que depois de abandonar o nosso corpo volta para as forças controladas por ele, para depois ser usado em outro corpo. A segunda parte é o ori, a cabeça, onde está nosso destino e que morre junto com ara, porque cada pessoa tem um destino, ninguém herda o destino de outro. A terceira parte é o orixá, a nossa identidade, que define os nossos defeitos e as nossas origens, qualidades, forças e fraquezas, e que é uma parte muito pequena do orixá geral, para quem retorna depois da morte do nosso corpo. E por último existe o egum, que é como se fosse a nossa memória de passagem pelo ayê, pela terra, o nosso espírito que volta para o Orum e que depois

pode retornar, nascendo geralmente dentro da mesma família, por muitas e muitas gerações (Gonçalves, 2006, p. 577-578).

Conclui-se assim, diante de toda a exposição feita, que a radical historicização das objetivações culturais a partir da ciência da história – o que faz com que as práticas culturais passem a ser compreendidas a partir das relações sociais de produção engendradas nos processos culturais determinados – é uma condição para uma educação escolar histórico-crítica e que a incorporação das objetivações culturais corporais populares ao saber escolar é imprescindível para uma Educação Física escolar radicada na luta de classes na particularidade do capitalismo dependente.

EPÍLOGO

O humanismo marxista pode ajudar as pessoas a se sentirem em casa na história, ainda que seja uma história que as machuque. Pode mostrar-lhes como os massacrados pelo poder podem ter o poder de lutar contra o poder, como mesmo os sobreviventes da tragédia podem vir a fazer história. Pode ajudar as pessoas a se descobrirem como seres humanos com necessidades ricas e mostrar-lhes que têm muito mais potencial do que pensavam. Pode ajudar as novas gerações a imaginar novas aventuras e instigar a força de seu desejo de mudar o mundo, de modo que venham não só a fazer parte do mix, como também a fazer uma parte da mixagem.
Marshall Berman, em *Aventuras no Marxismo*

Uma concepção de mundo histórico-crítica, que abarca uma concepção de sociedade, de ser humano e de educação, uma vez incorporada, passa a atravessar todos os nossos processos de apreensão da vida e de produção dos nossos modos de vida.

Não é uma coisa que se refere, por exemplo, a períodos da educação escolar, diferentemente daquilo que se considerava, e por vezes ainda se considera, antes dos avanços das pesquisas sobre o ensino histórico-crítico na Educação Infantil. A Pedagogia Histórico-crítica não é uma teoria a ser “aplicada” a partir do ensino fundamental, preferencialmente nas séries mais “adiantadas”.

É nesse mesmo sentido que também se refuta tratar-se de uma perspectiva educativa mais bem adequada às disciplinas escolares que possuem por referência disciplinas científicas; aliás, em última instância, refuta-se inclusive que seu valor esteja articulado somente às práticas educativas escolares. Cabe à perspectiva histórico-crítica estar nos grupos de capoeira e nas companhias de teatro. Percebe-se, por exemplo, a carência de uma perspectiva histórico-crítica não apenas nas aulas de Educação Física que ocorrem na escola, pois constata-se o prejuízo de sua ausência também nas aulas de Educação Física fora da escola, nas quais se naturaliza de forma mais contundente o discurso higienista de culpabilização dos indivíduos por sua saúde e a opressão social doentia da imposição de padrões estéticos que recaem de forma mais desumanizadora sobre as mulheres.

À perspectiva histórico-crítica, que é a perspectiva da luta de classes, cabe estar presente na organização sindical, nas mobilizações populares, nos conselhos escolares etc, visto que há uma dimensão educativa da prática política.

Quanto à cultura popular, há muito ela está na escola, não somente por meio de leis federais e currículos, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular (2018),

documento de caráter mandatório, ela também se expressa em tradições escolares, como é o caso das festas juninas (ainda que por pressão de membros evangélicos da comunidade escolar as festas venham assumido outros nomes e formatos) e do ensino de jogos e brincadeiras da cultura popular nas aulas de Educação Física. Também as aulas de Arte têm se ocupado da cultura popular de diferentes formas.

O que se dá é que as objetivações culturais populares, quando não abordadas nas aulas de Educação Física e Artes, tendem a não guardar vínculo orgânico com os processos educativos cotidianos escolares e, mesmo quando integram estas disciplinas, especialmente no caso das objetivações culturais populares de matrizes africana e ameríndia, costumam se dar, intencionalmente ou não, por meio de orientações pedagógicas relativistas, que, mais do que não superar o senso comum, tendem a deturpar tanto a realidade como a própria cultura popular, ratificando preconceitos. É também nesse sentido, além de tudo o que já foi discutido na exposição desta pesquisa, que a Pedagogia Histórico-crítica se configura, até o atual momento histórico, no instrumento teórico-pedagógico mais adequado para conferir intenção revolucionária à socialização da cultura popular na escola estatal brasileira. Descobrir as múltiplas formas de uso das coisas é tarefa histórica, porque o uso das coisas é sempre um uso social.

Também se quer explicitar, diante do ecletismo das fontes adotadas, que se tentou não cometer o erro de dar tratamento eclético às análises, ou seja, buscamos não perder de vista a tarefa de fazer as análises a partir da categoria trabalho, em especial trabalho produtivo (em seu sentido mais geral), e a categoria produção, em especial as relações sociais de produção. Essa tarefa impôs a necessidade de trazer para a pesquisa dados empíricos e quantitativos, o que se mostrou um desafio, porque, tendo sido minha formação, desde a graduação, orientada pela Pedagogia Histórico-crítica, minha tendência vinha sendo a de operar no nível da abstração teórica; operação que, apesar da inquestionável importância diante do atual momento histórico de recuo das teorias, promove uma coerência interna quanto ao modo de apreender a realidade, que por vezes se mostra pouco suscetível a críticas.

E dizer que eu operava no nível da abstração teórica não significa que eu não articulasse teoria à prática, tanto que em minha dissertação de mestrado há todo um relato minucioso sobre uma proposta de ensino da capoeira orientada pela Pedagogia Histórico-crítica e materializada em duas escolas públicas da rede

municipal de Jundiaí para alunos do Ensino Fundamental I. Significa, antes, que eu permitia questionamentos da teoria à prática, mas que, no entanto, sempre julgava que os questionamentos à teoria, suscitados pela minha prática docente, eram invariavelmente frutos da minha apropriação precária da teoria.

Talvez essa seja a sensação de muitos pares que se deparam com a Pedagogia Histórico-crítica, mas a prática e a teoria estão *pari passu*. Quando eu fiz algumas disciplinas com Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) na Unicamp, durante e após o curso de mestrado, a tarefa semanal era mandar até quarta-feira o fichamento de uma das referências bibliográficas indicadas para a aula ao professor responsável (as disciplinas costumavam ser dadas por um coletivo de professores); aula que aconteceria na quinta-feira de manhã. Eu costumava mandar minha tarefa na noite de quarta-feira.

Certa vez mandei meu fichamento para o professor Saviani na madrugada de quarta para quinta. É evidente que os fichamentos tinham valor de estudo para os alunos e que visavam enriquecer as discussões das aulas, além de serem um instrumento para avaliar a participação dos alunos nas disciplinas, ninguém esperava que um fichamento, ainda mais mandado poucas horas antes da aula, fosse lido. Na quinta pela manhã, o professor Saviani estava diante da gente, pontualmente e com as dúvidas e comentários que constavam nos fichamentos listados, para que fossem ao longo de sua exposição contempladas, inclusive as minhas.

Muitas das vezes que estou separando os materiais para as aulas dos meus alunos pequenos ou que estou lhes esclarecendo alguma pergunta é esse fato que me vem à mente, acho que mais do que à mente, ao coração. Meu mestre de capoeira inúmeras vezes na época da Casa de Cultura, na virada do século XX para o XXI, deu aula em horários pouco convencionais, às vezes só para um aluno, às vezes só para mim, adequando-se aos nossos horários de trabalho e estudo. Na graduação, o professor Adriano Mastrorosa, hoje meu amigo, já me encontrou sozinha na sala de aula e não se isentou de ministrar o conteúdo. Esse tipo de compromisso com o ensino também é parte essencial de uma perspectiva histórico-crítica, talvez esse seja um bom ponto de partida para quem se intimida diante do elemento intelectual.

Mas como o elemento intelectual sempre foi o que me pareceu mais inatingível, eu costumo brincar que sempre foi meu tênis de marca (quem viveu a

adolescência por volta dos anos 1990 em qualquer periferia de São Paulo apreende perfeitamente essa analogia e a contradição que ela carrega), renunciar à minha concordância inquestionável diante da Pedagogia Histórico-crítica, frente às obras de Demerval Saviani e de Newton Duarte, por exemplo, foi um dos aspectos mais difíceis do processo do doutorado, não apenas porque me tirava certezas, mas porque de alguma forma eu voltava a andar descalça.

Também vale a pena pontuar que houve a tentativa de manter coerência com a tradição própria à Pedagogia Histórico-crítica de socializar o pensamento de autores comunistas clássicos, demonstrando a sua atualidade. Essa tentativa de contribuir com a socialização do pensamento marxista se deu porque tem sido dessa maneira que a Pedagogia Histórico-crítica tem possibilitado que muitos professores se apropriem de importantes formulações anticapitalistas, ao mesmo tempo históricas, científicas, políticas e filosóficas, do pensamento ocidental do século XIX e XX, o que amplia a possibilidade de que estas formulações sigam sendo transformadas em conteúdos concretos e vivos no século XXI. E nisso parece haver mais uma tarefa posta à Pedagogia Histórico-crítica pela realidade da escola estatal brasileira, tarefa que se configura, ao mesmo tempo, em mais um caminho para continuidade da sua produção e enriquecimento coletivos: a aproximação entre a teoria pedagógica Histórico-crítica e a teoria marxista da dependência, conforme problematizado por Kaplan (2024).

Talvez também valha a pena mencionar que se tentou articular uma forma de exposição que se sabe ainda ser em grande medida a exposição do processo da pesquisa, na qual a introdução fornecesse aqueles elementos básicos para a compreensão das discussões apresentadas nos capítulos, capítulos que tentam, ao mesmo tempo, guardar uma certa independência entre si – permitindo discussões e reflexões sobre temas que possuem autonomia relativa –, constituindo uma totalidade que expresse certa organicidade. A exploração da imagem de Alexa Moreno em uma campanha comercial da Toyota e a articulação do artesanato popular de povos indígenas mexicanos aos interesses capitalistas, por exemplo, inserem-se no mesmo processo político e ideológico que propõe uma suposta conciliação de classes não apenas entre classe dominante e dominada de um mesmo país, mas entre países capitalistas dependentes e países capitalistas imperialistas. Mas pretendeu-se que a organicidade fosse dada, sobretudo, pelo exercício de buscar tratar a cultura corporal e as objetivações culturais tomadas

como referenciais empíricos (o esporte de alto rendimento e as capoeiras) a partir da ciência da história, o que levou a uma aproximação entre a Educação Física e as Artes.

Buscou-se, ao longo da construção do texto, que as abstrações teóricas, fortemente presentes no primeiro capítulo, fossem ganhando concretude com o avançar do texto, de modo que o terceiro capítulo, apesar de tratar-se de uma pesquisa evidentemente teórica, trouxesse elementos que pudessem dar pistas para os professores de educação Física – que talvez sirvam, em alguma medida, também aos de Artes –, que estudam na perspectiva de quem ensina, pensarem coletivamente o ensino histórico-crítico escolar da cultura popular brasileira. A cultura popular brasileira é testemunho vivo, porque cotidianamente ressuscitado, tanto da formação social colonialista e capitalista dependente brasileira, como de experiências coletivas de resistência ativa contra o colonialismo e o capitalismo.

Considera-se que a Educação Física ainda lida com resquícios do processo histórico que justificou a sua importância no contexto escolar através de sua articulação a intenções desenvolvimentistas. O que impôs à prática da Educação Física escolar o caráter cientificista positivista que a submeteu a um processo de esportivização ainda não superado. Nisto pode ser encontrada, talvez, a explicação à pouca importância dada à relação histórico-orgânica entre Educação Física e Artes. É nesse sentido que o acúmulo de conhecimentos resultantes das pesquisas relacionadas ao ensino das artes orientado pela Pedagogia Histórico-crítica pode vir a se configurar em importante contribuição à produção permanente de uma Educação Física histórico-crítica brasileira.

Ratifica-se que o coletivo de professores de Educação Física engajado na luta de classes que se propõe a superar a perspectiva cientificista positivista sem cair em armadilhas relativistas, ao socializar as objetivações humano-genéricas que compõem o acervo histórico da cultura corporal, em seu desafio técnico-político de tomar parte na tarefa de produção do saber escolar, deve considerar que, por um lado, a forma de humanização dos alunos por meio desse tipo de objetivação cultural não se identifica ou se equivale, ainda que deva se relacionar, à forma de humanização promovida por meio das objetivações científicas e, por outro, que terão por matéria-prima para a elaboração dos objetos de ensino objetivações culturais que coincidem com práticas sociais, que, de modo geral, tendem a se apresentar como concreto empírico, ou seja, ainda profundamente carentes de um

tipo radical de historicização orientado pela ciência da história, de modo mais amplo, e pela Pedagogia Histórico-crítica, de modo particular, que possa conferir caráter revolucionário ao trabalho educativo escolar.

Por fim, preciso registrar que, no dia 13 de fevereiro de 2025, um dia após eu redigir as considerações finais desta pesquisa e enquanto comemorávamos a revogação da lei “antieducação” do governo do Pará, resultado da mobilização popular liderada por povos indígenas do estado e que reuniu professores, ribeirinhos e quilombolas, a subprefeitura do bairro de Pinheiros, da cidade de São Paulo, invadiu e destruiu com agentes, tratores e retroescavadeiras, sem qualquer aviso prévio, dois espaços de especial importância para a cultura brasileira que ficavam no Parque do Povo: o espaço da companhia de teatro VentoForte, uma das mais importantes companhias de teatro para a infância da América Latina, fundada pelo mestre Ilo Krugli (Buenos Aires, 1930 – São Paulo, 2019) e todo o seu acervo de bonecos, instrumentos musicais, figurinos, fotografias etc, espaço que guardava material e simbolicamente mais de meio século de história; e com ele o espaço da escola de capoeira Angola Cruzeiro do Sul, que funcionava no teatro, sob responsabilidade do mestre Minha, Messias dos Santos, (nascido em 1957, em Florianópolis), que ensina a arte da capoeira Angola há cerca de 40 anos, espaço que reunia materiais de valor histórico, como tambores construídos por mestre Leopoldina (Demerval Lopes de Lacerda: Rio de Janeiro, 1933 – São José dos Campos, 2007), com quem mestre Minha conviveu por três décadas, fotografias referentes à história da capoeiragem na cidade de São Paulo e no Brasil, símbolos religiosos etc.

De acordo com o cadastro nacional da capoeira do IPHAN (2025), o mestre Minha iniciou capoeira em São Paulo, com o mestre Avilmar, no grupo de capoeira Mocambos de Zumbi. Conheceu a capoeira Angola com o mestre Gato Preto, (José Gabriel Góes: Santo Amaro da Purificação, 1929 – Santo Amaro da Purificação, 2002); a escola de capoeira Angola Cruzeiro do Sul também desenvolve trabalhos nas cidades de São Paulo, Taboão da Serra, Embu das Artes, Tatuí, Paraty, entre outras. Mais uma vez, no capitalismo dependente brasileiro, o aparelho repressor do Estado age com violência material e simbólica contra “os vadios e capoeiras”, ou seja, contra o elemento popular.

Minha jornada na Educação e na capoeiragem me fizeram conviver com artistas, brincantes e educadores do VentoForte para os quais, assim como para o

mestre Minha e seus alunos, o dia 13 de janeiro inaugurou um luto profundo, não apenas histórico, mas também singular e subjetivo. Minha esperança é que essa tristeza vire revolta coletiva e traga tempestade, que os mortos sejam ressuscitados e que imprimam nos dominantes paulistanos o pavor que a capoeira dos escravizados imprimia na cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX. Minha tristeza faz com que meu desejo seja que a classe dominante paulistana passe a (não) dormir embalada pela música Damião, de Douglas Germano, gravada por Juçara Marçal, no seu primeiro álbum solo, “*Encarnado*” (2014):

Dá neles, Damião!
 Dá sem dó nem piedade
 E agradece a bondade e o cuidado
 De quem te matou
 Dá neles, Damião!
 E devolve o hematoma.
 Bate mesmo até o coma
 Que essa raiva passa nunca, não
 Sangue e suor pelo vão.
 Sentir mais a dor, vingar
 Ver respingar o pavor
 Quem bateu levar
 Dá neles, Damião!
 Mesmo que peçam clemência
 Faz que é tua essa demência
 Faz pesar a consciência do plantão
 Dá neles, Damião!
 Mira no meio da cara
 Dá com pé, com pau, com vara
 Bate até virar a cara da nação
 Sangue e suor pelo vão
 Sentir mais a dor, vingar
 Ver respingar o pavor
 Quem bateu, levar
 Dá neles, Damião!
 Bate até cansar e quando cansar
 Me chama (Germano, 2014).

A chegada de gente que havia passado pelo teatro VentoForte à Jundiaí acabou por formar um coletivo, mobilizado por Rita Rozeno, contadora de história e diretora de escola da rede municipal da cidade, que havia sido atriz da companhia. A escola onde Rita segue sendo diretora, a EMEB Manoel Aníbal Marcondes, passou a ser chamada de Quintal do Aníbal e tornou-se, além de escola, um espaço de formação de educadores.

Esse coletivo ganhou força quando o PCdoB assumiu a prefeitura de Jundiaí (de janeiro de 2013 a dezembro de 2016), sendo que em 2015 foi convidado a funcionar na Secretaria Municipal de Educação, passando a se chamar Centro de

Imaginação e Estudos da Infância Moinhos de Vento, por sugestão de Ademir Castro, artista plástico e professor de artes da rede, que trabalhou como cenógrafo e bonequeiro do VentoForte (Prefeitura de Jundiaí, 2015).

O coletivo, que ficou conhecido apenas por Moinhos, passou então a abarcar trabalhadores de diferentes escolas do município (professores, auxiliares de desenvolvimento infantil, merendeiras, auxiliares de limpeza etc), artistas da cidade e algumas pessoas que tinham o VentoForte por escola: a mestra da cultura popular maranhense Ana Maria Carvalho, que foi atriz, cantora, figurinista e brincante da companhia, Eduardo Bartolomeu, ator e diretor, que foi do Vento e hoje é da companhia Realejo de teatro que fica na periferia de Francisco Morato. Esses também seriam dias singulares de luto para o meu amigo Adhê Francisco, já falecido, aprendiz do Ilo Krugli e da Ana Maria Carvalho, com quem dividi um punhado de sonhos, um pouco da minha casa, danças, batuques e jogos de capoeira. Adhê era artista plástico, dançarino, brincante, escrevia poemas, mas acima de tudo, era um encantador de crianças.

Com esse povo de Quintal e de Moinhos estudamos Bispo do Rosário, Nise da Silveira e visitamos o Museu de Imagens do Inconsciente no Rio de Janeiro – onde fomos recebidos por Lula Wanderley que contou sobre a sua amizade com a Nise e sua relação com cada um dos grandes artistas que o trabalho dela permitiu que não seguissem sendo reduzidos à loucura, em grande medida produzida pelo próprio Estado, como as histórias contadas por Lula denunciaram (o nome do Ilo Krugli fazia a gente ser recebido sempre como se fosse de casa, como se fosse amigo de longa data). Juntos interpretamos a *História de um barquinho* (1980) para as crianças da Educação infantil de Jundiaí, aprendemos a brincar o boi, cursamos uma especialização em Arte Educação no IA da UNESP aos sábados e participamos como ouvintes de disciplinas científicas no programa de pós-graduação em Arte e Educação. Disto acabou que lá mesmo ingressei no mestrado.

Com o fim da gestão do PCdoB e a retomada da hegemonia dos partidos declaradamente de direita em Jundiaí, o Moinhos foi desfeito, mas a prefeitura se apropriou de parte do projeto, não do que ele tinha de mais rico – as formações sólidas com gente do meio acadêmico, das artes em geral e da cultura popular e a formação de um coletivo rico, porque diverso –, apropriou-se especialmente daquilo que pudesse atender a interesses neoliberais que apelam para o espontaneísmo e

para a desescolarização, sobretudo da Educação infantil, e criaram o Centro Internacional de Estudos, Memórias e Pesquisas da Infância, o CIEMP.

Na presença do mestre Ilo Krugli, estive somente três vezes, duas palestras, uma inclusive na biblioteca municipal de Jundiaí, Professor Nelson Foot, Rita Rozeno e Ademir Castro articularam a sua vinda por meio do Moinhos, e uma em um aniversário seu na sede do VentoForte, talvez em 2014 ou 2015. Nas três vezes, testemunhei a mesma provocação. Ele perguntava insistentemente às pessoas coisas como: “Você escreve? Você brinca? Você dança? Você canta? Você interpreta? Você toca algum instrumento?” E sempre explicitava coisas do tipo: “não estou perguntando se esse é o seu trabalho ou se você faz isso bem, se trata antes de fazer, porque são essas coisas que fazem a gente se sentir gente, ser gente”.

A luta de classes atravessa a gente, na escola, na capoeira, no doutorado, no maracatu, dentro de casa, enfim, na forma como a gente se relaciona com a gente mesmo, com nossos pares e com nossas atividades, e, quando essa realidade é incorporada, já não se trata mais de colocar e tirar, como se fossem óculos, o afeto de classe (que é e não é a mesma coisa que o ódio de classe) diante das mais diferentes tarefas humanas de compreensão da vida e de produção dos modos de vida, sempre permeadas por processo educativos e políticos. E a escola estatal e os alunos pequenos têm me ensinado cotidianamente sobre afeto e ódio de classe.

Jundiaí, 15 de fevereiro de 2025

REFERÊNCIAS

ABERJ: Associação brasileira de comunicação empresarial: Toyota lança iniciativa corporativa global “Start Your Impossible”. 2017. Disponível em:

<https://www.aberje.com.br/toyota-lanca-iniciativa-corporativa-global-start-your-impossible/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

ALVAREZ, Anita. Paris, 27 jun. 2022. **Instagram**: @anitaaalvarez. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/CfTynVzI5mw/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

ALVES, Gilberto Luiz. Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional. In: ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso do Sul**: o universal e o singular. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2003. p.17-29.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

ALVES, Rubens Francisco; SANTANA, Chico. Pirão e Colher de Pau. In: **Os originais do samba**. [S. L], 1981. Son. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/7LnCNqYzTkXWwlH4oi58hk>. Acesso em: 25 jan. 2025.

AMORIM, Gabriela; PORTUGAL, Alfredo; VERAS, Gabriel. Revogação da lei 10.820/24 no Pará mostra força do movimento indígena e da educação no campo contra desinformação e silêncio midiático: cobertura tendenciosa da imprensa local não conseguiu diminuir pressão que levou à revogação legislação antieducação.

Brasil de Fato. Belém, 13 fev. 2025. Disponível em:

[https://www.brasildefato.com.br/2025/02/13/revogacao-da-lei-10-820-24-no-para-mostra-forca-do-movimento-indigena-e-da-educacao-no-campo-contradesinformacao-e-silencio-midiatico#:~:text=Ap%C3%B3s%2030%20dias%20de%20ocupa%C3%A7%C3%A3o,%2C%20Helder%20Barbalho%20\(MDB\)](https://www.brasildefato.com.br/2025/02/13/revogacao-da-lei-10-820-24-no-para-mostra-forca-do-movimento-indigena-e-da-educacao-no-campo-contradesinformacao-e-silencio-midiatico#:~:text=Ap%C3%B3s%2030%20dias%20de%20ocupa%C3%A7%C3%A3o,%2C%20Helder%20Barbalho%20(MDB)). Acesso em: 13 fev. 2025.

ARTHUR Bispo do Rosario. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em:

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/3729-arthur-bispo-do-rosario>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2025. Verbete da Enciclopédia.

ISBN: 978-85-7979-060-7

ARTISTAS Viajantes. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em:

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termos/80040-artistas-viajantes>. Acesso em: 15 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia.

ISBN: 978-85-7979-060-7

AZEVEDO, Fernando de. **Da Educação Física**: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

AZEVEDO, André Luiz. Empregadas domésticas têm salário maior e são valorizadas na Europa: quem trabalha por dia ganha entre R\$20 e R\$30 por hora. os empregados têm contrato por prazo determinado e não têm carteira assinada.

G1: Bom dia Brasil. Lisboa. 14 mar. 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/03/empregadas-domesticas-tem-salario-maior-e-sao-valorizadas-na-europa.html>. Acesso em: 02 mar. 2025.

BAADE, Robert A.; MATHESON, Victor A. Going for the Gold: The Economics of the Olympics. **Journal of Economic Perspectives**, Pittsburgh, v. 30, n. 2, p. 201-218, spring 2016. Disponível em:

<https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.30.2.201>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.

BARRETO, Raquel. Pensar o Brasil com suas festas: o que Lélia nos ensina. In: GONZALEZ, Lélia. **Festas populares no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2024. p. 23-41.

BBC News Brasil: Copa América: há mais de 100 anos Brasil desistiu de sediar evento por causa da gripe espanhola. 2021. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57312349>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BBC News Brasil: Olimpíada Tóquio 2021: Japão terá jogos sem público em meio a aumento nos casos de covid. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57766842>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BBC News Brasil: Olimpíada Tóquio 2021: Rayssa Leal, a Fadinha, é medalhista mais jovem em 85 anos de Jogos; conheça os prodígios. 2021. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/geral-57970885#:~:text=Olimp%C3%ADada%20T%C3%B3quio%202021%3A%20Rayssa%20Leal,os%20prod%C3%ADgios%20%2D%20BBC%20News%20Brasil>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BERMAN, Marshall. **Aventuras no marxismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BIMBA, mestre. **Curso da Capoeira Regional**. Salvador: Gravações JS Discos, 1969. LP, Álbum.

BISSIGO, Diego Nones. **A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”**: a estatística no Brasil Imperial e a produção do Recenseamento de 1872. 2014. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História da, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123277/326693.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BOARINI, Maria Lúcia. Higienismo, Eugenia e Naturalização do Social. In: BOARINI, Maria Lúcia. **Higiene e Raça como projetos**: Higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: Eduem, 2003. p. 19-41.

BORJA, Bruno. Cultura popular no capitalismo dependente: entre resistências e incorporações. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 23, n.45, p. 32-48, jan./jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/40926/27712>. Acesso em: 03 out. 2023.

BRACHT, Valter. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo...capitalista. **RBCE**: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, São Paulo, v.7, n.2, p. 62-68, jan. 1986. Disponível em: <http://oldarchive.rbceonline.org.br/index.php/RBCE/issue/view/45/showToc>. Acesso em: 17 abr. 2024.

BRACHT, Valter. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 48, n. 19, p. 69-88, ago. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/3NLKtc3KPprBBcvqLQbHv9s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRANDÃO, Leonardo. A década de 1980 e o desenvolvimento do skate vertical. **Recordes**: Revista de História do Esporte, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1, 19 dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/Recordes/article/view/14333>. Acesso em: 26 dez. 2025.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Capoeira é reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade**. 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/446238-capoeira-e-reconhecida-como-patrimonio-cultural-imaterial-da-humanidade/>. Acesso em: 08 fev. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Artigo 217 É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 dez. 2024.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Brasil, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 de jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 90.347, de 23 de outubro de 1984. Dispõe sobre a implantação de área de proteção ambiental nos Municípios de Cananéia, Iguape e Peruíbe no Estado de São Paulo e dá outras Providências. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1984/d90347.html. Acesso em: 09 abr. 2024.

BRASIL. Governo Federal. **Ministério da Saúde. Saúde vacina atletas para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio**: mais de 1,8 mil integrantes da comitiva brasileira serão imunizados e programa nacional de imunizações contará com reforço. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/saude-vacina-atletas-para-os-jogos-olimpicos-e-paralimpicos-de-toquio>. Acesso em: 08 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013,Art. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 11645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 12650, de 2012. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. Brasília, 17 maio 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12650.htm. Acesso em: 22 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 14597. Institui a Lei Geral do Esporte. Brasília, 14 de junho de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14597.htm. Acesso em: 03 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 15032, de 21 de novembro de 2024. Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para condicionar a transferência de recursos públicos a compromisso de adoção de medidas para proteção de crianças e de adolescentes contra abuso sexual. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l15032.htm. Acesso em: 18 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. **Boletim epidemiológico especial 65**: doença pelo coronavírus covid-19. Doença pelo coronavírus COVID-19. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2021/boletim_epidemiologico_covid_65_final4junho.pdf/view. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Textos do Brasil**: capoeira. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 14, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/promocao-da-cultura-brasileira/publicacoes>. Acesso em: 08 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Diesporte**: Diagnóstico Nacional do Esporte. Brasília: Ministério do Esporte, 2015. (Caderno 1). Disponível em: file:///home/pepita/Transfer%C3%A2ncias/diesporte_grafica.pdf. Acesso em: 02 dez. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Ministra Macaé Evaristo discute caso de Sônia Maria de Jesus com a Comissão Pastoral da Terra em agenda no MDHC**: agenda que acontece no mês do dia nacional de combate ao trabalho escravo reforça o compromisso do Ministério com o tema. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/ministra-maca-e-evaristo-discute-caso-de-sonia-maria-de-jesus-com-a-comissao-pastoral-da-terra-em-agenda-no-mdhc>. Acesso em: 23 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Emprego doméstico no Brasil é formado por mulheres**: dos mais de 6 milhões de trabalhadores domésticos no país, 91,1% são mulheres. 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres#:~:text=Segundo%20dados%20da%20Pesquisa%20Nacional,%2C%20motorista%2C%20mordomo\)%20trabalhando..](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres#:~:text=Segundo%20dados%20da%20Pesquisa%20Nacional,%2C%20motorista%2C%20mordomo)%20trabalhando..) Acesso em: 23 jan. 2025.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2664, de 2024. Altera os arts. 213 e 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar imprescritível o crime de estupro. Brasília, Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/164389>. Acesso em: 22 dez. 2024.

BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BROHM, Jean-Marie. **Sociología Política del Deporte**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. Disponível em: https://villaeducacion.mx/descargar.php?idtema=1315&data=ee2ebc_sociologia-politica-del-deporte.pdf. Acesso em: 08 set. 2024.

BURLAMAQUI, Anníbal Zumalacaraguihy de Menck. **Gymnastica Nacional (capoeiragem)**: Methododisada e Regrada. Rio de Janeiro: [S. E], 1928. Disponível em: <https://archive.org/details/anibal-burlamaqui-a-ginastica-nacional-capoeiragem-metodizada-e-regrada/page/n7/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 01 fev. 2025.

CABOCLO. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/110880-caboclo>. Acesso em: 20 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

CAIÇARA, Mestre. **Academia de Capoeira de Angola São Jorge dos Irmãos Unidos do Mestre Caiçara**. São Paulo: AMC, 1969. LP, 33 1/3 rpm, mono.

CAMAFEU DE OXÓSSI. **Camafeu de Oxóssi**. Rio de Janeiro: Philips, 1968. LP, 33 1/3 rpm, mono.

CAMPOS, Heliio. **Capoeira Regional**: a escola de Bimba. Salvador: Edufba, 2009. 276 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/p65hq/pdf/campos-9788523217273.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2025.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CAPELA, Paulo Ricardo do Canto. **Pelos Caminhos de uma vida nova**: fragmentos para uma educação física libertadora-biocêntrica. 2021. 315 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <file:///home/pepita/Transfer%C3%A2ncias/PEED1585-T.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2025.

CAPOEIRA DA BAHIA. **Capoeira da Bahia**. Rio de Janeiro: Xauã, 1963. LP, 33 1/3 rpm, mono.

CÁRCERE ou porque as mulheres viram búfalos. Direção: Miguel Rocha. Dramaturgia: Dione Carlos. São Paulo: Companhia de Teatro Heliópolis, 2022.

CARNEIRO, Taymã. Educação escolar indígena: entenda a disputa entre o governo do Pará e manifestantes. **G1**. Belém. 10 fev. 2025a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/02/10/educacao-escolar-indigena-entenda-a-disputa-entre-o-governo-do-para-e-manifestantes.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CARNEIRO, Taymã. Deputados aprovam revogação de lei que ameaçava ensino presencial em comunidades indígenas do Pará; manifestantes comemoram. **G1**. Belém. 12 fev. 2025b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/02/12/alepa-vota-revogacao-de-lei-que-alterou-educacao-escolar-indigena-no-para-liderancas-e-professores-acompanham.ghtml> . Acesso em 13 fev. 2025.

CARVALHO, Ana Maria. Entrevista: Ana Maria Carvalho. [Entrevista cedida à] Revista Mais 60. **Mais 60**: estudos sobre envelhecimento - SESC [S.L], v. 35, n. 8, p. 107-117, abr. 2023. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Revista-Mais-60_ed-85.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

CASA de Negros. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/112917-casa-de-negros>. Acesso em: 16 de janeiro de 2025. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Trabalhadoras remuneradas do lar na América Latina e no Caribe frente à crise do COVID-19**.

Santiago: CEPAL, 2020. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/pt-trabajadoras_del_hogar_portugues-.pdf. Acesso em: 01 mar. 2025.

COSTA, Anna Gabriela; FORSTER, Paula. Brasil lidera ranking de países que menos fazem exercícios físicos: pesquisa Ipsos com 29 países mostra que média de tempo dedicada à atividade física entre brasileiros é metade da média global. **CNN Brasil**. São Paulo. 05 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-lidera-ranking-de-paises-que-menos-fazem-exercicios-fisicos/>. Acesso em: 02 mar. 2025.

CESARINI, Beatriz; KARLA, Torralba. Morte de ginasta de 20 anos ocorreu em aparelho mais perigoso do esporte. UOL São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/ginastica/ultimas-noticias/2019/11/14/morte-de-ginasta-de-20-anos-ocorreu-em-aparelho-mais-perigoso-do-esporte.htm>. Acesso em 12 abr.2024.

CHAIMOVICH, Felipe. Albert Eckhout representa o puro pop colonial: quadros do pintor produzidos durante a ocupação holandesa em PE retratam fauna, flora e povo brasileiros. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/acontece/ac2101200301.htm>. Acesso em: 01 mar. 2025.

CHANT Nocturne des Indiens Bororós. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/113367-chant-nocturne-des-indiens-bororos>. Acesso em: 20 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

CIA DE TEATRO HELIÓPOLIS (São Paulo). **Cia de Teatro Heliópolis**. 2025. Instagram: @ciadeteatroheliopolis. Disponível em: <https://www.instagram.com/ciadeteatroheliopolis/>. Acesso em: 22 jan. 2025. Acesso em: 22 jan. 2025.

CILO, Nelson. Olimpíada de Tóquio já é a mais rentável da história; entenda. **Estado de Minas**: 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/07/16/internas_economia,1069897/olimpiada-de-toquio-ja-e-a-mais-rentavel-da-historia-entenda.shtml. Acesso em: 20 nov. 2023.

COCETRONE, Gabriel. Pesquisa de ex-nadadora sobre assédio constata triste realidade do esporte brasileiro: entidades precisam se mobilizar. **Lei em Campo: o canal do direito esportivo**. Disponível em: <https://leiemcampo.com.br/pesquisa-de-ex-nadadora-sobre-assedio-constata-triste-realidade-do-esporte-brasileiro-entidades-precisam-se-mobilizar/>. Acesso em: 23 dez. 2024.

COI – Comitê Olímpico Internacional. **Olympics Games Tokyo 2020**. 2021. Disponível em: <https://www.olympics.com/pt/olympic-games/tokyo-2020>. Acesso em: 20 fev. 2025.

COI - Comitê Olímpico Internacional. **Nado Artístico**: História. Informações elaboradas em associação com a World Aquatics. 2024. Disponível em: <https://olympics.com/pt/esportes/nado-sincronizado/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

CONGRESSO de Pedagogia Histórico-crítica e Educação escolar: primavera nos dentes. UFSCAR, São Carlos, 2023. Disponível em: <https://phc.faiufscar.com/#/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

COSTA, Claudia. Fernando de Azevedo e a defesa da educação para todos: nesta semana, evento e exposição no instituto de estudos brasileiros (IEB) da USP lembram a obra do educador. **Jornal da USP**. São Paulo. 16 jun. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/fernando-de-azevedo-e-a-defesa-da-educacao-para-todos/>. Acesso em: 29 jan. 2025.

COSTA, Vítor Ricci. **O encerramento da carreira esportiva na Ginástica Artística Feminina no Brasil**. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação Física e Esporte, Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/109/109131/tde-25062018-152948/publico/Segunda.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

CUNHA, Ana Stela de Almeida (org.). **Caboclos Nkisis**: a territorialidade banto no Brasil e em Cuba. Maranhão: Secretaria de Cultura do Maranhão, 2014. Fotografias de Márcio Vasconcelos.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de canudos. São Paulo: Abril S.A Cultural e Industrial, 1982.

DAWES, Christian. Vacinação de brasileiros para os Jogos Olímpicos Tóquio 2020 começa em 14 de maio: atletas e demais credenciados para os jogos poderão ser imunizados em seis capitais; expectativa é que mais de 7 mil doses sejam doadas ao sus. **Comitê Olímpico do Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/galerias/noticias/vacinacao-de-brasileiros-para-os-jogos-olimpicos-toquio-2020-comeca-em-14-de-maio/>. Acesso em: 06 dez. 2021.

DANÇA dos Tarairiu (Tapuias). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/94513-danca-dos-tarairiu-tapuias>. Acesso em: 15 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

DATAFOLHA: Instituto de Pesquisa (São Paulo). 53% praticam atividades físicas no dia a dia: caminhada é a atividade mais comum. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22 jan. 2025a. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniao-e-sociedade/2025/01/53-praticam-atividades-fisicas-no-dia-a-dia-indice-e-mais-alto-entre-os-mais-instruidos-e-entre-os-mais-ricos.shtml>. Acesso em: 17 fev. 2025.

DATAFOLHA: Instituto de Pesquisa (São Paulo). Relatório da pesquisa nacional sobre a prática de atividade física: avaliação após dois anos de Governo do Presidente Lula - dezembro de 2024: São Paulo: Folha de São Paulo, 22 jan. de 2025b. Disponível em: <file:///C:/Users/pepit/Downloads/x1erixxqvdbd8uevz4c-mmsikqvw3he4krjg6dcqvdoymvpm9jfpdfhiq-qks.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

DGE: Directoria Geral de Estatística. Relatório e Trabalhos Estatísticos. Rio de Janeiro, 1877. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49656.pdf>. Acesso em 21: de janeiro de 2025.

DIEESE. Departamento Sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A dificuldade das trabalhadoras domésticas**: no mercado de trabalho e na chefia do domicílio. São Paulo: DIEESE, 2024. Boletim Especial. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/trabalhoDomestico.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2025.

DOMINGO Espetacular. **Pequena gigante ginasta**: conheça a história de Flávia Saraiva. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JNPImovfXcs&t=436s>. Acesso em: 18 fev. 2025.

DORLIN, Elsa. **Autodefesa**: uma filosofia da violência. São Paulo: Ubu, 2020.

DUARTE, Newton. **A individualidade para si**: contribuições a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 2013.

DREYFUS, Simone. **Bahia, Brasil**: capoeira. Paris: Musée de l'Homme, 1956. LP, 33 1/3 rpm, mono.

DUARTE, Newton. **Os Conteúdos Escolares e a Ressurreição dos Mortos**: contribuições à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas: Autores Associados, 2016.

ECKHOUT, Albert. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/3415-albert-eckhout>. Acesso em: 01 de março de 2025. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

EFFAT – European Federation of Food, Agriculture and Tourism Trade Unions. **Decisão importante do Tribunal de Justiça da UE sobre os direitos dos trabalhadores domésticos**. 2025. Disponível em: <https://effat.org/pt/in-the-spotlight/important-ruling-from-the-eu-court-of-justice-on-domestic-workers-rights/>. Acesso em: 01 mar. 2025.

ELKONIN, Daniil. **Psicologia do jogo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

ENGENHO Manual que Faz Caldo de Cana. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/110692-engenho-manual-que-faz-caldo-de-cana>. Acesso em: 20 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

ESPN. **Atletrans**. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLjh6q28sC8-rXdgt5cQM9s-SFCYvN_T2. Acesso em: 19 fev. 2024.

ESPN. **Vinicius Jr. fora do pódio**: site especializado divulga os 20 maiores salários de laliga. site especializado divulga os 20 maiores salários de LALIGA. 2024. Disponível em: https://www.espn.com.br/futebol/laliga/artigo/_/id/14387705/vinicius-jr-fora-podio-site-especializado-divulga-20-maiores-salarios-laliga. Acesso em: 8 jan. 2025.

ESTADÃO redação (São Paulo). **Ex-técnico da seleção de ginástica é condenado a 109 anos de prisão por estupro de vulnerável**: decisão em primeira instância é da 2ª vara criminal de São Bernardo do Campo e ainda cabe recurso. **O Estadão**. São Paulo. 4 out. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/esportes/fernando-carvalho-lobes-tecnico-selecao-ginastica/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERRANTE, Elena. **A amiga genial**. Campinas: Biblioteca Azul, 2015. Tradução de Maurício Santana Dias.

FIG. **Federação Internacional de Ginástica**: regras. Disponível em: <https://www.gymnastics.sport/site/rules/>. Acesso em: 05 jan. 2024.

FIGOREZE, Cristina *et al.* **O popular e a educação**: movimentos sociais, política e desenvolvimento. Ijuí: Unijuí, 2009.

FBSP-Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Brasil). (2021). **15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP. Disponível em: <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/961c4757-345e-470d-a317-cd2224c9f9bc/content.em>: 09 fev. 2025.

FBSP-Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Brasil). (2024). **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

FRANCISCHINI, Guto. **ESPN lança a produção “Mais Fortes” e debate os dramas de diferentes gêneros no esporte**. 2024. Disponível em: <https://espnpressroom.com/brazil/press-releases/2024/06/espn-lanca-a-producao-mais-fortes-e-debate-os-dramas-de-diferentes-generos-no-esporte/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

GARCIA, Maria Fernanda. Brasil tem atletas que se recusam a tomar vacina para Olimpíadas. **Observatório do Terceiro Setor**. 2021. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-tem-atletas-que-se-recusam-a-tomar-vacina-para-as-olimpiadas/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GARAY, Cristiana Crespo. Conheça as cinco pandemias mais mortais da história da humanidade. **National Geographic Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2022/09/conheca-as-cinco-pandemias-mais-mortais-da-historia-da-humanidade>. Acesso em: 10 nov. 2024.

GERMANO, Douglas. Damião. In: MARÇAL, Juçara. **Encarnado**. [S.L], 2014. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/album/11oYdU9k3bxOPPsjN5YkVx?autoplay=true>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2025.

GUIMARÃES, Paula. De volta à casa grande: desembargador denunciado por trabalho escravo usou ‘manipulação psicológica’ para vítima voltar à sua casa, revelam laudos. **Intercept Brasil** (em colaboração com Catarinas). [S.L.], p. 1-28. 11 dez. 2023. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/12/11/desembargador-denunciado-por-trabalho-escravo-usou-manipulacao-psicologica-para-vitima-voltar-a-sua-casa-revelam-laudos/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Esportivização. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **Dicionário Crítico de Educação Física**. Ijuí: Unijuí, 2010. p. 170-174.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Textos organizados por Flávia Rios e Márcia Lima.

GONZALEZ, Lélia. **Festas populares no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2024.

GUY, Jack. Mesmo com decisão inédita, nado artístico não terá homens em Paris: apenas atletas mulheres vão competir na edição deste ano. **CNN**. São Paulo. 05 ago. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/olimpiadas/mesmo-com-decisao-inedita-nado-artistico-nao-tera-homens-em-paris/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

GYMCENTRIC. **The Skill ID: The Thomas Salto**. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vkQRWCsKyj0>. Acesso em: 20 fev. 2025.

HEREDIA, Lourdes. Olimpíada de Tóquio 2021: recorde de casos de covid liga alerta, mas tem ligação com Jogos? **BBC News Brasil**. Do serviço mundial da BCC em Tóquio, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58025512>. Acesso em: 18 nov. 2023.

HÖFLING, Ana Paula. **Staging Brazil**: choreographies of capoeira. Middletown: Wesleyan University Press, 2021.

HOMEM Africano. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/101496-homem-africano>. Acesso em: 19 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

HOMEM Mestiço. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/101494-homem-mestico>. Acesso em: 19 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). **PNAD Contínua**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 12 dez. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). **Práticas de Esporte e Atividade Física**: pesquisa nacional por amostra de domicílios 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100364.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). **Práticas de Esporte e Atividade física**: pesquisa nacional por amostra de domicílios 2015. Rio de Janeiro: Agência de Notícias IBGE, 2017b. 32 slides, color. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/f257c86712d3b07eb70c0913046a397e.pdf. Acesso em: 01 jan. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). **PNS 2019: Quem mais utiliza o SUS avaliou mais positivamente a qualidade dos serviços de Atenção Primária à Saúde**. Rio de Janeiro: Agência de Notícias IBGE, 2020. Informações com base na Pesquisa Nacional de Saúde: 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29203-pns-2019-quem-mais-utiliza-o-sus-avaliou-mais-positivamente-a-qualidade-dos-servicos-de-atencao-primaria-a-saude>. Acesso em: 18 fev. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). **Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas.** Rio de Janeiro: Agência de notícias IBGE, 2023. Informações com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: outras formas de trabalho, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29203-pns-2019-quem-mais-utiliza-o-sus-avaliou-mais-positivamente-a-qualidade-dos-servicos-de-atencao-primaria-a-saude>. Acesso em: 18 fev. 2025.

IPHAN (Brasil). Ministério do Turismo. **Capoeira:** cadastro nacional. As informações do site são de responsabilidades dos mestres e grupos de capoeira. Disponível em: <https://capoeira.iphan.gov.br/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

IPHAN (Brasil). Secretaria de Comunicação. Capoeira se torna patrimônio cultural brasileiro. 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2067>. Acesso em: 30 jun. 2024.

ÍNDIA Tupi. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/94514-india-tupi>. Acesso em: 19 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

ÍNDIA Tarairiu (Tapuia). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/101493-india-tarairiu-tapuia>. Acesso em: 19 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

INDIENS Bororós à L'Entrée de La Maison de M. Mrs Riedel Et Taunay. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/92593-indiens-bororos-a-e-entree-de-la-maison-de-m-mrs-riedel-et-taunay>. Acesso em: 20 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

ÍNDIO Tupi. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/94515-indio-tupi>. Acesso em: 19 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

ÍNDIO Tarairiu (Tapuia). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/101492-indio-tarairiu-tapuia>. Acesso em: 19 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

INSTITUTO esporte & educação. Disponível em:
<https://esporteeducacao.org.br/ods-esq/>. Acesso em: 06 dez. 2023.

IRENE. **Essa agenda é clássica**: bem de frente pra base da polícia. 17 set. 2021. Instagram: @eneri.psm. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/CT7pEXML42L/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

IT Could Be You: Start Your Impossible. Toyota, 2021. Color. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=5KbvdMLFcEA>. Acesso em: 31 dez. 2024.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Episteme. In: JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 87-88.

JESUS, Diego Santos Vieira de Jesus. Foices e Martelos no Olimpo: a política esportiva da União Soviética e as relações com o mundo capitalista. **Record**: Revista de História do Esporte, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-28, dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Record/article/view/731>. Acesso em: 12 abr. 2024.

JOGAR Capoeira. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em:
<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/101863-jogar-capoeira>. Acesso em: 20 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

KAPLAN, Leonardo. A Pedagogia Histórico-Crítica e a Teoria Marxista da Dependência: primeiras aproximações para relacionar nossa formação social à educação no Brasil. **Germinal**: marxismo e educação em debate, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 332-353, 26 dez. 2024. Universidade Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v16i3.58598>. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/58598/36335>. Acesso em: 07 jan. 2025.

LAVADEIRAS do Rio de Janeiro. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em:
<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/86155-lavadeiras-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 16 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

LEÃO, Natalia; LIRIO, Débora. As mulheres na divisão racial do trabalho. **Gênero e Número**. [S.L.], p. 1-7. 10 jul. 2024. Disponível em:
<https://www.generonumero.media/artigos/mulheres-divisao-racial-trabalho/#:~:text=Os%20dados%20revelam%20que%20no,e%2067%25%20delas%20s%C3%A3o%20negras>. Acesso em: 22 jan. 2025.

LÍNGUAS da nossa língua: Português de brasileiro [temporada 1, ep. 2]. In: **Línguas de nossas línguas** [série documental] Direção: Estevão Civiatta. Produção: Estevão Civiatta. Brasil: HBO, 2023.

LOPES, Nei. Futebol e música popular brasileira: do amadorismo à economia globalizada. In: OLIVEIRA, José; GARGANTA, Júlio; MURAD, Mauricio (org.). **Futebol de muitas cores e sabores**: reflexões em torno do desporto mais popular do mundo. Porto: Campo das Letras, 2004. p. 281-302.

MACA, Nelson. Diga aos vermes que fico. In: SAMPAIO, André. **Alagbê**. [S. L], 2020. Son. Disponível em: <https://andresampaio.bandcamp.com/track/diga-aos-vermes-que-fico-feat-nelson-maca>. Acesso em: 25 jan. 2025.

MADAME Satã. Madame Satã. [Entrevista cedida à] Sergio Cabral, Paulo Francis, Millôr Fernandes, Chico Júnior, Paulo Garcez, Jaguar e Fortuna. **Pasquim**, Rio de Janeiro, 5 maio 1971. Disponível em: <https://www.tirodeletra.com.br/entrevistas/MadameSata.htm>. Acesso em: 08 fev. 2025.

MAGRI, Diogo. Olimpíadas: Depois de Kelvin, Brasil já sonha com o pódio das fadas do skate em Tóquio. **El País**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/esportes/jogos-olimpicos/2021-07-25/depois-de-kelvin-brasil-ja-sonha-com-o-podio-das-fadas-do-skate-em-toquio.html>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MAIS Fortes: Histórias de gênero no esporte. Direção de Roberto Studart. ESPN, 2024.

MANTO de Apresentação. In: MUSEU Bispo do Rosário de Arte Contemporânea. Disponível em: <https://museubispodorosario.com/acervo-2/manto/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

MARIANI, Daniel; RONCOLATO, Murilo; ALMEIDA, Rodolfo; TONGLET, Ariel. Censo de 1872: o retrato do Brasil da escravidão. **Nexo**, São Paulo. 27 de jun. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2017/07/07/Censo-de-1872-o-retrato-do-Brasil-da-escravid%C3%A3o>. Acesso em: 21 jan. 2025.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, p. 325-356, dez. 2017. Primeira edição do ensaio escrita em 1973. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648/15300>. Acesso em: 07 jan. 2025.

MÁRKUS, György. **Marxismo e Antropologia**: o conceito de "essência humana" na filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. A Sesta de Terça-feira. In: MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. **Contos Completos**: 1947-1992. Amadora: Dom Quixote, 2015. p. 16-25.

MARUNDELÊ, Edinho; COMENDA, Onias. **Eu, Bahia**: Atabaque e Berimbau. Rio de Janeiro: Philips, 1972. LP, 33 1/3 rpm, mono.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. Introdução. In: MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 37-64.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política: Livro I: o processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MERCADO de Escravos. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/86161-mercado-de-escravos>. Acesso em: 16 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

MÉXICO Desconocido. **Papel picado mexicano para Día de Muertos**. Disponível em: <https://www.mexicodesconocido.com.mx/papel-picado-patrimonio-cultural-puebla.html>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MOBILIZAÇÃO Estudantil em São Paulo 2015. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Mobiliza%C3%A7%C3%A3o_estudantil_e_m_S%C3%A3o_Paulo_em_2015&oldid=68154157. Acesso em: 12 fev. 2025.

MUKHINA, Elena Vyacheslavovna. Yelena Mukhina: Grown-up Games [Entrevista concedida a] Oksana Polonskaya. **Ogonyok Magazine**, Moscou, 1988. Disponível em: https://www.oocities.org/graf_de_la_fer/mukhina-int.htm. Acesso em: 20 dez. 2023.

MULHER Africana. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/101495-mulher-africana>. Acesso em: 19 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

MULHER Mameluca. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/94516-mulher-mameluca>. Acesso em: 19 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

NETTO, José Paulo. "Questão Social": elementos para uma concepção crítica. In: BRAZ, Marcelo (org.). **Samba, cultura e sociedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 19-30.

NEVER Stop: Start Your Impossible. Toyota, 2021. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0BMGH1UMgR8&t=30s>. Acesso em: 31 dez. 2021.

O Velho Orfeu Africano. Oricongo. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/110693-o-velho-orfeu-africano-oricongo>. Acesso em: 20 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

OLIVEIRA, André. **A primeira do ano**. 03 jan. 2025. Instagram: @andreoliveiradb. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DEYKkjXyDbi/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

OLIVEIRA, José Carlos. **Deputadas vão ao STF contra reversão de resgate de mulher encontrada por fiscais do trabalho em regime de escravidão**: elas iniciaram na câmara mobilização pela campanha #sonialivre em busca de solução para o caso. Agência Câmara de Notícias. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1091837-DEPUTADAS-VAO-AO-STF-CONTRA-REVERSAO-DE-RESGATE-DE-MULHER-ENCONTRADA-POR-FISCAIS-DO-TRABALHO-EM-REGIME-DE-ESCRAVIDAO>. Acesso em: 23 jan. 2025.

OXFAM. **Lucrando com a dor**: sobre a urgência de tributar os ricos em meio a um aumento na riqueza bilionária e a uma crise do custo de vida em nível global. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/lucrando-com-a-dor/>. Acesso em: 07 dez. 2024.

PARÁ. Lei Ordinária nº 10820, de 19 de dezembro de 2024. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Pará. Belém do Pará, Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pa/lei-ordinaria-n-10820-2024-para-dispoe-sobre-o-estatuto-do-magisterio-publico-do-estado-do-para>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PENA, Sérgio Danilo Junho; BIRCHAL, Telma de Souza. A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social? **Revista Usp**, São Paulo, v. 68, n. 1, p. 10-21, dez./fev. 2005-2006. Disponível em: <file:///C:/Users/pepit/Downloads/frcosta,+03.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2025.

PEREIRA, Josias. Japão não acelera vacinação e pressão cresce: faltam 91 dias para Tóquio. **O Tempo**. 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opiniaopelo-mundo/japao-nao-acelera-vacinacao-e-pressao-cresce-faltam-91-dias-para-toquio-1.2475961>. Acesso em: 18 nov. 2023.

PINHEIRO, Paulo César. **Capoeira de Besouro**. [S.L]: Quintana, 2010. CD.

PIRES, Brailier. O lado sombrio da bola. **Placar**, São Paulo, p. 42-47, abr. 2013. Disponível em: https://issuu.com/placar/docs/abril_-_2013. Acesso em: 20 dez. 2024.

PIRES, Breiller. **Abuso sexual e tráfico de crianças ainda assombram o futebol brasileiro**: CBF descumpre pacto firmado com o Congresso Nacional para proteger jovens jogadores nas categorias de base. Mesmo após a Copa, abusadores seguem impunes e à caça de novas vítimas. 2016. Disponível em: <https://archive.is/tcEa0#selection-565.0-565.179>. Acesso em: 25 dez. 2025.

PIRES, Breiller. Entidades do esporte sempre taparam olhos para violência sexual: Breiller Pires fala sobre novas regras que condicionam repasses de recursos públicos à adoção de medidas contra abuso infantil. Reportagem do jornalista inspirou projeto de lei [Entrevista concedida a] Lucas Zacari. **Nexo**, São Paulo, 29 de nov. 2024. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2024/11/29/esporte-jornalista-breiller-pires-protecao-a-criancas>. Acesso em: 15 dez. 2024.

PIRES, Thalita. Medalhista olímpica, Ana Moser será ministra do Esporte do governo Lula: após se dedicar a projetos sociais ligados ao esporte, ex-atleta vai assumir pasta federal. **Brasil de Fato**: uma visão popular do Brasil e do mundo. Curitiba, 2022. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/12/29/medalhista-olimpica-ana-moser-sera-ministra-do-esporte-do-governo-lula>. Acesso em: 06 dez. 2023.

PLEKANOV, George. **A arte e a vida social** e **Cartas sem endereço**. São Paulo: Brasiliense, 1969.

POLONSKAYA, Oksana. Yelena Mukhina. Grown-up Games. **Ogonyok Magazine**. Moscou, 1988. Disponível em: https://www.oocities.org/graf_de_la_fer/mukhina-int.html. Acesso em: 20 dez. 2023.

POLIDO, Pepita Saloti. **Capoeira na Escola**: política, ética e estética na roda. 2018. 258 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Arte e Educação, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2018.

POLIDO, Pepita Saloti; TEIXEIRA, Lucas André; OLIVEIRA, Raquel Elisabete de. O ensino do atletismo e sua contribuição para a formação da concepção de mundo histórico-crítica. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**, São Paulo, n. 15, v. 02, n. 9, p. 5-30, nov. 2023. Disponível em:

https://www.rebescolar.com/files/ugd/0bbb9b_0846d4e570ec420386a8eee262561Off.pdf. Acesso em: 09 abr. 2024.

PORTELA, Maria Eduarda. Ana Moser ganha cargo no governo após saída do Ministério do Esporte: a ex-jogadora de vôlei Ana Moser deixou o ministério do esporte e foi substituída por um indicado do centrão, o ministro André Fufuca. **Metrópolis**. 01 nov. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/ana-moser-ganha-cargo-no-governo-apos-saida-do-ministerio-do-esporte>. Acesso em: 06 dez. 2022.

Prefeitura de Jundiaí. **Educação lança programa inédito na rede de ensino de Jundiaí**. 2015. Disponível em:

<https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2015/03/23/educacao-lanca-programa-inedito-na-rede-de-ensino-de-jundiai/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

QUE horas ela volta? Direção de Anna Muylaert. Globo Filmes, 2015. (114 min.).

QUEIROZ, Christina. Caminhos da Liberdade: no marco de seus 130 anos, pesquisas mostram o papel de diferentes protagonistas no processo de abolição da

escravidão no Brasil. **Pesquisa Fapesp**, [S.L.], n. 267, p. 74-79, maio 2018. Revista jornalística especializada em cobrir a produção científica e tecnológica do Brasil. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2018/05/074-079_Escravidao.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

ROCHA, Lia de Mattos. Megaeventos esportivos e seus legados para a vida nas cidades e a democracia: apresentação. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 153-166, 18 set. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2020.54544>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/54490/35161>. Acesso em: 29 nov. 2023.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão Veredas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978.

ROSEIRO, Bruno. Larry Nassar: a história do monstro que abusou de centenas de atletas durante mais de 20 anos. **Observador**. [S.L.]. 21 jan. 2018. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/larry-nassar-a-historia-do-monstro-que-abusou-de-centenas-de-atletas-durante-mais-de-20-anos/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

ROSSI, Marina. Projeto Escola sem Partido avança em São Paulo após revés no Supremo. *El País*. São Paulo, dez. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/12/politica/1513100523_574620.html. Acesso em: 28 dez. 2023.

SANFELICE, José Luís. Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 89-105.

SANTOS, Cantuária Beatriz Jakubowski dos. Representações de antropofagia indígena em Theodor de Bry e Albert Eckhout no século XVI e XVII. **Faces da História**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 359–380, 2020. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1569>. Acesso em: 19 jan. 2025.

SANTOS, Joel Rufino dos. O Agora Mesmo: ou como a Europa subdesenvolveu a África. **Os Negros**: Coleção Caros Amigos. São Paulo, v. 1, p.4-6, nov. 2008.

SANTOS, Josiane Soares; MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; TEIXEIRA, Rodrigo; BRETTAS, Tatiana. Capitalismo Dependente, Trabalho e Resistências Populares. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 23, n.45, p. 6-16, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/41602/27710>. Acesso em: 13 jan. 2025.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da dependência**: balanço e perspectiva. Florianópolis: Insular, 2015.

SÃO Paulo. Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo. **Jogos Abertos da Juventude 2023**: regulamento geral de ginástica artística masculina e feminina. Disponível em: <https://www.esportes.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/reg--espec--da-ga-jogos-abertos-da-juventude-1.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

SARAIVA, Flávia. Um dia de treino. [Entrevista cedida a] **Fala Muito** (programa esportivo), 19 de mai. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RsmuC5XEZoQ>. Acesso em: 18 fev. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 17. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. Ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática**: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Ser peça, ser coisa: definições e especificidades da escravidão no Brasil. In: **Negras Imagens**: Ensaio sobre Cultura e Escravidão no Brasil. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996.

SIBA. Eu sou Siba: um bate-papo sobre cultura popular, radicalidade e revolução [Entrevista cedida a] Diego Miranda, Jones Manoel e Heribaldo Maia. **Revolushow Podcast**, [S.L], n. 118, 8 jul. 2021. Disponível em: <https://revolushow.com/118-eu-sou-siba/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

SILVA, Nathalia Pereira da. **Imagens do feminino**: representações da mulher na propaganda durante e após a segunda guerra mundial. 2015. Material didático. Disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/node/5357>. Acesso em: 18 fev. 2024.

SKATEBOARDING. Disponível em: <https://skateboarding.com.br/index.php/skateboard/historia-do-skate1.html>. Acesso em: 25 dez. 2023.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A Capoeira Escrava**: e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808 – 1850). 2. ed. Campinas: Unicamp, 2020.

SOARES, Carmem Lúcia; TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; VARJAL, Elizabeth; CASTELLANI FILHO, Lino; ORTEGA, Micheli Escobar; BRACHT, Valter. **Metodologia do Ensino de Educação Física**: coletivo de autores. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, Luiz Eduardo; ROLIM, Marcos; RAMOS, Silvia. **O que pensam os profissionais da segurança pública, no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça -

SENASP, 2009. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/2583>. Acesso em: 09 fev. 2025.

SOUZA, Catharina Apolinário de; CHIQUINHO, Cleber Rocha; SILVA, Fernando Oliveira. **Amanhece!**: patrimônio, memória e história do fandango caiçara em Cananéia. Cananéia: Ponto de Cultura Povos da Mata Atlântica, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Wf0BZh9z3AYocRVQ9PSkqWgSglfku076/view>. Acesso em: 09 abr. 2024.

SOUZA FILHO, Breno Augusto Bormann de; TRITANY, Érika Fernandes; STRUCHINER, Cláudio José. Vidas em jogo: reflexões sobre o impacto das Olimpíadas e Paralimpíadas para a saúde pública mundial. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 11, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/tn8hJStTsdhb4Btx8D95qrB/>. Acesso em: 14 out. 2024.

SOY Loco por ti Juqueri (Franco da Rocha). **6º Soy loco por ti Juquery**: festival de artes 2024. festival de artes 2024. Disponível em: <https://www.soylocoportijuquery.com/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

TAVARES, Inara Maria Rolim; RAIOL, Suzelli Helena Borges; COELHO, Higson Rodrigues. A Contribuição teórica de João Batista Freire para a Educação Física. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 21., 2019, Natal. **Anais XXI CONBRACE | VII CONICE**. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2019/8conice/paper/viewFile/13209/6545#:~:text=Freire%20em%20suas%20produ%C3%A7%C3%B5es%20busca,se%20relacionam%20ao%20respeito%2C%20justi%C3%A7a%2C>. Acesso em: 14 abr. 2024.

TEATRO VentoForte. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupos/80420-teatro-ventoforte>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

TERRITÓRIO do Brincar. Direção de Davi Reeks e Renata Meirelles. Produção de Estela Renner, Luana Lobo e Marcos Nisti. Maria Farinha Filmes e Ludus Vídeos, 2015. Color. (90 min.)

THE Fighter. Direção de David Owen Russell. Produção de Dorothy Aufiero, David Hoberman, Ryan Kavanaugh, Todd Lieberman, Paul Tamasy e Mark Wahlberg. Paramount Pictures, 2010. Color. (113 min.)

TORRES, Diego. Anita Álvarez, la nadadora que se desmayó en el agua: “Sentí que todo se volvió negro. No recuerdo nada más”. **El País**. Budapest. 23 jun. 2022. Disponível em: <https://elpais.com/deportes/2022-06-23/anita-alvarez-la-nadadora-que-se-desmayo-en-el-agua-senti-que-todo-se-volvio-negro-no-recuerdo-nada-mas.html>. Acesso em: 14 dez. 2024.

TOYOTA. **Toyota fornecerá mobilidade sustentável para todos nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris 2024**. 2023. Disponível em:

<https://www.toyotacomunica.com.br/toyota-fornecera-mobilidade-sustentavel-para-todos-nos-jogos-olimpicos-e-paralimpicos-de-paris-2024/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Silva. A dialética materialista e a prática social. **Movimento**, Porto Alegre, p. 121-142, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115315946006.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2025.

UMA Senhora Brasileira em seu Lar. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/111125-uma-senhora-brasileira-em-seu-lar>. Acesso em: 16 de janeiro de 2025. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. **RANKING MUNDIAL DOS PAÍSES QUE MAIS PRATICAM EXERCÍCIOS FÍSICOS - 2021**. Criciúma: Observatório de Desenvolvimento Socioeconômico e de Inovação, 2021. Disponível em: <http://observatorio.unesc.net/upload/estudos/ranking-mundial-dos-paises-que-mais-praticam-exercicios-fisicos-20241213152458.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2025.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância; FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (Brasil) **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: (2021-2023)**. 2. ed. São Paulo, 2024. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/30071/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil-v04%20\(003\).pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/30071/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil-v04%20(003).pdf). Acesso em: 17 dez. 2024.

UP Stream: Start Your Impossible. Toyota, 2021. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sPTvgImtiuw&t=5s>. Acesso em: 31 jan. 2024.

VIEIRA, Anderson. Com nove crimes atribuídos a Bolsonaro, relatório da CPI é oficialmente apresentado Fonte: Agência Senado. **Senado Notícias**. Brasília, 20 out. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado>. Acesso em: 19 fev. 2025.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2021.

VIEIRA, Luiz Renato. **O jogo de capoeira: corpo e cultura popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

VIEIRA, Luiz Renato; ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira. **Estudos Afroasiáticos**, Rio de Janeiro, n. 34, p.81-121, dez. 1998.

VIEIRA, Luiz Renato; ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Os desafios contemporâneos da capoeira. **Textos do Brasil: Capoeira**, Brasília, n. 14, p.9- 20, 2008.

VIEIRA, Sergio Luiz Souza. Capoeira - The Brazilian Martial Art. In: DACOSTA, Lamartine (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEEF, 2006.

VIEIRA, Yves. Nado Artístico: regras, curiosidades, como funciona e origem. Globo Esporte. Paris. 25 jul. 2024. Disponível em:

<https://ge.globo.com/olimpiadas/guia/2024/07/25/c-nado-artistico-regras-curiosidades-como-funciona-e-origem.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2024.

WORLD Skate. Disponível em: <https://www.worldskate.org/>. Acesso em: 25 dez. 2023.

ZACARI, Lucas. Entidades do esporte sempre taparam olhos para violência sexual: Breiller Pires fala sobre novas regras que condicionam repasses de recursos públicos à adoção de medidas contra abuso infantil. reportagem do jornalista inspirou projeto de lei. **Nexo**, São Paul. 29 nov. 2024. Disponível em:

<https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2024/11/29/esporte-jornalista-breiller-pires-protecao-a-criancas>. Acesso em: 25 dez. 2024.

ZIDCO, Erika. A italiana sem braços e pernas que luta esgrima e fala na TV sobre como 'a vida é um barato'. **BBC News Brasil**. Roma. 19 dez. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42402560>. Acesso em: 25 dez. 2024.

ZURC, Joca. Ethical aspects of health and wellbeing of young elite athletes. **Synthesis Philosophica**, [S.L.], v. 34, n. 2, p. 341-358, 20 dez. 2019. Croatian Philosophical Society (Hrvatsko filozofsko drustvo).

<http://dx.doi.org/10.21464/sp34207>.